

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

**Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-  
demográfica e diferenciação social na formação de  
Porto Alegre, 1772 - 1802**

Luciano Costa Gomes

Porto Alegre, dezembro de 2012

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

**Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-  
demográfica e diferenciação social na formação de  
Porto Alegre, 1772 - 1802**

Luciano Costa Gomes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helen Osório

Porto Alegre, dezembro de 2012

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

**Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-  
demográfica e diferenciação social na formação de  
Porto Alegre, 1772 - 1802**

**Banca examinadora**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Helen Osório (Orientadora)**  
**Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

---

**Prof. Dr. José Flávio Motta**  
**Universidade de São Paulo**

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regina Célia Lima Xavier**  
**Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

---

**Prof. Dr. Fábio Kühn**  
**Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

## Resumo

A presente pesquisa aborda a dinâmica das estruturas demográfica, social e econômica de Porto Alegre, capital do Rio Grande de São Pedro, em seu período formativo (entre 1772 e 1800). As principais fontes consultadas foram róis de confessados, relações de moradores, mapas de população e produção e livros de casamento e de batismo. Nos três primeiros capítulos da dissertação são analisadas as características da população e suas modificações, as diferenças entre a área urbana e rural e a distribuição da posse de escravos. No quarto e no quinto capítulo são estudadas a estrutura agrária local e as redes familiares e estratégias dos produtores rurais. Os dois últimos capítulos, por fim, abordam a família e o compadrio escravo. O argumento central aqui defendido é o de que Porto Alegre, já em suas primeiras décadas de existência, demonstrava forte dependência em relação ao escravismo. A freguesia conheceu um expressivo crescimento demográfico decorrente, em grande medida, do aumento do número de cativos. Seu núcleo urbanizado mostrava-se, desde então, bastante desenvolvido, concentrando a maior parte da população, inclusive escrava. Os cativos eram muitos e estavam distribuídos em pequenas propriedades. A fronteira agrária encontrava-se fechada e há fortes indícios apontando para um processo de diferenciação social entre os produtores rurais. Ao avaliar as condições nas quais surgiram as famílias escravas, constatou-se que a atividade produtiva do senhor, o tamanho da posse escrava e a origem dos cativos aparecem como importantes fatores a serem considerados. A escolha de padrinhos, por sua vez, conheceu uma profunda transformação ao longo do período, em um processo no qual incidiram as mudanças na estrutura de posse de escravos, as variações na dinâmica do tráfico, bem como os limites e possibilidades impostos pelas redes sociais senhoriais. A economia e a sociedade de Porto Alegre, em suas primeiras décadas de existência, podem, sim, ser classificadas como escravistas.

Palavras-chave: Rio Grande de São Pedro; Porto Alegre; população; escravidão; urbano e rural; estrutura agrária; economia agrícola; família escrava; apadrinhamento.

## **Abstract**

This paper aims to present an analysis of the dynamics of demographic, social and economic structures in Porto Alegre, capital of Rio Grande de São Pedro, in its formative period (from 1772 to 1800). The main sources consulted were of confessed sterols, neighborhood relations, maps of production and population, and books of marriage and baptism. In the first three chapters of this dissertation, the population characteristics and its modifications, the differences between urban and rural areas and the distribution of slaveholding are analyzed. In the fourth and fifth chapters present the study of the local agrarian structure, family networks and farmers' strategies. In the last two chapters the family and crony slave are discussed. The central argument supported is that Porto Alegre, in its first decades of existence, showed strong dependence on slavery. The parish has experienced a significant growth of population due largely to the increase in the number of captives. Its urbanized core showed up quite developed, concentrating most population, including slaves. There were many captives and they were distributed in small farms. The agrarian frontier was closed and there is strong evidence pointing a process of social differentiation among farmers. In assessing the conditions under which emerged slave families, it was found that the productive activity of the master, the size of the possession of captive and the origin of the slaves, are important factors to be considered. Meanwhile, the choice of godparents experienced a profound transformation over the period, a process which focused on changes in the structure of slave ownership, changes in the dynamics of trafficking, as well as the limits and possibilities posed by social networks manor. The economy and society of Porto Alegre, in its first decades of existence, can indeed be classified as slavery.

Keywords: Rio Grande de São Pedro, Porto Alegre, population, slavery, urban and rural, agrarian structure, agricultural economics; slave family; sponsorship.

## **Agradecimentos**

Foram necessários três anos para concluir esta dissertação e muitas pessoas, de diferentes maneiras, tiveram participação no processo. Agradeço ao CNPq pela bolsa de pesquisa que permitiu o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço a alguns dos professores pela qualidade das aulas, pelo exemplo de dedicação ao ofício e pela orientação oferecida. Dentre eles, cito Adriana Dias, Anderson Zalewski, Dario Ribeiro, Eduardo Neumann, Enrique Padrós, Fernando Seffner, Nilton Pereira, Rivair Macedo e Ruy Guimarães. Agradeço, especialmente, aos professores e professoras Regina Xavier, Fábio Kühn, Helen Osório, Suzana Bleil, Sergio Schneider e Álvaro Heidrich pelas ricas oportunidades vivenciadas nas disciplinas oferecidas na pós-graduação.

À Regina Xavier, Fábio Kühn, José Flávio Motta e Ana Silvia Volpi Scott agradeço pelas riquíssimas críticas e orientações oferecidas nas bancas de qualificação e de defesa desta dissertação. Muitas das contribuições ajudaram a reduzir as falhas das minhas análises, bem como apontaram para questões importantes a serem refletidas.

Agradeço ao grupo coordenado pelos professores Fábio e Eduardo que levou à cabo a transcrição de documentos eclesiásticos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, o qual contou com o trabalho de Laura Ferrari, Paula Arpini e Adriano Comissoli, dentre outros. O vultoso esforço deste grupo facilitou demasiadamente nossa pesquisa. À historiógrafa e arquivista da Cúria, Vanessa Gomes, agradeço pelo profissionalismo e toda a atenção dispensada enquanto realizei as pesquisas. Agradeço também ao pessoal do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional pela atenção e serviço dispensados.

O Projeto Procad teve particular importância para esta pesquisa, pois possibilitou a viagem ao Rio de Janeiro e a pesquisa nas instituições desta cidade. Agradeço ao Professor Roberto Guedes por se disponibilizar a conversar sobre minha pesquisa.

Minha introdução ao mundo da pesquisa científica começou com o grupo organizado pela Profª. Cybele de Almeida, a quem sou grato pelo seu rigor e generosidade na orientação. Foram muito frutíferas as discussões das quais participaram a Paula, a Zaida, a Alice, a Andreli e outros colegas. Foi aqui que aprendi a importância do fogo amigo para o desenvolvimento de qualquer pesquisa.

Meus estudos sobre Porto Alegre começaram na bolsa de pesquisa coordenada pela Profª. Helen Osório, a quem agradeço pela solicitada e rigorosa orientação que se estendeu até o presente mestrado. Desta pesquisa participou o Ian, que se tornou um grande camarada.

Devo-lhe muitas conversas profícuas, conselhos, dicas e a revisão de textos, incluindo as versões finais de alguns capítulos.

Dentre outros tantos camaradas que tive a oportunidade de tomar um café ou um trago amigo, debater historiografia e avaliar textos estão Bruno Pessi, Soraia Dorneles, Carla Menegat, Clarissa, Lilhana Belardinelli, Bruno Ortiz, Vinicius Oliveira, Marcos Luft, Márcio Blanco, Carlos Torcato, Wagner Pedroso, Cesar Pereira, Roger Elias, Thiago Leitão, Marcelo Matheus, Leandro Fontella e Max Ribeiro. Deve ser feita também referência às ótimas oportunidades de discussão e aprendizado nos eventos nos quais se debatia escravidão, ocorridos nos Encontros de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, nas Mostras de Pesquisa do APERGS e nos encontros regionais da ANPUH.

Há uma dívida enorme junto ao pessoal do DEDS/PROEXT, coordenados por José Antônio dos Santos e Rita Camisolão. Trabalhar neste lugar foi uma experiência ímpar, por questões profissionais e pessoais, onde conheci pessoas, hoje, muito queridas.

Minha primeira experiência docente junto ONG de Educação Popular, ocorrida em paralelo ao mestrado, foi decisiva na constituição de minha identidade profissional. Agradeço muito aos meus estimados colegas e amigos do núcleo de história, Bruno Ortiz, Soraia Dorneles, Jardel Cunha, Vander Rodrigues, Guilherme Felk, Lilhana Belardinelli, Leonardo Monllor e Fernando Krueel. Com eles aprendi muito da arte do magistério. Agradeço, evidentemente, à paciência e à força de vontade dos meus alunos, pois seu empenho ajudou a tornar nossa Universidade mais popular.

À Ju, à Mine, à Fê e ao Dani agradeço a companhia, o papo, as discussões e o teor alcoólico. Ao Afonso e à Gabriela agradeço por fazerem do Rossi Bar um dos melhores lugares para se curtir a noite de Porto Alegre. Nada mais é necessário além de boa música, cerveja barata e gente amiga. Têm uns tantos outros amigos e amigas que devem ser lembrados, mas dos quais não citarei o nome por pura questão de tempo e espaço.

Agradeço à dona Zilda e ao seu Adão, à dona Nina e ao seu Inácio, à Luiza e ao Sílvio, à dona Ângela e ao Gustavo, por todo o apoio oferecido nos anos de graduação. Particularmente, agradeço ao Carlinhos e a Isabel que, em sua grande generosidade, cederam-me a chave de sua casa para eu poder utilizar seu computador para terminar a monografia de final de curso. À Li, à Ju e ao Sílvio, agradeço por quebrarem o galho na hora de traduzir os resumos. Tantos atos de generosidade servem-me como exemplo.

A Dagmar e o Acioli, meus pais, felizmente, tiveram uma participação muito especial nesta trajetória. Serviram eles com um modelo de excelência profissional no qual encontrei inspiração. À minha mãe, especialmente, agradeço por ter sempre me estimulado a seguir o

caminho que um dia optei e por ter me apoiado quando necessário. Sua garra em educar os dois filhos e tê-los feitos entrar na universidade pública é, em minha opinião de filho, verdadeiramente invejável.

A Aline está ao meu lado nos últimos anos e acompanhou de perto todo o desenvolvimento desta dissertação, desde a preparação para a seleção até a escrita destes agradecimentos. Ela me estimulou muito, esteve sempre pronta para ouvir minhas divagações e incômodos, transcreveu fontes, revisou alguns textos. Foi na companhia dela que tive algumas epifanias relativas ao andamento da pesquisa. Ela aturou a minha frequente ausência por causa dos estudos. Ela me acompanhou nos estudos. Eu sei que, sem ela, os rumos deste trabalho teriam sido bem diferentes – para pior, possivelmente.

Infelizmente, neste fatídico ano de 2013, perdi meu estimado cunhado. Quando se perde alguém tão jovem, bom e bonito, percebe-se o quanto este mundo é absurdo. Ficam, ainda assim, as melhores recordações. Dedico-lhe, de maneira muito especial, esta dissertação. E, à Déia, desejo toda a força para enfrentar esta tão difícil situação.



## Sumário

<b><u>INTRODUÇÃO</u></b>	<b>18</b>
<b><u>CAPÍTULO 1: POVOAMENTO EM BRANCO E PRETO: POPULAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO EM PORTO ALEGRE, 1779-1802</u></b>	<b>31</b>
EVOLVER DEMOGRÁFICO DE PORTO ALEGRE NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XVIII	33
CATEGORIAS DE MEMBROS DOS DOMICÍLIOS E SEU PERFIL SEXUAL	39
PERFIL ETÁRIO-SEXUAL DE LIVRES E ESCRAVOS EM PORTO ALEGRE	44
CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E REPRODUÇÃO DAS ESCRAVARIAS	50
ENTRE A ESCRAVIDÃO E A LIBERDADE: AMERÍNDIOS E LIBERTOS EM PORTO ALEGRE	60
A) GUARANIS	61
B) LIBERTOS	65
CONCLUSÃO	68
<b><u>CAPÍTULO 2: O URBANO E O RURAL EM PORTO ALEGRE NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XVIII</u></b>	<b>71</b>
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO	76
OCUPAÇÃO ECONÔMICA	78
A ORIGEM DOS CASAIS CHEFES DE DOMICÍLIOS	81
FAMÍLIAS	84
ES CRAVIDÃO ENTRE COMERCIANTES, ARTESÃOS E LAVRADORES	89
A “ESTREITA SIMBIOSE” ENTRE SUBÚRBIO E URBE	89
A DIVISÃO ENTRE O TRABALHO URBANO E O AGRÁRIO E A FORMAÇÃO DE UM MERCADO INTERNO REGIONAL	93
CONCLUSÃO	95
<b><u>CAPÍTULO 3: ESTRUTURA DE POSSE ESCRAVA EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1779 - 1792</u></b>	<b>97</b>
PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS	107
AS ESCRAVARIAS URBANAS E RURAIS	112
COMPOSIÇÃO ETÁRIA E REPRODUÇÃO NATURAL ENTRE OS ESCRAVOS	115
CONCLUSÃO	118
<b><u>CAPÍTULO 4: TRABALHO FAMILIAR E ESCRAVIDÃO NA ÁREA RURAL PORTO ALEGRE NAS TRÊS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XVIII</u></b>	<b>121</b>
ASPECTOS DOS ESTUDOS SOBRE ECONOMIA AGRÁRIA	122
AGRICULTURA E ESCRAVIDÃO NO RIO GRANDE COLONIAL	127
O PERFIL OCUPACIONAL DOS MORADORES DA ÁREA RURAL DE PORTO ALEGRE E ESTRUTURA DE POSSE FUNDIÁRIA	132
PRODUÇÃO E MERCADO REGIONAL	143
REBANHOS	146
A CONCENTRAÇÃO DA POSSE ESCRAVA	148
A MÃO-DE-OBRA: UM SISTEMA DE PRODUÇÃO FAMILIAR-ES CRAVISTA	150
CONCLUSÃO	163

**CAPÍTULO 5: AS ESTRATÉGIAS SOCIAIS DOS LAVRADORES DE PORTO ALEGRE 165**

<b>O SAIR DE CASA</b>	<b>170</b>
<b>A PROPRIEDADE DAS FAMÍLIAS NÃO CO-RESIDENTES</b>	<b>175</b>
<b>MERCADO DE TERRAS</b>	<b>177</b>
<b>CAPACIDADE PRODUTIVA E ESCRAVIDÃO</b>	<b>183</b>
<b>DESOBEDIÊNCIA E RECIPROCIDADE</b>	<b>187</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>190</b>

**CAPÍTULO 6: A FAMÍLIA ESCRAVA EM PORTO ALEGRE, 1772 - 1800 195**

<b>A FAMÍLIA ESCRAVA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA</b>	<b>197</b>
<b>BATISMO E TRÁFICO DE ESCRAVOS</b>	<b>205</b>
<b>BATISMO DE AFRICANOS</b>	<b>209</b>
<b>LEGITIMIDADE</b>	<b>210</b>
<b>ORIGEM E COR DE MÃES E PAIS</b>	<b>213</b>
<b>A VIDA FAMILIAR NAS ESCRAVARIAS</b>	<b>218</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>230</b>

**CAPÍTULO 7: COMPADRIO E APADRINHAMENTO ESCRAVO EM PORTO ALEGRE 231**

<b>DEBATES SOBRE COMPADRIO E APADRINHAMENTO</b>	<b>231</b>
<b>APADRINHAMENTO E COMPADRIO ENVOLVENDO OS ESCRAVOS DE PORTO ALEGRE, EM FINS DO SÉCULO XVIII</b>	<b>238</b>
<b>LAÇOS FAMILIARES NUM AMBIENTE DE PEQUENAS ESCRAVARIAS</b>	<b>251</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>268</b>

**CONCLUSÃO 269**

**APÊNDICE METODOLÓGICO 271**

**APÊNDICE ESTATÍSTICO 273**

**FONTES 280**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 283**

## Lista de tabelas

TABELA 1: POPULAÇÃO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, EM 1780 E 1802.....	36
TABELA 2: POPULAÇÃO DE PORTO ALEGRE, 1780 E 1802.....	37
TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO (%) DAS POPULAÇÕES CATIVAS SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS EM PORTO ALEGRE, 1782, NO OESTE MINEIRO E PARACATU, 1831-32, E NA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE, ENTRE 1764-1809.....	53
TABELA 4: RAZÕES DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO DE PORTO ALEGRE, 1782, E DE PARÓQUIAS BAIANAS (TAPERAGOA, ÁGUA FRIA E INHAMBUSE), 1788.....	55
TABELA 5: RAZÕES DEMOGRÁFICAS DAS POPULAÇÕES ESCRAVAS DE PORTO ALEGRE, 1782, DO OESTE MINEIRO, 1831-32 E DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE, 1764-1809.....	56
TABELA 6: ESTIMATIVA DE SOBREVIVÊNCIA DE CRIANÇAS ENTRE A FAIXA ETÁRIA DE 0 A 4 ANOS PARA A DE 10 A 14 ANOS, EM PORTO ALEGRE, 1782, E NA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, 1764-1808.....	58
TABELA 7: POPULAÇÃO DE PORTO ALEGRE, SEGUNDO POSIÇÃO EM RELAÇÃO AO CHEFE DE DOMICÍLIO, EM 1782.....	77
TABELA 8: ORIGEM DOS CASAIS CHEFES DE FOGO, SEGUNDO REGIÃO, EM PORTO ALEGRE, 1782.....	82
TABELA 9: MEDIDAS DE TENDÊNCIAS CENTRAL DOS NÚCLEOS PRINCIPAIS DE PORTO ALEGRE, SEGUNDO ÁREA, EM 1782.....	85
TABELA 10: SEXO DOS CHEFES DE FOGO DE PORTO ALEGRE, SEGUNDO ÁREA, EM 1782.....	85
TABELA 11: SITUAÇÃO CONJUGAL DOS CHEFES DE FOGOS, SEGUNDO ÁREA, EM PORTO ALEGRE, 1782.....	86
TABELA 12: MEDIDAS DE TENDÊNCIAS CENTRAL DE FILHOS DOS CHEFES DE DOMICÍLIO CASADOS OU VIÚVOS, SEGUNDO ÁREA, EM PORTO ALEGRE, 1782.....	87
TABELA 13: NÚMERO MÉDIO DE FILHOS DOS CHEFES DE FOGOS CASADOS OU VIÚVOS, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS, EM PORTO ALEGRE, 1782.....	88
TABELA 14: NÚMERO DE FOGOS ESCRAVISTAS E O DE CATIVOS, PORTO ALEGRE, 1779 – 1792.....	98
TABELA 15: MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL E DE CONCENTRAÇÃO DA POSSE DE ESCRAVOS EM PORTO ALEGRE, 1779 – 1792.....	100
TABELA 16: ESCRAVOS POSSUÍDOS (%) PELOS 25% MAIORES E PELOS 25% MENORES PROPRIETÁRIOS DE ES CRAVOS DE PORTO ALEGRE, 1779 A 1792.....	106
TABELA 17: PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS SEGUNDO SEXO, EM PORTO ALEGRE (%).....	107
TABELA 18: PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS CONFORME CONDIÇÃO JURÍDICA EM PORTO ALEGRE (%).....	108
TABELA 19: PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS CONFORME ESTADO CONJUGAL EM PORTO ALEGRE (%).....	109
TABELA 20: PARTICIPAÇÃO (%) DE CASADOS E VIÚVOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS PROPRIETÁRIOS ESCRAVISTAS EM PORTO ALEGRE, SEGUNDO SEXO.....	110
TABELA 21: TAMANHO MÉDIO DA POSSE ESCRAVA CONFORME IDADE DOS PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS EM PORTO ALEGRE, 1782.....	111
TABELA 22: IDADE MÉDIA DOS PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS DE PORTO ALEGRE, CONFORME FAIXAS DE TAMANHO DAS ESCRAVARIAS, EM 1782.....	112
TABELA 23: CARACTERÍSTICAS ESTATÍSTICAS DAS POSSES ESCRAVAS, CONFORME LOCALIZAÇÃO, EM PORTO ALEGRE, 1782.....	113
TABELA 24: DISTRIBUIÇÃO (%) DE PROPRIETÁRIOS E DE ESCRAVOS CONFORME TAMANHO E LOCALIZAÇÃO DA POSSE ESCRAVA, EM PORTO ALEGRE, 1782.....	114

TABELA 25: DISTRIBUIÇÃO (%) DA POPULAÇÃO ESCRAVA DE PORTO ALEGRE CONFORME FAIXAS ETÁRIAS E TAMANHO DAS POSSES ESCRAVAS, NOS ANOS DE 1779 E 1782 .....	115
TABELA 26: DISTRIBUIÇÃO (%) DA POPULAÇÃO ESCRAVA CONFORME FAIXA ETÁRIA E REGIÃO EM PORTO ALEGRE, 1782.....	116
TABELA 27: RAZÃO DE SEXO DOS CATIVOS CONFORME FAIXA ETÁRIA E ÁREA EM PORTO ALEGRE, 1782 .....	117
TABELA 28: PERFIL DOS CHEFES DE DOMICÍLIO CONSTANTES NAS RELAÇÕES DE MORADORES DE PORTO ALEGRE DE 1784 E 1797, CONFORME FORMA DE ACESSO À TERRA .....	135
TABELA 29: POSSUIDORES DE LAVOURAS E REBANHOS (DE RESES OU BOIS) DE PORTO ALEGRE DOS ANOS DE 1784 E 1797 .....	136
TABELA 30: PROPRIEDADES FUNDIÁRIAS E FORMAS DE ACESSO A TERRA EM PORTO ALEGRE, 1784 .....	137
TABELA 31: PROPRIEDADES FUNDIÁRIAS E FORMAS DE ACESSO A TERRA EM PORTO ALEGRE, 1797 .....	137
TABELA 32: PROPRIEDADES AGRÁRIAS DE PORTO ALEGRE, 1784 E 1797 .....	139
TABELA 33: ESTIMATIVA DA EXTENSÃO DAS PROPRIEDADES DE TERRAS EM PORTO ALEGRE, 1784 .....	140
TABELA 34: FORMAS DE ACESSO A TERRA EM PORTO ALEGRE, 1784 E 1797 .....	142
TABELA 35: MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL DE REBANHOS DE RESES E BOIS EM PORTO ALEGRE .....	146
TABELA 36: CARACTERÍSTICAS ESTATÍSTICAS DA POSSE ESCRAVA DOS MORADORES DA REGIÃO RURAL DE PORTO ALEGRE, ENTRE 1782 E 1797 .....	149
TABELA 37: COMPOSIÇÃO E MÉDIA DE MEMBROS DOS DOMICÍLIOS DE FORA DOS MUROS DE PORTO ALEGRE, 1782 .....	155
TABELA 38: NÚMERO MÉDIO DE FILHOS E ESCRAVOS DOS CHEFES DE FOGOS CASADOS OU VIÚVOS, MORADORES DA ÁREA RURAL, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS, EM PORTO ALEGRE, 1782.....	157
TABELA 39: RAZÃO DE ESCRAVISTAS ENTRE OS FAMILIARES DOS PRIMEIROS POVOADORES DA ÁREA RURAL DE PORTO ALEGRE, CONFORME TAMANHO DA POSSE ESCRAVA, INÍCIO DA DÉCADA DE 1780 .....	167
TABELA 40: POSSE DAS FAMÍLIAS DOS PRIMEIROS POVOADORES COM MAIORES POSSES ESCRAVISTAS, INCLUINDO SEUS FILHOS E GENROS, EM RELAÇÃO AO MONTANTE TOTAL DE BENS, EM PORTO ALEGRE, 1797 .....	176
TABELA 41: COMPRA DE TERRAS EM PORTO ALEGRE, 1784 E 1797 .....	180
TABELA 42: ORIGEM E COR DAS MÃES DOS BATIZADOS EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1772 E 1800 .....	214
TABELA 43: ORIGEM E COR DOS PAIS DOS BATIZADOS EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1772 E 1800 .....	215
TABELA 44: ORIGEM DE MÃES E PAIS DE BATIZADOS EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1772 E 1800 .....	217
TABELA 45: COR DE MÃES E PAIS DE CRIANÇAS BATIZADAS EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1772 E 1800.....	217
TABELA 46: DISTRIBUIÇÃO (%) DOS SENHORES, DE MÃES E FILHOS ENTRE 1773 E 1782 E DE MULHERES ADULTAS E CRIANÇAS EM 1782, SEGUNDO FAIXAS DE POSSE ESCRAVA, EM PORTO ALEGRE .....	220
TABELA 47: RAZÃO DE BATIZADOS POR MÃES ESCRAVAS ENTRE 1773 E 1782 E RAZÃO DE CRIANÇA POR MULHER ADULTA EM 1782, SEGUNDO FAIXAS DE POSSE ESCRAVA, EM PORTO ALEGRE .....	221
TABELA 48: ÍNDICE DE LEGITIMIDADE (%) DOS FILHOS DAS ESCRAVAS BATIZADOS EM PORTO ALEGRE, CONFORME FAIXAS DE TAMANHO DE POSSE ESCRAVA, ENTRE 1773 E 1782.....	222
TABELA 49: MEDIANAS DE IDADE DE SENHORES DE ESCRAVOS E DAS ESCRAVAS ENTRE 15 E 44 ANOS, SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DE PLANTEL .....	224
TABELA 50: RAZÃO CRIANÇA/MULHER E RAZÃO DE SEXO DE ADULTOS CONFORME ÁREA, EM PORTO ALEGRE, EM 1782.....	225

TABELA 51: MÃES ESCRAVAS CONFORME ORIGEM, ESTADO CIVIL E TAMANHO DA POSSE, EM PORTO ALEGRE, 1773-1782.....	228
TABELA 52: RAZÃO DE FILHOS BATIZADOS PARA CADA 100 MÃES ESCRAVAS, SEGUNDO ORIGEM, EM PORTO ALEGRE, 1773-1782.....	229
TABELA 53: CONDIÇÃO JURÍDICA DE PADRINHOS E MADRINHAS DE FILHOS DE ESCRAVOS EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1772 E 1800 .....	240
TABELA 54: CONDIÇÃO JURÍDICA DE PADRINHOS E MADRINHAS SEGUNDO A CONDIÇÃO DE FILIAÇÃO DAS CRIANÇAS BATIZADAS EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1772 E 1800.....	242
TABELA AE 1: POPULAÇÃO E DOMICÍLIOS NOS RÓIS DE CONFESSADOS DE PORTO ALEGRE, SEM EXCLUSÃO OU ACRÉSCIMOS DE DADOS, DO PERÍODO ENTRE 1779 A 1792.....	273
TABELA AE 2: COMPOSIÇÃO (%) DA POPULAÇÃO CONFORME RELAÇÃO COM O CHEFE DE FOGO .....	273
TABELA AE 3: POPULAÇÃO DE PORTO ALEGRE (#) CONFORME CONDIÇÃO SOCIAL E/OU ORIGEM, 1782.....	273
TABELA AE 4: POPULAÇÃO DE PORTO ALEGRE SEGUNDO CONDIÇÃO SOCIAL (LIVRES E ESCRAVOS) SEXO, DISTRIBUÍDO EM FAIXAS ETÁRIAS, 1782 .....	274
TABELA AE 5: RAZÃO DE SEXO POR FAIXAS ETÁRIAS DE LIVRES E ESCRAVOS EM PORTO ALEGRE, 1782.....	275
TABELA AE 6: LOCALIZAÇÃO DAS MORADIAS DE LAVRADORES DE PORTO ALEGRE, EM 1782 .....	275
TABELA AE 7: FOGOS ESCRAVISTAS E DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DE POSSE EM PORTO ALEGRE, EM 1779, 1782 E 1792.....	276
TABELA AE 8: ORIGEM DOS ESCRAVOS ADULTOS BATIZADOS EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1772 E 1800.....	276
TABELA AE 9: PADRINHOS DE ESCRAVOS NOVOS E CRIANÇAS (LEGÍTIMAS E NATURAIS) CONFORME CONDIÇÃO JURÍDICA E QUINQUÊNIO, EM PORTO ALEGRE .....	277
TABELA AE 10: MADRINHAS DE ESCRAVOS NOVOS E CRIANÇAS (LEGÍTIMAS E NATURAIS) CONFORME CONDIÇÃO JURÍDICA E QUINQUÊNIO, EM PORTO ALEGRE .....	277

## Lista de Gráficos

GRÁFICO 1: COMPOSIÇÃO (%) DA POPULAÇÃO DE PORTO ALEGRE DE ACORDO COM RELAÇÃO COM O CHEFE DO DOMICÍLIO .....	40
GRÁFICO 2: RAZÃO DE SEXO DOS MEMBROS DOS DOMICÍLIOS DE PORTO ALEGRE, CONFORME RELAÇÃO COM O CHEFE DO FOGO, ENTRE 1779 E 1792.....	41
GRÁFICO 3: PIRÂMIDE ETÁRIO-SEXUAL (%) DA POPULAÇÃO LIVRE DE PORTO ALEGRE, 1782 .....	44
GRÁFICO 4: PIRÂMIDE ETÁRIO-SEXUAL (%) DA POPULAÇÃO ESCRAVA DE PORTO ALEGRE, 1782.....	45
GRÁFICO 5: RAZÃO DE SEXO POR FAIXAS ETÁRIAS DECENAIS DE LIVRES E ESCRAVOS EM PORTO ALEGRE, 1782...46	46
GRÁFICO 6: RAZÃO DE SEXO POR FAIXAS ETÁRIAS DE LIVRES E ESCRAVOS EM PORTO ALEGRE, 1782, EXCLUINDO-SE OS IDOSOS .....	47
GRÁFICO 7: DISTRIBUIÇÃO (%) DE ESCRAVOS E LIVRES ADULTOS (15-44 ANOS), SEGUNDO SEXO, EM PORTO ALEGRE, 1782 .....	59
GRÁFICO 8: FOGOS ESCRAVISTAS (%) SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DE POSSE ESCRAVA EM PORTO ALEGRE, 1779 – 1792.....	104
GRÁFICO 9: ESCRAVOS (%) SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DE POSSE ESCRAVA EM PORTO ALEGRE, 1779-1792 .....	104
GRÁFICO 10: POPULAÇÃO DA ÁREA RURAL DE PORTO ALEGRE, CONFORME CONDIÇÃO JURÍDICA E FAIXA ETÁRIA, EM 1782 .....	153
GRÁFICO 11: ADULTOS (ENTRE 15 E 44 ANOS) DA ÁREA RURAL DE PORTO ALEGRE, 1782 .....	154
GRÁFICO 12: DISTRIBUIÇÃO (#) DA MÃO-DE-OBRA ATIVA (ENTRE 15 E 44 ANOS) LIVRE E ESCRAVA NOS FOGOS ESCRAVISTAS RURAIS DE PORTO ALEGRE, CONFORME A QUANTIDADE DE ESCRAVOS DOS FOGOS, EM 1782 .....	159
GRÁFICO 13: FREQUÊNCIA DE BATISMO DE ESCRAVOS AFRICANOS E RECÉM-NASCIDOS EM PORTO ALEGRE E PROJEÇÃO DE DESEMBARQUE DE CATIVOS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO, 1772 A 1800.....	207
GRÁFICO 14: CONDIÇÃO DE FILIAÇÃO DAS CRIANÇAS ESCRAVAS NASCIDAS EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1772 E 1800.....	212
GRÁFICO 15: PADRINHOS E MADRINHAS CONFORME CONDIÇÃO JURÍDICA, EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1772 E 1800 .....	244
GRÁFICO 16: CONDIÇÃO JURÍDICA DOS PADRINHOS (%) DE CRIANÇAS LEGÍTIMAS EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1772 -1800 .....	245
GRÁFICO 17: CONDIÇÃO JURÍDICA DOS PADRINHOS (%) DE CRIANÇAS NATURAIS EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1772 -1800.....	246
GRÁFICO 18: CONDIÇÃO JURÍDICA DAS MADRINHAS (%) DE CRIANÇAS LEGÍTIMAS EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1772 -1800 .....	246
GRÁFICO 19: CONDIÇÃO JURÍDICA DAS MADRINHAS (%) DE CRIANÇAS NATURAIS EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1772 -1800 .....	247
GRÁFICO AE: 1 TENDÊNCIA POLINOMINAL DE ESCOLHA DE PADRINHOS E MADRINHAS, CONFORME CONDIÇÃO JURÍDICA DOS MESMOS, EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1772 E 1800.....	278

GRÁFICO AE: 2 CONDIÇÃO JURÍDICA DOS PADRINHOS, CONFORME FILIAÇÃO DAS CRIANÇAS ESCRAVAS, POR QUINQUÊNIOS, EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1772 E 1800 .....	278
GRÁFICO AE: 3 CONDIÇÃO JURÍDICA DAS MADRINHAS, CONFORME FILIAÇÃO DAS CRIANÇAS ESCRAVAS, POR QUINQUÊNIOS, EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1772 E 1800 .....	279

## Lista de figuras

FIGURA 1: MAPA DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO NAS DÉCADAS DE 1760 E 1770 .....	33
FIGURA 2: LOCALIZAÇÃO DAS TRÊS PRIMEIRAS PROPRIEDADES DE PORTO ALEGRE, EM MEADOS DO SÉCULO XVIII, E DO NÚCLEO URBANIZADO DA FREGUESIA, A PARTIR DE 1772 .....	75

## Lista de quadros

QUADRO 1: BATISMOS DE CRIANÇAS DA ESCRAVARIA DE ALEXANDRE DA COSTA LUIS.....	254
QUADRO 2: BATISMOS DE CRIANÇAS DA ESCRAVARIA DE MANUEL DE ÁVILA DE SOUZA.....	257

## Lista de diagramas

DIAGRAMA 1: VÍNCULOS ESTABELECIDOS ENTRE DIFERENTES ESCRAVARIAS A PARTIR DAS RELAÇÕES DE APADRINHAMENTO DOS ESCRAVOS DE ALEXANDRE DA COSTA E MANUEL DE ÁVILA DE SOUZA, EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1772 E 1800 .....	258
DIAGRAMA 2: RELAÇÕES DE APADRINHAMENTOS NUCLEADAS PELO CASAL JOÃO E JOSEFA, ESCRAVOS DO LAVRADOR ALEXANDRE DA COSTA LUIS, EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1772 E 1800 .....	261
DIAGRAMA 3: RELAÇÕES DE APADRINHAMENTOS NUCLEADAS PELO CASAL MATEUS E ENGRACIA, ESCRAVOS DO LAVRADOR MANUEL DE ÁVILA DE SOUZA, EM PORTO ALEGRE, ENTRE 1772 E 1800 .....	263



## **Siglas**

AHCMPA: Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

AHPA: Arquivo Histórico de Porto Alegre

AHU: Arquivo Histórico Ultramarino

ANRJ: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

APERS: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

## **Abreviações das fontes**

RCPA: Rol de confessados de Porto Alegre

RM: Relação de moradores

LBPA: Livro de batismos de Porto Alegre

## Introdução

Em um arrolamento da população – o *rol de confessados* – de Porto Alegre do ano de 1782, encontra-se a descrição do domicílio de Alexandre da Costa Luis, um lavrador de avançada idade. Estava ele acompanhado de sua esposa, também idosa, e de 16 escravos que, em sua maioria, possuíam 30 anos ou mais. As crianças não eram poucas, pois somavam 5, ou quase um terço da escravaria. Esta simples descrição gera uma série de questionamentos: quantos moradores da localidade possuíam escravos? Em quais atividades tais cativos eram empregados? A existência de crianças indica a formação de famílias escravas? Se havia famílias, em quais situações elas se formavam? Responder a estes questionamentos é algo urgente, pois este tema apenas há pouco tempo passou a ser considerado um problema pertinente.

Em realidade, a história colonial da capital gaúcha foi inicialmente escrita em tintas brancas pelos intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Augusto e Aquiles Porto Alegre, Archymedes Fortini, Valter Spalding, Guilhermino Cesar, Francisco Riopardense de Macedo<sup>1</sup>, narraram a doação de sesmarias a Jerônimo de Ornelas, a epopeia açoriana, as façanhas de José Marcelino de Figueiredo, a transferência da capital, a demarcação das ruas e a abertura de estradas. Atas da Câmara, cartas, relatos de viajantes e memórias foram as fontes que permitiram a esses historiadores a institucionalização dos fatos oficiais e das datas cívicas da cidade. Nas narrativas destes autores, tudo se passa como se fosse etnicamente homogêneo o grupo responsável pela formação e crescimento daquilo que viria a ser Porto Alegre. De um lado, açorianos; de outro, portugueses.

Para esta corrente historiográfica, Porto Alegre, no século XVIII, parece não ter contado com presença escrava significativa. Para Guilhermino César, ex-presidente do IHG-RS, os poucos recursos obtidos pelos povoadores açorianos não lhes permitiram adquirir cativos e os muitos escravos da Real Feitoria do Linho Cânhamo, uma propriedade da Coroa portuguesa destinada à produção de corda, não passavam de uma exceção na Capitania. Ao concordar com Fernando Henrique Cardoso, César afirma que apenas com a introdução das charqueadas os escravos passaram a entrar em grandes levadas, pois somente o negro, “com a sua extraordinária resistência física, podia atender satisfatoriamente aos pesados encargos da

---

<sup>1</sup> PORTO ALEGRE, Achylles. *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: UE/SMC de Porto Alegre, 1994; FORTINI, Archymedes. *Porto Alegre através dos tempos*. Porto Alegre: Divisão Cultural/ Prefeitura de Porto Alegre, 1962; SPALDING, Valter. *Pequena História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967; CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre, 1970; MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968; MACEDO, Francisco. *Porto Alegre: história e vida da cidade*. Porto Alegre: Sulina. 1973.

nova indústria”. Ao expor as estatísticas da população do Rio Grande do início do século XIX (qualificadas como “pouco merecedoras de fé”), o autor não apresenta conclusão alguma. Apenas reitera as afirmações de Saint-Hilaire de terem sido enviados escravos rebeldes ou viciosos para o Rio Grande do Sul e de serem bem tratados os escravos das estâncias. Para César, portanto, a escravidão foi introduzida tardiamente no Rio Grande do Sul, mas representou um sistema de trabalho secundário em relação ao trabalho livre (executado principalmente por imigrantes açorianos ou alemães) na maioria das atividades desenvolvidas<sup>2</sup>.

A avaliação mais acurada dos dados estatísticos do início do século XIX é a de Francisco Riopardense de Macedo, em sua importante *Porto Alegre: origem e crescimento*. Ao tratar da explosão demográfica do Rio Grande do Sul, o autor demonstra por meio do mapa de população de 1814 que negros, índios e livres de cor constituíam a maior da parcela população. Particularmente em Porto Alegre, os escravos representavam expressiva parte da população<sup>3</sup>. Este, no entanto, é um dos poucos momentos em que o autor trata dos escravos da localidade no período colonial, assim como em suas obras posteriores.

Valter Spalding, na sua *Pequena História de Porto Alegre*, transcreve um documento no qual constam informações sobre um destacamento de duzentos paulistas que se dirigiam às Missões, no ano de 1752, dos quais sessenta ficaram no Porto do Dorneles<sup>4</sup>. Foram arrolados um preto forro e oito cativos. Esse é o relato que atesta a antiguidade da presença africana no “Porto dos Casais”, mas foi a única referência à participação cativa na localidade encontrada pelo autor para o período. Para Spalding, a presença de cativos iniciar-se-ia em Porto Alegre apenas a partir de 1798, ano em que a Câmara nomeou um capitão-do-mato. A presença da mão-de-obra escrava seria, pois, posterior ao período de formação da localidade<sup>5</sup>.

Para Charles Monteiro, os intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico criaram não uma, mas duas narrativas fundacionais da cidade de Porto Alegre. A primeira, denominada por Monteiro como o “mito açoriano”, e a segunda, que afirma a presença tardia da presença de escravos no povoado<sup>6</sup>. Essa é a história oficial do “nascimento” e formação de Porto Alegre: uma história branca. Segundo Monteiro:

Spalding estabeleceu as datas, os sujeitos e os lugares de forma

---

<sup>2</sup> CÉSAR, *idem*, p. 30s.

<sup>3</sup> MACEDO, *idem*, p. 71.

<sup>4</sup> SPALDING, *idem*, p. 40. Porto do Dorneles e Porto dos Casais são os nomes anteriores da localidade que se tornou a freguesia de Porto Alegre.

<sup>5</sup> MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 101.

<sup>6</sup> MONTEIRO, *idem*, p. 66.

sinéctica e evolutiva para explicar o processo de povoação de Porto Alegre. Criando, assim, uma matriz explicativa da cidade que procurava legitimar-se pela transcrição integral dos documentos oficiais (...). Tal versão vulgarizou-se, entre 1940 e 1970, por meio da imprensa e do ensino de história local nas escolas primárias<sup>7</sup>.

Apenas na década de 1960 ambos os mitos foram criticados, graças aos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso<sup>8</sup> e do padre Ruben Neis<sup>9</sup>. Cardoso rebateu as interpretações que caracterizam a relação entre senhores e escravos no Rio Grande do Sul como “igualitária” e definiu a sociedade da província como escravocrata. Sobre o papel da escravidão no período colonial, baseado em relatos de viajantes, apontou o emprego de cativos nas charqueadas e na triticultura. O autor pressupunha que estas eram as únicas atividades que permitiriam o acúmulo de capital necessário para a aquisição de cativos, ainda que seja dúbia sua posição em relação à atividade do trigo<sup>10</sup>.

Conforme o Cardoso, Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo viram-se dependentes do trabalho cativo, assim como o eram outras grandes cidades do Brasil. Em vista da falta de mão-de-obra e da tendência dos livres de evitarem o trabalho, os negros eram necessários para os serviços públicos, nas atividades domésticas e nas ocupações artesanais e de transformação<sup>11</sup>. Apesar disso, o escravismo enquanto sistema de produção organizou-se de maneira integral, completa, apenas com o aparecimento das empresas de salga de carne. “Foi a indústria do charque, todavia, que tornou a exploração do escravo regular e intensa no Rio Grande do Sul”<sup>12</sup>. Para Cardoso, portanto, ainda que os cativos fossem muito utilizados nas freguesias urbanas, o sistema de trabalho nestas áreas não poderia ser classificado como plenamente escravista.

Neis foi o responsável pela obtenção e revelação da documentação eclesiástica que serviria de base empírica para comprovar a extensão da presença escrava na Capitania de São Pedro, durante o século XVIII. Segundo a historiógrafa e arquivista do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), Vanessa Campos, Neis percorreu Paróquias do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo para recuperar os róis de confessados, que são um tipo de lista nominativa elaborada pela Igreja. Com base nesta documentação, publicou a obra *Guarda Velha de Viamão*, na qual comprova a antiguidade e

---

<sup>7</sup> MONTEIRO, *idem*, p. 101s.

<sup>8</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Primeira publicação de 1962.

<sup>9</sup> NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

<sup>10</sup> OSÓRIO, Helen. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 29s.

<sup>11</sup> CARDOSO, *idem*, p. 80ss.

<sup>12</sup> CARDOSO, *idem*, p. 77.

amplitude da presença cativa no extremo sul da América portuguesa. Ao tratar do período de estabilização da ocupação dos Campos de Viamão (região a qual Porto Alegre pertence), o autor demonstra a magnitude da importância da escravidão na região ao verificar que 40% da população de Viamão listada no rol de confessados de 1788 vivia sob o cativoiro<sup>13</sup>.

Entretanto, desde o trabalho pioneiro de Neis, foram poucos os estudos que enfocaram a escravidão no século XVIII no Rio Grande de São Pedro. Contamos, por exemplo, com os trabalhos de Mário Maestri, Helen Osório, Fábio Kühn, Gabriel Berute, Sherol Santos, Bruna Sirtori, Gabriel Aladrén, Silmei Petiz, Ana Paula Schantz, Ian Danilevicz e Márcio Blanco<sup>14</sup>, dentre outros. Apesar do aumento da produção de dissertações e teses sobre o assunto nos últimos anos, não temos qualquer uma que aborde a escravidão em Porto Alegre para o período em foco. Mesmo contando com trabalhos que dão conta da estrutura produtiva e da atuação escrava em âmbito regional, são necessários trabalhos que enfoquem localidades específicas na Capitania do Rio Grande de São Pedro, durante o século XVIII.

Dos estudos recentes, interessam-nos alguns que tratam, particularmente, da história de Porto Alegre e da participação de diferentes grupos sociais nesta freguesia. Ana Silvia Volpi Scott apresentou uma série de trabalhos baseados em fontes eclesiásticas das décadas de 1770 a 1790. Utilizando os róis de confessados, a autora evidenciou ampla participação de escravos e o peso demográfico da área urbanizada da freguesia, em 1779. Por meio do uso de registros de batismos, apontou o expressivo crescimento da população<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> NEIS, *idem*, p. 41.

<sup>14</sup> Ver, por exemplo, MAESTRI FILHO, Maestri. O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e liberdade. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006; OSÓRIO, *idem*; OSÓRIO, Helen. Escravos de la frontera: padrones de la esclavitud africana en Rio Grande do Sul, 1765-1825. In: BETANCUR, Arturo; BORUCKI, Alex; FREGA, Ana. (Org.). Estudios sobre la cultura afro-rioplatense. Historia y presente. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2004b, p. 7-15; KÜHN, Fábio. Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII. Niterói: PPGH – UFF, 2006. Tese de doutorado; BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação de mestrado; SANTOS, Sherol. *Apesar do cativoiro: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824)*. São Leopoldo: PPGH Unisinos, 2009. Dissertação de mestrado; ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-35*. Niterói: UFF, 2008. Dissertação de mestrado; SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime. (1765-1784)*. Rio de Janeiro: PPGH-UFRJ, 2008. Dissertação de mestrado; PETIZ, Silmei. *Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. São Leopoldo: PPGH Unisinos, 2009. Tese de doutorado; SCHANTZ, Ana Paula. *Libertos no Rio Grande de São Pedro: Porto Alegre e Viamão no final do século XVIII e início do XIX*. Salvador: PPGH-UFBA, 2009. Dissertação de mestrado; DANILEVICZ, Ian. *Aspectos demográficos e padrão de posse de escravos em Viamão (1776 – 1784)*. Porto Alegre: Dept. História, UFRGS, 2009. Trabalho de conclusão de curso; BLANCO, Márcio Munhoz. A senzala em movimento: notas sobre os primórdios da família escrava nos campos de Viamão (1747-1758), In: *Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPr, 2011.

<sup>15</sup> SCOTT, Ana Silvia. Do Porto de Casais à Freguesia de Nossa Senhora da Mãe de Deus de Porto Alegre:

Denize Freitas realizou um estudo a partir dos livros de casamentos de livres da freguesia, entre os anos de 1772 e 1835, e nele apresenta uma constatação importante para os fins de nosso trabalho<sup>16</sup>. Predominava, pois, a tendência de endogamia social nos casamentos ocorridos no período: em 94% das uniões envolveram-se pessoas da mesma condição jurídica e, em 96%, apenas indivíduos da mesma cor<sup>17</sup>. Livres, forros e escravos procuravam seus semelhantes na hora do casamento.

Deve-se, entretanto, fazer uma ressalva à metodologia empregada. A autora optou por não utilizar o livro de casamento de escravos, o que prejudica a precisão dos resultados obtidos, pois os dados relativos à dita população estão sub-registrados<sup>18</sup>. De qualquer modo, sua conclusão é confirmada quando são analisados todos os casamentos envolvendo ao menos um escravo até o ano de 1804. Dos 157 enlaces realizados, 80% envolviam exclusivamente cativos<sup>19</sup>. As tendências de escolha de cônjuges em Porto Alegre, portanto, criavam e reforçavam uma hierarquia social calcada na escravidão e na “qualidade” do sangue, assim como o era em outras regiões da América portuguesa.

Os trabalhos de Gabriel Aladrén e Ana Paula Schantz muito contribuíram para a compreensão da realidade dos libertos das freguesias de Porto Alegre e Viamão no século XVIII e nas primeiras décadas do XIX. Ambos demonstram a primazia das mulheres na aquisição da alforria, mas com uma significativa alteração no que diz respeito à cor dos indivíduos alforriados. Se no século XVIII predominou a manumissão de pretos, no seguinte, os pardos passaram à frente.

Ao demonstrar a dificuldade de forros obterem capital suficiente para adquirir propriedades, em sua análise de inventários, Aladrén sugere que a obtenção da posse fundiária por parte de um forro dependia, além do acúmulo de algum pecúlio, da inserção social do indivíduo na localidade e do estabelecimento de relações verticais com superiores e

---

ensaios sobre os espaços de sociabilidades a partir do cruzamento nominativo de fontes eclesíásticas. In: *VII Jornadas Setecentistas*. Curitiba, 2007, p. 413-427.

<sup>16</sup> FREITAS, Denize. *O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e as suas relações matrimoniais de 1772 – 1835*. São Leopoldo: PPGH Unisinos, 2011. Dissertação de mestrado.

<sup>17</sup> FREITAS, *idem*, p.126-129.

<sup>18</sup> Se a autora apresenta um total de 29 casamentos envolvendo escravos homens e 27, escravas mulheres, entre os anos de 1772 e 1835 (*Ibidem*, p. 129), no Livro de Casamentos de Escravos da freguesia, encontram-se 157 casamentos envolvendo ao menos um escravo ou escrava, exclusivamente entre os anos de 1772 e 1804. Outro problema da não utilização do livro de casamento de escravos a ser considerado é algum nível de sub-registro dos dados relativos aos forros. Por exemplo, encontramos um caso de casamento entre uma livre e um escravo, que não fora encontrada por Freitas. Este casamento envolveu a índia Inácia Dias Cortes e José, escravo do comerciante Manuel Fernandes Guedes, no ano de 1777. Ver *Primeiro livro do casamento de escravos de Porto Alegre, 1772-1822*, AHCMPA.

<sup>19</sup> Fontes: *Primeiro livro do casamento de escravos de Porto Alegre, 1772-1822*, AHCMPA; *Primeiro, segundo e terceiro livros de casamento de Porto Alegre, 1772 – 1835*, AHCMPA. Estes livros foram transcritos pela historiógrafa do AHCMPA, Vanessa Gomes de Campos, e o arquivo dos mesmos foi-nos repassado pelo Prof. Fábio Kühn, aos quais somos agradecidos.

subordinados, bem como das horizontais com vizinhos e parceiros. Schantz, por sua vez, ao trabalhar com a história de alguns forros de Porto Alegre no século XVIII, demonstra como as relações familiares (não menos de 73% dos libertos pesquisados eram casados ou viúvos), de agregamento e de compadrio mostraram-se relevantes nas vivências destes indivíduos<sup>20</sup>.

Sobre a vivência de índios em Porto Alegre, no período colonial, há um verdadeiro hiato historiográfico. Em alguma medida, os trabalhos de Elisa Garcia e Bruna Sirtori fornecem subsídios para pensar o problema, pois ambas as autoras pesquisaram sobre os índios da Aldeia dos Anjos, um aldeamento vizinho a Porto Alegre<sup>21</sup>. Segundo o mapa de população de 1802, a Aldeia, sozinha, concentrava metade da população indígena do Rio Grande.

Conforme demonstra Garcia, com a fundação da Aldeia dos Anjos, em 1763, criou-se uma situação de tensão entre fazendeiros luso-brasileiros, autoridades imperiais e os índios egressos das Missões após a Guerra Guaranítica. Neste processo, os guaranis mostraram-se politicamente ativos, utilizando, inclusive, dispositivos legais para resguardar seus direitos de súditos do rei de Portugal. Forjaram, pois, uma nova faceta à sua identidade: súditos de Portugal, mas ainda guaranis, o que lhes assegurava certa autonomia política na Aldeia e o recebimento de rações de carne, principal sustento de viúvas com filhos menores e pessoas idosas, os quais tiveram seus esposos, pais e filhos perdidos na Guerra. Esta identidade estava intimamente relacionada à preservação da língua e ao território ocupado, motivo pelo qual a Garcia considera que os índios efetivaram um processo de “territorialização”. Devido à demanda de mão-de-obra decorrente do crescimento econômico da região iniciado em fins da década de 1770, os proprietários fundiários encontraram na relativa autonomia política da Aldeia dificuldades para distribuição da mão-de-obra de índios aldeados. Portanto, os índios eram um alvo dos proprietários de gado e terras de Viamão e Porto Alegre e o aldeamento representava-lhes uma proteção<sup>22</sup>.

Estas obras permitem-nos delinear um quadro da vida de alguns dos grupos e estratos sociais que habitavam Porto Alegre, bem como apontam para algumas questões ainda pendentes. Em primeiro lugar, a formação da capital do Continente de São Pedro não dependeu apenas de açorianos. Conforme apontou corretamente Cardoso, a escravidão representava uma fonte importante de mão-de-obra para o sistema produtivo local. No entanto, ainda não houve um esforço para definir com maior precisão o papel do escravo na

---

<sup>20</sup> ALADRÉN, *idem*; SCHANTZ, *idem*.

<sup>21</sup> GARCIA, Elisa. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Niterói: PPGH-UFF, 2007, p. 129. Tese de doutoramento; SIRTORI, *idem*.

<sup>22</sup> GARCIA, *idem*, p. 76, 90, 129.

freguesia e como a extensão da propriedade escrava no seio da população livre. Da mesma forma, desconhece-se de que maneira escravos atuavam nos meios urbano e rural, bem como as condições de vida geradas em cada um destes ambientes. O presente trabalho tem, pois, o objetivo responder a estes questionamentos.

Nosso **tema** de pesquisa é a imbricação entre as dinâmicas demográfica, econômica e social em Porto Alegre nas três últimas décadas do século XVIII. Os **objetos** analisados são as características das populações livre e escrava, a formação da mão-de-obra local, a definição dos limites entre o urbano e o rural, a estratificação econômica e os mecanismos de diferenciação social, e, por fim, os processos de socialização dos escravos através das ligações familiares e de compadrio. Ao estudar cada um destes elementos, pretendemos avaliar quais as relações causais e de interdependência estabelecidas (ou não) entre os mesmos.

Para avançar na pesquisa, valer-nos-emos de **fontes** como os róis de confessados, as relações de moradores, os livros de batismos, casamentos e óbitos, dentre outras.

O **rol de confessados**, na definição do Pe. Rubem Neis, era “uma relação anual dos paroquianos, feita por ocasião da desobriga pascal. Nele constam todos os paroquianos, família por família, com os nomes de todos os filhos e escravos, e a indicação, ao lado de cada nome, se fez sua confissão, se comungou, e se está crismado”<sup>23</sup>. No conjunto dos documentos disponíveis para o Rio Grande do Sul, o rol de confessados configura-se como uma das poucas fontes que permitem a observação da constituição dos domicílios do período colonial. Por isso, é privilegiado para o estudo demográfico da população residente na Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul.

Dentro da classificação temporal das fontes de natureza demográfica do Brasil proposta por Maria Luiza Marcílio, os róis de confessados de Porto Alegre dos anos de 1779 a 1803 enquadram-se na fase proto-estatística<sup>24</sup>. Fase, esta, caracterizada pela existência de estatísticas em apenas algumas regiões e que, apesar de não terem uma função original de análise demográfica, permitem a reconstituição da população dessas localidades e estudos mais profundos para se determinar dinâmicas, estruturas e tendências demográficas.

As normas para a elaboração do róis encontram-se nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, a primeira legislação eclesiástica voltada para regular a cristandade da América portuguesa. Estabeleceu-se, pois, a realização anual obrigatória do arrolamento dos cristãos, no período da Quaresma. Os padres, de sua parte, deveriam

---

<sup>23</sup> NEIS, *idem*, p. 41.

<sup>24</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: HUCITEC, 2000, p. 32.



... fazer os róis pelas ruas, e casas e fazendas de seus fregueses, o qual acabarão até o domingo da quaresma e sendo possível escreverão todos os fregueses por seus nomes, e sobrenomes, e os lugares, e ruas onde vivem. Deve se levantarem em cada vila e cidade cada rua por si<sup>25</sup>.

As informações dos róis de Porto Alegre estão dispostas de acordo com a constituição dos grupos familiares dos diferentes domicílios. Constam as descrições do chefe do fogo, de seus familiares, dos agregados e dos escravos. São informados os nomes, o grau de parentesco em relação ao chefe do domicílio, o estado civil e a condição social dos moradores. Nos róis de início de 1780 consta, também, a idade dos indivíduos. Apesar da exiguidade de dados, os róis de confessados permitem a análise da estrutura demográfica da população e da estrutura de posse escrava.

Utilizaremos os róis de confessados dos anos de 1779, 1780, 1781, 1782, 1790 e 1792. O uso de mais de um rol trouxe uma série de vantagens, pois permite a escolha daqueles que estivessem com melhor condição de preservação e que possuíssem o melhor conjunto de informações. Ao todo, tais róis somam mais de 1.700 registros, organizados em um banco de dados<sup>26</sup>.

Os róis apresentam uma limitação significativa, relativa à má conservação do documento, que ocasionou perda de parte das informações da fonte. Para diminuir os efeitos de tal prejuízo, operamos a recuperação de dados por meio da comparação de róis de anos próximos, procedimento útil para restabelecer partes das descrições perdidas de alguns indivíduos, como o nome e a idade. Outra vantagem obtida por meio deste procedimento foi o de padronizar os nomes dos chefes de domicílio, os quais, muitas vezes, eram escritos de maneira aleatória<sup>27</sup>.

Um aspecto a ser enfatizado é o fato de os róis de 1779 a 1782 apresentarem a idade de todos os arrolados e de neles estarem incluídas as crianças com seis anos ou menos. Ana Silvia Volp Scott, em seu estudo sobre os róis de confessados da Freguesia portuguesa de São Tiago do Ronfe, nos séculos XVIII e XIX, verificou que até o rol de 1858 não constam nem a idade dos arrolados nem os menores de sete anos<sup>28</sup>. Por isso, os róis de Porto Alegre,

---

<sup>25</sup> VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)*. São Paulo: Antônio Louzada Antunes, 1853. Livro primeiro, título XXXVII, n. 144.

<sup>26</sup> Este trabalho foi realizado no Projeto de Pesquisa “Escravos e indígenas na constituição da mão-de-obra do Rio Grande do Sul colonial, sob a coordenação da Profª. Helen Osório, entre os anos de 2008 e 2009, e recebeu financiamento da FAPERGS. Os róis utilizados foram digitalizados em projeto coordenado pelos Professores Fábio Kühn e Eduardo Neumann e pela historiógrafa Vanessa Campos do AHCMPA e contou com os trabalhos dos bolsistas Laura Ferrari, Paula Arpini, Adriano Comissoli, dentre outros.

<sup>27</sup> Nosso procedimento padrão se encontra no apêndice I.

<sup>28</sup> SCOTT, Ana Silvia. *Famílias, formas de união e reprodução no noroeste português, séculos XVIII e XIX*.

especialmente o de 1782, tornaram-se uma peça chave em nosso estudo.

É importante explicitarmos nossa opção de incluir na população total da freguesia apenas os residentes e os ausentes<sup>29</sup> e excluir os andantes, os militares listados em 1782 e os marinheiros de 1792. Isto é, destinamos nossa atenção apenas aos moradores da localidade e não à população temporária. Ainda assim, resgataremos os dados destes últimos quando necessário.

O manuseio dos diferentes róis causa a impressão de instabilidade da presença dos indivíduos ou de constante sub-registro dos fogos ao longo dos anos. No entanto, após o procedimento de recuperação de dados, descobrimos ter sido frequente a mudança na nomeação dos chefes de fogo ao longo dos anos, devido ao acréscimo ou decréscimo de sobrenomes e à alteração da grafia, ao que se acrescentam as perdas resultantes dos danos físicos da fonte. Em realidade, o número de domicílios descritos continuamente no conjunto dos nossos róis é bem maior que o sugerido a uma primeira vista. Em nosso entender, apesar dos prejuízos causados pela passagem do tempo, os róis de confessados mantiveram uma quantidade de informações suficiente para torná-lo uma fonte representativa da organização social, espacial e econômica de Porto Alegre no período em questão.

Sobre a representatividade das fontes e sua preservação material, Fábio Kühn avalia que cerca de 85% das informações dos róis de Viamão, por ele analisados, permaneceram legíveis, resultado semelhante ao encontrado nos róis de Porto Alegre. Neste, a estimativa é de cerca de 80%<sup>30</sup>. A coincidência dos resultados oferece, portanto, maior segurança no manejo dos dados disponíveis.

Bruna Sirtori, por outro lado, ao comparar a população registrada no rol de confessados da Aldeia dos Anjos de 1780 com a descrita no mapa de população do mesmo ano, constatou diferença nos valores encontrados. Na primeira fonte registram-se cerca de 400 indivíduos, contra 2355 habitantes da segunda. Para a autora, tal diferença se deve uma tipologia de classificação na qual se distinguem *fregueses* e *moradores*, sendo que a primeira

---

Guimarães: Universidade do Minho, 1999, p. 410s.

<sup>29</sup> Esta opção se deve ao fato de que os ausentes eram poucos. No rol de 1782, eles eram 41 de um total de 1609 registros, isto é, apenas 2,5% do total da população. Contrasta com este resultado aquele encontrado por Ana Silvia Scott referente à Freguesia de São Tiago do Ronfe, em Portugal. No ano de 1740, 14% dos indivíduos estavam ausentes no momento da elaboração do rol de confessados (SCOTT, *Famílias, formas de união...*, idem, p. 111).

<sup>30</sup> Para Porto Alegre, no mapa, somam-se 1512 indivíduos (não foram registrados os livres menores de sete anos) e, no rol, 1217 indivíduos (foram ignoradas as crianças livres com menos de sete anos). Sobre Viamão, ver KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII*. In GRIJÓ et al (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 47-90. Aqui, p. 49s.

categoria seria uma espécie de distinção reservada a uma parcela da população<sup>31</sup>. Em realidade, a diferença encontrada pode ser o resultado da criação de róis distintos para portugueses e índios, pois no rol de 1780 analisado pela autora, registra-se que apenas os portugueses foram contabilizados<sup>32</sup>.

Os **registros eclesiásticos de batismos, óbitos e casamentos** das populações livre e escrava disponibilizam informações que permitem a elaboração de análises demográficas, fundamentais para a compreensão das condições de vida e hábitos diferenciados na localidade<sup>33</sup>. Nesta pesquisa, não faremos uso seriado dos livros de casamento e óbito, mas apenas do de batismo de escravos, útil para o estudo da família cativa.

A prática do batismo era amplamente difundida na sociedade colonial, sem ter conhecido barreiras sociais, econômicas ou jurídicas. Não era apenas o ritual religioso de incorporação de novos elementos à comunidade cristã, como também era um importante instrumento fortalecimento dos laços de solidariedade ou subordinação, por meio da escolha dos padrinhos e madrinhas das crianças. Livres e escravos participavam igualmente do rito, inclusive escravos recém-aportados nas terras da América. Visto a obrigatoriedade da “cidadania” católica para todo e qualquer indivíduo, os dados do registro de batismo de escravos podem ser considerados, a princípio, como fidedignos da realidade passada, com baixos níveis de sub-registro<sup>34</sup>.

Nos livros de batismos de escravos constam as informações de nome e condição social dos batizados, de seus pais, senhores, padrinhos, das datas de nascimento e batismo e outras observações fortuitas, como possíveis alforrias concedidas ao nascer ou estado de saúde grave do recém-nascido. Contabilizam-se 1120 registros de escravos batizados entre os anos de 1772 e 1800.

A **Relação de moradores** é uma espécie de censo agrário realizado em duas oportunidades: uma em 1784 para todo o Rio Grande de São Pedro e, em 1797, apenas para Porto Alegre. Nele constam informações relativas à posse da terra, rebanhos e benfeitorias e

---

<sup>31</sup> Nas palavras da autora, “O que estes dados [os totais populacionais constantes no rol e no mapa de população de 1780] revelam é uma diferenciação entre aqueles que eram considerados fregueses daqueles que eram simplesmente moradores de um território. [...] Dessa maneira vemos que para os homens do século XVIII, a designação “freguês” tinha uma conotação religiosa, referia-se àqueles que deviam prestar contas à Santa Madre Igreja, enquanto o termo “morador” englobava todos aqueles que habitavam em determinada área, neste caso, a Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos” (SIRTORI, *idem*, p. 26).

<sup>32</sup> Informação gentilmente cedida pelo Prof. Fábio Kühn.

<sup>33</sup> Os primeiros livros de batismos e óbitos de livres e escravos foram transcritos e digitalizados em Projeto *Resgate de Fontes Paroquiais*, coordenado por Fábio Kühn, Eduardo Neumann e Vanessa Campos. Agradecemos aos mesmos por cederem às fontes digitalizadas à nossa pesquisa. NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (Org.). *Projeto Resgate de Fontes Paroquiais: Porto Alegre e Viamão (século XVIII – Batismos e Óbitos)*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. [CD-ROM].

<sup>34</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 304.

os arrolados são dispostos de acordo com a localidade em que residiam. Deste modo, é uma fonte privilegiada para o estudo da estrutura agrária regional e sua transformação. A *Relação de 1784* possui duas versões, que são o seu rascunho (os *borradores*, depositado no AHRS<sup>35</sup>) e a versão *oficial* (disponível no ANRJ<sup>36</sup>), cada uma delas contendo algumas informações não disponíveis na outra. Por isso, cruzamos as duas fontes de modo criar um banco com a integridade dos dados.

A dissertação foi estruturada em sete capítulos. No **primeiro capítulo**, analisamos algumas das características demográficas de livres e escravos de Porto Alegre entre 1779 e 1802 e sua evolução ao longo do período. Avaliaremos a participação no total dos habitantes de livres e escravos, assim como suas respectivas taxas de natalidade, razões de sexo, composição etária, entre outros aspectos. Ao analisar o perfil demográfico dos escravos, pretendemos mensurar em que medida a reprodução desta população dependia do tráfico. Abordamos, também, a participação de índios guaranis e libertos na freguesia e suas formas de inserção social. O objetivo último deste capítulo é tentar delimitar qual a importância da escravidão assumiu no evoluir econômico e demográfico de Porto Alegre, em suas primeiras décadas de existência enquanto freguesia.

No **segundo capítulo**, traçamos as diferenças demográficas e econômicas entre os meios urbano e rural de Porto Alegre. O estudo da origem e do ciclo de vida dos chefes de fogo, do tamanho das famílias, das atividades desempenhadas, bem como das escravarias, permitiu definir as características de cada um dos respectivos espaços. Este é um tema deveras importante, pois, até o momento, não foi alvo de um estudo mais profundo.

O problema da distribuição dos escravos no seio da comunidade livre de Porto Alegre será o assunto do **terceiro capítulo**, no qual averiguaremos em que medida a escravidão estava enraizada na paróquia. Para chegar a este objetivo, avaliamos a distribuição e a concentração de cativos e a variação no tamanho das posses escravas, bem como as características de senhores e escravos de acordo com o tamanho das propriedades.

Nos **quarto e quinto capítulos** abordamos a estrutura agrária local e as estratégias familiares dos lavradores da paróquia. Associamos o uso de metodologias de análise estrutural e de pesquisa nominal, a partir da qual reconstituímos algumas famílias, traçamos as relações estabelecidas entre as mesmas, observamos algumas estratégias sociais adotadas e os recursos

---

<sup>35</sup> “Relações de moradores de Porto Alegre e Gravataí” de 1785, os borradores de 1785 e 1797, Códice 1198A, AHRS.

<sup>36</sup> “Relação de moradores que têm campos e animais no Continente”, Códice 104, v. 6, 7 e 8, ANRJ. Agradecemos a Profª. Helen Osório por gentilmente ceder as informações relativas a Porto Alegre. Sobre a fonte, ver OSÓRIO, *O império português...*, *idem*, p. 79ss.

detidos pelos diferentes grupos.

As vivências escravas relativas à família e ao compadrio em Porto Alegre no período colonial são os temas do **sexto capítulo**. Nossos objetivos são os de avaliar a extensão do fenômeno familiar na freguesia, as características e formatos dos diferentes grupos e as circunstâncias condicionadoras de seu surgimento. Abordamos algumas questões, como o estado civil, a quantidade de filhos e as origens das mães e pais cativos. Foi dada ênfase às correlações entre a formação da família sob o cativo, o tamanho das posses de escravos e a estrutura produtiva local. Ao fim, no **sétimo capítulo**, analisamos o apadrinhamento de escravos, crianças e adultos, bem como as tendências de escolha de padrinhos e madrinhas. Tal abordagem permitiu vislumbrar um pouco dos processos de socialização dos escravos e de integração na comunidade local.

Ao longo destes capítulos, encontrar-se-á frequentemente o conceito de **família**. Não por menos, pois esta é uma das instituições centrais no funcionamento de qualquer sociedade. Particularmente no mundo do Antigo Regime, a família não apenas informava a localização social de um indivíduo, isto é, garantia sua inserção na comunidade, como era uma peça chave no funcionamento das redes econômicas e da estrutura política<sup>37</sup>. Em relação à demografia brasileira, comprovou-se que as famílias nucleares (aquelas formadas por pais e filhos) representavam a forma de organização mais comum nos períodos colonial e imperial. Outras pesquisas, por sua vez, demonstraram que diferentes grupos sociais possuíam estratégias familiares próprias destinadas a enfrentar questões cruciais, como garantir a reprodução do grupo ou, simplesmente, enfrentar as adversidades quotidianas<sup>38</sup>. Para os escravos, particularmente aqueles de origem africana, a família representou um esteio para enfrentar as adversidades encontradas no Novo Mundo e um meio para conquistar direitos e, até, para ascender na escala social<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> Um dos principais modelos para o estudo das estratégias familiares de uma sociedade de Antigo Regime é LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Ver, também, IMÍZCOZ, José Maria. Comunidad, red social y élites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Régimen. In: Imízcoz (dir.). *Elites, poder y red social. Las élites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 1996, p.13-50.

<sup>38</sup> Dentre outros autores, ver MARCÍLIO, *Crescimento demográfico...*, *idem*; BACELLAR, Carlos. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 2001; BACELLAR, Carlos. *Os senhores da terra*. Campinas: CMU / Unicamp, 1997. FARIA, *A Colônia em movimento...*, *idem*; FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: GOUVÊA, Maria de Fátima & FRAGOSO, João (Org.). *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243 – 294.

<sup>39</sup> Ver, especialmente, CASTRO, Hebe Matos de. *As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; FLORENTINO, Manolo; GÖES, Roberto. *A Paz das Senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova

Em vista das diferentes perspectivas a partir das quais a instituição familiar pode ser encarada, apresentaremos as definições empregadas em cada capítulo. No primeiro, no segundo e no quarto capítulos, entenderemos por família os grupos nucleares, isto é, aqueles que formavam uma unidade doméstica (o fogo), conforme as descrições dos *róis de confessados*. No quinto capítulo, analisaremos as estratégias das famílias extensas, que são aquelas formadas pela união de diferentes núcleos ligados entre si por laços de sangue e afinidade. No sexto capítulo, avaliaremos os diferentes formatos de organização das famílias nascidas sob o cativo. Tendo em vista as características das fontes utilizadas, são dois os principais modelos de família escrava encontrados: aquelas formadas por mães solteiras e seus filhos (entre as quais podem ser incluídas as mulheres que mantinham relação consensual com companheiro estável) e aquelas formadas por cônjuges casados acompanhados de filhos. No sétimo capítulo, a família escrava será vista de uma perspectiva mais ampla, na qual se incluem indivíduos e famílias ligados pelos laços espirituais formados na pia batismal.

Ao fim deste trabalho, pretendemos evidenciar quais aspectos da escravaria de Alexandre da Costa Luis, apresentada no começo desta introdução, podem ser considerados representativos de seu período e quais, pelo contrário, tornavam-na singular. Atividade produtiva, ciclo de vida do senhor, estratégias de reprodução social, formação das famílias livres e das escravas: estes são alguns dentre os fatores a serem problematizados neste estudo. Esperamos, pois, que este esforço possa trazer contribuições para o entendimento da sociedade formada no período colonial do Rio Grande do Sul.

## Capítulo 1

### Povoamento em branco e preto: população e crescimento econômico em Porto Alegre, 1779-1802

A América portuguesa formou-se pela interação de europeus, ameríndios e africanos sob o pano de fundo de uma hierarquia social sedimentada na escravidão, na qualidade do sangue e nas relações de mando e fidelidade, ao estilo do Antigo Regime europeu. Apesar das fortes tensões surgidas destes encontros, alguns autores realçam os efeitos da integração e da miscigenação, que se tornaram essenciais na constituição do mundo colonial. Como um dos resultados deste processo, surgiram categorias sociais intermediárias, muitas mestiças: negros crioulos, pardos, cabras, mulatos e cafuzos. Esta complexificação das “cores” associa-se à criação de posições sociais matizadas, derivadas das poucas possibilidades de transposição das barreiras sociais, as quais permitiam relativa melhoria das condições de vida e de certa ascensão social. Neste processo, a amplitude da alforria de escravos no Brasil representou um papel decisivo<sup>40</sup>.

A discussão sobre o evoluir demográfico de Porto Alegre e a constituição de diferentes grupos sociais, raciais e étnicos em sua população, no período colonial, foi apenas iniciada. No presente capítulo, faremos uso dos *Róis de confessados* e *Mapas de população* para analisar o tema em foco, cujos desdobramentos estão intimamente relacionados à formação da estrutura produtiva local.

Inicialmente, o território do qual se originou Porto Alegre era um distrito da freguesia de Viamão, cujo enorme território era conhecido como os Campos de Viamão, que foram ocupados a partir da década de 1730 por grandes proprietários de rebanhos (ver o mapa abaixo). Em 1763, com a invasão da vila de Rio Grande pelas forças espanholas, Viamão recebeu a Câmara municipal e se tornou a capital da Capitania do Rio Grande de São Pedro. Devido à distância entre o povoado e o estuário do Guaíba, o então governador, José Marcelino de Figueiredo, decidiu, em 1772, transpor a Câmara para o Porto dos Casais, o povoado formado por *casais do número*<sup>41</sup> que surgiu às margens do estuário, junto à

---

<sup>40</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; FREIRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, 2006; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 211ss; CASTRO, Hebe Mattos de. *As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. p. 34ss; LARA, Sílvia. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750 - 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 248ss; FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 121ss.

<sup>41</sup> Forma pela qual eram também chamados os casais açorianos que receberam as “datas de terras”.

propriedade de um sesmeiro. A partir deste ano, foram traçadas as ruas da área urbanizada e foram distribuídas meias-datas de terras aos lavradores. O Porto dos Casais tornou-se Porto Alegre, centro administrativo, político e comercial da capitania. A situação era muito particular, pois a freguesia era uma capital com Câmara, mas não era uma Vila, condição a qual foi elevada apenas no ano de 1808. Neste período, ocorreu um enorme crescimento da população, paralelo ao aumento de importância que a freguesia conheceu<sup>42</sup>.

Defendemos que tais modificações na população devem ser compreendidas a partir do pano de fundo ditado por quatro fatores inter-relacionados. O primeiro deles é a formação do sistema produtivo local e sua integração ao sistema mercantil organizado a partir do Rio de Janeiro. O segundo é o desenvolvimento da divisão social do trabalho com o surgimento e crescimento de um núcleo urbanizado, ao qual estava associado um cinturão agrícola. Tais fatores são, em nosso entender, determinantes, e encontram como esteio o terceiro fator, quais sejam, as particularidades da reprodução das populações livre e escrava na freguesia, resultantes da migração, do tráfico de escravos, das relações de classe e das formas de reprodução social e biológica dos diferentes grupos analisados. Por fim, o último fator a ser considerado são as estratégias sociais e territoriais empregadas por índios e libertos.

Em nossa análise, enfatizamos o papel representado pelo tráfico na constituição da população da freguesia, por este ter sido a principal fonte de fornecimento da mão-de-obra ao longo do período em foco. A intensidade do comércio de cativos afetou, de maneira decisiva, o processo de ocupação do território, a formação da estrutura produtiva local e a composição étnica da população.

---

<sup>42</sup> MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 49s; FLORES, Moacyr. *Historia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993, 50ss; FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e espaços de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 9-31; KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004. p. 49ss.





*renascimento agrícola*<sup>43</sup>. Bahia, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco, o sul de Minas Gerais, São Paulo e também o Rio Grande de São Pedro participaram ativamente das efervescentes movimentações nos mercados internacional e colonial. Eram exportados algodão, açúcar, arroz, cacau, café, fumo e cachaça; importavam-se fazendas e contingentes crescentes de escravos. Circulavam, em âmbito interno, fumo, cachaça, arroz, o trigo do sul, gado em pé, charque, sebo e couro, além dos próprios escravos africanos e coloniais<sup>44</sup>.

A região sul da América portuguesa – Sudeste, Centro-oeste e o Sul – estava interligada pelas redes comerciais cuja sede se localizava no Rio de Janeiro. Os comerciantes fluminenses representavam uma peça central na reprodução do sistema produtivo colonial, pois controlavam o tráfico de escravos, mão de obra fundamental em todo o período<sup>45</sup>. Desta grande rede comercial, o Rio Grande era um importante participante. A compra de escravos por esta Capitania e pela Vila de Santos, por exemplo, apesar de representar apenas 6% das negociações no início da década de 1810, foi capaz de ressarcir parte expressiva dos gastos dos traficantes cariocas com a aquisição de cativos nos portos africanos<sup>46</sup>.

Neste cenário, crescimento econômico e aumento populacional estavam interligados. No Recôncavo baiano, entre os anos de 1724 e 1757, período marcado por uma situação de estagnação econômica, Stuart Schwartz verificou uma taxa anual de crescimento demográfico de 1,7%; já entre os anos de 1774 e 1780, a taxa encontrada foi de 3,1% anuais, quase o dobro em relação ao período anterior. Para o autor, esta dinâmica demográfica foi consequência, em grande medida, da importação de cativos<sup>47</sup>.

Em São Paulo, a partir dos totais de população apresentados por Maria Luiza Marcílio dos anos de 1772 e 1776, verificamos uma taxa de crescimento de 3,7% anuais<sup>48</sup>. Este pequeno período encontra-se numa fase demográfica mais ampla considerada pela autora, que vai de 1765 até 1808, no qual se verificou um crescimento singular da população de 148%. Para Marcílio, estas mudanças se devem ao desenvolvimento da economia de *plantation*, à aceleração da introdução de escravos importados e à chegada na região de

---

<sup>43</sup> Sobre o assunto, ver SCHWARTZ, *idem*, p. 337ss, que trata do caso baiano. Sobre a situação verificada no Rio de Janeiro, conferir FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 92ss. Para o Rio Grande de São Pedro, ver OSÓRIO, *O Império português, idem*, p. 183ss.

<sup>44</sup> Ver SCHWARTZ, *idem*, p. 348; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 99ss; FRAGOSO & FLORENTINO, *idem*, p. 98-101.

<sup>45</sup> FRAGOSO & FLORENTINO, *idem*, p. 83ss.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 106s.

<sup>47</sup> SCHWARTZ, *idem*, p. 87s.

<sup>48</sup> MARCÍLIO, *idem*, p. 71. A população passou de 100537 para 124825 habitantes.

populações oriundas das áreas mineradoras decadentes<sup>49</sup>.

Para avaliar algumas das mudanças demográficas no Rio Grande, bem como em Porto Alegre, dispomos dos mapas de população dos anos de 1780 e 1802<sup>50</sup>. A comparação de ambos os resultados deve ser alvo de alguns cuidados. De modo geral, ambas as fontes devem ter sido produzidas para o mesmo objetivo: informar as autoridades coloniais e metropolitanas sobre os recursos de homens e mulheres disponíveis na capitania. Ambos fornecem informações referentes a livres e escravos. Dos cativos, contamos apenas com o valor total da população, enquanto os livres são classificados de acordo com sexo e idade. No entanto, no mapa de 1780 não são contabilizadas as crianças com menos de sete anos, pois a população mais jovem presente é a dos “meninos e meninas de confissão”, período de vida antigamente iniciado aos sete anos, em geral<sup>51</sup>. Além disso, neste mesmo mapa, os não-escravos não são distribuídos entre “brancos”, “libertos” e “índios”, como acontece no mapa de 1802, mas apenas entre homens e mulheres casados ou solteiros. Desta maneira, para tornar viável a comparação das populações de ambos os períodos foram necessários alguns ajustes, conforme demonstraremos a seguir.

Na Capitania do Rio Grande de São Pedro, Helen Osório constatou um período de expansão econômica e demográfica, no qual a população passou de 17.923, em 1780, para 22.437 habitantes, em 1791, resultando em uma taxa anual de crescimento populacional de aproximadamente 2,1%<sup>52</sup>. Se compararmos a população de 1780 a de 1802, encontraremos uma taxa de crescimento de 2,5% anuais<sup>53</sup>. O Rio Grande, desta maneira, acompanhou o crescimento da América portuguesa, nas últimas décadas do século XVIII, ainda que num ritmo mais lento.

---

<sup>49</sup> MARCÍLIO, *idem*, p. 71s.

<sup>50</sup> *Mappa de todos os habitantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, devididos pelas freguezias actuais da mesma Capitania no anno de 1802*. Anexo a Carta do [governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul], Paulo José da Silva Gama, ao príncipe regente [D. João], enviando mapas da população da capitania relativo ao ano de 1802 e relação da exportação e importação de 1802. 4 de dezembro de 1803. AHU, Caixa 7, doc. 485; *Mapa geográfico do Rio Grande de São Pedro suas freguesias e moradores de ambos os sexos, com declaração das diferentes condições e cidades em que se acham em 7 de outubro de 1780*: BNRJ. Agradecemos à Prof<sup>a</sup>. Helen Osório por gentilmente repassar os dados deste documento. Registre-se que Osório constatou não existirem a categoria de índios no mapa de 1780, apesar de Aurélio Porto incluí-la em sua transcrição, copiada posteriormente por Fernando Henrique Cardoso.

<sup>51</sup> MARCÍLIO, *idem*, p. 38; SCOTT, *Famílias, formas de união...*, *idem*, p. 411.

<sup>52</sup> OSÓRIO, *O Império português*, *idem*, p. 100.

<sup>53</sup> Em relação ao ano de 1802, estão excluídas as crianças brancas com menos de 7 anos, para tornar os parâmetros semelhantes aos do mapa de 1780.

**Tabela 1**  
**População da Capitania do Rio Grande de São Pedro, em 1780 e 1802**

	1780*		1802**	
	#	%	#	%
Branços	12821	71,5	20224	55,1
Índios	-	-	1264	3,4
Libertos	-	-	2233	6,1
Escravos	5102	28,5	12970	35,3
Total	17923	100,0	36691	100,0

Notas: (\*) O mapa de 1780 não registra as crianças livres com menos de 7 anos. No mesmo documento, não aparecem as categorias de “brancos”, “índios” e libertos. Neste caso, a categoria empregada nesta tabela de brancos diz respeito a toda a população não-escrava.

(\*\*) Excluídas as crianças livres (cuja população é de 5555 indivíduos), a população fica assim distribuída: 47% de livres, 4% de índios, 7% de libertos e 42% de escravos.

Obs.: Em relação ao mapa de 1802, o total por nós compulsado não é o mesmo registrado na fonte, com uma diferença negativa de 30 indivíduos. Ainda assim, este pequeno número não cria significativa alteração na distribuição relativa dos habitantes.

Fonte: *Mapa do Rio Grande de São Pedro de 1780*, BNRJ; *Mappa dos habitantes de 1802*. AHU.

A freguesia de Porto Alegre viveu de maneira particularmente intensa este processo. De uma estimativa de 1769 habitantes no ano de 1780, baseada no mapa de população deste ano, a população passou para 3927 pessoas em 1802, incluindo índios e forros<sup>54</sup>. Inegavelmente, os dados apontam um processo de intenso crescimento num período curto de tempo, pois a taxa de crescimento populacional ficou em 3,7% anuais. Se, como observa Edward Wrigley, uma taxa de 3% é resultado de uma dinâmica demográfica muito rápida e que uma taxa de 4% é alcançada raras vezes<sup>55</sup>, então Porto Alegre encontrava-se em um momento ímpar de crescimento.

<sup>54</sup> Um dos primeiros autores a utilizar os dados dos mapas de população de 1780 e 1802 foi Francisco Riopardense de Macedo, a partir dos quais defende de uma explosão demográfica no Rio Grande, no fim do século XVIII, liderado pela vila de Rio Grande e seguido por Porto Alegre. Tanto este autor como outros utilizaram como total da população da freguesia no ano de 1780 o valor de 1512 indivíduos, conforme os dados do mapa do dito ano (MACEDO, *idem*, p. 65s). Há, entretanto, uma ressalva a ser feita quanto a esta opção. Como enunciamos anteriormente, no mapa de 1780 estão excluídas as crianças livres com menos de 7 anos. Por isso, foi necessário elaborar uma estimativa da população de 1780 que incluísse as crianças livres, para que assim pudéssemos comparar adequadamente as populações dos dois períodos em foco. O procedimento é bastante simples. Avaliamos a participação deste grupo etário-social nos róis de confessados dos anos de 1779 e 1782, a partir dos quais encontramos uma participação média de 21%. Este resultado, por sinal, é semelhante ao encontrado no mapa de 1802. Estes 21% representam, pois, um acréscimo de 257 indivíduos aos 1512 enumerados no mapa de 1780.

<sup>55</sup> WRIGLEY, E. *Historia y población*. Barcelona: Critica, 1994. p. 56.

**Tabela 2**  
**População de Porto Alegre, 1780 e 1802**

	Estimativa de 1780*		1802	
	#	%	#	%
Branco**	1224	69,2	2008	51,1
Índios	--	--	44	1,1
Libertos	--	--	305	7,8
Escravos	545	30,8	1570	40,0
Total	1769	100,0	3927	100,0

Notas: (\*) Foi necessário elaborar uma estimativa da população de 1780 pelo fato de que o mapa deste ano não apresenta o total de crianças livres menores de 7 anos. A partir de dados dos *róis de confessados* de 1779 a 1782 e do mapa de população de 1803 chegou-se ao resultado de que este grupo etário-social representava 21% da população livre, o que significou o acréscimo de 257 indivíduos aos 1512 já indicados no mapa.

(\*\*) Em relação ao ano de 1780, o total desta linha refere-se ao total das pessoas não-escravas e não exclusivamente aos brancos.

Fonte: *Mapa de 1780...*, BNRJ; *Mappa de 1802...*, AHU.

Ao avaliarmos as taxas de crescimento de livres e escravos separadamente, podemos testar as hipóteses de Schwartz e de Marcílio, as quais enfatizam a importância do tráfico de cativos na dinâmica demográfica do período tardo-colonial. Tomados os dados dos *mapas de população* de 1780 e 1802, verificamos que a população livre da capital do Rio Grande de São Pedro cresceu a uma taxa de 3% anuais, enquanto os escravos aumentaram sob a exorbitante taxa de 4,9% anuais. Se estes já compunham uma parcela expressiva da população em 1780, com 31% do total, em 1802 passaram a 40%. Indica-se, portanto, que o tráfico de escravos pode ter representado destacado papel no crescimento da freguesia de Porto Alegre.

A participação de escravos nas primeiras décadas de existência de Porto Alegre é semelhante, pois, àquela encontrada nas regiões economicamente mais dinâmicas da América portuguesa, voltadas para o mercado externo. No Recôncavo baiano, principal produtor açucareiro do período, os escravos representavam 31% da população nos anos de 1816-17. Em Vila Rica, importante centro comercial mineiro, no ano de 1804, 31,4% dos moradores também o eram. Como caso limite, a vila de São Salvador, pertencente aos Campos de Goitacases (capitania da Paraíba do Sul), onde se encontrava grande parcela dos engenhos de açúcar fluminenses, apresentava a maior densidade de escravos regional: 59% da população

eram cativos<sup>56</sup>.

Economias voltadas para o mercado interno também possuíam índices elevados de escravos em suas populações. Em São José do Rio das Mortes, no ano de 1795, cuja economia voltava-se para o abastecimento de bens alimentares, 49% da população era formada por escravos. A freguesia da qual Porto Alegre obteve sua emancipação, Viamão, com suas fazendas de gado e unidades agrícolas, 39% da população era escrava no ano de 1778. Mesmo nas primeiras décadas desta freguesia, os cativos representavam expressiva parcela da população, pois somavam 42% do total em 1751<sup>57</sup>.

Para apreciar a dimensão destes valores, basta compará-los com os de outras localidades. Na capitania de São Paulo, no ano de 1798, a presença cativa é pouco expressiva, pois chegou a 23% do total, motivo pelo qual Marcílio argumentou que a sociedade paulista dependia fundamentalmente do trabalho livre. Em Sorocaba, por exemplo, onde ocorria a tradicional e movimentada feira de muares, os escravos representavam apenas 20% da população. No Paraná, cuja economia estruturava-se em torno da pecuária e da agricultura de pequena escala, os escravos representavam, em média, 18% da população entre os anos de 1800 e 1830<sup>58</sup>. Deste modo, a participação da população escrava em Porto Alegre apresentava características semelhantes ao de centros produtores com facilitado acesso ao mercado atlântico de escravos.

A paróquia ora estudada conheceu, portanto, extraordinário crescimento. De 1780 a 1802, a população aumentou 122%, em um processo no qual os escravos revelaram decisiva participação, pois passaram de 30 para 40% dos habitantes. Este dado é um forte indicador da consolidação do papel de Porto Alegre como centro administrativo, comercial e logístico no conjunto do Continente do Rio Grande de São Pedro, bem como da magnitude da inserção da economia local no sistema produtivo regional e nos mercados gerenciados pelos comerciantes de grossa ventura fluminenses.

---

<sup>56</sup> MARCÍLIO *apud* SCHWARTZ, *idem*, p. 373 (O valor se baseia no registro censitário, retirados por Joaquim Noberto e Souza, pesquisado por Maria Luiza Marcílio); COSTA, Iraci & LUNA, Francisco. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX. In: COSTA, I. & LUNA, F. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p. 57-77, aqui p. 62 (Os dados foram obtidos em censo); LARA, Silvia. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750 - 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 137.

<sup>57</sup> MALAQUIAS, Carlos. *Trabalho, família e escravidão: pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do XIX*. Belo Horizonte: PPGH – UFMG, 2010. p. 43. Dados obtidos em rol de confessados. KÜHN, *idem*, p. 50, 54. Resultado baseado em rol de confessados.

<sup>58</sup> MARCÍLIO, *op. cit.*, p. 105; BACELLAR, Carlos. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo, FAPESP/ Annablume, 2001, p. 144 (dados foram obtidos em censo); GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, v. 17, n. 2, p. 297-314, maio/ago, 1987. Aqui, p. 298.

## **Categorias de membros dos domicílios e seu perfil sexual**

Para avançar na análise da mudança da população de Porto Alegre faremos uso dos *Róis de confessados* dos anos de 1779, 1782 e 1792<sup>59</sup>. Estas fontes são razoavelmente homogêneas, pois foram elaboradas seguindo as normas estabelecidas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, conforme discutimos na Introdução deste trabalho. Este é um primeiro indicativo da possibilidade de uso serial desta documentação, garantindo maior segurança no uso dos resultados obtidos.

O principal entrave na comparação dos dois primeiros róis com o último é o fato de este não apresentar a idade dos moradores. Logo, não sabemos se as crianças estão nele incluídas. Ao considerar-se que este grupo etário representava a parcela majoritária dos livres e secundária dos escravos (como veremos adiante), é possível supor a subestimação do total da população não-cativa no rol de 1792. Dito isto, passemos à análise dos dados.

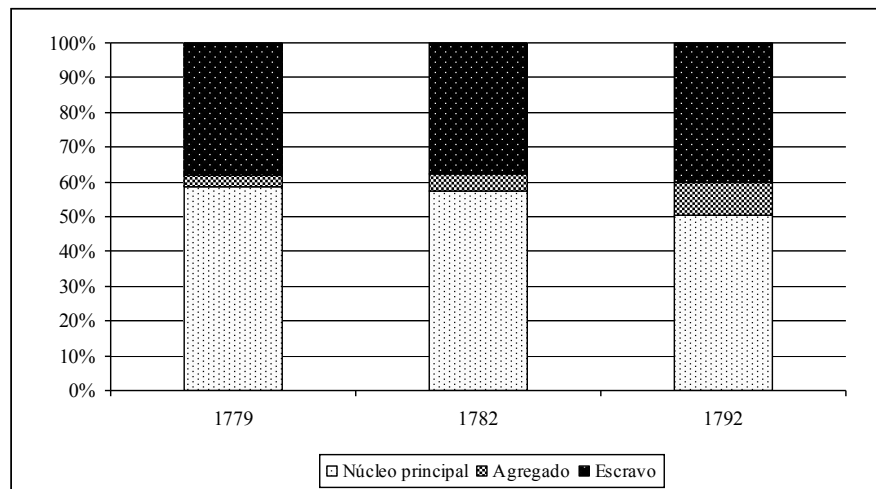
A próxima tabela foi elaborada a partir da composição dos domicílios, na qual cada um dos moradores foi classificado de acordo com a relação com o chefe do domicílio. Assim, os indivíduos foram divididos entre os que compunham o *núcleo principal* da descrição de cada domicílio, *agregados* e *escravos*. As duas últimas classificações são utilizadas no documento. Os membros do *núcleo principal*, por sua vez, estão descritos junto ao chefe do fogo, acima da descrição de escravos e dos agregados. Em sua maioria, são familiares do cabeça do lar, mas preferimos a referida expressão pelo fato de que existem domicílios que não contam com famílias propriamente ditas<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> Ana Silvia Scott elaborou análises baseada nas mesmas fontes e chegou a resultados bastante semelhantes, em alguns aspectos. Saliente-se, apenas, que a metodologia empregada pela autora para enfrentar os danos materiais dos róis e coligar os dados foi diferente da nossa. Scott fez uma estimativa tentando levar em consideração os “espaços” em que teoricamente deveria haver indivíduos. Nós, por outro lado, excluímos os dados muito danificados e realizamos uma comparação entre os diferentes róis para recuperar informações. Para comparar os resultados de ambas as metodologias, ver as Tabelas AE.1 e AE.2 do nosso apêndice estatístico e os dados apresentados pela autora em SCOTT, Ana Silvia. *Do Porto de Casais à Freguesia de Nossa Senhora da Mãe de Deus de Porto Alegre: ensaios sobre os espaços de sociabilidades a partir do cruzamento nominativo de fontes eclesíásticas*. In: *VII Jornadas Setecentistas*. Curitiba, 2007, p. 413-427. Aqui, p. 421s.

<sup>60</sup> Um dado significativo é o fato de que em alguns casos, familiares como tios, pais e sogros foram descritos como agregados. Para efeito desta análise, preferimos manter estas qualificações originais.

**Gráfico 1**  
**Composição (%) da população de Porto Alegre de acordo com relação com o chefe do domicílio**



Fonte: RCPA, 1779, 1782 e 1792, AHCMPA (conferir Tabela AE.2).

Os *róis de confessados* de 1779 e 1782 registram semelhanças na distribuição da população, evidenciando-se o predomínio da população não subordinada (em sua maioria, membros da família do chefe do domicílio). Verifica-se alteração, entretanto, no *rol* de 1792, pois os agregados cresceram em detrimento do núcleo principal dos fogos (os primeiros passaram de 4 para 10%, enquanto os últimos, de 59 para 51%, respectivamente entre os anos de 1779 e 1792). Considerados apenas os livres, os agregados passaram de 8 para 16% do total, de modo a indicar um expressivo aumento do grupo.

Os escravos variaram pouco nos diferentes *róis*, pois passaram de 38 para 40% entre os anos extremos. Quando comparada a participação de cativos do *rol de 1779* com o indicado no *mapa de população de 1780* (31%), constata-se razoável inflação do valor da primeira fonte, de cerca de 7 pontos percentuais. Portanto, os *róis de confessados* não permitem avaliar de maneira precisa a alteração populacional dos cativos ao longo dos anos e, para fins de comparação, deve-se considerar que os dados referentes aos escravos estão levemente superestimados<sup>61</sup>.

É possível chegar a uma conclusão a partir dos dados apresentados. Ao ser considerado o aumento da população escrava entre 1780 e 1802 (de 31 para 40%, conforme os mapas de população) e de agregados entre 1779 e 1792 (de 8 para 16% do total de livres, conforme os *róis*) verifica-se o crescimento dos grupos subordinados aos chefes de fogo.

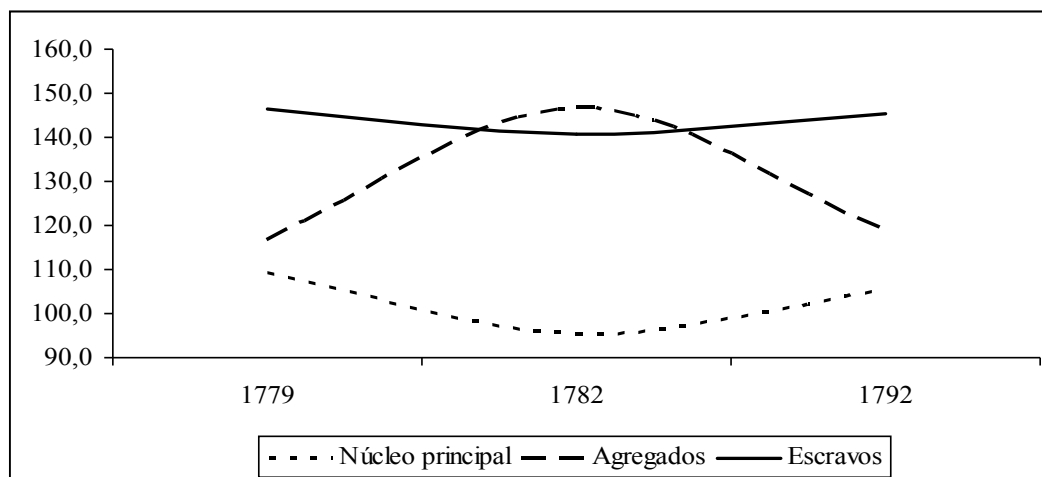
No gráfico seguinte, apresentamos as razões de sexo das três categorias em destaque,

<sup>61</sup> Acrescenta-se a esta conclusão a provável subestimação dos dados referentes aos livres no *rol* de 1792, devido à possível não contabilização de crianças, grupo majoritário entre os livres.



para avaliar a diferença na participação de homens e mulheres em cada uma<sup>62</sup>.

**Gráfico 2**  
**Razão de sexo dos membros dos domicílios de Porto Alegre, conforme relação com o chefe do fogo, entre 1779 e 1792**



Fonte: RCPA 1779, 1782 e 1792, AHCMPTA (conferir Tabela AE.5)

Os perfis sexuais das categorias de membros dos domicílios diferenciavam-se bastante. Os escravos apresentavam a maior proporção de homens, pois a razão de sexo variou entre 141 e 146 homens para cada 100 mulheres. Estes resultados podem ser tomados como sérios indicadores da intensidade do tráfico de escravos, o qual privilegiava a venda de africanos homens e adultos<sup>63</sup>.

Em São Paulo, no ano de 1777, quando a produção açucareira ainda conhecia seu começo, a razão de sexo era de 116 escravos homens para cada 100 mulheres. Passados 50 anos, quando se iniciava o desenvolvimento da produção de café, a razão de sexo chegou a 159 homens para cada 100 mulheres. Isto é, a população cativa de Porto Alegre, do final do século XVIII, conhecia uma participação de homens não tão distante ao encontrada em São Paulo, no período de desenvolvimento da produção de rubiácea, o principal produto de

<sup>62</sup> A razão de sexo, também conhecida como razão de masculinidade, é uma medida estatística para avaliar a proporção de homens em relação às mulheres. O cálculo é feito da seguinte maneira: divide-se o total de homens pelo de mulheres e multiplica-se o resultado por 100. Uma razão de sexo de 132, por exemplo, significa que existem 132 homens para cada 100 mulheres.

<sup>63</sup> Sobre a razão de sexo dos escravos desembarcados no porto do Rio de Janeiro, no período entre 1790 e 1830, ver FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 58s. Para o período posterior, até 1850, ver KARASCH, *idem*, p. 67-72. Sobre a razão de sexo dos desembarcados no Rio Grande do Sul, entre o fim do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, ver BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 55s.

exportação brasileiro no período monárquico<sup>64</sup>. A taxa de masculinidade encontrada entre os cativos de Porto Alegre, ainda que em menor medida, deve também estar associada à intensificação do comércio negreiro.

Os “agregados” aos domicílios de Porto Alegre apresentaram um razão inicial de 116 e final de 119, um perfil bem menos desequilibrado se comparado ao dos escravos. Os resultados mais equilibrados encontravam-se entre os membros do núcleo principal dos domicílios, os quais passaram de 109 para 105 homens para cada 100 mulheres. O amplo desvio verificado no ano de 1782, para agregados e membros do núcleo principal, causa inquietação. Nossa hipótese explicativa é a de que a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, e a proximidade dos trabalhos de demarcação dos campos neutrais na fronteira, ocorrida a partir do ano de 1784, tenham deslocado moradores de Porto Alegre (incluindo militares e artesãos) para Rio Grande e Rio Pardo. Ao mesmo tempo, aumentaram certas demandas laborais em Porto Alegre, de modo a estimular o aumento do aceite de agregados<sup>65</sup>.

Utilizamos como fonte para testar tal hipótese os *mapas de tropas* do Rio Grande. Em 22 de setembro de 1779, somam-se 264 militares em Porto Alegre (ao que se devem incluir 32 indivíduos estacionados na Aldeia dos Anjos), 219 em Rio Pardo e 141 em Rio Grande<sup>66</sup>. Passados quase três anos, em 15 de agosto de 1782, o exército luso-português divide-se da seguinte maneira: 344 militares em Rio Grande, 275 em Rio Pardo e 104 em Porto Alegre<sup>67</sup>. Isto é, no período em questão, quase dois terços dos efetivos da região de Porto Alegre deslocou-se para a fronteira. Tal movimentação militar pode, portanto, explicar, ao menos parcialmente, a diminuição dos registros de homens adultos no *rol de confessados de 1782*. Se esta informação for correta, encontramos um indicador de que os dados disponíveis nos *róis* podem ser considerados representativos da dinâmica demográfica e social da localidade.

---

<sup>64</sup> LUNA, Francisco. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). In: *Estudos Econômicos*, vol. 22, n. 3, set.-dez, 1992. p. 443-484. Aqui, p. 446.

<sup>65</sup> A hipótese foi formulada a partir das seguintes constatações. Primeira, as mulheres chefes de fogo casadas (isto é, com marido ausente) passaram de 12% para 23% do total, entre 1779 e 1782. Isto é, elas dobraram sua participação. Segunda, os indivíduos ausentes dos seus respectivos domicílios passaram de 5 para 29 indivíduos (21 deles, militares) no mesmo período. Todos estes ausentes foram contabilizados na realização das taxas de sexo do Gráfico 2, mas especula-se que outros moradores homens tenham seguido os militares (por questões profissionais) e não tenham sido considerados na elaboração do *rol de 1782*, o que é sugerido pelo número não desprezível de mulheres solteiras ou sem informação de estado conjugal acompanhadas de filhos. Por fim, terceira, os agregados passaram de 53 para 85 pessoas entre 1779 e 1782 (aumento de 64%).

<sup>66</sup> *Mapa das tropas que guarnecem o Continente do Rio Grande de São Pedro*. Porto Alegre, 22 de setembro de 1779. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, códice 104, vol. 1, p. 38.

<sup>67</sup> *Mapa do mês de julho de toda a tropa que guarnece o Continente do Rio Grande de São Pedro*. Vila de São Pedro. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, códice 104, vol. 4, p. 71. Nossa contabilidade chegou ao total de 723 militares, enquanto que no mapa constam 724. A diferença pode se dever à nossa leitura do documento, que pode ter reduzido em 1 indivíduo do total, mas que não implica em qualquer prejuízo à nossa interpretação.

Para aprofundar a análise, verifiquemos o perfil dos agregados. No *rol* de 1779, dos 47 agregados cuja idade está preservada, registrou-se uma mediana de 25 anos. No *rol* de 1782, somam-se 76 agregados com idade preservada, dos quais 76% possuíam entre 8 e 40 anos. Somam-se 17 guaranis, cuja maioria também possuía entre oito e trinta anos, provavelmente encarregados de atividades laborais<sup>68</sup>. Havia outros 17 forros, com um perfil etário mais velho. A maioria dos agregados (quatro quintos do total) encontrava-se em fogos escravistas. Em síntese, os agregados eram predominantemente homens, quase metade decididamente não era branca e poucos eram os idosos ou crianças. A maioria estava em fogos escravistas. Assim sendo, os agregados representavam um acréscimo de mão-de-obra aos chefes de domicílio que já contavam com trabalho subordinado.

O perfil dos agregados de Porto Alegre é semelhante àquele encontrado por Bruna Sirtori na Aldeia dos Anjos de Gravataí, localidade próxima, vizinha de Viamão. A autora encontrou uma maioria de homens (cuja parcela variou entre 52 e 67% entre os anos de 1784 e 1789) e restrita presença de crianças (os quais chegaram a uma máximo de 10% dos agregados)<sup>69</sup>. O fenômeno da agregação parece ter sido razoavelmente complexo, visto que familiares, como sogros e tios, poderiam receber a mesma qualificação conferida a um índio guarani ao ser acolhido no lar. De qualquer forma, tanto em Porto Alegre quanto na Aldeia dos Anjos, havia o predomínio de homens adultos, de modo a indicar a condição subordinada dos agregados.

Os *Mapas de população* e os *Róis de confessados* apontam para um crescimento constante da população de Porto Alegre, com uma taxa anual superior àquela verificada para toda a Capitania do Rio Grande de São Pedro (3,7 contra 2,1%). Esta dinâmica demográfica esteve ligada às alterações na economia regional, pois, como demonstrou Osório, houve aumento paralelo da população e dos rebanhos no período<sup>70</sup>. A confirmar esta associação entre crescimento econômico e demográfico está a constatação do aumento de escravos em detrimento à população livre (conforme os mapas de população) e de agregados em

---

<sup>68</sup> Sobre o trabalho executado por crianças guaranis, o caso encontrado por Elisa Garcia é exemplar. A filha dos índios Martinho do Porará e Maria Simona, da Aldeia dos Anjos, foi raptada por Antônio de Vasconcelos, com justificativa de que aquela aprendesse o ofício de tecelã em sua casa e recebesse da família educação apropriada. Durante a elaboração do processo criminal, o capitão da aldeia averiguou que a criança não foi ensinado ofício algum e que, na realidade, a mesma era empregada em atividades domésticas, como balançar os filhos do casal branco (GARCIA, Elisa. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Niterói: PPGH-UFF, 2007, p. 129. Tese de doutoramento).

<sup>69</sup> SIRTORI, *idem*, p. 83.

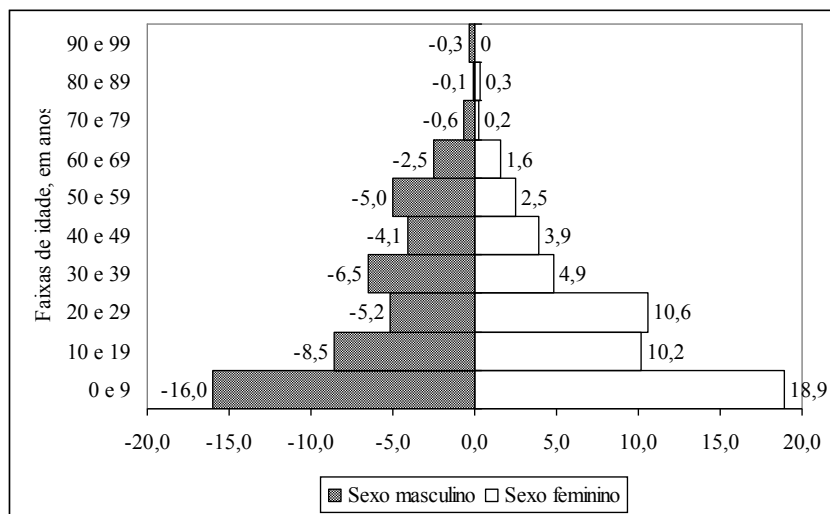
<sup>70</sup> Associado ao expressivo crescimento da população nas últimas décadas do século XVIII, como mencionamos anteriormente, Osório demonstrou por meio da análise dos “mapas de animais” dos anos de 1780 e 1791 que houve um crescimento acelerado do rebanho vacum em Porto Alegre e arredores, com uma taxa anual na ordem de 10,4%. Este foi, por sinal, mais lento que aqueles verificados nas regiões de Rio Grande e do Rio Pardo. Ver OSÓRIO, *idem*, p.129s.

detrimento dos membros do núcleo principal dos domicílios (conforme os róis). Portanto, há sérios indícios de que o aumento populacional então verificado tenha como seus principais fatores o tráfico de escravos e a migração de homens livres ou libertos pobres oriundos do próprio Continente ou de outros cantos da América portuguesa.

### Perfil etário-sexual de livres e escravos em Porto Alegre

Para avançar na análise da população de Porto Alegre do último quartel do século XVIII, especialmente no que diz respeito às diferenças entre livres e escravos, precisamos levar em consideração fatores como idade e sexo dos indivíduos. Os *róis de confessados* dos anos entre 1779 e 1782 permitem esta empreitada, pois têm registrada a idade dos arrolados. Com base no *rol* do último ano, elaboramos as pirâmides etário-sexuais de livres e escravos, apresentadas nos gráficos seguintes<sup>71</sup>.

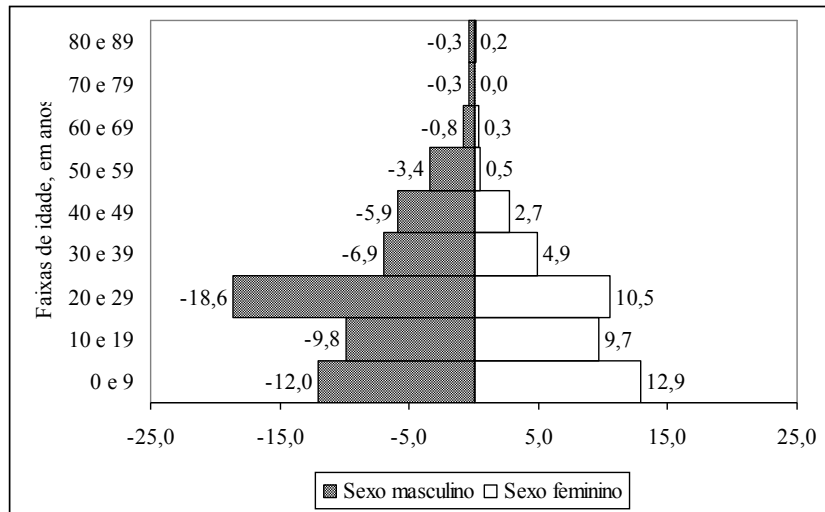
**Gráfico 3**  
**Pirâmide etário-sexual (%) da população livre de Porto Alegre, 1782**



Fonte: *RCPA*, 1782, AHCMPA. Ver Tabela AE.4.

<sup>71</sup> Ana Silvia Scott elaborou pirâmides etárias baseadas nos mesmos róis de confessados. As diferenças são explicadas em nota de pé de página anterior. Ver SCOTT, A. Família e relações intergeracionais: limites e possibilidades de abordagem a partir do estudo de Porto Alegre no final dos anos setecentos. In: *III Congresso da ALAP*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2008, p. 12.

**Gráfico 4**  
**Pirâmide etário-sexual (%) da população escrava de Porto Alegre, 1782**



Fonte: RCPA, 1782, AHCMPA. Ver Apêndice Tabela AE.4.

A estrutura da pirâmide da população livre de Porto Alegre é típica de um regime demográfico pré-malthusiano, isto é, a extensão da base da pirâmide é maior que a das faixas superiores, resultado da sobreposição de altas taxas de natalidade e mortalidade no seio desta população<sup>72</sup>. Tratava-se, enfim, de uma população bastante jovem. De modo geral, poucas faixas etárias apresentavam equilíbrio sexual, ora pendendo para homens, ora para as mulheres. Este é um problema a ser enfrentado logo a seguir.

A pirâmide relativa à população escrava apresenta-se muito mais disforme quando comparada a da população livre. Se encontramos nas duas faixas etárias inferiores um equilíbrio entre o número de homens e mulheres, nas superiores constata-se o predomínio masculino. Saliente-se que a maioria dos escravos encontrava-se na faixa etária dos 20 a 29 anos, indício seguro do predomínio do tráfico como forma de reprodução do cativo. Assim sendo, a população livre era jovem e com razoável equilíbrio sexual, enquanto a população cativa possuía um perfil adulto e masculinizado devido à constância do tráfico, o qual importava predominantemente africanos homens e adultos.

Ao compararmos a base das duas pirâmides (população com até 9 anos), verificamos razoável proporcionalidade de crianças de ambos os sexos. Além disso, as crianças cativas eram muitas para uma população escrava, somando quase 25% do total. Esta quantidade de crianças cativas não poderia ser obtida somente por meio do tráfico. Gabriel Berute, em sua pesquisa sobre as guias de transporte de escravos desembarcados no Rio Grande de São

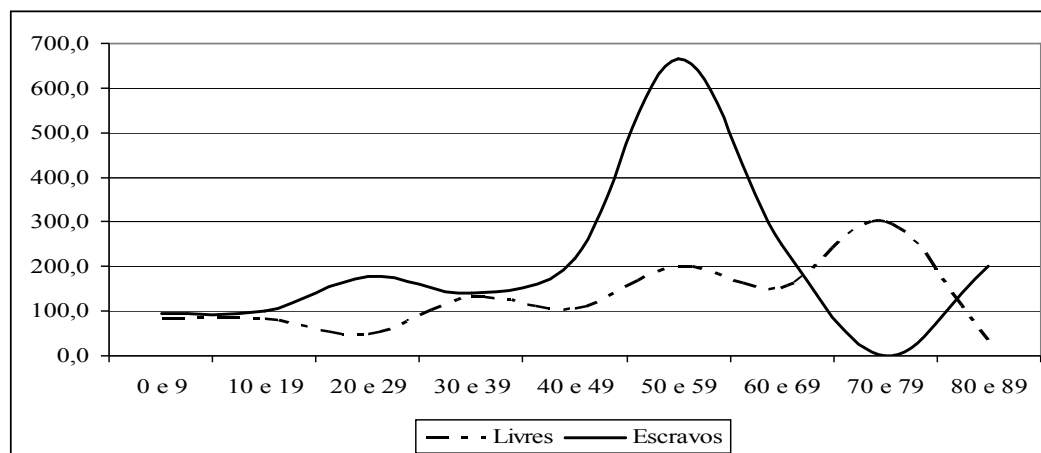
<sup>72</sup> WRIGLEY, *idem*, p. 116-133.

Pedro, encontrou poucos registros de crianças menores. Entre os anos de 1788 e 1802, 32% dos escravos importados tinham entre 10 e 14 anos; estes jovens representavam quase 91% das crianças com até 14 anos<sup>73</sup>. A grande quantidade de crianças encontradas em Porto Alegre e o predomínio de meninas nas faixas com até 14 anos, portanto, são seguramente resultados da reprodução natural dos cativos.

As faixas superiores das pirâmides revelam uma importante diferença entre livres e escravos, pois entre os primeiros ela é mais alta e larga. Se tomarmos os indivíduos com 45 anos ou mais, estes representam 15% do total dos livres e apenas 7% dos cativos. A baixa presença de idosos escravos deve ser o resultado provável da sobreposição de dois fatores: o pouco tempo de existência de Porto Alegre associado a altas taxas de mortalidade entre adultos cativos, de modo a dificultar o envelhecimento desta população<sup>74</sup>.

Nos gráficos seguintes, apresentaremos razões de sexo para livres e escravos segundo faixas etárias decimais. O segundo gráfico, no qual se excluem os idosos, deixará mais preciso os dados relativos à população mais jovem.

**Gráfico 5**  
**Razão de sexo por faixas etárias decenais de livres e escravos em Porto Alegre, 1782**

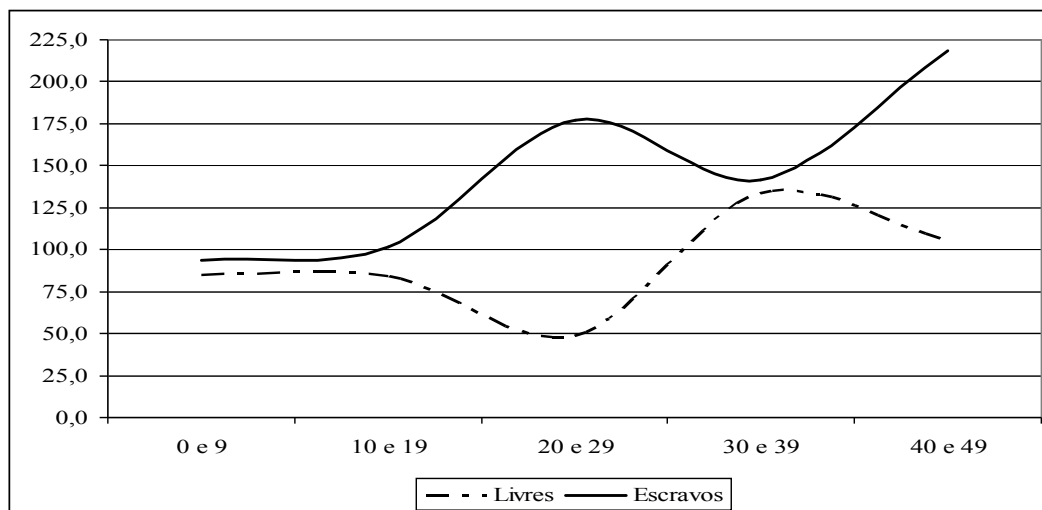


Fonte: RCPA 1782, AHCOMPA. Ver Tabela AE.5

<sup>73</sup> BERUTE, *idem*, p. 61.

<sup>74</sup> Ian Danilevicz utilizou-se do indicador Swaroop-Uemura (razão demográfica para avaliar a proporção de óbitos dos idosos em relação ao total de mortos) para verificar a mortalidade de livres e escravos em Viamão, localidade vizinha de Porto Alegre, entre os anos de 1776 e 1782. O resultado foi o de que apenas 9% dos escravos possuíam 50 anos ou mais quando faleceram, enquanto, entre os livres, a taxa foi de 25%. Assim sendo, os escravos dificilmente envelheciam (DANILEVICZ, Ian. *Aspectos demográficos e padrão de posse de escravos em Viamão (1776 – 1784)*. Porto Alegre: Dept. História, UFRGS, 2009. Trabalho de conclusão de curso, p. 30).

**Gráfico 6**  
**Razão de sexo por faixas etárias de livres e escravos em Porto Alegre, 1782, excluindo-se os idosos**



Fonte: *RCPA 1782*, AHCMPA. Ver Tabela AE.5

Para livres e escravos as razões de sexo ficaram em 92 e 140 homens para cada 100 mulheres, respectivamente. Entre os livres, havia menor desproporção sexual, com vantagem feminina. Marcílio constatou o mesmo fenômeno em São Paulo, pois no ano de 1798, por exemplo, havia uma razão de 93 homens para cada 100 mulheres. Como hipótese de explicação do fenômeno, a autora especulou que o medo do recrutamento levasse os homens à fuga, ocasionando seu sub-registro nos recenseamentos<sup>75</sup>. Em Porto Alegre, tal hipótese não pode ser aplicada, como veremos.

Conforme os dados apresentados, todas as faixas etárias apresentam algum nível de desproporção sexual, tanto entre livres quanto entre escravos. Se nas faixas mais jovens este desequilíbrio é menor e favorável às mulheres (entre os livres, esta situação se estendeu até a faixa dos 25 anos), nas mais velhas apresenta-se crescentemente desproporcional em favor dos homens. Este é um resultado esperado ao se levar em consideração que tratamos de uma localidade com poucas décadas de existência, na qual a participação de homens adultos imigrantes ou traficados é muito expressiva.

Como mencionamos, nas faixas etárias relativas às crianças as razões de sexo são menos desproporcionais, favoráveis às meninas. Segundo Louis Henry, a razão de

<sup>75</sup> Segundo a autora, “o medo do recrutamento levava os homens a se ocultarem nos matos, na época do censo, os pais a esconderem seus filhos varões, muitos a fugirem temporariamente para outras capitâneas próximas. [...] Na economia de subsistência fundamentada primeiramente na mão-de-obra familiar, o recrutamento forçado de homens em idades produtivas desequilibrava a produção e a própria sobrevivência do grupo doméstico” (MARCÍLIO, *idem*, p. 78).

masculinidade média ao momento do nascimento é a de 105 meninos para cada 100 meninas e que os níveis normais variam entre 100 e 110. Para o autor, valores acima e abaixo podem ser consequência de registros incompletos<sup>76</sup>. Neste caso, poderíamos supor existirem problemas nos registros dos *róis de confessados* de Porto Alegre. No entanto, a comparação com os resultados obtidos no *Primeiro livro de batismo de Porto Alegre* refuta esta hipótese e reforça a validade dos dados em questão.

Ao tomarmos as crianças nascidas entre 1772 e 1780, foi encontrada uma razão de sexo de 95 recém-nascidos homens para cada 100 recém-nascidas<sup>77</sup>, resultado é quase idêntico ao de crianças com até 9 anos registrados no rol de 1782 (93,4 meninos para cada 100 meninas). Portanto, o *rol de confessados* e o *livro de batismos* apresentam dados semelhantes, de modo a conferir maior segurança na análise das fontes<sup>78</sup>. O desequilíbrio encontrado entre os mais jovens seguramente não é resultado de problema nos registros disponíveis, mas tem por causa o pequeno número de batismos computados. Talvez uma amostragem com um recorte temporal mais alongado produzisse uma razão de masculinidade mais equilibrada. Além disso, entre as crianças a desproporção de sexo é a menor encontrada, especialmente entre os escravos, indício seguro de que o tráfico de crianças foi mínimo.

Os escravos eram homens em sua maioria. Na faixa etária dos 25 aos 29 anos, conforme o Gráfico 1.6, havia mais de 250 homens para cada 100 mulheres. Depois dos 50 anos, a diminuta presença feminina pode ser tanto resultado da dinâmica do tráfico, o qual privilegiava a importação de homens, como da tendência à concessão de alforria dadas preferencialmente às escravas. Francisco Vidal Luna, ao constatar amplo domínio feminino entre os forros em localidades como Vila Rica e Congonhas do Sabará, creditou às atividades desempenhadas pelas mulheres – o comércio e a prostituição – a explicação de tal fenômeno. Por outro lado, como os trabalhos extrativos demandavam vigor dos escravos, os senhores se viam menos propensos a conceder liberdade aos homens<sup>79</sup>.

Para a região de Porto Alegre e Viamão, entre 1751 e 1808, Ana Paula Schantz constatou que a maioria das alforrias era concedida às mulheres, num contexto demográfico de predomínio numérico masculino. Gabriel Aladrén, em seu estudo sobre as manumissões

---

<sup>76</sup> HENRY, Louis. *Manual de demografia histórica*. Barcelona: Critica, 1983, p. 28.

<sup>77</sup> Fonte: *Primeiro livro de batismos de Porto Alegre*, escravos, AHCMPA.

<sup>78</sup> A partir da metodologia da reconstituição de domicílios, Maria Luiza Bertolini Queiróz demonstrou que os livros de batismo da paróquia de Rio Grande apresentam baixa incidência de sub-registros, o que confere segurança na análise destas fontes. Utilizando-nos de metodologia diferente, chegamos a resultado algo semelhante. Ver: QUEIRÓZ, Maria Luiza Bertolini. Os registros paroquiais do Rio Grande: levantamento, exploração e análise: 1737-1850. *Biblos*, Rio Grande, n. 6, p. 133-156, 1994.

<sup>79</sup> LUNA, F. Estrutura de posse de escravos. In: COSTA, Iraci & LUNA, Francisco. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p. 31-55. Aqui p. 47.



ocorridas nas décadas de 1810 e 1830, constatou a manutenção da tendência verificada no século XVIII<sup>80</sup>. Nesse sentido, a pequena participação de mulheres idosas entre os escravos também tem por fator a maior facilidade feminina de acesso à alforria.

Quanto à população livre, os acentuados desequilíbrios observados nas faixas etárias dos 20 anos em favor das mulheres e na casa dos 30 e 50 anos em diante para os homens são passíveis de explicação. Inicialmente, lembramos o fato de ter-se verificado particular desproporção sexual entre os membros dos núcleos principais no ano de 1782, associado a um possível deslocamento dos moradores no período, como vimos no tópico anterior<sup>81</sup>. Apesar desta situação “peculiar”, sustentamos a hipótese de que o predomínio de homens entre as pessoas mais velhas deve-se, provavelmente, à entrada constante de imigrantes adultos, homens e solitários.

Para explicar o desequilíbrio nas faixas etárias mais jovens, precisamos avaliar alguns dados. Ao considerarmos o conjunto dos filhos dos moradores de Porto Alegre listados no *rol de confessados* com idades entre 15 e 29 anos, verificamos razoável proporção sexual, pois havia 36 indivíduos do sexo masculino, contra 32 do feminino. Ao compararmos a idade dos chefes de fogo listados no *rol* e de suas esposas, verificamos que os primeiros tinham idade mediana de 41 anos, enquanto suas mulheres, 30 anos. Portanto, os homens eram bem mais velhos ao se casarem. Dos casamentos que envolveram ao menos um cônjuge nascido em Porto Alegre, entre 1787 e 1794, 32 de 34 ligaram uma “nativa” a alguém de fora da freguesia<sup>82</sup>.

Este conjunto de dados permite sustentar a seguinte hipótese para explicar a desproporção sexual entre os jovens adultos da casa dos 20 anos, conforme o Gráfico 5. Os filhos dos moradores locais tendiam a permanecer na casa paterna por quase tanto tempo quanto as filhas, de modo a explicar o quase equilíbrio sexual verificado para este grupo. Refuta-se, assim, a hipótese de que o medo ao recrutamento tenha afetado substancialmente a estrutura sexual da população livre da freguesia. Ao saírem de casa, no entanto, filhos e filhas apresentaram comportamentos diferentes. As últimas casavam-se com imigrantes, homens mais velhos e economicamente já estabelecidos, enquanto os primeiros não permaneciam na paróquia. Provavelmente, os jovens filhos dos moradores deveriam migrar em busca de

---

<sup>80</sup> SCHANTZ, Ana Paula. *Libertos no Rio Grande de São Pedro: Porto Alegre e Viamão no final do século XVIII e início do XIX*. Salvador: PPGH-UFBA, 2009. p. 25ss; ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-35*. Niterói: UFF, 2008. p. 41.

<sup>81</sup> Recordamos as constatações que nos levaram a tal hipótese: o aumento da população de agregados e o aumento dos moradores ausentes, especialmente militares.

<sup>82</sup> Fontes: *RCPA de 1782; Primeiro livro de casamentos de Porto Alegre*, AHCMPA. Das 32 mulheres casadas, 12 desposaram indivíduos oriundos do Rio Grande ou de Santa Catarina e, as outras 20, indivíduos originários de outras partes da América portuguesa, de Portugal e das Ilhas.

oportunidades de trabalho ou, provavelmente, de terras próprias, algo que não conseguiriam em Porto Alegre, devido à estabilização da estrutura agrária da região, conforme veremos no quarto capítulo.

A comparação do perfil etário-sexual das populações livre e escrava de Porto Alegre evidencia algumas das diferenças entre os dois grupos ora em análise. A população livre era formada por uma parcela de homens e mulheres imigrantes, muitos dos quais viajaram em família. Isto explica o maior equilíbrio sexual no conjunto desta população, bem como o descompasso encontrado na faixa etária dos adultos e idosos, pois os últimos eram majoritariamente homens de fora e, as primeiras, mulheres nativas. Os escravos, ao contrário, formavam uma população envelhecida e masculinizada, resultado da ampliada capacidade de aquisição de escravos que não apenas os moradores de Porto Alegre, mas de todo o Rio Grande de São Pedro, experimentavam no período.

Se pudermos encontrar semelhanças entre os dois grupos, estas se encontram no perfil das crianças em ambos os grupos. Elas apresentavam equilíbrio sexual, com pequena inclinação a favor do sexo feminino. Para os escravos, isso se torna um forte indicativo de que o tráfico de escravos raramente envolvia menores de idade.

### **Características demográficas e reprodução das escravarias**

A diferença na capacidade de reprodução das populações escravas das regiões ligadas ao abastecimento interno e ao externo é um tema deveras importante e sobre o qual se chegou a certo consenso. De modo geral, nas economias exportadoras formadas por grandes unidades produtivas, a reprodução natural encontrava sérias dificuldades em se afirmar, pois concorria com um intenso afluxo de cativos africanos já adultos. Por sua vez, as economias produtoras de artigos alimentares voltados para o mercado interno, em cujas unidades havia menor concentração de escravos e menor desproporção sexual, criavam condições mais propícias para que a reprodução natural dos escravos assumisse maior destaque. Como resultado, uma maior parcela do contingente de escravos era formada por crianças. A reprodução natural concorria, portanto, com o tráfico para garantir a manutenção e ampliação desta população.

Um dos primeiros pesquisadores a formular tal hipótese foi Stuart Schwartz. O autor encontrou nos engenhos baianos dos séculos XVIII e XIX uma razão de 199 homens para cada 100 mulheres, com forte presença de africanos. Por outro lado, num censo de engenhos da região açucareira de Ribeira de Vazabarris, Sergipe, verificou-se uma razão de sexo bem menos desequilibrada (119 homens/100mulheres) e o predomínio de escravos coloniais. Ao

comparar tais resultados, Schwartz sugeriu que áreas menos fortemente ligadas ao mercado externo ou com menor acesso ao tráfico de cativos tenderiam a apresentar razões de masculinidades menores, maior presença de escravos nativos, assim como um maior contingente de crianças e mulheres<sup>83</sup>.

Há uma série de importantes pesquisas sobre populações cativas de regiões vinculadas ao mercado interno cujos resultados vão ao encontro da posição de Schwartz. Citam-se os trabalhos de Costa, Schwartz e Slenes, sobre quatro Companhias de Ordenanças de Lorena no ano de 1801; o de Horácio Gutierrez, sobre o Paraná do primeiro terço do século XIX; de Francisco Luna, sobre São Paulo, entre 1777 e 1829; de Clotilde Paiva e Douglas Libby, sobre Minas, entre as décadas de 1830 e 1870<sup>84</sup>. De modo geral, estes diferentes autores encontraram expressiva presença de crianças cativas com até 14 anos, proporções sexuais menos desequilibradas entre os escravos, bem como razões criança/mulher maiores, em relação ao verificado nas áreas de ponta da economia colonial e imperial.

Para Francisco Vidal Luna, por exemplo, a reprodução endógena foi um fenômeno relevante em São Paulo de finais do século XVIII e início do XIX. No período anterior ao do desenvolvimento do café, a população cativa apresentava relativo equilíbrio sexual e ampla participação de crioulos, bem como de crianças (cerca de 30% do total), situação modificada com o desenvolvimento da cultura da rubiácea e com a crescente entrada de cativos africanos homens. A partir deste momento, a reprodução natural da população cativa deteriorou-se bruscamente, pois a participação de crianças com menos de 9 anos viu-se bastante reduzida, especialmente nas áreas voltadas para a produção de café, nas quais as crianças passaram a representar de 6 a 13%. Deste modo, o autor vincula a capacidade de reprodução endógena da população escrava à economia de abastecimento interno, em grande medida porque esta contava com uma menor interferência do tráfico de cativos na constituição das escravarias<sup>85</sup>.

Na historiografia sul-rio-grandense, encontramos também alguns trabalhos que apontam para uma significativa capacidade de reprodução da população escrava. Helen Osório, em estudo com inventários do Rio Grande de São Pedro, do período compreendido entre 1765 e 1825, constatou pequena vantagem dos escravos crioulos sobre os africanos. Os homens representavam dois terço da população e a razão geral de sexo foi de 198 homens

---

<sup>83</sup> SCHWARTZ, *idem*, p. 287-291.

<sup>84</sup> COSTA, Iraci; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. Família escrava em Lorena (1801). In: *Estudos econômicos*, São Paulo, 17 (2), maio/ago, 1987, p. 245-295; GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, v. 17, n. 2, p. 297-314, maio/ago, 1987; LUNA, Características demográficas dos escravos de São Paulo; LIBBY, Douglas, *idem*; PAIVA, Clotilde. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. In: *Estudos Econômicos*, vol. 25, n. 2, maio – ago., 1995, p. 203-233.

<sup>85</sup> LUNA, Características demográficas dos escravos de São Paulo..., *idem*, p. 449-456.

para cada 100 mulheres. Se separados africanos de crioulos, os primeiros apresentavam uma razão de 308 e, os segundos, de 119<sup>86</sup>. Estes dados confirmam a hipótese de ter sido de grande monta a importação de cativos para o Rio Grande, pois as escravarias eram predominantemente masculinas. Entretanto, assinala-se a importância dos crioulos, os quais representavam mais da metade da população, de modo a sinalizar uma razoável capacidade de reprodução endógena da população de cativos do Rio Grande dos períodos colonial e início do imperial.

Nosso principal recurso para estudar a reprodução natural dos escravos de Porto Alegre é a observação da estrutura etária desta população – isto é, a distribuição dos indivíduos entre crianças, adultos e idosos – de modo a permitir a avaliação da participação infantil. Infelizmente, os róis de confessados não informam a origem dos escravos, de modo a impedir a distribuição dos indivíduos entre africanos e crioulos. Este último aspecto será objeto de nosso último capítulo, no qual analisamos os livros de batismo da freguesia e verificamos presença predominante de mães e pais africanos.

De início, compararemos a distribuição etária dos cativos de Porto Alegre com aquela de escravos estabelecidos em regiões vinculadas ao mercado atlântico. Na amostragem de cativos do agro fluminense levantada por Florentino e Góes, no período entre 1790 e 1807, os indivíduos com até 11 anos somavam 20% do total e, entre 1810 e 1830, 17%. Em seis engenhos baianos do ano de 1816, pesquisados por Schwartz, os escravos com menos de 15 anos representavam menos de 20% do total<sup>87</sup>. Em contraste com estas distribuições, os escravos de Porto Alegre com até 11 anos somavam 28% e, aqueles com até 14, 31% do total. Os resultados encontrados nesta freguesia são, portanto, bem superiores àqueles de populações cativas de sociedades fortemente vinculadas à economia internacional.

Na tabela seguinte, comparamos algumas das características demográficas dos escravos de Porto Alegre, do oeste mineiro e Paracatu e da fronteira oeste da capitania do Rio Grande (freguesias de Rio Pardo, Encruzilhada e Cachoeira). As duas últimas regiões possuíam economias produtoras de gêneros alimentícios voltados para o mercado interno. No oeste mineiro, particularmente, vivia-se o período subsequente ao *boom* da importação de

---

<sup>86</sup> OSÓRIO, Helen. Esclavos de la frontera: padrones de la esclavitud africana en Rio Grande do Sul, 1765-1825. In: Betancur, Arturo; Borucki, Alex; Frega, Ana. (Org.). *Estudios sobre la cultura afro-rioplatense. Historia y presente*. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2004b, p. 7-15. Aquí, p. 10s.

<sup>87</sup> FLORENTINO & GÓES, *idem*, p. 224; SCHWARTZ, *idem*, p. 287-291 (ambas as pesquisas basearam-se em inventários *post-mortem*). Em situações limites, a pujança econômica poderia tornar quase nula a presença de crianças, como em Serro Frio, freguesia mineira vinculada à extração aurífera. No ano de 1738, mais de 90% da população constituía-se de adultos, enquanto os menores representavam apenas 3% do total (LUNA F. Estrutura de posse de escravos. In: COSTA & LUNA, *Minas colonial...*, *idem*, p. 52).

escravos anterior à proibição do tráfico de 1830. Registre-se que a pesquisa sobre o oeste mineiro baseia-se em listas nominativas, enquanto a da fronteira oeste do Rio Grande, em inventários *post-mortem*.

**Tabela 3**  
**Distribuição (%) das populações cativas segundo faixas etárias em Porto Alegre, 1782, no oeste mineiro e Paracatu, 1831-32, e na fronteira oeste do Rio Grande, entre 1764-1809**

Localidade	Jovens, entre 0 e 14 anos	Adultos, entre 15 e 49 anos	Idosos, 50 anos ou mais	Total
Porto Alegre	31,4	62,7	5,9	100,0
Oeste mineiro e Paracatu	31,6	61,9	6,5	100,0
Oeste do Rio Grande	31,5	61,2	7,3	100,0

Fonte: *RCPA 1782*, AHCMPA (ver Tabela AE.4); LIBBY, Douglas; PAIVA, Clotilde. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. In: *Estudos Econômicos*, vol. 25, n. 2, maio – ago., 1995, p. 203-233, aqui, p. 223 (dados obtidos em listas nominativas); PETIZ, *idem*, p. 104 (os dados deste autor foram obtidos em inventários).

As estruturas demográficas das populações cativas de Porto Alegre, da fronteira oeste do Rio Grande colonial e do oeste mineiro e Paracatu eram demasiadamente semelhantes. Verifica-se, pois, o predomínio de adultos, razoável presença de crianças e pequena frequência de idosos. A alta participação de adultos indica ter sido o tráfico essencial na reprodução da mão-de-obra cativa, mesmo na turbulenta fronteira do Rio Grande. Ainda assim, a reprodução endógena representou um papel de relevo no crescimento destas populações, visto que a participação de crianças é bastante superior àquela encontrada em engenhos baianos e no agro fluminense, supra-citados<sup>88</sup>.

A distribuição etária da população cativa de Porto Alegre assemelha-se, também, a da capitania de São Paulo, no ano de 1798, período de reintrodução da cultura da cana-de-açúcar. As crianças, nesta última, somavam 35%, os adultos (considerados aqueles com idade entre 15 e 64 anos), 63%, e os idosos, 2% do total<sup>89</sup>. Em Porto Alegre, os valores correlatos são de 31, 68 e 1%, respectivamente. A menor participação de escravos adultos e a presença

<sup>88</sup> Na Fronteira Oeste do Rio Grande, os escravos parecem ter encontrado uma situação um pouco mais estável de vida, pois a participação de crianças e idosos é levemente maior que aquela de Porto Alegre. Esta diferença pode encontrar sua explicação na importância do núcleo urbanizado de Porto Alegre, que congregava parte expressiva do total de escravos, os quais eram homens adultos, em sua maioria, conforme veremos no capítulo seguinte.

<sup>89</sup> MARCÍLIO, Maria Luisa. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: HUCITEC, 2000, p. 81. Os dados foram obtidos pela autora em listas nominativas.

mais relevante de crianças e idosos em São Paulo devem estar ligadas à existência de freguesias antigas com economia de subsistência, cujas escravarias eram menos dependentes do tráfico para sua reprodução.

Comparamos, pois, estudos de populações de quatro regiões, em períodos diferentes, embasados em fontes de origem diversa. Apesar disso, todos convergem para os mesmos resultados. No contexto de um sistema produtivo voltado para o abastecimento interno, com razoável acesso ao mercado de almas, as estruturas etárias das populações cativas apresentavam-se significativamente semelhantes. Tratavam-se de grupos que dificilmente envelheciam e cujos adultos representavam parcela majoritária da população. Apesar disso, as crianças somavam parte expressiva do total, de modo a indicar provável solidez da reprodução endógena. Portanto, o caso de Porto Alegre acrescenta um reforço à hipótese segundo a qual a economia voltada para o mercado interno criava condições mais adequadas para a reprodução natural das escravarias.

Para refinar nossa análise compararemos algumas razões demográficas<sup>90</sup> de Porto Alegre com aquelas encontradas em Água Fria, paróquia do Recôncavo baiano, na qual dominavam as propriedades açucareiras, mas que continha também outras unidades produtivas ligadas ao abastecimento interno. O contraste dos resultados permite melhor apreensão dos matizes entre os dois tipos de população.

---

<sup>90</sup> A *razão de sexo* se obtém pela divisão do total de homens pelo total de mulheres, multiplicado por 100 – neste caso, foi contabilizada apenas a população com 15 a 44 anos; a *razão de dependência* é o resultado da soma de crianças com até 9 anos com idosos com mais de 44 anos dividido pelo total de adultos, entre 15 e 44 anos, multiplicado por 100; a *razão criança por mulher* é obtida pela divisão do total de crianças com até 9 anos pelo total de mulheres com 15 a 44 anos, multiplicado por 100; a *razão crianças por mulher ajustada* é obtida pela multiplicação da razão criança/mulher por 100, cujo resultado é dividido pela razão de masculinidade entre os adultos.

**Tabela 4**  
**Razões demográficas da população de Porto Alegre, 1782, e de paróquias baianas**  
**(Taperagoa, Água Fria e Inhambuse), 1788**

Localidade	Razão de sexo (15-44 anos)		Razão de dependência		Razão criança/mulher		Razão criança/mulher ajustada	
	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos
	Porto Alegre	77	162	151	63	152	107	198
Taperagoa, BA*	102	135	137	57	165	72	161	53
Água Fria, BA*	79	134	132	69	93	49	117	37
Inhambuse, BA*	92	176	109	49	59	58	64	33

Nota: (\*) Razões de livres da Bahia relativas exclusivamente aos brancos, pois o autor diferencia entre brancos e livres de cor. Justificamos nossa opção tendo em vista do fato de a população de Porto Alegre se constituir predominantemente de brancos.

Fontes: *RCPA*, 1782, AHCMPTA (Ver Tabela AE.4); SCHWARTZ, *Segredos internos...*, *idem*, p. 296.

Em todas as paróquias, havia o predomínio masculino na população cativa, pois as razões de sexo foram superiores a 130 homens por mulher, tornando evidente uma semelhança essencial entre ambas as economias: a dependência em relação ao tráfico para a reprodução da mão-de-obra. Chama a atenção o fato de a participação de homens no conjunto da população adulta de Porto Alegre ter sido superior ao de duas paróquias açucareiras baianas, o que denota a capacidade de acesso dos senhores sulistas ao mercado de escravos.

Verifica-se uma das consequências deste vultoso comércio nas razões de dependência entre escravos, consideradas muito baixas se comparadas às dos livres. Se havia cerca de 60 crianças e idosos para cada 100 adultos escravos de Porto Alegre, entre os livres havia cerca de 150. Isto é, indivíduos em idade não-produtiva eram bem mais frequentes entre os livres, quadro semelhante ao das paróquias baianas. Tais resultados indicam taxas de natalidades acanhadas e de pequena expectativa de vida para os adultos sob o cativo.

A razão de criança por mulher entre os escravos é baixíssima quando comparada à dos livres. As primeiras geravam limitada prole. Ao dividirmos a razão criança/mulher pela razão de sexo de cada uma das populações, encontramos resultados mais refinados, os quais levam em conta o mercado conjugal local. As mulheres livres de Porto Alegre geravam uma prole capaz de garantir a reprodução estável da população livre, isto é, cerca de dois filhos por casal (198 crianças para cada 100 mulheres). Entre os escravos, pelo contrário, nasciam apenas 65 crianças para cada 100 mulheres, implicando num crescimento vegetativo negativo da população caso o tráfico atlântico cessasse de imediato.

Exclusivamente no universo demográfico escravo, entretanto, a capacidade de

reprodução das cativas de Porto Alegre mostrou-se mais sólida quando comparado ao das paróquias baianas. Frente ao resultado obtido em Água Fria e Inhambuse, o de Porto Alegre era cerca de duas vezes superior. Reforça-se, pois, a hipótese relativa à capacidade ampliada de reprodução dos escravos das regiões voltadas para o abastecimento interno, frente àquelas produtoras de ouro, açúcar ou café destinado ao mercado internacional.

**Tabela 5**  
**Razões demográficas das populações escravas de Porto Alegre, 1782, do Oeste Mineiro, 1831-32 e da Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1809**

	Razão de dependência	Razão criança/mulher
Porto Alegre	59	105
Oeste Mineiro e Paracatu	62	89
Fronteira Oeste do Rio Grande	63	111

Observação: 1) adultos foram considerados os indivíduos com idade entre 15 e 49 anos; 2) A Fronteira Oeste do Rio Grande compreende as freguesias de Rio Pardo, Encruzilhada e Cachoeira.  
 Fonte: *RCPA 1782* (Tabela AE.4); LIBBY & PAIVA, *idem*, p. 219, 223; PETIZ, *idem.*, p. 104, 107.

As razões de dependentes por produtores e de crianças por mulheres são semelhantes entre si, com pequena vantagem para as da Fronteira Oeste do Rio Grande. O resultado mais discrepante refere-se à razão criança/mulher do Oeste Mineiro, 22 pontos menor se comparado ao da Fronteira Oeste do Rio Grande. No caso mineiro, a entrada massiva de escravos no período anterior à proibição do tráfico, em 1830, possivelmente contribuiu para aumentar a participação de mulheres adultas e, assim, elevar a diferença em relação ao número de crianças.

Apesar do uso de distintos padrões etários nas pesquisas aqui apresentadas, podemos comparar os resultados das várias localidades tomando os de Porto Alegre como parâmetro. Esta freguesia apresentou uma razão de dependência levemente maior, se comparada às de duas das paróquias açucareiras baianas (Taperagoa e Inhambuse), mas um pouco menor, frente às encontradas no Oeste do Rio Grande e de Minas. A pequena dimensão da diferença pode estar relacionada a uma maior participação de escravos idosos nas escravarias baianas. Por outro lado, a razão criança/mulher de Porto Alegre é bastante superior a das paróquias baianas, mas inferior a do Oeste do Rio Grande e não tão maior que a do Oeste mineiro<sup>91</sup>.

<sup>91</sup> A diferença da taxa criança/mulher em Porto Alegre, em relação a Taperagoa (BA), é de 35 crianças para cada 100 mulheres e, em relação a Água Fria, é de 58 crianças; se comparado ao oeste mineiro, a diferença é de 16



Portanto, o que diferencia, de fato, as populações de cativos sulistas e mineiros das de paróquias açucareiras baianas é a relação criança/mulher, de modo a indicar maior fertilidade das mulheres das primeiras populações.

Sobre a razão de dependência encontrada na Fronteira Oeste do Rio Grande, Petiz está correto em considerá-la “expressiva”, no quadro mais amplo da demografia escrava da América portuguesa. No entanto, isso não lhe permite defender que a explicação deste fenômeno residiria na menor capacidade de aquisição de escravos pela economia voltada para o mercado interno. Vejamos os dados contidos nos inventários analisados pelo autor. Se compararmos o total de africanos e crioulos, os últimos somam a maioria, pois totalizavam 321 indivíduos, frente aos 206 africanos. No entanto, eram os últimos os que contavam com maior participação de adultos. Se divididos entre crianças e adultos/idosos, entre crioulos contam-se respectivamente 186 e 135 indivíduos e, entre os africanos, 7 e 199 indivíduos<sup>92</sup>. Portanto, a mão-de-obra cativa da Fronteira Oeste, entre 1755 e 1809, era obtida principalmente via tráfico atlântico, pois os africanos representavam o maior grupo entre adultos ou idosos.

Não se pode menosprezar a capacidade de aquisição de escravos na Capitania do Rio Grande, especialmente porque este era um dos principais mercados no último quartel do século XVIII. Mesmo uma economia cuja produção voltava-se para o próprio mercado interno colonial conseguia obter capitais suficientes para a manutenção de uma escravaria predominantemente adulta e masculinizada, seja na região dos campos de Viamão (onde se encontrava Porto Alegre), seja na Fronteira Oeste<sup>93</sup>.

Porto Alegre, na década de 1780, apesar de ser uma freguesia de recente formação, já apresentava sinais de estabilização populacional. Excluídas as crianças, os homens livres eram mais velhos que as mulheres, enquanto, entre os escravos, os homens predominavam em praticamente todas as faixas etárias. Os jovens com até 15 anos – livres e cativos – eram uma parcela muito expressiva da população e apresentavam razoável equilíbrio sexual. Portanto, imigração e tráfico de escravos conjugavam-se a uma razoável capacidade de reprodução endógena, de modo a possibilitar a estabilidade da população, bem como seu crescimento exorbitante ao longo das décadas seguintes.

Abordaremos, neste momento, a expectativa de vida de crianças, dividindo-as entre livres e escravos. Na tabela seguinte, apresentamos uma estimativa da população de jovens

---

crianças a mais e, frente ao Oeste rio-grandense, de 6, a menos.

<sup>92</sup> PETIZ, *idem*, p. 104 e 109.

<sup>93</sup> Sobre o assunto, ver FRAGOSO & FLORENTINO, *idem*, p. 106ss, 83ss.

sobreviventes aos primeiros 14 anos de vida. Como as informações de idade são muito imprecisas, preferimos comparar a faixa etária entre 0 e 4 anos com aquela entre 10 e 14, ao invés de comparar faixas isoladas. Nossa referência para comparação serão os dados relativos à fronteira oeste do Rio Grande do período colonial.

**Tabela 6**  
**Estimativa de sobrevivência de crianças entre a faixa etária de 0 a 4 anos para a de 10 a 14 anos, em Porto Alegre, 1782, e na fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro, 1764-1808**

Localidade	Condição jurídica	População entre 0 e 4 anos (#)	População entre 10 e 14 anos (#)	Estimativa de sobrevivência (%)
Porto Alegre	Livres	161	101	62,7
	Livres, apenas os filhos dos chefes de fogo	157	76	48,4
	Escravos	76	37	48,7
Fronteira Oeste do RS	Escravos	102	54	52,9

Obs.: A Fronteira Oeste compreende as freguesias de Rio Pardo, Encruzilhada e Cachoeira.

Fontes: RCPA, 1782, AHCMPA (ver Tabela AE.4); PETIZ, Silmei. *Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. São Leopoldo: PPGH Unisinos, 2009, p. 104, 107 (os dados deste autor foram obtidos em inventários).

Em Porto Alegre, os filhos de chefes de fogo e os de escravos compartilhavam chances razoavelmente semelhantes de sobrevivência durante a infância, pois em ambos os grupos apenas metade das crianças sobrevivia ao longo do período<sup>94</sup>. Os escravos da fronteira oeste do Rio Grande apresentavam uma estimativa de sobrevivência semelhantes, ainda que um pouco maior. Chama a atenção, para o caso dos livres, a magnitude da contribuição de pequenos agregados (alguns deles guaranis), afilhados, enteados, netos ou outros aparentados para o aumento dos grupos domésticos. Estes jovens compunham um quarto dos livres da faixa etária entre 10 e 14 anos, de modo a representar um aumento inegável na mão-de-obra na maioria das famílias.

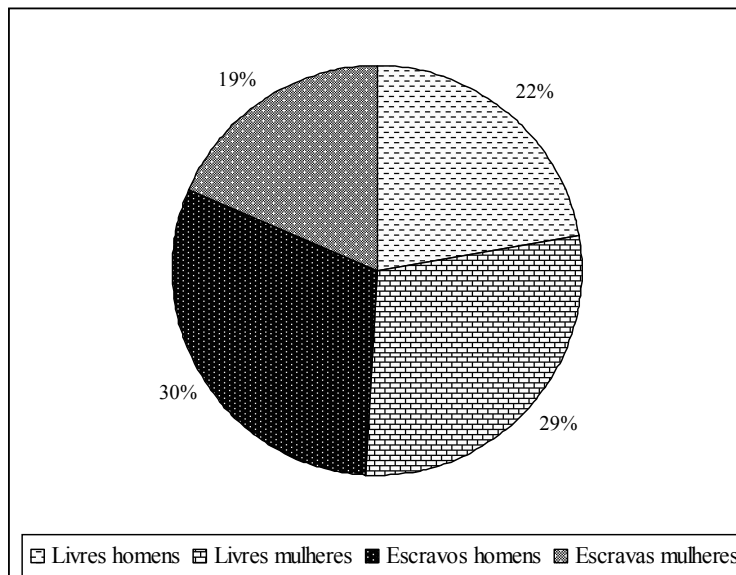
No meio rural do Rio de Janeiro de fins do século XVIII e início do XIX, as crianças

<sup>94</sup> Havia outras situações nas quais escravos enfrentavam dificuldades semelhantes às dos livres. Ian Danilevicz constatou, em seu estudo sobre a população de Viamão, que ambas as populações sofriam igualmente com inverno meridional: “A região sul brasileira é caracterizada por um clima sub-tropical úmido com um rigoroso inverno e pode-se observar [no gráfico apresentado pelo autor] uma maior concentração de óbitos nos meses mais frios do ano. Porém, não se pode afirmar que a população cativa sofra mais que a livre nesse aspecto, pois se a primeira tem os maiores picos de mortalidade em Agosto e Maio, a última tem em Maio e Julho. Ao contrário do argumentado por Mattoso, o clima não incide de forma diferenciada nos cativos, mas igualmente entre livres e escravos, ao menos em Viamão”. DANILEVICZ, *idem*, p. 27.

cativas conheceram taxas de mortalidade tão ou mais severas que as de Porto Alegre. Em estudo realizado a partir de inventários entre 1790 e 1830, Manolo Florentino e Roberto Góes constataram que um terço dos falecimentos assinalados nas fontes correspondia a jovens com menos de dez anos. O resultado desta dinâmica demográfica se observa na distribuição de crianças com até onze anos segundo idade e sexo (gráfico 2, apresentado pelos autores), na qual aquelas com dez anos somavam apenas metade do total das que possuíam um ano de idade<sup>95</sup>. Passada uma década, os jovens do agro fluminense ficavam reduzidos a metade, como em Porto Alegre. Estes dados permitem lançar a hipótese de que as condições de vida de recém-nascidos e crianças não foram particularmente piores em Porto Alegre, de modo a causar sérios transtornos à capacidade de reprodução da população cativa.

Os próximos dados ajudam a entender as implicações produtivas do quadro demográfico ora apresentado. No gráfico consta a participação de livres e escravos no total da população ativa de Porto Alegre. Ambos os grupos serão divididos segundo sexo.

**Gráfico 7**  
**Distribuição (%) de escravos e livres adultos (15-44 anos), segundo sexo, em Porto Alegre, 1782**



Fonte: RCPA, 1782, AHCMPA (ver Tabela AE.4)

O maior grupo em tela é o dos escravos do sexo masculino, o qual totaliza 30% dos

<sup>95</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, Roberto. Morfologias da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 207-227, aqui p. 212.

adultos, seguido pelas mulheres livres, com diferença de apenas 1 ponto percentual. Por outro lado, as mulheres escravas apresentaram a menor participação, com quase 20% do total dos adultos. Deste modo, a população adulta escrava possuía uma dimensão numérica muito próxima àquela da livre no ano de 1782<sup>96</sup>. Ao levarmos em consideração a superioridade da taxa de crescimento populacional anual de escravos frente a de livres (4,9 contra 3%), então a importância do braço cativo tendeu a ser ainda maior ao final do século. Portanto, os escravos não complementavam o trabalho de livres mas, antes, constituíam-se como um dos pilares da estrutura produtiva de Porto Alegre em fins do século XVIII. Acreditamos, também, que esta mesma situação seja comum a outras localidades do Rio Grande de São Pedro durante o período, visto a coincidência de muitos de nossos dados com aqueles da fronteira Oeste da capitania.

### **Entre a escravidão e a liberdade: ameríndios e libertos em Porto Alegre**

Neste tópico final, abordaremos a realidade de libertos e índios guaranis, duas categorias que transitavam entre a escravidão e a liberdade, os quais foram listados em mapas de população, róis de confessados e livros de batismo, casamento e óbitos. Pretendemos, pois, avaliar a participação demográfica de ambos os grupos, discutir as formas pelas quais se integravam à nascente sociedade de Porto Alegre, assim como entender a sua participação na freguesia a partir de suas estratégias territoriais.

O *mapa de população de 1802* fornece alguns dos dados demográficos mais antigos disponíveis relativos à participação de libertos e índios no Rio Grande de São Pedro. Conforme vimos na Tabela 2, registraram-se 44 índios e 305 libertos em Porto Alegre, os quais representam, respectivamente, cerca de 1 e 8% da população. A comparação destes dados com os encontrados no *rol de confessados Porto Alegre* de 1782 é interessante. Neste, somam-se 17 guaranis e 46 libertos, os quais totalizam 1 e 3% das pessoas listadas, respectivamente.

Estes valores são plenos de significado quando lidos a partir das condições de vida e as estratégias sociais e territoriais particulares a cada um destes grupos. Se os guaranis mantiveram sua participação estável ao longo do período, os libertos apresentaram amplo aumento populacional. Nossa hipótese é a de estas tendências demográficas foram, em grande

---

<sup>96</sup> A diferença existente entre o total da população escrava apresentado no rol de confessados (38%) e o total do mapa de população de 1780 (31%) implica numa sobrerrepresentação dos adultos cativos na primeira fonte de cerca de 7%. Estes, portanto, deveriam somar não 49%, mas, aproximadamente, 42% da população adulta da freguesia.

medida, resultados das estratégias e escolhas de forros e índios diante das contingências, pressões e oportunidades que se lhes apresentavam diariamente. Parece-nos que as características de Porto Alegre – o fato de ser a capital do Continente, demandar crescente mão-de-obra, abrigar importantes atividades urbanas – tornaram-na atraente para libertos e não procurada por guaranis.

### **a) Guaranis**

O ingresso maciço de guaranis nos territórios meridionais ocupados pelos portugueses ocorreu no final da Guerra Guaranítica, graças à atuação de Gomes Freire. Posteriormente, foi criada a Aldeia dos Anjos de Gravataí, o segundo aldeamento da capitania, em 1763, quando passou a ser a freguesia com a maior presença de índios. Mesmo passados mais de 40 anos de sua fundação, no início do século XIX a Aldeia ainda concentrava a maioria dos indígenas, com 49% da população lista no *mapa de população de 1802*. Por outro lado, em freguesias como Porto Alegre, Viamão, Triunfo, Rio Grande e Estreito, no mesmo ano, os números apresentados são deveras baixos. Em Porto Alegre, por exemplo, encontravam-se apenas 4% dos índios.

Para explicar esta distribuição territorial desta população, a argumentação de Elisa Garcia é imprescindível. Para a autora, os índios da Aldeia dos Anjos passaram por um processo de “territorialização”, pois constituíram sua identidade e aumentaram as margens de sua autonomia ao compartilhar determinadas experiências, como a preservação da língua (apesar dos impedimentos legais) e a manutenção da igreja. Ao fortalecer a posição dos índios, tal processo garantiu maior proteção contra os interesses dos fazendeiros locais<sup>97</sup>. Desta maneira, a concentração dos índios na Aldeia dos Anjos no ano de 1802 pode ser entendida como resultado de um processo identitário e territorial voltado a oferecer um reforço à frágil situação desta população.

Se a Aldeia garantia alguma proteção aos guaranis, então podemos elencar a hipótese de que o afastamento desta região favorecia a ocorrência de relações nas quais os índios ver-se-iam subordinados a interesses particulares. Ora, a caracterização dos índios listados nos *róis de confessados* de Porto Alegre de 1779 a 1782 corrobora nossa argumentação. Nos róis dos anos de 1779 e 80 não encontramos registro algum de guaranis. Apenas em 1781 aparecem as descrições de 4 indivíduos. No ano de 1782, num salto numérico significativo,

---

<sup>97</sup> GARCIA, *idem*.

aparecem 17. Uma consulta comparativa demonstra o sub-registro da origem de índios nos primeiros róis, pois encontramos 4 guaranis descritos em 1781 e 82 que estavam também presentes em 1779 e 1780, num claro sinal de “invisibilização” dos guaranis.

A diferença na caracterização destes índios pode ser tomada como um registro das relações sociais estabelecidas entre estes e os chefes de fogo, pois os 4 guaranis sub-registrados nos róis de 1779 e 1780 viviam uma condição ou aproximada a de cativos ou ex-escravos ou, então, a de livres dependentes. O chefe de domicílio José Vidal tinha como agregado, no ano de 1782, um rapaz de 14 anos chamado Miguel guarani; no domicílio deste mesmo José Vidal, nos anos de 1779 e 1780, aparecem um Miguel Queirós e, apenas no primeiro rol, Crisante Queirós. O cirurgião Manuel Marques de Sampaio estava acompanhado pela agregada Maria Guarani nos anos de 1781 e 82; no ano de 1780, apareceu a agregada Maria, com idade coerente com a de Maria Guarani. Estes parecem casos de possível aproximação dos guaranis ao mundo livre, ainda que numa posição de subordinação. Esse fenômeno de identificação étnica de indígenas pelos brancos lembra o ocorrido em Areco, distrito de Buenos Aires, observado por Juan Garavaglia. O autor observou um quase desaparecimento dos indígenas dos registros a partir de 1815, os quais foram fundidos totalmente com os considerados espanhóis<sup>98</sup>.

Os outros dois casos apontam para uma aproximação mais evidente dos guaranis ao mundo de cativo ou de ex-escravos. A viúva Gregória Rita apresentou como agregado, no ano de 1782, um rapaz de 12 anos chamado Damásio guarani; no ano de 1781, apareceu um menino agregado de 7 anos, preto forro, chamado Tomásio. Provavelmente ambos os registros referem-se ao mesmo indivíduo, pois, além da semelhança dos nomes, ambas as idades indicam alguém bastante jovem.

A qualificação de indígenas como pardos, forros ou negros não foi incomum no Brasil colonial, mesmo na Capitania do Rio Grande. Referindo-se aos guaranis considerados “pardos”, o Pe. Ruben Neis afirmou: “As palavras ‘pardo’, ‘pardo livre’ ou ‘pardo forro’ eram também aplicadas aos índios, de maneira que muitas vezes não se sabe se a pessoa parda é de origem africana ou indígena”<sup>99</sup>. Devemos levar em consideração, também, o fato de que o termo “pardo” não se relacionava necessariamente à cor, mas antes designava a posição social do indivíduo de origem africana que conseguira se afastar, mas não apagar, a experiência da escravidão. Se a noção de pardo indica a condição de ex-escravos, a possível caracterização

---

<sup>98</sup> GARAVAGLIA, Juan. *Pastores y labradores de Buenos Aires. Una história de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999. p. 84.

<sup>99</sup> NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão*. Porto Alegre: Sulina, 1975. p. 51.

de um índio de “preto” aponta uma relação com traços de subordinação ainda mais fortes, como no seguinte caso.

No ano de 1781, o comerciante Manuel Fernandes Guedes<sup>100</sup> possuía um escravo chamado José, casado com uma mulher de nome corroído, designada como guarani; no ano de 1780, o mesmo José estava casado com uma mulher chamada Inês, não qualificada como guarani, mas apenas listada entre os escravos; em 1779, o nome da esposa de José, Inês, estava também incluído entre os escravos. No ano de 1777, foi registrada no livro de casamento de escravos a união de Inês Dias Cortes, índia guarani de Rio Pardo, com José, escravo de Manuel Fernandes Guedes. No mesmo ano, o casal José e Inês tivera um filho registrado no livro de batismos de escravos. Neste registro, Inês Dias Cortes é designada como parda forra. Alguns anos antes destes eventos, em 1773, foi registrado no livro de batismos de livres, o batismo de uma criança, filha de Inês Dias, índia, com pai incógnito. Provavelmente tratava-se da mesma Inês, com a diferença de que, na época, ainda não houvesse oficializado na Igreja sua relação com o escravo José.

Resumamos a trajetória das classificações de Inês. No livro de batismo de livres, em 1773, apareceu como índia. No livro de batismos de escravos, em 1777, foi descrita como parda forra. Dois anos mais tarde, foi arrolada entre os escravos do proprietário de seu marido. Por fim, no rol de 1782, foi descrita como guarani. Esta pequena história nos permite chegar a duas conclusões: primeiro, os índios eram, apesar da proibição do Diretório pombalino, aproximados ao mundo da escravidão no final do século XVIII; segundo, categorias sociais tão diferentes (pardos, índios e escravos) poderiam apresentar uma porosidade que permitia a transição entre elas, especialmente para os indivíduos de origem guarani. Mas, ao fim e ao cabo, todas estas designações remetiam a uma mesma concepção: a de dependência do não-branco a um homem livre.

Neis encontrou um caso semelhante ao da guarani Inês, no qual a escrava Mônica, registrada no domicílio de João de Magalhães em 1748, apareceu como administrada no ano de 1749<sup>101</sup>. Tais formas de identificação dos índios foram comuns numa época posterior, em inícios do século XIX, como apontou Gabriel Aladrén:

Identidade indígena poderia realmente diluir-se, passando eles a serem designados de brancos, mormente os descendentes de casamentos mistos entre indígenas e lusitanos; poderiam integrar-se mantendo sua identidade indígena, ainda que reelaborada. Havia ainda um outro caminho: a integração dos indígenas como pardos ou

---

<sup>100</sup> Este fora vereador nos anos de 1772 e 1774 e, em 1775, juiz de barrete da Câmara do Rio Grande.

<sup>101</sup> NEIS, *idem*, p. 50.

forros, em um processo que os aproximava do mundo da escravidão.<sup>102</sup>

Outro fator reforça a hipótese de dependência e submissão dos índios em Porto Alegre: mais da metade desta população listada no *rol de confessados* de 1782 é constituída de menores. Neste ano, dos 17 guaranis, 13 possuíam menos de quinze anos<sup>103</sup>. A administração de índios menores foi comum na Capitania do Rio Grande, sob a justificativa da educação cristã e profissional dos pequenos. Em grande medida, esta situação foi motivada pelo interesse das famílias luso-brasileiras de Viamão em ter os menores a sua disposição. Uma das propostas de José Bernardo Pereira, administrador real que tentara resolver a tensão existente entre os índios da Aldeia e os fazendeiros de Viamão era a de fazer administrar os aldeados menores de idade<sup>104</sup>.

Segundo Bruna Sirtori, o próprio Vice-rei enviou esta recomendação. Devido às atitudes sexuais de algumas índias que faziam “horror aos brancos”, o Marquês do Lavradio escreveu uma carta a José Marcelino de Figueiredo, no ano de 1771, alertando sobre os possíveis problemas decorrentes do estabelecimento dos indígenas nas margens do Gravataí. O Vice-rei passou uma série de instruções para evitar tais inconvenientes, instruindo que era adequado encaminhar as meninas com três anos ou menos à tutela das “famílias dos casais mais bem reputados que houver nessas povoações, para que as sobreditas famílias os hajam de educar, na mesma forma que se foram seus próprios filhos”<sup>105</sup>. Ensinando às jovens a doutrina cristã, poderia se afastar o “perigo” representado pela experiência sexual antes do casamento.

Não sabemos sob qual condição viviam os pequenos índios de Porto Alegre, mas, pelo fato de apenas dois possuírem menos de dez anos, a maioria estava em condição de trabalhar e ajudar a família que as “acolhera” nos afazeres produtivos ou domésticos. Apesar da proibição do Diretório pombalino, a posição do vice-Rei, autorizou, pois, semelhante prática de subordinação de índios.

---

<sup>102</sup> ALADRÉN, *idem*, p. 130.

<sup>103</sup> Dos 12 guaranis com 14 anos ou menos encontrados nos róis de 1781 e 1782, apenas dois possuíam menos de 10 anos. Dos 12 domicílios em que se encontravam, dispomos dos dados de 9 dos chefes de fogo. Todos são livres e, com apenas uma exceção, possuíam escravos. Todos eram casados ou viúvos, novamente com apenas uma exceção. Há três militares e também o cirurgião do Hospital Real de Porto Alegre, Manuel Marques de Sampaio.

<sup>104</sup> Carta de Bernardo José Pereira, sem lugar, data, nem destinatário, com informações acerca dos índios guaranis do Rio Grande do Sul. BNRJ – 7, 3, 48, p. 14. Helen Osório estima que esta carta foi escrita por volta de 1769 (OSÓRIO, *idem*, p. 63).

<sup>105</sup> SIRTORI, *idem*, p. 133



## **b) Libertos**

Nos centros mais dinâmicos da América portuguesa, pardos e negros libertos representaram parte expressiva da população. O Rio de Janeiro, ao final do século XVIII, período marcado pelo vigor da dinâmica comercial e por massiva entrada de africanos, conheceu um contingente de pardos e pretos livres que compreendia 20% da população. Em Minas Gerais, a possibilidade de manumissão aberta pela atividade aurífera criou uma ampla população de livres de cor ao longo do século XVIII, ampliada no XIX. Segundo Francisco Vidal Luna, por exemplo, 40% dos proprietários de escravos, em São Caetano, no ano de 1804, eram pardos. Em 1821, a população livre de cor em Minas Gerais somava o expressivo valor de 39% do total<sup>106</sup>.

O Rio Grande do início do século XIX conhecia uma situação diferente. Pelo fato de não serem discriminados os libertos dos brancos no mapa de população de 1780, recorremos ao mapa populacional de 1802 para avaliar a participação de forros. Este grupo social compreendia apenas 6,1% do total da população, sendo dois terços (67%) constituídos de pardos, enquanto o restante, de pretos. Como aponta Gabriel Aladrén, ao comparar estes dados com os do mapa de população de 1814, a participação de forros é crescente, pois passaram a um total de 8% da população<sup>107</sup>. Portanto, o Rio Grande do início do século XIX contava com uma população de forros diminuta, frente àquelas contemporâneas encontradas em Minas e no Rio de Janeiro, mas em constante crescimento. Ao considerar que quase 8% da população de Porto Alegre era liberta no ano de 1802, então a participação destes era significativa, no quadro demográfico mais amplo da capitania do Rio Grande.

Sobre a inserção econômica dos libertos em Porto Alegre, contamos, como já enunciamos na introdução deste trabalho, com as contribuições de Gabriel Aladrén e Ana Paula Schanz. De modo geral, ambos os autores ressaltam a importância das atividades agrárias. Para Aladrén, em seu estudo sobre alforrias em Porto Alegre, Viamão e da Aldeia dos Anjos, não é possível concluir que a maioria dos escravos emancipados vivesse no meio urbano ou se ocupassem de atividades tipicamente urbanas, ao pressupor-se o predomínio da faina rural na região. Schanz concorda com a posição de Aladrén, no sentido de que as freguesias de Viamão e Porto Alegre apresentavam economias pouco diferenciadas, mas ressalta a importância das atividades urbanas em Porto Alegre, pois os libertos encontravam-

---

<sup>106</sup> KARASCH, *idem*, p. 109; LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo: IPE-USP, 1981. p. 111; MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 300.

<sup>107</sup> ALADRÉN, *idem*, p. 13.

se dispersos em todas as áreas desta freguesia<sup>108</sup>.

A partir dos dados coletados em nossa pesquisa, gostaríamos de dialogar com a posição de ambos os autores. Como demonstraremos no próximo capítulo, em Porto Alegre, no ano de 1782, cerca de dois terços da população residia no perímetro urbano da localidade. Esta população, incluindo suas escravarias, era muito distinta daquela que habitava o entorno agrário de Porto Alegre, e nela estão relacionados praticamente todos os militares, agentes da administração colonial, comerciantes e artesãos que encontramos. Havia, portanto, um núcleo urbanizado em Porto Alegre, que tornava sua economia distinta da de Viamão, esta, sim, amplamente rural.

Soma-se a isso, como demonstraremos no capítulo quatro, o fato de que a estrutura fundiária de Porto Alegre ter se mantido quase inalterada entre os anos de 1784 e 1797, apesar do já verificado aumento populacional entre 1780 e 1802. Ou seja, não havia muito espaço para os libertos obterem um pedaço de terra para si. Atente-se que a própria economia rural de Porto Alegre diferenciava-se bastante da de Viamão em 1784, pois nesta o segmento dos criadores de gado era muito significativo, o que não ocorria em Porto Alegre<sup>109</sup>.

A diferença entre as economias de Porto Alegre e Viamão permite levantar a hipótese de diferirem as formas inserção social de libertos vindos de outras paragens a América portuguesa e os meios de conquista da alforria de uma freguesia para a outra. Defendemos que, em plena década de 1780, o desenvolvimento das atividades urbanas no Rio Grande de São Pedro, bem como a estabilização da estrutura fundiária e de razoável dificuldade de acesso à terra num período tão recente, como constatado por Helen Osório, tornaram as freguesias urbanizadas e as regiões fronteiriças ou de menor povoamento um destino privilegiado para pardos e pretos forros. Esta hipótese baseou-se nos dados disponíveis no mapa de 1802 e encontrará outros argumentos nos capítulos subsequentes.

O mapa de 1802, por apresentar a distribuição da população por freguesias, permite avaliar a participação dos libertos conforme cor (pretos ou pardos) e localidade onde os mesmos se encontravam. Se somarmos ambos os segmentos, encontraremos cinco localidades com mais de 200 libertos: Rio Grande (316 indivíduos), Porto Alegre (305), Cachoeira (294),

---

<sup>108</sup> ALADRÉN, *idem*, p. 70ss. O autor conclui que “Sendo a região pesquisada escassamente urbanizada, a economia própria dos cativos originava-se, sobretudo, de atividades rurais”. (*Ibidem*, p. 75); SCHANTZ, *idem*, p. 16, 84ss.

<sup>109</sup> Em Porto Alegre, conforme a *Relação de moradores de 1784*, todos os produtores foram classificados como lavradores; Danilevicz, baseado na mesma documentação, aponta a existência de 11 criadores em Viamão. Ao considerar como produtores mistos os lavradores com mais de cem cabeças de gado, 7% dos listados na *Relação* seriam incluídos nesta categoria em Porto Alegre, contra 13% em Viamão. (DANILEVICZ, *idem*, p. 39; sobre Porto Alegre, ver o capítulo 4 desta dissertação)

Triunfo (243) e Vacaria (206)<sup>110</sup>. Nossa Senhora da Conceição do Arroio e Mostardas, duas freguesias do litoral, vinham logo a seguir, com 190 e 125 indivíduos, respectivamente.

Como esperado<sup>111</sup>, Rio Grande e Porto Alegre eram as maiores concentrações de forros, resultado da provável extensão das atividades urbanas em cada uma destas localidades, aspecto a ser abordado próximo capítulo, no que diz respeito a Porto Alegre. Ana Paula Schanz apresenta uma boa relação de profissões as quais se dedicavam os forros da freguesia no século XVIII: barbeiros, calafates, carpinteiros, tanoeiros, pedreiros, cozinheiros, sapateiros, costureiros. Ao relacionar a profissão destes forros com seu local de residência, a autora conclui que os forros encontravam-se em todas as áreas da freguesia<sup>112</sup>. A autora está indubitavelmente correta, mas faltou um passo a ser dado: constatar a concentração de forros na área urbanizada da freguesia.

Conforme os dados disponíveis, a maior parte dos forros habitava no núcleo urbanizado, enquanto poucos conseguiram acesso à propriedade da terra. Dos 19 chefes de fogo libertos encontrados no *rol de confessados* de 1782, 16 residiam no núcleo urbanizado. Do conjunto dos produtores listados nas *Relações de moradores* dos anos de 1784 e 1797, apenas 3 na primeira *Relação* e 2, na segunda, eram forros<sup>113</sup>. Portanto, o meio urbano era um espaço privilegiado para a atuação dos negros e pardos libertos na freguesia.

As regiões fronteiriças, distantes dos núcleos urbanizados, eram também um destino privilegiado de forros, pois Vacaria, Cachoeira, Nossa Senhora da Conceição do Arroio (atual Osório) e Mostardas figuram como importantes concentrações destes indivíduos. Cachoeira era a freguesia mais ao oeste do Rio Grande de São Pedro, um desmembramento de Rio Pardo (isto é, era uma espécie de fronteira da fronteira). Vacaria era a menor freguesia do Continente, localizada na região de Cima da Serra, de difícil acesso e com sérios problemas

---

<sup>110</sup> Encontramos a seguinte ordem das localidades com maior presença absoluta de pardos: Cachoeira (238 indivíduos), Rio Grande (228), Porto Alegre (196), Nossa Senhora da Conceição do Arroio (atual Osório, com 176 indivíduos), Triunfo (151), Vacaria (137) e Mostardas (105). As principais concentrações de pretos, por sua vez, são: Porto Alegre (109 indivíduos), Santo Antônio da Patrulha (107), Triunfo (92), Rio Grande (88), Vacaria (69), Viamão (66) e Cachoeira (56). Esta ordenação das principais concentrações de pardos e pretos libertos evidencia a existência de diferentes territorialidades negras. Tais diferenças são um problema a ser resolvido, e estão longe do alcance desta pesquisa.

<sup>111</sup> De modo geral, o meio urbano oferecia maiores aberturas para inserção econômica de libertos. Conforme Russel-Wood, “a agricultura oferecia limitada oportunidade para o negro ou mulato livre fosse seu próprio senhor e conquistasse a estabilidade financeira. O problema básico era que, caso o dono da propriedade quisesse obter algum retorno que valesse a pena, era essencial o trabalho escravo para ajudar na limpeza do campo, no plantio das sementes e na colheita. Poucos libertos de cor poderiam comprar um escravo” (RUSSEL-WOOD, A. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 95).

<sup>112</sup> SCHANZ, *idem*, p. 84; MOREIRA *apud* SCHANZ, *idem*, p. 84.

<sup>113</sup> *RCPA*, 1782, AHCMPA; *RM*, 1784 e 1797.

com os índios coroados<sup>114</sup>. Conceição do Arroio e Mostardas, por sua vez, eram freguesias localizadas na região costeira, mais afastadas dos principais centros da região, Porto Alegre e Rio Grande.

Destaca-se, adicionalmente, o fato de pretos e pardos forros representavam expressiva parcela da população nestas localidades de fronteira. Em Vacaria, 24% dos habitantes eram libertos; em Conceição do Arroio, 18% o eram; em Mostardas e Cachoeira, respectivamente, 11 e 9% faziam parte desta categoria social. Deste modo, a tese de Sheila de Castro Faria, segundo a qual libertos e brancos pobres frequentemente encontravam na migração para áreas de fronteiras um relevante mecanismo de sobrevivência, torna-se aplicável ao povoamento dos campos do Rio Grande do Sul<sup>115</sup>. Ao se deslocarem para áreas de fronteira agrária ainda aberta, os forros constituíram-se como importantes elementos de ocupação de novos territórios.

Por outro lado, as áreas próximas dos citados destinos principais concentravam menor quantidade de forros. Em ordem crescente, as freguesias em questão são: Taquari (22 indivíduos forros), Aldeia dos Anjos (51), Estreito (58), Rio Pardo (66), Santo Amaro (71) e Viamão (100). As oportunidades ligadas à vida urbana em Rio Grande e Porto Alegre podem ter se tornado muito mais atraentes (ou acessíveis) que as oferecidas em Viamão e Aldeia dos Anjos (próximas a Porto Alegre) e Estreito (próximo a Rio Grande). Pelo contrário, Cachoeira, então fronteira agrária recentemente aberta, tornara-se um chamariz mais forte que a representada pela antiga e relativamente urbanizada freguesia vizinha de Rio Pardo.

## **Conclusão**

As duas últimas décadas do século XVIII foram de intenso crescimento na paróquia de Porto Alegre. A população duplicou de tamanho, em um processo no qual houve expressivo aumento dos contingentes de escravos e agregados. Estes homens e mulheres foram essenciais no cultivo dos campos na capital do Rio Grande de São Pedro, assim como na execução das atividades artesanais e domésticas. Os cativos, especialmente, ao chegarem já adultos na localidade, estavam aptos para desempenhar todo tipo de atividade.

O perfil da população escrava de Porto Alegre em 1782 comprova esta afirmação, pois um quinto do total era composto por homens na casa dos vinte anos. Os idosos eram

---

<sup>114</sup> SIRTORI, B.; GIL, T. Bom dia, padrinho: espaço e parentesco na formação de redes entre cativos nos Campos de Vacaria, 1778-1810. In: *Revista Brasileira de História do Brasil*, v. 10, n. 1 e 2, jan-dez., 2008, p. 142-160.

<sup>115</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 102.

poucos e as crianças representavam um terço do total. Esta situação era semelhante ao de importantes centros econômicos coloniais. A participação de escravos no conjunto da população era tão elevada quanto na Bahia açucareira e diferentes características demográficas dos escravos assemelhavam-se àquelas encontradas na capitania de São Paulo quando da expansão da cultura do açúcar no final do século XVIII e em algumas paróquias mineiras dedicadas à produção de mantimentos para o mercado interno. Por sinal, nossos dados são semelhantes àqueles da fronteira oeste do Rio Grande, o que indica que a estrutura produtiva regional era capaz de produzir excedentes que, até certo ponto, permitiam razoável aquisição de escravos via tráfico.

O predomínio de indivíduos entre 15 e 44 anos no seio da população cativa respondia aos interesses da economia colonial, especialmente porque, em última instância, “liberava” a maioria dos escravos dos cuidados para com filhos ou pais idosos. Desta forma, o tráfico, as escolhas de compra dos senhores e as péssimas condições de vida garantiam o predomínio de adultos entre os escravos, tanto na Bahia açucareira quanto, em menor escala, no Rio Grande colonial.

Em uma primeira observação, a participação de libertos no conjunto da população de Porto Alegre parece indicar diminuta presença deste grupo, especialmente quando comparada a de freguesias mineiras ou fluminenses. No entanto, quando observamos a presença deste grupo em outras localidades do próprio Rio Grande de São Pedro, percebemos a expressividade dos valores relativos a Porto Alegre. Nesta freguesia encontrava-se, pois, a segunda maior concentração de forros, atrás apenas da de Rio Grande. Ressalta-se a importância das atividades ligadas à vida urbana na dinâmica de inserção econômica e social dos libertos. Estas atividades representaram, seguramente, um forte atrativo para libertos de outras regiões e, possivelmente, um importante meio para obtenção da alforria para os escravos da freguesia.

Os guaranis, por sua vez, eram poucos em Porto Alegre, ao longo do período estudado. Provavelmente, esta situação se devia tanto aos desafios criados pela tensa relação com os proprietários de terras da região, como pelo processo de recriação identitária experimentado no território da Aldeia dos Anjos. Os dados encontrados permitem, pois, levantar a hipótese de terem sido executadas práticas de subordinação dos índios – especialmente crianças – por moradores da freguesia de Porto Alegre, de modo a aproximar os guaranis ao mundo da escravidão.

No quadro de expansão econômica e demográfica da América portuguesa em fins do século XVIII, a escravidão, posta a funcionar por meio do tráfico, tornou-se um dos

mecanismos garantidores do êxito do crescimento da freguesia de Porto Alegre, nas suas primeiras décadas de existência. A continuidade da chegada de migrantes também representou um papel de importância, fato constatado no aumento dos agregados no conjunto da população, bem como na relativamente marcante presença de forros. Porto Alegre, neste período, caracterizou-se por uma acentuada dinâmica social, enquanto passava a ocupar um papel chave na formação do Rio Grande de São Pedro. Neste processo engendrou-se, pois, sua dependência em relação ao tráfico de cativos.

## Capítulo 2

### O urbano e o rural em Porto Alegre nas duas últimas décadas do século XVIII

Antônio da Cunha é um dos dois marinheiros listados *no rol de confessados de Porto Alegre* de 1782. Sua residência ficava numa área chamada Capão da Fumaça, provavelmente localizada onde fica a atual Avenida Osvaldo Aranha. Estava acompanhado de sua esposa, Ana Maria, e de sete filhos. Pela quantidade de filhos e a baixa diferença de idade entre os mesmos, é provável que a atividade do mar não fizesse com que Antônio ficasse longe de casa por longo tempo. Um de seus vizinhos era o seu sogro, Manuel de Souza Barros, lavrador originário dos Açores, senhor de 10 escravos. Como seu sogro, Antônio da Cunha também possuía seus escravos, em número de 4 indivíduos, e foi classificado como lavrador na relação de moradores de 1784.

A configuração desta família permite-nos fazer três observações. Primeiro, havia em Porto Alegre uma diversidade de ocupações num período bastante recuado no tempo. Segundo, o arrolamento dos fogos respeitou a localização geográfica das antigas moradias, pois os familiares são descritos uns próximos aos outros.<sup>116</sup> Esta situação é semelhante aquela verificada por Juan Garavaglia nos censos do Vice-Reinado do Rio da Prata. Segundo o autor, existe uma relação entre a proximidade de registro no censo, proximidade espacial e redes de parentesco<sup>117</sup>. Terceiro, atividades tão opostas – uma dependente da mobilidade e outra do enraizamento na terra – poderiam conviver sob o mesmo teto. Este é o nosso ponto de partida para pensar a urbanidade e a ruralidade em Porto Alegre na década de 1780.

Neste capítulo, pretendemos estabelecer a espacialidade das atividades produtivas e das estruturas familiares. Os dados com os quais trabalhamos apontam para a existência de uma nítida distinção entre uma região urbana e outra rural em Porto Alegre, constatação oposta à concepção de terem predominado as atividades rurais na capital do Rio Grande até o início do século XIX<sup>118</sup>. Com os mesmos dados demonstraremos a existência de fatores que

---

<sup>116</sup> Os domicílios (também designados como *unidades de censo*) foram numerados conforme a ordem dos registros. O número da unidade de censo de Manuel de Souza é o de 261 no rol de 1782, enquanto o de seu genro é o de 262; no rol de 1792, Manuel de Souza aparece na unidade de censo 213, enquanto um filho seu, mais novo, aparece na 214. Outro exemplo é o caso do lavrador Manuel de Ávila de Souza, cuja unidade de censo é a de número 234 em 1782 e a de dois de seus filhos são 233 e 235. Há outros casos como estes. Fonte: róis de confessados de Porto Alegre de 1782 e 1792, AHCMPA.

<sup>117</sup> GARAVAGLIA, Juan. *Pastores y labradores de Buenos Aires. Una historia de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999, p. 55, 61, 73s.

<sup>118</sup> Para autores consultados, o predomínio da região urbana dá-se apenas ao longo do século XIX. Ver, por exemplo, FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e espaços de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da

aproximavam ambas as regiões, de modo a criar uma relação de complementaridade.

Para executar esta análise, fizemos uso dos *róis de confessados*, das *Relações de moradores*, dos *livros de batismos* e de *casamentos*, de alguns inventários *post-mortem* e dos extratos de gastos efetuados pela Real Fazenda<sup>119</sup>. Para começarmos, precisamos definir a ruralidade e a urbanidade na América portuguesa.

O Brasil colonial era essencialmente rural. Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva embasam esta afirmação confrontando o número de cidades nas Américas portuguesa e espanhola no início do século XVII: enquanto havia 31 vilas e 6 cidades na primeira, a segunda já contava com 330 centros urbanos<sup>120</sup>. Além disso, como observam os autores, no Brasil era modesta a rede urbana, restritas as funções que competiam às cidades e vilas e imprecisas as linhas que separavam o urbano do rural. Esta configuração era resultado dos limites do comércio colonial, da extensão do poder dos grandes proprietários rurais, da estreiteza da vida cultural, do predomínio do trabalho cativo sobre o livre e da precariedade dos meios de transporte e comunicação<sup>121</sup>.

Inicialmente, as cidades brasileiras formaram-se no entorno dos portos localizados no litoral, pois estes constituíam centros de convergência nas redes de circulação marítima do Império português. Pequenos portos de cabotagem se ligavam aos grandes portos regionais do Rio de Janeiro, Bahia e Recife, enquanto estes se comunicavam com os de Portugal<sup>122</sup>. Ao mesmo tempo, foram nestes grandes núcleos urbanos coloniais onde se instalaram as Câmaras municipais, órgãos administrativos com prerrogativa de entrar em contato direto com a Coroa<sup>123</sup>.

Segundo Iraci del Nero da Costa, apenas com a exploração das gupiaras nas Minas Gerais para explorar o ouro dos morros, a partir de 1720, foram criados centros urbanos no interior da América portuguesa. Os esforços para fazer os aquedutos de pedra subirem as montanhas exigiram a fixação dos homens no território. Os povoados tornaram-se centros de

---

Universidade/UFRGS, 2000. P. 55; FREITAS, Denize. *O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e as suas relações matrimoniais de 1772 – 1835*. São Leopoldo: PPGH Unisinos, 2011. Dissertação de mestrado. p. 57. Para os seguintes autores, há um *continuum* entre Porto Alegre e Viamão: ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-35*. Niterói: UFF, 2008. p. 70ss; SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 104ss.

<sup>119</sup> Extracto da receita do cofre da Real Fazenda do Rio Grande de São Pedro. Códice 104, vol. 3, 4 e 5, ANRJ.

<sup>120</sup> LINHARES & TEIXEIRA DA SILVA, F. *História da agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 151.

<sup>121</sup> LINHARES & TEIXEIRA DA SILVA, *idem*, p. 152.

<sup>122</sup> LINHARES & TEIXEIRA DA SILVA, *idem*, p. 153.

<sup>123</sup> Sobre o funcionamento das Câmaras municipais, ver BICALHO, Maria. As Câmaras Ultramarinas e governo do Império. In: *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 189-221.



gravidade das zonas mais ricas: organizava-se a sociedade e a justiça civil; os tropeiros neles se fixaram e transformaram-se em comerciantes; os senhores das lavras desceram os morros e passaram a construir aí seus casarões.

Estas vilas mineiras tinham funções comerciais e administrativas importantes. Como a maioria da população dedicava-se à mineração, o mercado urbano era o ponto de aquisição de bens de subsistência; eram neles, também, onde se instalaram os órgãos estatais para regular a vida social e controlar o sistema de produção do ouro e garantir sua taxaço. Estas atribuições tornaram as cidades e vilas de Minas Gerais uma novidade na Colônia<sup>124</sup>.

Os núcleos urbanos portugueses nos limites meridionais da América lusitana e na América espanhola surgiram pelo interesse no comércio e nos territórios espanhóis, como também pelos rebanhos de gado localizados na *vacaria del mar*. O primeiro destes núcleos foi a Colônia do Sacramento, fundada em 1680, na margem do rio oposta a Buenos Aires. No século XVIII, com a paulatina ocupação da lagoa dos Patos e da bacia do rio Jacuí pelos portugueses, foi fundado o Presídio Jesus Maria José de Rio Grande, em 1737, e criada a freguesia de Viamão, em 1747, a qual contava com moradores desde a década de 1730. Rio Grande foi povoado com número crescente de habitantes e, em 1751, elevado à condição de vila com a instalação da Câmara. A ocupação destes últimos territórios foi legitimada com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. A Colônia do Sacramento, entretanto, foi perdida definitivamente<sup>125</sup>.

Desta maneira, o surgimento dos centros urbanos lusos em território originalmente espanhol processou-se de maneira diferente daqueles do litoral e do interior da América portuguesa. A povoação do litoral ocorria após a localização de pontos adequados para a construção de portos, enquanto as vilas mineiras resultaram da fixação das atividades extrativas. Com a ocupação destas áreas, foram atraídos comerciantes, funcionários do Estado e homens livres pobres, os quais testavam a sorte em busca de melhores condições de vida. No Rio Grande, por outro lado, foram as disputas por territórios e recursos econômicos contra a Coroa espanhola que estimularam a fixação na região e a criação dos povoados.

A própria formação de Porto Alegre ocorreu de maneira não planejada, decorrente dos azares da guerra. Inicialmente, seu território estava dividido em três grandes propriedades fundiárias, as quais faziam parte da região dos Campos de Viamão. Com a Guerra Guaránica e o conseqüente fracasso do Tratado de Madri de 1751, alguns casais açorianos, originalmente

---

<sup>124</sup> COSTA, Iraci. Ocupação, povoamento, e dinâmica populacional. In: COSTA & LUNA, *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982.,p. 1 -30, aqui p. 16.

<sup>125</sup> Uma ótima síntese deste processo encontra-se em KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004, p. 49ss.

destinados às Missões, foram alojados nas margens do Guaíba, junto às terras pertencentes a Jerônimo de Ornelas, um dos proprietários locais. Depois da queda de Rio Grande frente às forças castelhanas, em 1763, e da transferência da Câmara para Viamão, o Porto dos Casais (como ficou conhecida a região de Porto Alegre com a chegada dos açorianos) tornou-se ponto estratégico devido ao acesso privilegiado junto ao estuário do Guaíba, a via de acesso mais rápida para Rio Grande e Rio Pardo<sup>126</sup>.

Francisco Riopardense de Macedo elenca alguns dos motivos que levaram à ocupação da península onde se originou Porto Alegre. A profundidade do Guaíba na área foi decisiva para a criação do porto, de onde partiriam os barcos rumo a Rio Pardo e construir-se-iam navios. O formato geográfico do território, por sua vez, favoreceria sua defesa em caso de invasões fluviais vindas de Rio Grande, então sob posse espanhola. A geografia também facilitaria o transporte de gado vindos do outro lado do Guaíba para o consumo da crescente população urbana. O último motivo, por fim, foi o fato de a península ser, então, um terreno devoluto, junto à sesmaria de Jerônimo de Ornelas, motivo pelo qual foi ocupado pelos açorianos quando de sua chegada<sup>127</sup>.

Ao aumento da população seguiu-se à elevação de Porto Alegre à condição de freguesia, em 1772; devido às vantagens pela região, a Câmara foi definitivamente instalada na localidade, no ano de 1773<sup>128</sup>. Em pouco tempo, Porto Alegre tornou-se uma peça chave na administração e defesa territoriais e na circulação de homens e mercadorias entre Rio Grande e Rio Pardo, entre o atlântico e o interior do Continente. Constituiu-se, desta maneira, como o ponto de comunicação da região com o Rio de Janeiro e Lisboa.

Os autores que estudaram os primeiros tempos da história de Porto Alegre deram ênfase ao surgimento do perímetro urbano da freguesia<sup>129</sup>. No ano de 1772, o engenheiro Alexandre José Montanha planificou as primeiras ruas da localidade e distribuiu as meias-datas de terra. A mando de José Marcelino de Figueiredo, em 1773, foi construída a linha de fortificações que delimitaria a “zona urbana”. Nos anos seguintes, foram construídas as fontes públicas, a Igreja Matriz, as casas da Junta (destinada a abrigar a Provedoria da Real Fazenda)

---

<sup>126</sup> KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: PPGH – UFF, 2006, p. 115ss.

<sup>127</sup> MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 49s.

<sup>128</sup> MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993, p. 23.

<sup>129</sup> Ver, por exemplo: OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. *A fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Norma, 1987. p. 102; MACEDO, *Porto Alegre...*, *idem*, p. 59ss; FRANCO, *idem*. Uma síntese encontra-se em DURÁN ROCA, Luisa. *Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano no século XVIII*. Porto Alegre: Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS, 2009. (Tese de doutorado) p. 464-471.

e da Câmara, a Cadeia, a Casa da Comédia e a casa dos Correios. Em 1803 foi concluída a Santa Casa de Misericórdia, obra iniciada em 1795.

Deste modo, os estudos precedentes assinalaram a circunscrição do perímetro urbano no período anterior ao século XIX em termos principalmente arquitetônicos e urbanísticos. Limitada pelos muros levantados por José Marcelino, foi essa a área que recebeu os poucos, mas necessários, equipamentos voltados para a organização da vida social e política da capital do Continente do Rio Grande. Na figura seguinte, o círculo preto delimita a região urbana.

**Figura 2**  
**Localização das três primeiras propriedades de Porto Alegre, em meados do século XVIII, e do núcleo urbanizado da freguesia, a partir de 1772**



Nota: o círculo em preto indica a região onde foi instalado o núcleo urbanizado da freguesia.

Fonte: Atlas Digital da América Lusa (com editoração nossa). Mapa baseado em MACEDO, Francisco. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1968, p. 46.

Em nosso entender, análises deste cunho são importantes, mas insuficientes para pensar a caracterização espacial e produtiva de uma região. É necessário evidenciar as relações que moldaram a estrutura econômica e social e permitiam a divisão social do trabalho. Como afirma Guy Di Meo, as evoluções ritmadas da economia não apenas são passíveis de serem integradas na análise da construção social e espacial, como constituem-se

como importantes causas de sua estruturação<sup>130</sup>.

Recentemente, Ana Silvia Scott apontou, utilizando-se dos *róis de confessados*, que já em 1779 o perímetro urbano compreendia parcela expressiva da população de Porto Alegre<sup>131</sup>. Ao concordar com esta conclusão, nosso esforço foi o de caracterizar as áreas extra e intramuros então existentes em termos econômicos e demográficos. Nossas análises tomaram por base os dados oferecidos pelo *rol de confessados* de 1782, no qual os domicílios são divididos de acordo com as ruas do interior dos muros e as zonas rurais onde se localizam. Temos na área intramuros as ruas da Praia, da Igreja, Formosa e uma cujo nome está corroído, mas que provavelmente é a rua Clara. As áreas extramuros são as seguintes: a região “*fora do portão*”, o *Capão da Fumaça*<sup>132</sup>, o *Cristal* e o *Passo de Ornellas*.

Os registros que atestam a formação e distribuição espacial da população têm início a partir de 1769, quando da morte de um dos sesmeiros da região, de nome Sebastião Francisco Chaves. Parte de suas terras, as quais ficavam na área do Cristal, foi doada à família de um compadre seu e outra vendida a alguns indivíduos<sup>133</sup>. A partir de 1772, quando se iniciaram a divisão da antiga sesmaria de Jerônimo de Ornelas e as distribuições das datas de terra, formaram-se as demais áreas, inclusive o perímetro urbano<sup>134</sup>. Nos próximos tópicos, apresentamos as análises realizadas.

### **Distribuição espacial da população**

No *rol de confessados* de Porto Alegre de 1782 constam 247 domicílios<sup>135</sup>, sendo que 168 se encontram no interior dos muros (a região urbanizada) e 79 fora do mesmo (a região rural)<sup>136</sup>. Como as pessoas são classificadas de acordo com sua relação com o chefe do domicílio (núcleo principal<sup>137</sup>, agregados ou escravos), podemos verificar a composição dos domicílios de ambas as áreas, conforme a tabela seguinte.

---

<sup>130</sup> DI MÉO, Guy. *Géographie sociale et territoires*. Paris: Nathan, 1998. p. 22.

<sup>131</sup> SCOTT, Ana Silvia. Do Porto de Casais à Freguesia de Nossa Senhora da Mãe de Deus de Porto Alegre: ensaios sobre os espaços de sociabilidades a partir do cruzamento nominativo de fontes eclesiásticas. In: *VII Jornadas Setecentistas*. Curitiba, 2007, p. 413-427. Aqui, p. 422s.

<sup>132</sup> Na transcrição do documento aparece como “Capão da Tumasa”. A grafia correta do nome da região encontra-se em CORUJA, Antônio Alvares Pereira. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 37.

<sup>133</sup> Ver Oliveira, *idem*, 37. A data de falecimento de Sebastião Francisco Chaves se encontra no 1ºLO de Viamão, folha 62, AHCMPA.

<sup>134</sup> Ver Oliveira, *idem*, 41.

<sup>135</sup> Recordamos que, em vista de nossa metodologia de reparação dos danos materiais da fonte, excluímos os registros de domicílios muito danificados e repetidos.

<sup>136</sup> Lembramos, conforme o Apêndice I, que foram excluídos desta contagem registros de unidade de censo que estivessem muito danificados.

<sup>137</sup> Este núcleo principal é geralmente composto pelos familiares do chefe de fogo, mas não sempre.

**Tabela 7**  
**População de Porto Alegre, segundo posição em relação ao chefe de domicílio, em 1782, por área**

Posição no domicílio	Intramuros		Extramuros		Total	
	#	%	#	%	#	%
Núcleo principal	534	54,0	396	62,2	930	57,2
Escravos	378	38,3	232	36,4	610	37,5
Agregados	76	7,7	9	1,4	85	5,2
Total	985	100,0	624	100,0	1625	100,0

Fonte: *RCPA 1782*, AHCMPA.

A maioria da população listada no *rol*, 61% dos moradores, residia dentro dos muros da paróquia, incluindo cerca de 60% dos membros do núcleo principal dos domicílios e dos escravos, assim como a quase totalidade dos agregados. Estes muros circunscreviam um espaço bastante limitado, que ia desde a praça do Arsenal, nas margens do Guaíba, até o portão, região correspondente à atual área entre a rua General Salustiano até a praça Argentina, em frente à Santa Casa de Misericórdia. Exatamente nesta última praça encontrava-se o portão<sup>138</sup>. Extramuros, por outro lado, residiam os 39% restantes da população. Esta região corresponderia a uma parte da antiga sesmaria de Jerônimo de Ornelas (excluindo a parcela reservada para o perímetro urbano) e às outras duas grandes propriedades rurais.

Se, segundo Maria Encarnação Sposito, reconhecer a urbanidade de uma determinada área a partir de seus níveis de densidade habitacional é sempre um ponto de partida, nunca um ponto de chegada para a análise<sup>139</sup>, então temos um indicio inicial do caráter urbano da região interior aos muros de Porto Alegre. Esta, apesar de ser apenas uma parcela de uma das três sesmarias que constituíram a localidade, abrigava 60% do total da população no ano de 1782.

Ao compararmos a composição dos domicílios, verificamos diferenças significativas entre ambas as áreas. O núcleo principal, formado majoritariamente pelos familiares dos chefes de fogo, têm uma participação percentual maior fora dos muros, com uma diferença de 8 pontos percentuais em relação ao interior. Por outro lado, o interior concentrava nove de

<sup>138</sup> OLIVEIRA, *idem*, p. 117 (anexo). all by myself

<sup>139</sup> SPOSITO, M. A questão cidade-campo: perspectiva a partir da cidade. In: SPOSITO, M.; WHITACKER, A. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão popular, 2006. p. 111 – 130. Aqui, p. 113.

cada dez agregados. Ao lembrarmos do predomínio de homens e de não brancos entre os agregados, conforme apresentamos no Capítulo 1, podemos concluir que a área urbana era o espaço no qual se abrigavam homens de destino incerto, provavelmente hospedados por algum tempo na casa de antigos conhecidos<sup>140</sup>. Se tomarmos o rol de confessados de 1780, por exemplo, encontraremos cinco caixeiros viajantes, todos abrigados em casa de comerciantes residentes no interior dos muros<sup>141</sup>.

A participação de escravos no total da população é semelhante em ambas as áreas, com pequena vantagem para a região interior aos muros. Portanto, as atividades de ambas as regiões requeriam igualmente o recurso à mão-de-obra cativa. Ainda assim, a área urbana exigia mais escravos, pois concentrava 62% dos mesmos. Provavelmente a labuta no porto, o carregamento de fardos e água potável e mesmo o pequeno comércio demandavam uma carga de trabalho superior àquela capaz de ser oferecida pelos homens livres disponíveis<sup>142</sup>. A comparação com Vila Rica, no ano de 1804, é elucidativa. Ao verificarem a ampla participação de escravos nesta cidade (31% da população), Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa concluíram que estes “suportavam o peso maior das atividades econômicas da urbe”<sup>143</sup>. A situação não parece ter sido diferente em Porto Alegre.

De qualquer forma, esta divisão ocupacional e espacial não pode ser considerada estanque, pois escravos residentes no interior dos muros poderiam ser empregados em atividades rurais, assim como aqueles da área rural poderiam trabalhar no porto ou, mesmo, no comércio.

## Ocupação econômica

A caracterização das ocupações dos moradores de Porto Alegre apresenta dificuldades devido à inexistência desta informação para a maioria da população descrita no rol de confessados. Apenas padres, militares, alguns poucos funcionários do Estado e dois marinheiros são descritos enquanto tais. Há um indivíduo que abriga um caixeiro no rol de

---

<sup>140</sup> Sobre as cadeias de relacionamento familiar e de amizade que ligavam indivíduos migrantes, ver GARAVAGLIA, *idem*, p. 63.

<sup>141</sup> *Rol de confessados de 1780*, AHCMPA.

<sup>142</sup> A descrição de Saint-Hilaire sobre as atividades desempenhadas pelos escravos na urbe de Porto Alegre no ano de 1821 talvez já se aplicasse, em alguma medida, à década de 1780. Ver SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. p. 68-73. Sobre a ojeriza dos trabalhadores livres em relação às atividades normalmente associadas aos escravos, como o carregamento de fardos, ver SCHWARTZ, *idem*, p. 261ss.

<sup>143</sup> COSTA, Iraci; LUNA, Francisco. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX. In: COSTA, I & LUNA, F. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p. 57 – 77. Aqui, p. 62.

1782, indício seguro do desempenho de atividades comerciais. Apesar disso, graças a dados obtidos em outras fontes – como a *Relação de moradores de 1784*, a relação dos pagamentos da Real Fazenda, o *Almanaque de Porto Alegre de 1808* e inventários *post-mortem* – e por meio de informações apresentadas em outras pesquisas, obtivemos as ocupações de uma parcela significativa dos moradores<sup>144</sup>. Por meio destas informações, poderemos apreender a espacialidade das ocupações locais. Começaremos pelos trabalhadores do agro.

Ao tomarmos a *Relação de moradores de 1784*<sup>145</sup>, encontramos 65 indivíduos listados. Se excluirmos três que estavam sem a descrição de ocupação, todos os outros são qualificados como lavradores. Assim, para delimitar o local onde residiam os lavradores, basta-nos procurar seu “endereço” no *Rol de confessados* de 1782. Dos 62 casos, 42 (ou 68%) residia fora dos muros; com o nome no interior dos muros, somam-se 3 casos (5%); os casos duvidosos, 16%; os não encontrados, por fim, 11%.

Mais de dois terços dos lavradores seguramente residia fora dos muros de Porto Alegre. Apenas três indivíduos residiam no perímetro urbano, com pequenos rebanhos de até 30 cabeças de gado *vacum*. Deste modo, torna-se indiscutível que as unidades de produção agropecuária encontravam-se na área extramuros. Dos casos duvidosos, os quais se devem à existência de homônimos dentro e fora dos muros, acreditamos corresponderem a moradores extramuros.

Para encontrar a ocupação dos moradores do interior dos muros, o trabalho foi mais complicado. Se dos lavradores obtivemos a descrição de ocupação em bloco, numa única fonte, são fragmentárias as informações daqueles não ocupados com a lida da terra, distribuídas em vários documentos. Neste caso, o problema enfrentado diz respeito à razoabilidade em associar os nomes de indivíduos destas fontes com aqueles encontrados nos róis de confessados. Em alguns casos, há muita segurança no cotejo das fontes. De Roberto André Ferreira Alvim, por exemplo, descobrimos que se ocupava no comércio tanto por intermédio do inventário de seu sogro<sup>146</sup> quanto pela indicação de ocupação de oficiais da Câmara de Porto Alegre, apresentado na pesquisa de Adriano Comissoli<sup>147</sup>.

Outras associações, por outro lado, são menos seguras. Na receita de despesas da

---

<sup>144</sup> MAGALHÃES, Manuel Antônio. Almanaque de Porto Alegre de 1808. In: FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre, EST, 1980. Uma das melhores fontes para obter-se a ocupação dos moradores – os autos de banho – não pode ser utilizada, pois o trabalho com a mesma exigiria um trabalho serial acima do possível.

<sup>145</sup> Aqui nos referimos apenas à “Relação de moradores...” enviada ao Rio de Janeiro, sem considerar os borradores que ficaram no Rio Grande do Sul. Sobre este assunto, voltaremos a tratar no Capítulo 4.

<sup>146</sup> Inventário *post-mortem* de João Antônio Fernandes, Comarca de Santa Catarina, 1º Juizado de Órfãos de Porto Alegre, ano de 1781, auto 84.

<sup>147</sup> COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre, Câmara Municipal de Porto Alegre/ Editora da UFRGS, 2008, p. 71.

Fazenda Real de abril de 1782, encontramos o registro do pagamento do alfaiate Joaquim José Pinto. Abaixo deste, encontramos o de Antônio dos Santos Maciel, pago por algumas ferragens fornecidas aos armazéns reais. Ora, ao procurarmos os respectivos nomes no *rol de confessados 1782*, ambos foram encontrados listados entre os chefes de domicílios do perímetro urbano. O mesmo aconteceu com Ana Garreta de Moura, moradora do interior dos muros, paga pelo aluguel de umas casas. Ela era uma senhora, viúva de um comerciante e patrão-mor<sup>148</sup>, que vivia também do trabalho de suas escravas.

Apesar de estas informações serem menos seguras, optamos por utilizá-las. Há dois motivos para creditar alguma confiança aos dados: primeiro, a maioria dos indivíduos é relacionada nas fontes com nome acompanhado de dois sobrenomes; segundo, porque os dados encontrados dizem respeito a moradores do perímetro urbano, justamente a região onde esperávamos encontrar carpinteiros, comerciantes e ferreiros.

Ao todo, encontramos a ocupação de 37 moradores de 1782 ligados ao artesanato, ao comércio, à administração Imperial, à Igreja ou em atividades outras. Deles, apenas dois não residiam no núcleo urbano. Isto é, contamos com a informação de ocupação de pouco mais de um quinto dos 160 chefes de fogo da região de dentro dos muros. Levando em consideração que o *rol* disponibilizou este dado para apenas 9 deles, consideramos o aumento razoável.

Nossa relação de ocupações não rurais, dos moradores listados nos róis de 1779 a 1782, conta com: 13 comerciantes, 5 indivíduos com alguma patente mais elevada<sup>149</sup> e 1 soldado, 2 carpinteiros, 1 vigário, funcionários reais (o governador, o provedor da Fazenda Real, o meirinho da Fazenda Real, o porteiro do juízo, , 1 enfermeiro do Hospital Real e o escrivão), 1 doutor, 2 marinheiros, 3 carpinteiros, 1 alfaiate, 1 boticário, 1 ferreiro e uma senhora que vivia das rendas de casas e escravas. Todos eles, com exceção de um militar e um marinheiro, residiam no interior dos muros. Acrescenta-se a este contingente o aporte demográfico devidos às atividades marítimas. No *rol de confessados* de 1792 conta-se, pelo menos, 39 navios e 326 tripulantes<sup>150</sup>. Deste modo, esta região possuía um perfil ocupacional nitidamente urbano.

A partir deste levantamento, concluímos que existia uma distinção funcional entre as áreas interior e exterior aos muros da Paróquia. Nesta se encontrava a maioria dos lavradores da localidade listados na *Relação de moradores de 1784*. Naquela, encontramos o porto e seus marinheiros, comerciantes, padres, militares, funcionário da administração do Estado,

---

<sup>148</sup> Ver Primeiro Livro de Óbitos de Porto Alegre, registro n. 30, de 26/06/1775, AHCMPA.

<sup>149</sup> Não temos, por ora, condição de averiguar se pertenciam às tropas de primeira linha, às Ordenanças ou às milícias.

<sup>150</sup> RCPA, 1792, AHCMPA. A imprecisão dos dados se deve ao mau estado de conservação da fonte.



carpinteiros e o boticário. Dito de outra forma, os muros demarcavam, em alguma medida, a divisão social do trabalho em Porto Alegre.

### **A origem dos casais chefes de domicílios**

Procuramos descobrir a origem dos casais chefes de domicílios para averiguar se esta variável distinguia as populações das áreas de dentro e de fora dos muros. Os documentos que permitiram esta análise foram os livros de batismos e de casamento, pois informam as origens tanto dos pais das crianças e dos avôs, quanto dos noivos e dos pais dos noivos. Os resultados encontrados estão na tabela seguinte<sup>151</sup>.

---

<sup>151</sup> A diversidade das origens dos habitantes de Porto Alegre das décadas de 1770 a 1830 já foi demonstrada por Freitas em estudo sobre os livros de casamentos. Em nosso trabalho, verificamos as origens conforme a área de residência dos distintos moradores. Ver FREITAS, *idem*, p. 141ss.

**Tabela 8:**  
**Origem dos casais chefes de fogo, segundo região, em Porto Alegre, 1782**

Origem	<u>Intramuros</u>				<u>Extramuros</u>			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Açores	13	23,2	9	16,4	34	54,0	33	52,4
Portugal	14	25,0	1	1,8	7	11,1	–	–
Colônia do Sacramento	1	1,8	4	7,3	–	–	–	–
Espanha	2	3,6	–	–	2	3,2	–	–
África	1	1,8	2	3,6	–	–	–	–
Bahia	1	1,8	–	–	–	–	–	–
Pernambuco	–	–	1	1,8	–	–	–	–
Rio de Janeiro	11	19,6	4	7,3	1	1,6	1	1,6
São Paulo	3	5,4	3	5,5	1	1,6	1	1,6
Minas Gerais	1	1,8	–	–	–	–	1	1,6
Santa Catarina	7	12,5	8	14,5	3	4,8	6	9,5
Rio Grande	2	3,6	23	41,8	15	23,8	21	33,3
Total	56	100,0	55	100,0	63	100,0	63	100,0

Percentagem: os casais da área urbana representam 33% do total de fogos intramuros; os da área rural, 80% dos fogos extramuros.

Obs.: não constava a informação de origem da esposa de um morador da área interior aos muros.

Fonte: *RCPA* 1782, *AHCM*PA; *1ªLBPA*, *AHCM*PA.

Ao se comparar o número dos chefes de fogo cuja informação de origem foi encontrada com o número de domicílios existentes em cada área, verificamos visíveis diferenças nas proporções. Detectamos a naturalidade de apenas um terço dos moradores do perímetro urbano, enquanto encontramos registro de 80% dos chefes da rurais. Apesar de representar um empecilho na análise dos primeiros devido ao sub-registro da informação, este fato fornece-nos um indício importante: apenas uma parte dos moradores da região urbana tivera interesse ou conseguira fixar-se na localidade de modo a constituir uma família e, assim, ter seu nome registrado como pai de um batizado ou, mesmo, de marido recém-casado. O interior dos muros não apenas concentrava a maioria dos agregados como também dos chefes de domicílio recém-chegados que ainda estavam distantes da pia batismal e do altar.

A partir dos dados expostos, constatamos que existiam diferenças de origem entre os

chefes de fogos das duas áreas. Na área rural os homens eram predominantemente portugueses açorianos (54%), seguidos pelos nascidos no Rio Grande e em Santa Catarina (29%), estes provavelmente filhos dos primeiros; no perímetro urbano, a maioria os habitantes do sexo masculino nascera na própria América portuguesa (52%) e em Portugal, na sua região continental (25%). Os portugueses açorianos eram uma parcela também expressiva nesta área (23%). A área urbana apresentava um aspecto heterogêneo, em que os nascidos na América e em Portugal (na sua parte continental) representam três quartos da população. Na área rural, por outro lado, a maioria dos homens eram portugueses dos Açores ou nascera no Rio Grande.

A população feminina intramuros, assim como a masculina, é predominantemente americana, com visível vantagem para as nascidas no Rio Grande. Se somarmos estas com as da Colônia do Sacramento<sup>152</sup> e do restante do Brasil, teremos quatro quintos do total. Na área rural, por outro lado, as açorianas compreendem metade do total (52%), seguidas pelas nascidas no próprio Rio Grande e em Santa Catarina (43%).

Os dados indicam a prática de assimilação de conterrâneos portugueses operada por parte das famílias dos produtores rurais açorianos. A história de Antônio da Cunha, contada no início deste capítulo, é exemplar. Casado com uma filha de açorianos, Antônio viera do bispado do Porto e provavelmente desempenhava suas atividades marítimas sem prejudicar o ritmo laboral de sua família, pois os três escravos adultos possivelmente cobriam sua falta enquanto estivesse ausente. Seu trabalho externo permitia a aquisição de pecúlio extra aos rendimentos do trabalho na terra. No ano de 1783 recebeu a quantia de 264 mil e 800 réis por ter atuado como marinheiro e patrão de uma barca<sup>153</sup>. Esta é uma quantia razoável, visto que com ela poderiam ser comprados, por exemplo, três escravos homens e adultos.

Como as grandes famílias de fazendeiros de Campo dos Goitacases preferiam portugueses comerciantes para casarem com suas filhas devido às vantagens que estes poderiam oferecer<sup>154</sup>, os lavradores de Porto Alegre das três últimas décadas do século XVIII tiveram a preferência por acolher indivíduos originários de Portugal em suas famílias. Apesar de serem todos provavelmente pobres, as profissões paralelas ou anteriores desempenhadas pelos mesmos deve ter representado algum atrativo adicional na escolha do pretendente, além daquela representada pela origem compartilhada.

Mesmo que houvesse alguns portugueses continentais, os açorianos eram a maioria

---

<sup>152</sup> Os originários da Colônia do Sacramento eram provavelmente refugiados que debandaram da vila quando a mesma passou para o poder castelhano em 1777. Sobre o assunto, ver KÜHN, *Gente da fronteira: família, sociedade...*, *idem*, p. 107s.

<sup>153</sup> Fonte: “Extratos da receita do cofre da Real Fazenda do Rio Grande de São Pedro”, ANRJ, Códice 104, vol. 5, p. 125.

<sup>154</sup> FARIA, *idem*, p. 185.

no agro local. Na área urbana, por outro lado, o perfil de origem era diversificado, com predomínio de americanos e portugueses continentais. Dentre os nascidos na América, a maioria viera do Rio de Janeiro e de Santa Catarina. Três foram designados como forros e apenas um terço possuía escravos. Em nosso entender, ainda que uma parcela já possuísse alguma riqueza expressa na posse de escravos, a maioria poderia ser qualificada de “andarilhos da sobrevivência”. Esta expressão foi cunhada por Sheila de Castro Faria para designar brancos e libertos pobres para os quais a migração em direção a áreas de recente povoamento constituíam uma estratégia de sobrevivência<sup>155</sup>.

Dentre os portugueses residentes no interior dos muros estão os militares e os poucos comerciantes casados. Se levarmos em consideração também os homens solteiros, incluiremos o restante dos comerciantes, muitos militares, os clérigos e outros profissionais, como o boticário. Podemos lembrar também dos caixeiros viajantes encontrados, possivelmente originários da região do Minho<sup>156</sup>. Assim sendo, encontramos dentre os portugueses tanto indivíduos que ocupavam cargos na administração real e postos militares ou eclesiásticos, quanto os indivíduos que vieram testar a sorte no Brasil por meio do exercício de alguma atividade profissional, especialmente o comércio.

Desta forma, no perímetro urbano concentravam-se os indivíduos recentemente chegados em Porto Alegre. Por isso, esta região foi frequentemente lugar de passagem, residência temporária, até que fosse vantajosa ou necessária nova mudança. Podemos citar o caso de Antônio José Carneiro, um jovem de 22 anos, possuidor de um escravo, arrolado em 1779. Seu nome consta no leilão dos bens do falecido comerciante João Antônio Fernandes<sup>157</sup>, de quem comprou uma casa na vila de Rio Grande. Depois desta data, não encontramos o referido Antônio José que, possivelmente, se mudou para lá. Assim como Antônio, muitos outros habitantes intramuros descritos no rol de 1782 podem ter conhecido destino semelhante.

## **Famílias**

Como os róis discriminam os membros dos domicílios, podemos analisar se existiam diferenças na composição dos núcleos principais das áreas urbana e rural. Na tabela seguinte apresentamos as medidas de tendência central e de dispersão relativas ao tamanho das

---

<sup>155</sup> FARIA, *idem*, p. 102.

<sup>156</sup> Ver OSÓRIO, *O império português...*, *idem*, p. 283.

<sup>157</sup> Inventário *post-mortem* de João Antônio Fernandes, APERS, Comarca de Santa Catarina, 1º Juizado de Órfãos de Porto Alegre, ano de 1781, auto 84.

famílias de ambas as áreas.

**Tabela 9**  
**Medidas de tendências central dos núcleos principais de Porto Alegre, segundo área, em 1782**

	Intramuros	Extramuros
Tamanho médio do núcleo principal	3,3	5,1
Mediana	3	5
Moda	3	5
Desvio-padrão	2,0	2,6

Fonte: *RCPA* 1782, AHCMPA.

Os resultados apontam severas diferenças entre os núcleos principais dos fogos de dentro e de fora dos muros. Enquanto pelo menos metade núcleos da área rural eram compostos por 5 membros, intramuros os grupos eram bem menores, com mediana de 3 indivíduos. Estes resultados encontram sua explicação nos diferentes padrões de migração e de organização familiar e produtiva característicos das populações de cada área. Se na área rural encontramos a maioria dos lavradores açorianos, com suas famílias e escravos, na área urbana deparamo-nos com chefes de fogo de variadas ocupações e origens, muitos deles sem família co-residente.

Um aspecto interessante diz respeito ao perfil sexual dos chefes de fogo de ambas as áreas, conforme a tabela seguinte.

**Tabela 10**  
**Sexo dos chefes de fogo de Porto Alegre, segundo área, em 1782**

Sexo	Intramuros		Extramuros	
	#	%	#	%
Masculino	114	71,7	71	91,0
Feminino	45	28,3	7	9,0
Total	159	100,0	78	100,0

Obs.: os dados se referem apenas aos domicílios com chefes de fogo. Foram excluídos domicílios encabeçados por escravos e agregados e um chefe da área urbana cuja informação de sexo estava corroida.

Fonte: *RCPA* 1782, AHCMPA.

Era do sexo masculino a maior parte dos chefes de fogo de Porto Alegre, mas na área urbana constatamos expressiva presença feminina. Se extramuros elas chefiavam 9% dos fogos, dentro dos muros estavam à frente de quase 30%. Em sua maioria, estas mulheres eram esposas de indivíduos ausentes, militares em grande medida, ou viúvas. Apenas duas eram solteiras, uma delas marcada pelo passado cativo. Portanto, o deslocamento dos maridos, a viuvez ou o desempenho de atividades minimamente lucrativas colocavam algumas mulheres na condução de seus lares ou, mesmo, de suas próprias vidas. O meio urbano possibilitava (ou obrigava) o exercício de relativa autonomia feminina. Carlos Bacellar, em seu estudo sobre Sorocaba colonial, constatou também maioria de mulheres independentes no ambiente urbano

158

Na próxima tabela, analisaremos a situação conjugal destes chefes. Cabe notar que a categoria dos não informados era possivelmente composta por solteiros, em sua maioria.

**Tabela 11**  
**Situação conjugal dos chefes de fogos, segundo área, em Porto Alegre, 1782**

Situação conjugal	Intramuros		Extramuros	
	#	%	#	%
Casados	103	64,4	73	93,6
Viúvos	17	10,6	1	1,3
Solteiros	14	8,8	1	1,3
Não informado	26	16,3	3	3,8
Total	160	100,0	78	100,0

Obs.: os dados se referem apenas aos domicílios com chefes de fogo. Foram excluídos domicílios chefiados por escravos e agregados.

Fonte: *RCPA 1782*, AHCMPA.

Os dados da tabela apontam para uma sensível diferença no que tange à situação conjugal dos chefes de fogo de ambas as regiões. Na área rural, a quase totalidade era casada, com poucos viúvos e solteiros. Na urbana, os casados viram-se reduzidos a uma participação muito inferior (64%), enquanto solteiros e viúvos passaram a 19%. Estes representam o mínimo de um quinto da população desta área e, se somados com aqueles sem informação, teremos mais de um terço do total (36%). Assim, chefes de domicílio solteiros ou viúvos aparecem de forma expressiva apenas dentro dos muros da localidade. Dentre os solteiros, encontramos alguns comerciantes, um carpinteiro, o vigário, o governador da Capitania e o

<sup>158</sup> Sobre o assunto, ver BACELLAR, Carlos. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 2001.p. 161ss.

Provedor da Real Fazenda.

Na tabela seguinte, apresentamos as medidas de tendência central e de dispersão relativas aos filhos dos chefes de domicílio casados ou viúvos. Os valores referem-se apenas aos chefes com filhos arrolados, sendo que não o apresentavam 37% dos chefes da área urbana e 20% da rural, resultado indicativo da menor tendência de formarem-se famílias na área urbanizada.

**Tabela 12**  
**Medidas de tendências central de filhos dos chefes de domicílio casados ou viúvos,**  
**segundo área, em Porto Alegre, 1782**

	Intramuros	Extramuros
Núm. médio de filhos	2,7	4,0
Mediana	2	3
Moda	1	3
Desvio-padrão	1,6	2,26

Obs.: intramuros – 75 fogos e 200 filhos; extramuros – 59 fogos e 235 filhos.  
Fonte: *RCPA*, 1782, AHCMPA.

Os dados apontam nova diferença na estrutura familiar entre as áreas. Era nos domicílios rurais que existiam as melhores condições para geração de filhos. Ou a maior necessidade ou costume de tê-los. Apesar de apresentar um número inferior de domicílios, a área rural contava com 54% de todos os filhos de casais livres. O número mediano e modal de filhos é 3. Na área interior ao muro, metade dos chefes possui até 2 filhos e o valor mais recorrente, modal, é de 1 filho.

**Tabela 13**  
**Número médio de filhos dos chefes de fogos casados ou viúvos, segundo faixas etárias, em Porto Alegre, 1782**

Idade do chefe de fogo	<u>Intramuros</u>		<u>Extramuros</u>	
	Número de chefes	Número médio de filhos	Número de chefes	Número médio de filhos
14  --  19	2	0,5	2	0,5
20  --  29	19	2,4	17	2,5
30  --  39	37	1,5	13	2,7
40  --  49	20	2,2	13	5,5
50  --  59	23	1,2	16	3,5
59 <	11	0,5	12	2,4

Fonte: *RCPA*, 1782, AHCMPA.

Quando cruzamos as informações de idade dos chefes de domicílio casados ou viúvos com o número de seus filhos, cujos dados estão apresentados na tabela anterior, verificamos nova diferença. Na área rural encontramos uma tendência nítida de crescimento da média de filhos conforme ficavam mais velhos os chefes de fogo. Após o ápice de filhos disponíveis na faixa dos 40 anos, o número destes declina a partir da faixa dos 50 anos, resultado do amadurecimento da maioria dos filhos e de sua saída do lar paterno<sup>159</sup>. Além disso, a distribuição de chefes por faixa é equilibrada, ficando entre 12 e 17 por faixa, a partir dos 20 anos, o que indica razoável capacidade de reprodução e renovação deste grupo social.

Por sua vez, na área urbanizada, intramuros, não encontramos padrão algum na relação entre idade e número de filhos dos chefes de fogo, resultado de coexistência de diferentes formas de vida e organização familiar. A distribuição chefes por faixas etárias é desequilibrada, são poucos os indivíduos com mais de 59 anos e predominam aqueles na casa dos trinta anos.

A organização das famílias intra e extramuros era nitidamente diferenciada. Na área urbana, encontramos com frequência indivíduos solteiros e famílias pequenas. Foi este, também, o espaço das mulheres independentes, viúvas ou cujo marido encontrava-se ausente. No lado rural, por outro lado, predominava um padrão camponês de organização, formado por famílias nucleares. Os lavradores viam seu lar crescer na medida em que envelheciam, até o momento no qual os filhos mais velhos deixavam a casa paterna para formar as suas próprias.

<sup>159</sup> Sobre o ciclo de vida camponês, ver CHAYANOV, A. *La Organización de la Unidad Economica Campesina*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.



Deste modo, à espacialização das atividades seguiram-se formações familiares diferenciadas.

### **Escravidão entre comerciantes, artesãos e lavradores**

A partir da divisão espacial e ocupacional sugerida, pretendemos verificar se havia distinção entre as posses escravistas urbanas e as rurais. A posse de escravos estava igualmente distribuída dentro e fora dos portões. Em ambas as áreas, três quintos dos lares apresentavam escravos (62% para ambos). As diferenças se verificam quando comparamos o tamanho mediano das posses, pois enquanto na área urbana encontramos uma mediana de 2 escravos, na parte rural da freguesia o valor foi de 4 indivíduos. Assim, as posses rurais eram maiores, em geral. Isso se explica pela maior demanda de trabalho necessário nas atividades agrárias. Os senhores da área urbana, por outro lado, compravam um ou dois escravos voltados para atividades de menor dimensão, como executar tarefas domésticas ou oferecer seus serviços para terceiros ao preço de uma diária.

Quanto à diferença no tamanho das posses, Helen Osório verificou a mesma realidade em estudos de inventários de todo o Continente. Ao comparar o tamanho da posse de escravos do conjunto de senhores escravistas das áreas urbana e rural com a posse apenas daqueles da área rural, a autora verificou um aumento, para os últimos, tanto na porcentagem de escravistas com mais de cinco escravos como no total de escravos possuídos<sup>160</sup>. Configuração semelhante de distribuição de escravos foi encontrada por Stuart Schwartz na Bahia. O autor verificou que as medidas relativas à posse de escravos mais baixas encontradas estão associadas à escravidão urbana<sup>161</sup>. Se as maiores posses marcaram as unidades de produção agrárias, então a comparação dos nossos dados com aqueles de Osório e Schwartz reforça a hipótese relativa à distinção entre o urbano e o rural em Porto Alegre. O aprofundamento desta discussão será realizado no próximo capítulo, que trata da estrutura de posse de escravos da localidade.

### **A “estreita simbiose”<sup>162</sup> entre subúrbio e urbe**

Ao avaliarmos a existência de concentração das atividades agropecuárias fora dos muros de Porto Alegre e de comerciantes, artesãos e militares e funcionários reais no interior

---

<sup>160</sup> OSÓRIO, *Escravos de la frontera...*, *idem*, p. 9.

<sup>161</sup> SCHWARTZ, *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 359.

<sup>162</sup> Tomamos esta expressão emprestada de MATTOSO, *idem*, p. 9.

dos muros, não defendemos uma divisão econômica e social estanque entre as duas áreas. Em verdade, os dados disponíveis apontam para fortes ligações entre indivíduos e famílias de dentro e fora dos muros, de modo a tornar a divisão entre o urbano e o rural mais uma tendência de espacialização das atividades produtivas do que uma cisão social. Os exemplos seguintes servirão para justificar esta hipótese.

No inventário do capitão de dragões Domingos Tomaz de Lima<sup>163</sup> encontramos um indício de práticas destinadas a diversificar as atividades no seio de um domicílio por meio do uso de escravos. O capitão residia no núcleo urbano de Porto Alegre, pois em seu inventário estava discriminada uma casa localizada na Rua Clara<sup>164</sup>. Também foram registrados 6 escravos, quatro deles homens com mais de 20 anos, e instrumentos agrícolas. Como não foram inventariadas porções de terra para cultivo, é provável que os escravos homens do capitão fossem alugados para cultivar a terra de terceiros ou, talvez, lavrassem terras arrendadas pelo seu senhor.

Como nos lembra Maria Luiza Marcílio, nas sociedades pré-industriais era comum a coexistência de diferentes atividades produtivas levadas a cabo sob o mesmo teto. Um padre poderia ser um grande fazendeiro escravista e disponibilizar no mercado local o excedente de suas roças de alimentos<sup>165</sup>. Desta forma, a diversificação de atividades era uma estratégia familiar comum na luta diária para manter a vida, evitar infortúnios advindos do fracasso em uma ou outra ocupação, assim como permitia a aquisição de maiores rendimentos, em alguns casos. Isso explica, em parte, o fato do capitão em ter escravos que utilizavam enxadas, foices e moinhos-de-mão.

Há outros casos além deste, encontrados na *Relação de moradores de 1797*<sup>166</sup>. Estão arrolados um capitão e um sargento-mor<sup>167</sup> possuidores de um e dois escravos, respectivamente, alguns bois e arvoredos. O capitão possui um carro, também. Um guarda-mor era proprietário de dois escravos e lavouras. Um padre possuía um escravo, quatro reses e quatro bois. O proprietário de uma olaria possuía lavouras, oito escravos e rebanhos de reses,

---

<sup>163</sup> Inventário *post mortem* de Domingos Tomaz de Lima, Porto Alegre, 1781. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Comarca de Santa Catarina, 1ª Vara da Família e Sucessão, Registro 87.

<sup>164</sup> No rol de confessados de 1782, a viúva do dito capitão ocupava o fogo cuja numeração é a de 139. Como os domicílios do interior dos muros são contados até o número de 189, a fonte também aponta que a casa se encontrava no perímetro urbano.

<sup>165</sup> MARCÍLIO, M. *idem*, p. 58.

<sup>166</sup> Fonte: “Relação dos moradores de Porto Alegre e Gravataí”, de 07 de agosto de 1797. Códice F 1198ª, AHRS.

<sup>167</sup> Não temos condições de averiguar, por enquanto, se estes pertenciam às Ordenanças, às milícias ou às tropas de linha de frente.

bois e eqüinos. Por fim, há dois licenciados<sup>168</sup>. Um possuía oito escravos, rebanhos de reses, bois e eqüinos, um carro e um curral; o outro tinha posses menores, consistindo em um escravo, quatro bois, um carro e arvoredos<sup>169</sup>.

Desta forma, havia indivíduos cuja atividade principal não estava relacionada a terra, mas que possuíam escravos a cuidar de rebanhos e a cultivar – imaginamos – trigo, mandioca, feijões e laranjas. Sem dúvida, nestes casos, a produção de bens de subsistência servia tanto como uma fonte de alimentos como uma possibilidade de produção de excedentes para a comercialização. Também não podemos descartar a atração exercida pelas atividades agrárias, pela posse da terra, sobre os valores vigentes nesta sociedade.

Segundo Sheila de Castro Faria, portugueses desembarcados na América com frequência utilizavam as atividades comerciais como passagem para a vida rural, pois esta conferia um *status* social que aquela jamais poderia oferecer<sup>170</sup>. Helen Osório verificou no Rio Grande do Sul tendência semelhante, pois em 57% dos inventários de comerciantes por ela analisados havia investimentos em charqueadas ou atividades agrícolas. Segundo a autora, após o acúmulo de recursos no comércio, a atividade charqueadora permitia a ascensão na hierarquia social, assim como a aplicação de capitais em setores mais estáveis protegia os investimentos das flutuações econômicas<sup>171</sup>.

A posse de terras nas proximidades de um núcleo urbanizado deveria ser bastante atraente, pelos lucros advindos do abastecimento de tal região. No entanto, a partir das conclusões de Faria e Osório, imaginamos que o padre, os licenciados, o guarda-mor e os qualificados com patentes talvez visassem algo além de objetivos econômicos. O *status* conferido por ser senhor de terras, homens e rebanhos também deve ter representado um estímulo para estes homens terem adquirido bens agrários. O senhorio seria uma nova distinção a ser acrescida àquela derivada do exercício de ocupações praticamente exclusivas aos europeus, como eram a ocupação de cargos militares, as atividades médicas e o ordenamento religioso. Então, se os valores agrário-escravistas evidenciam forte presença neste nascente mundo urbano, a urbe talvez estivesse mais próxima do campo do que indica a classificação laboral antes empreendida. Neste sentido, a pretendida “vocaçãõ urbana” de Porto Alegre, como nos fala uma historiografia mais antiga, deve ser tratada com muito cuidado.

O exemplo mais evidente desta possível tendência é representado por Manuel Bento

---

<sup>168</sup> Este título indica provavelmente ocupação na área da medicina.

<sup>169</sup> Relaçãõ de moradores de Porto Alegre e Gravataí de 1797, Códice 1198A, AHRs.

<sup>170</sup> FÁRIA, *idem*, p. 176ss.

<sup>171</sup> OSÓRIO, H. *O Império português...*, *idem*, p. 306ss.

da Rocha, um dos homens mais poderosos da Capitania. Depois da invasão de Rio Grande, mudou-se para Porto Alegre até que, em 1783, voltou a sua antiga vila<sup>172</sup>. Capitão-mor, comerciante de grosso trato, proprietário de duas estâncias, dono de enormes rebanhos, cabeça de uma extensa clientela formada por meio do apadrinhamento e senhor de inúmeros de escravos (só em Porto Alegre aparecem 31 registros de cativos). Possuidor de residência no núcleo urbano<sup>173</sup>, Manuel Bento da Rocha agregava em si os *status* de grande estancieiro, de destacado padrinho e de senhor escravista, aliado ao poder político-militar disponibilizado por sua patente e os recursos oriundos de seus negócios. Neste sentido, as hierarquias agrário-escravistas indicam forte presença nas ruas da nascente Porto Alegre. Uma hierarquia arcaizante, que via na aquisição de propriedade fundiária o fim último das estratégias de vida<sup>174</sup>.

Também encontramos dois casos de filhos de lavradores casados com indivíduos moradores do perímetro urbano. Manuel de Souza Barros era um destacado produtor, pois possuía dez escravos relacionados em seu domicílio, posse muito acima da média local<sup>175</sup>. Seu filho, Aurélio José de Souza, desposou Francisca Rosa Joaquina, filha de moradores do núcleo urbano (Francisco Furtado e Belina da Conceição). O outro caso é o de José Correia Viegas e Ana Joaquina. Os pais dele residiam no perímetro urbano, enquanto os dela eram lavradores<sup>176</sup>.

Laços familiares formados entre produtores rurais e citadinos foram encontrados na Bahia colonial. Lavradores de tabaco ou de produtos de subsistência do interior eram parentes não apenas de grandes proprietários rurais, como também de comerciantes, magistrados, padres e artesãos bem sucedidos de Salvador<sup>177</sup>. De modo semelhante, laços familiares e interesses econômicos ligavam as áreas urbana e rural da capital do Rio Grande de São Pedro. Mas tal integração pode ter sido condicionada por outro fator, hipótese nossa, que foi a formação de um mercado local de serviços e produtos alimentares.

---

<sup>172</sup> KÜHN, *Gente da fronteira...*, p. 249ss.

<sup>173</sup> O testamento de Manuel Bento da Rocha encontra-se transcrito em KÜHN, F. *Gente da fronteira: família, sociedade...*, p. 467ss. No rol de confessados de Porto Alegre de 1782 (AHCMPA) está arrolado na unidade de censo número 57.

<sup>174</sup> FARIA, *idem*, p. 189ss.

<sup>175</sup> Ver rol de confessados de Porto Alegre de 1782, unidade de censo número 261, e rol de confessados de Porto Alegre de 1792, unidade de censo número 213, AHCMPA. Deve se notar que o último sobrenome deste está errado, pois em vez de Barros, aparece Tavares.

<sup>176</sup> Ver, respectivamente, *RCPA* de 1792, unidade de censo número 214 (1792/214), 1782/126, 1782/110, 1780/71, 1782/247, AHCMPA.

<sup>177</sup> FLORY *apud* MATTOSO, *idem*, p. 14.

## **A divisão entre o trabalho urbano e o agrário e a formação de um mercado interno regional**

Os dados com os quais trabalhamos apontam para uma divisão entre as atividades urbanas e as agrárias em Porto Alegre, na qual uma parcela da população produzia bens alimentares e outra promovia a manutenção da ordem social, econômica e política da região no interior do Império português. Esta divisão do trabalho implicava na existência de um mercado interno local: se havia oleiros, carpinteiros, alfaiates, padres e militares dedicados às suas ocupações e que precisavam comprar trigo, farinha e carne, havia lavradores que adquiriam os remédios do boticário e cruzavam as ruas do interior dos muros para assistir as missas na igreja e comprar escravos e fazendas dos comerciantes. Além do mais, a expressiva presença de marinheiros na localidade fazia aumentar significativamente a demanda de alimentos.

Os homens ligados às atividades do mar não eram poucos. Conforme enunciamos anteriormente, em 1792, registraram-se pelo menos 39 navios e 326 tripulantes<sup>178</sup>. Isso não é surpreendente, visto a importância representada pelo porto local no sistema de circulação marítima entre Rio Grande e Rio Pardo. Nos cálculos do comerciante Manuel de Antônio Magalhães, em carta endereçada à Rainha Maria I, no ano de 1805, circulavam entre Rio Grande e Porto Alegre até 80 ou 90 caravelas, as quais carregavam de 600 a 800 marinheiros<sup>179</sup>. Havia, portanto, um amplo contingente populacional a aumentar a demanda de alimentos.

No entanto, a produção destes lavradores não se destinava apenas aos consumidores locais. Havia outros mercados. Como tratamos no capítulo anterior, Porto Alegre, enquanto capital do Rio Grande, apresentava papel importante no comércio entre o Continente e o Rio de Janeiro. No porto atracavam embarcações que transportavam trigo, escravos e fazendas. Os dois últimos produtos eram vendidos por mercadores fluminenses que, em troca, desejavam o produto dos trigais do sul para enviar ao Rio de Janeiro. Por esse motivo, o comércio colonial foi um estímulo poderoso para o crescimento demográfico e produtivo da região.

Havia um terceiro destino para os bens de subsistência, constituído pelos soldados em serviço no Continente. A aquisição de alimentos para prover as tropas era realizada por

---

<sup>178</sup> Rol de confessados de Porto Alegre de 1792. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. A imprecisão dos dados se deve ao mau estado de conservação da fonte.

<sup>179</sup> Magalhães, Manoel Antonio de. Carta onde o autor expõe à rainha d. Maria I a situação de miséria em que se encontra a província do Rio Grande, com o contrabando feito pelos espanhóis próximo à costa. Narra os esforços realizados pelo seu governador. Porto Alegre, 01/02/1805. Biblioteca Nacional, Coleção Linhares, MS 554(3) d87.

meio da concessão a particulares do direito de fornecer farinhas e carnes. No contrato desta concessão estipulava-se que a Fazenda Real pagaria pela quantidade de produtos comprados, a um preço pré-estipulado<sup>180</sup>. Entretanto, estas transações causaram sérios problemas aos lavradores devido à demora no pagamento dos produtos, conforme veremos no quinto capítulo.

Havia diferentes mercados dispostos a receber os trigos e farinhas dos lavradores de Porto Alegre. Com a existência de um número expressivo de pessoas não ocupadas diretamente com a produção de alimentos (algo próximo a dois terços da população), aos quais devemos somar a itinerante população de marinheiros, estava já constituído um mercado urbano aparentemente relevante na década de 1780. Os comerciantes que compravam trigos para levá-los ao Rio de Janeiro, por seu turno, eram indispensáveis para a obtenção de créditos e escravos, mas a relação com este grupo implicava em sério perigo de endividamento. As tropas acantonadas no Rio Grande também representaram um importante mercado, apesar dos abusos resultantes da demora do pagamento. Apesar dos empecilhos característicos a cada um destes mercados, a existência de diferentes destinos para a produção pode ter garantido aos lavradores uma margem de autonomia relativamente maior de comercialização, sem que se vissem submetidos exclusivamente às aquisições realizadas por uma única instituição ou grupo de agentes.

Isso pode ajudar a entender a resistência dos lavradores do Rio Grande em plantar linho-cânhamo, produção imposta pelo Estado português. O preço da arroba deste bem era de 6.400 réis, segundo Manuel Antonio de Magalhães, o mesmo preço do alqueire de trigo<sup>181</sup>. O linho-cânhamo, entretanto, tinha por compradores apenas a Fazenda Real, de modo a tornar a posição dos lavradores mais frágil na negociação das condições de comércio e de preço. Este dado pode corroborar hipótese de que os lavradores procuravam produzir bens de aceitação mais ampla, para evitar os riscos de se tornarem reféns de um mercado monopolizado.

O inventário de Antão Silveira, falecido em 1782, pode servir como um exemplo dessa relativa diversidade de mercados. O inventariado era um lavrador açoriano, proprietário de data de terras e de 9 escravos. Estão relacionadas, em suas dívidas ativas, 83 mil réis da Fazenda Real; alguns cavalos, comprados por um morador de Santa Catarina; e trigos, compradas por Rita, preta forra. O valor da dívida da Fazenda Real seria suficiente para comprar um escravo adulto, o que indica o quanto este órgão pode ter prejudicado os negócios dos lavradores. Rita, por outro lado, gastou 6.400 réis, o valor mediano do alqueire de trigo

---

<sup>180</sup> OSÓRIO, *O império português...*, *idem*, p. 230s.

<sup>181</sup> Fonte: Fonte: MAGALHÃES, *Almanaque de Porto Alegre de 1808...*, *idem*, in FREITAS, *idem*.

pago pela Fazenda Real. Possivelmente esta deve ser a mesma Rita encontrada no *rol de confessados de 1781*, uma preta forra residente da área urbana, solitária e sem escravos. Por ser forra, deveria desempenhar alguma atividade que lhe permitiu comprar sua liberdade e adquirir os bens necessários para a vida<sup>182</sup>.

Antão Silveira também tinha suas dívidas. Devia ao comerciante Antonio Caetano Ramalhosa a soma de 60 mil réis pela compra de uma escrava; 3.400 réis pela compra de fazendas a outro comerciante; e quase 20 mil réis ao boticário, por remédios, comprados talvez com o intuito de afastar possíveis complicações de saúde que antecederam sua morte<sup>183</sup>. Desta maneira, ao momento de seu falecimento, o lavrador estava ligado por dívidas ativas e passivas com comerciantes, com o boticário, com uma preta forra moradora local, com um morador de Santa Catarina e com a Fazenda Real. O caso de Antão Silveira aponta, portanto, para a existência de uma relativa diversidade de mercados para os artigos produzidos pelos lavradores locais.

Além disso, a própria distribuição de escravos pelos lares dos subúrbios de Porto Alegre atesta o quanto os lavradores locais estavam envolvidos com o mercado interno colonial, controlado pelos comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro. Mais da metade dos lavradores locais contava com mão-de-obra cativa. Isto é, uma ampla camada dos lavradores ficou, por ao menos um período de sua vida, endividada junto a um comerciante para pagar o acessível, mas não barato, custo de um escravo.

## **Conclusão**

A paróquia de Porto Alegre estava marcada pela diferenciação entre uma área urbana e outra rural, já no início da década de 1780. A materializar esta separação estavam os muros construídos por José Marcelino. No interior destes conviviam comerciantes, marinheiros, militares, carpinteiros, alfaiates, o boticário, os funcionários reais. Estes eram homens originários da América portuguesa, das Ilhas e da própria metrópole. Fora dos muros, encontramos a maioria dos lavradores listados na relação de moradores de 1784. Em geral, são eles açorianos ou seus filhos nascidos em Santa Catarina e no próprio Rio Grande.

A organização dos domicílios de ambas as regiões eram igualmente distintas. Entre

---

<sup>182</sup> O arrolamento desta única dívida de morador da localidade pode ter sua explicação em uma possível tendência de imediato pagamento das compras de pequena quantidade de mercadoria, que redundavam em dívidas ocasionais e de pequena dimensão.

<sup>183</sup> Inventário *post-mortem* de Antão Silveira, Porto Alegre, 1782. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Comarca de Santa Catarina, 1ª Vara da Família e Sucessão, Registro 97.

os lavradores predominaram as famílias nucleares, com alto número de filhos. Confirmam esta tendência suas presenças constantes nos livros de batismo e casamento. Já a área urbana constituía-se como local de passagem. Parte expressiva dos chefes de fogo não estava casada, assim como a quase totalidade dos agregados residia na área em foco. Os filhos também eram poucos. Além do mais, era este o espaço onde se exercia um mínimo de autonomia feminina, pois as mulheres viam-se mais frequentemente responsáveis por seus lares e vidas.

Possuíam os lavradores escravarias maiores que as urbanas, resultado dos esforços demandados na lida do campo. Mas, por outro lado, a maioria dos escravos encontrava-se nas pequenas posses urbanas, indício da importância das atividades ligadas ao porto, ao artesanato e à circulação de bens na capital do Rio Grande.

Havia outro destaque da região urbana, que diz respeito à concentração dos poderes políticos e econômicos nos seus limites. Neles residiam e atuavam comerciantes, militares e funcionários reais. De qualquer forma, não podemos negar o possível impacto dos valores agrário-escravistas nas relações tecidas entre os habitantes da urbe. Encontramos alguns militares, licenciados e clérigos possuidores de escravos, terras, pequenos rebanhos, roças e carretas. O maior exemplo desta tendência é o caso de Manuel Bento da Rocha, comerciante de grosso trato que se tornou proprietário de extensa propriedade fundiária.

Apesar de serem muito bem delimitados os limites espaciais das atividades produtivas, as áreas urbana e a rural estavam interligadas e eram interdependentes. É provável que mais moradores do interior dos muros além do capitão Domingos Tomaz de Lima possuísem escravos a trabalhar como agricultores. Algumas famílias, de ambos os lados do muro, tinham filhos casados entre si. Por fim, a crescente população urbana necessitava de alimentos produzidos por lavradores, enquanto estes precisavam dos serviços oferecidos pelos trabalhadores urbanos.

As particularidades do núcleo urbano e de seu entorno agrícola, assim como suas relações, definiram a forma como se distribuíram espacialmente as posses escravistas e o perfil demográfico dos cativos em ambas as regiões. Estes, por sua vez, condicionaram decisivamente as vidas escravas, individuais e sociais, como veremos nos próximos capítulos.



### Capítulo 3

#### Estrutura de posse escrava em Porto Alegre, entre 1779 - 1792

Um dos elementos mais comuns nos estudos sobre escravidão desde a década de 1980 e hoje tornado obrigatório é a análise da estrutura de posse de escravos<sup>184</sup>. Esta consiste na avaliação da distribuição dos cativos entre os habitantes de uma região e a variação no tamanho das diferentes posses. Este procedimento permite perceber o grau de adesão de uma população à instituição da escravidão, obter algumas informações essenciais sobre as condições de vida sob o cativo e, segundo Luna e Costa, verificar o nível de riqueza dos segmentos sócio-econômico em que se pode decompor uma comunidade dada<sup>185</sup>.

Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa estão entre os pioneiros a empreender tais estudos. Em suas análises sobre as Minas Gerais no período colonial, verificaram que a noção do predomínio da *plantation* com elevado número de escravos não se confirma no plano empírico. Segundo os autores, havia o predomínio das pequenas posses, cujos senhores eram “possuidores de escravaria de um, dois ou, no máximo, cinco escravos. Raros os proprietários de grandes escravarias”<sup>186</sup>.

Suas conclusões sobre as posses escravistas mineiras são coerentes com aquelas do centro econômico mais importante da América portuguesa. Stuart Schwartz também constatou na Bahia o predomínio das pequenas posses, numa situação em que os escravos encontravam-se distribuídos entre muitos proprietários. Ao considerar-se que a Bahia representava o modelo da concentração de escravos, o autor concluiu de maneira lapidar que “a escravidão no Brasil distribuía-se largamente entre a população livre, constituindo-se na base econômica da sociedade como um todo e em uma forma de investimento extremamente comum e acessível”<sup>187</sup>.

Os estudos iniciados com Luna e Costa para a região de Minas Gerais, e de Schwartz para a Bahia, tornaram visível que *trabalho escravo* e *plantation* não eram termos sinônimos. Em realidade, pelo relativamente fácil acesso ao braço cativo, garantido pelo tráfico atlântico, a escravidão mostrou-se flexível ao ponto de adequar-se a ampla gama de atividades

---

<sup>184</sup> Uma das melhores análises historiográfica sobre o tema foi realizada por José Flávio Motta. Ver MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801 – 1829)*. São Paulo: Annablume e FAPESP, 199, p. 67ss.

<sup>185</sup> COSTA, Iraci & LUNA, Francisco. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX. In: COSTA, I & LUNA, F. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p. 57 – 77. Aqui, p. 70.

<sup>186</sup> LUNA, Francisco. Estrutura de posse de escravos. In: COSTA, Iraci & LUNA, Francisco. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p. 31-55. Aqui, p. 40.

<sup>187</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 368.

produtivas. Nas Minas coloniais, artesãos, comerciantes, padres e militares possuíam escravos arrolados em seus domicílios, de acordo com as necessidades de trabalho ou, até, segundo gostos de ostentação<sup>188</sup>.

Conforme vimos no primeiro Capítulo, os escravos compunham parte expressiva da população de Porto Alegre nas duas últimas décadas do século XVIII e início do XIX. Cabe notar que sua situação era semelhante a de outros centros dinâmicos da América portuguesa, pois os escravos passaram de 31 para 40% dos habitantes da paróquia, entre os anos de 1780 e 1802, fenômeno interligado ao crescimento econômico regional. Neste tópico, analisaremos como se distribuíam estes escravos ao longo dos 13 anos entre 1779 e 1792. As fontes privilegiadas para este estudo são os *róis de confessados*, pois a listagem dos moradores a partir do domicílio em que residiam permite contabilizar os cativos por unidade de censo. Podemos começar pela apresentação dos números de fogos escravistas e de escravos encontrados nos róis analisados, conforme a tabela a seguir.

**Tabela 14**  
**Número de fogos escravistas e o de cativos, Porto Alegre, 1779 – 1792**

	1779	1782	1792
Fogos escravistas (#)	134	153	217
Fogos escravistas (%)*	61	62	52
Escravos	558	610	795
Escravos (%)**	38	38	40

Nota: (\*) – Em relação ao total de fogos.

(\*\*) – Em relação ao total da população.

Obs.: o total de fogo em 1779 é de 220; em 1782, de 247; em 1792, de 419 fogos.

Fonte: *RCPA*, 1779, 1782 e 1792, AHCMPA.

Ao longo do período, verificamos um crescimento contínuo tanto do número de fogos escravistas quanto do de escravos. O crescimento da freguesia não apenas se deu pelo incremento no número de cativos, como foi acompanhado por um aumento no número de domicílios comprometidos com o sistema escravista. A totalidade de fogos com cativos é alta em todos os anos, pois não menos da metade dos domicílios apresentava cativos.

Ainda assim, o crescimento numérico de senhores de escravos não acompanha o aumento do total de domicílios registrados. Em 1779, 61% dos domicílios eram escravistas; passados 13 anos, houve uma queda de 9 pontos percentuais. Desta maneira, verificamos a

<sup>188</sup> LUNA, Estrutura de posse..., *idem*, p. 40

ocorrência de dois fenômenos: primeiro, uma ampla dispersão da posse escrava entre os domicílios; segundo, o aumento do número de fogos escravistas não acompanhou o aumento do número de domicílios devido, possivelmente, à grande entrada de imigrantes livres no período<sup>189</sup>.

A ampla participação de escravos não era exclusividade da paróquia de Porto Alegre, pois outras localidades vizinhas conheciam distribuições de escravos semelhantes. Segundo Fábio Kühn, em Viamão, no ano de 1778, os escravos representavam 41% da população e faziam-se presentes em dois terços das unidades domésticas. Na Aldeia dos Anjos, em 1780, Bruna Sirtori constatou que 38% da população vivia sob o cativo e 44% dos fogos apresentava ao menos um escravo<sup>190</sup>. Assim sendo, a ampla distribuição de cativos era uma característica da região.

Na tabela a seguir, apresentaremos alguns indicadores da estrutura de posse de cativos em Porto Alegre, que são as medidas de tendência central, de dispersão e de concentração da posse escrava.

---

<sup>189</sup> Isso, em parte, se explica pelo aumento do número de registros de domicílios com indivíduos solitários sem escravos, de quem tempos poucas informações. Em 1779, eles são 11; em 1782, são 14; em 1792, por fim, são 71. Em 1779, a proporção entre homens e mulheres que residiam sozinhos é equilibrada, com a diferença de um indivíduo a favor dos homens; em 1792, os homens constituem dois terços do total dos residentes solitários sem escravos. Estes indivíduos compõem, possivelmente, o grupo dos “andarilhos da sobrevivência” que chegaram à localidade pelas possibilidades abertas pelo crescimento das atividades comerciais, portuárias e artesanais, ao que não se pode ignorar o aumento da produção triticultora.

<sup>190</sup> KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: PPGH – UFF, 2006. Tese de doutorado. p. 130; SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Dissertação de mestrado. p. 78 e 119. Convém propor uma pequena reflexão sobre a posição da autora quando afirma que a população cativa decaiu ao passar de 37 para 29% do total dos habitantes da Aldeia dos Anjos (p. 78). Percentualmente, sem dúvida, houve redução. No entanto, os cativos passaram de 151 para 376 indivíduos em menos de onze anos, isto é, tiveram seu total multiplicado por duas vezes e meia em uma década. Neste sentido, mesmo que tenha diminuído relativamente, a população cativa aumentou em termos absolutos de forma expressiva, sinal de um vigor econômico capaz de fazer importar mais escravos. Ou, pelo contrário, foram contabilizados os escravos de outras regiões anteriormente ignoradas, de modo a impossibilitar a comparação de ambos os resultados.

**Tabela 15**  
**Medidas de tendência central e de concentração da posse de escravos em Porto Alegre,**  
**1779 – 1792**

	1779	1782	1792
Número médio de escravos	4,2	4,0	3,7
Mediana	3	3	2
Moda	1	1	1
Desvio-padrão	3,7	3,8	3,7
Índice de Gini	0,437	0,436	0,468

Fonte: *RCPA*, 1779, 1782 e 1792, AHCMPA.

Os dados desta tabela evidenciam o predomínio das pequenas posses de escravos. O desvio-padrão do conjunto dos dados é bastante alto, de modo a não tornar o número médio como representativo do conjunto. De qualquer modo, a mediana e a moda não apenas são baixas como decrescentes. De 1779 para 1792, a mediana baixou de 3 para 2 escravos e a moda permaneceu a mesma. Temos, assim, um indicativo de que o crescimento do número de fogos escravistas (verificado na Tabela 14) se deu, principalmente, pelo aumento das posses menores.

Apesar do alto valor do desvio-padrão, teremos que utilizar as médias para comparar os dados encontrados. Porto Alegre possuía uma média de 4,0 cativos por domicílio em 1782; em Viamão, no ano de 1782, a média foi de 3,5; em 1780, a média foi de 3,8 na Aldeia dos Anjos<sup>191</sup>. Na ampla região formada pelas três freguesias, havia certa similitude no tamanho das escravarias, ainda que as de Porto Alegre fossem levemente maiores. Confirma o resultado a mediana de 2 escravos encontrada em Viamão, em 1782.

A comparação destes resultados com os encontrados por Schwartz, na Bahia, em 1788, é útil para entender a dimensão das escravarias da região. As menores médias encontradas por este autor foram de 4 escravos por proprietário na parte urbana do Recôncavo e de 4,5 em regiões produtoras de mandioca. As áreas produtoras de açúcar e mandioca do Recôncavo, por sua vez, tiveram a média de escravos alçados a 6,6 escravos; na área exclusivamente produtora de açúcar, havia 11,7 escravos por proprietário<sup>192</sup>. A ampla região compreendida

<sup>191</sup> Fonte: *Rol de confessados de Viamão de 1782*, AHCMPA. Agradecemos a Ian Danilevicz por ter, gentilmente, cedido os dados. O resultado relativo à Aldeia dos Anjos encontra-se em SIRTORI, *Entre a cruz...*, *idem*, p. 122.

<sup>192</sup> SCHWARTZ, *Segredos internos...*, *idem*, p. 359.

por Porto Alegre, Viamão e Aldeia dos Anjos, portanto, era dominada por pequenas escravarias, em situação semelhante àquela das áreas urbanas e produtoras de mandioca da Bahia.

O coeficiente de Gini é um instrumento estatístico que serve para avaliar a concentração de riqueza em um grupo populacional, cujo resultado varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo a 1, maior é a concentração. Em Porto Alegre, na medida em que os indicadores tornaram-se mais altos com o passar do tempo, constatamos um lento processo de concentração da propriedade escrava.

Se compararmos estes valores com aqueles encontrados por Schwartz, em 1788, verificamos que os dados de Porto Alegre indicam um nível de concentração razoável, sem chegar a ser expressivo. Nas áreas urbanas baianas, caracterizadas por pequenas posses, os coeficientes encontrados atingem um máximo de 0,36; nas áreas de cultivo de mandioca e gado, o máximo é de 0,48; nas de produção de açúcar, o limite é de 0,77, valor que expressa uma concentração de escravos extremamente elevada<sup>193</sup>. Desta maneira, a concentração de cativos em Porto Alegre é próxima àquela verificada entre os produtores de mandioca e gado baianos.

Ian Danilevicz encontrou resultados semelhantes em Viamão. Se, nesta freguesia, entre 1780 e 1782, os valores variaram entre 0,42 e 0,44, em Porto Alegre, no ano de 1782, o resultado foi de 0,44. Ressalta-se, entretanto, que tais semelhanças na estrutura de posse escrava escondem diferenças relativas à estrutura produtiva de ambas as freguesias. Em Viamão predominavam unidades agrícolas voltadas para o mercado interno, enquanto em Porto Alegre, como vimos no capítulo anterior, havia um expressivo núcleo urbanizado.

A comparação com Ouro Preto, distrito de Vila Rica, é relevante. Luna e Costa encontraram uma concentração moderada, semelhante a de Porto Alegre em 1782, de 0,437. Os autores explicam que este resultado se deve à inexistência de grandes senhores e à gama variada de proprietários cuja posse de escravos não discrepava em muito do número médio de cativos por segmento sócio-profissional (entre funcionários, artesãos, comerciantes, etc.)<sup>194</sup>. Esta explicação é plenamente aplicável a Porto Alegre. O resultado encontrado nesta paróquia decorre da associação de uma maioria de pequenas posses urbanas e rurais àquelas maiores possuídas por comerciantes de grande cabedal, militares de alta patente e destacados produtores agrários.

A distribuição da população de proprietários e de escravos é uma parte fundamental

---

<sup>193</sup> SCHWARTZ, *Segredos internos...*, *idem*, p. 359.

<sup>194</sup> COSTA & LUNA, *Profissões, atividades...*, *idem*, p. 71s.

dos estudos sobre estrutura de posse escrava. De modo geral, como vimos, diferentes pesquisas indicam ampla participação dos pequenos proprietários escravistas e a posse de expressiva parcela dos cativos pelos mesmos. Vejamos alguns casos. Em Serro Frio, freguesia ligada à mineração, no ano de 1738, 90% dos senhores possuía até 10 cativos e detinha 55% do total de escravos. Os maiores proprietários, possuidores de 40 ou mais cativos, eram 1% dos senhores e possuíam 10% dos escravos. O caráter fragmentário da extração do ouro e a amplitude do número de indivíduos que participava desta atividade explica a distribuição de cativos encontrada, pois uma parcela expressiva dos produtores locais conseguia obter recursos suficientes para obter um ou dois escravos. Por outro lado, os mineradores mais capitalizados compravam avultado número de cativos para aumentar a exploração<sup>195</sup>.

Nas paróquias açucareiras baianas, entre os anos de 1816 e 17, os proprietários de até 9 cativos eram 76% do total e detinham um quarto dos escravos; os proprietários com mais de 99 cativos eram apenas 1,4%, mas detinham 12% da escravaria. A posse escrava era facilmente acessada, até mesmo pelas pessoas com menores recursos, mas a vinculação da economia local com o mercado internacional favoreceu os senhores de engenho a concentrarem enorme parcela dos cativos<sup>196</sup>.

Em quatro das oito Companhias de Ordenanças de Lorena, São Paulo, no início do século XIX, estudadas por Iraci del Nero da Costa, Robert Slenes e Stuart Schwartz, predominava a economia de subsistência e a produção açucareira restabelecia-se após um período de estagnação. A partir de listas nominativas, os autores constataram predomínio dos proprietários com até 9 escravos, os quais representavam 84% do total e possuíam 47% dos cativos. Os senhores que possuíam entre 10 e 41 cativos, por outro lado, eram 16% e possuíam 53% da escravaria<sup>197</sup>.

Em Bananal, uma das oito Companhias de Lorena, no ano de 1801, 71% dos proprietários possuía até 9 escravos e detinha 22% dos escravos; os proprietários com 40 ou mais escravos eram 5% e detinham 31% dos cativos. Em 1817, período de transformação da economia local, quando o café passou a ser a cultura predominante, houve um processo de melhor distribuição da posse escrava. Os senhores com até 9 escravos passaram a representar 79% dos senhores e a deter 29% dos escravos. Isto é, os primeiros anos da introdução da cultura do café permitiram o enriquecimento de setores menos favorecidos. No entanto, em 1829, quando a cafeicultura encontrava-se presente em quase todos os domicílios escravistas,

---

<sup>195</sup> LUNA, Estrutura de posse..., *idem*, p. 38s.

<sup>196</sup> SCHWARTZ, *Segredos internos...*, *idem*, p. 374.

<sup>197</sup> COSTA, Iraci; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. Família escrava em Lorena (1801). In: *Estudos econômicos*, São Paulo, 17 (2), maio/ago, 1987, p. 245-295.

tornou-se mais aguda a concentração da posse cativa. Enquanto os pequenos proprietários voltaram a apresentar o perfil de posse de 1801 (eram 72% dos escravistas e possuíam 21% dos cativos), os proprietários com 40 ou mais escravos passaram a 8% dos escravistas e a deter 49% dos cativos. Se a cafeicultura permitiu uma melhor distribuição dos recursos nos primeiros anos de sua introdução, ao fim acabou por aumentar bruscamente a distância entre os grupos econômicos menos e mais aquinhoados, com acentuado decréscimo das faixas de escravistas médios<sup>198</sup>.

Um estudo comparativo da distribuição de proprietários e escravos conforme tamanho da posse de cativos em Porto Alegre, Viamão e Aldeia dos Anjos foi elaborado por Bruna Sirtori e Tiago Gil, os quais fizeram uso dos livros de batismos. Os autores verificaram predomínio das pequenas posses escravas nas três freguesias e forte concentração desta propriedade na Aldeia dos Anjos, quando comparado as duas outras freguesias<sup>199</sup>. Os dados apresentados também indicam maior importância das posses com 5 ou mais escravos em Porto Alegre (26% do total) do que em Viamão (apenas 4% do total). Tais resultados devem ser relativizados pelas características da documentação utilizada, mas indicam, inegavelmente, a existência de particularidades na distribuição da posse escrava em cada uma das freguesias.

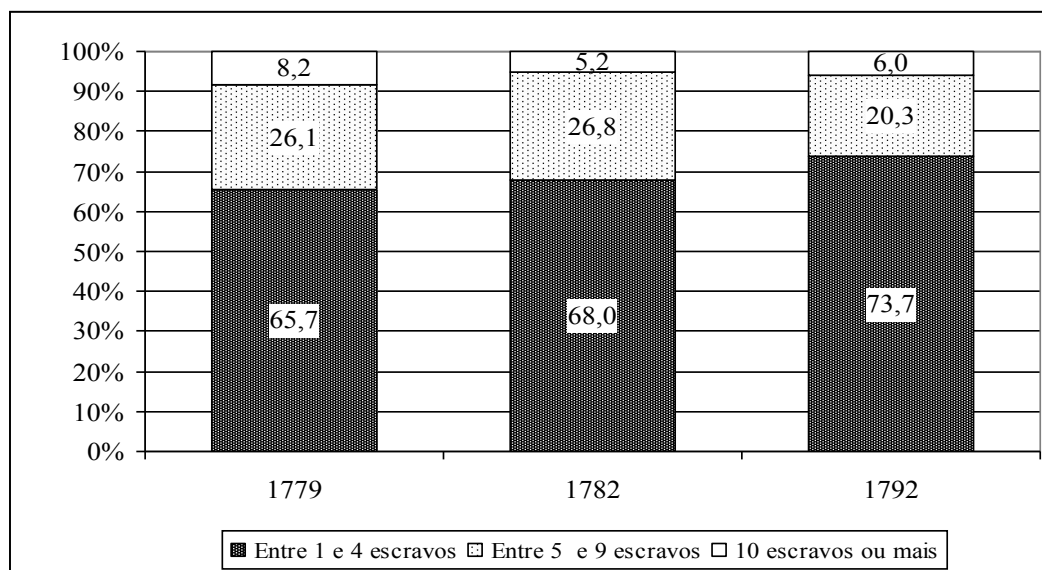
A partir dos próximos gráficos analisamos a estrutura de posse de Porto Alegre de acordo com a quantidade de cativos detidos pelos senhores, baseados nos róis de confessados, entre 1779 e 1792. Se adotássemos o padrão de tamanho de posse utilizado em regiões que apresentavam escravarias muito grandes, nas quais eram frequentes posses com mais de 50 cativos, a maioria das posses de Porto Alegre seria classificada como pequenas, por apresentarem até 9 escravos. Visto a particularidade local, fez-se necessário adotar um padrão específico para classificar as posses aqui analisadas. Assim sendo, consideramos as menores posses aquelas com até 4 escravos; como médias, aquelas com 5 a 9; as maiores são as que apresentaram 10 cativos ou mais.

---

<sup>198</sup> MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801 – 1829)*. São Paulo: Annablume e FAPESP, 199, p. 168.

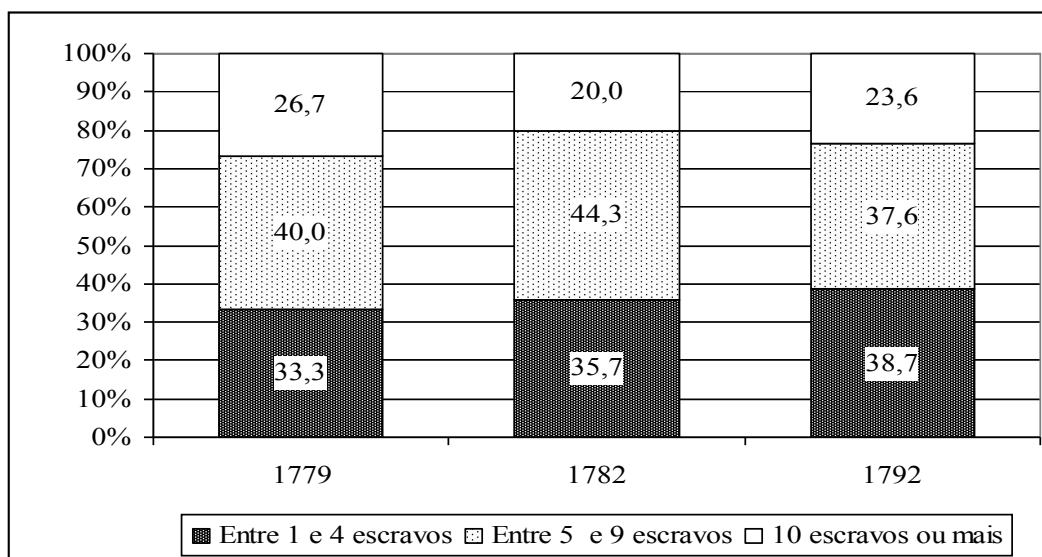
<sup>199</sup> O recorte temporal da análise é, em Viamão, entre os anos de 1771 e 1791; em Porto Alegre, entre 1772 e 1792; na Aldeia, entre 1771 e 1784. Ver: SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. In: *Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPr, 2011. p. 1-20. Aqui, p. 7

**Gráfico 8**  
**Fogos escravistas (%) segundo faixas de tamanho de posse escrava em Porto Alegre, 1779 – 1792**



Fonte: RCPA, 1779, 1782, 1792, AHCMPA. Ver Tabela AE.7

**Gráfico 9**  
**Escravos (%) segundo faixas de tamanho de posse escrava em Porto Alegre, 1779-1792**



Fonte: RCPA, 1779, 1782 e 1792, AHCMPA. Ver Tabela AE.7

Como antes indicado, constata-se o predomínio das pequenas posses entre os anos de 1779 e 1792, pois estas nunca foram inferiores a 65% do total. Se tomarmos as posses com até 9 escravos, encontraremos não menos de 92%. Porto Alegre, portanto, enquadra-se num panorama mais amplo da escravidão da América Portuguesa e, depois, do Brasil Imperial, até



o fim do comércio atlântico de escravos. Como em Serro Frio, nas Companhias de Ordenança de Lorena e nas paróquias baianas, os senhores de até 9 escravos de Porto Alegre representavam a maioria dos proprietários. Mas há um aspecto crucial a diferenciar as escravarias de Porto Alegre em relação àquelas, que é o fato de os senhores de pequenas posses deterem um mínimo de 70% do total dos cativos nos três anos em tela. Esta distribuição se explica pela inexistência de atividades que requeressem vultoso número de escravos, pois tanto a agricultura de bens para o mercado interno quanto as atividades ligadas à urbe requeriam diminutas escravarias, quando comparados às grandes fazendas açucareiras ou às charqueadas<sup>200</sup>. Em vista desses dados, podemos considerar que Porto Alegre era um universo constituído por pequenas posses de escravos, perfil que foi reforçado com o passar dos anos.

Ao longo do período em foco, houve o aumento absoluto tanto do número de fogos escravistas quanto do número de escravos. No entanto, em termos relativos, cresceram apenas as extremidades do conjunto, especialmente os pequenos escravistas. A participação de escravistas intermediários foi decrescente, ainda que mantivessem uma parcela significativa do total dos cativos, nunca inferior a 38%. Os que possuíam 10 ou mais cativos eram poucos, entre 5 e 8% do total, e detinham entre 20 e 27% dos escravos.

Os dados parecem indicar que o estado de conservação da fonte influenciou em alguma medida os resultados encontrados, pois a participação dos grandes escravistas parece estar sub-registrada, especialmente em 1782. Como estes fogos ocupam mais espaço nas folhas do documento, proporcionalmente perderam mais informações que as descrições dos domicílios menores. Por isso, é plausível supor que o registro do grupo dos maiores escravistas apresentasse maiores lacunas se comparado ao dos pequenos escravistas. Para contornar a situação, optamos por avaliar a posse dos 25% maiores e menores escravistas. Os resultados se encontram na tabela seguinte.

---

<sup>200</sup> Em Pelotas, uma das principais cidades charqueadoras do Rio Grande do Sul, no ano de 1850, os proprietários de até 4 escravos somavam 41% dos proprietários e detinham apenas 8% dos escravos; por outro lado, os grandes proprietários, possuidores entre 50 e 99 cativos, eram 9% do conjunto, mas possuíam 46% dos cativos. Ver PESSI, Bruno. Estrutura da posse e demografia escrava em Pelotas entre 1850 e 1884. In: *Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPr, 2011. p. 1-20. Aqui, p. 9.

**Tabela 16**  
**Escravos possuídos (%) pelos 25% maiores e pelos 25% menores proprietários de**  
**escravos de Porto Alegre, 1779 a 1792**

Proprietários (conforme tamanho da posse)	Escravos possuídos (%)		
	1779	1782	1792
25% menores	6,1	6,2	6,8
25% maiores	55,7	55,2	59,4

Fonte: *RCPA*, 1779, 1782 e 1792, AHCMPA.

Na Tabela 15 verificamos um decréscimo na posse dos escravistas com cinco ou mais cativos entre 1779 e 1792. A Tabela 16, por outro lado, aponta-nos outra dinâmica. Não apenas os menores escravistas viram-se possuidores de uma parcela maior de escravos, mas também os maiores passaram a deter mais. Apesar do pequeno decréscimo de 0,5 ponto percentual entre 1779 e 1782, os maiores escravistas tiveram um aumento de 3,7 pontos percentuais entre 1779 e 1792, que foi cerca de 5 vezes superior ao aumento entre os menores proprietários. Portanto, verifica-se a ocorrência de uma alargamento das pequenas posses, aliado a uma maior concentração da posse entre os maiores escravistas. Foram os grupos medianos os que se viram diminuídos ao longo do período.

Vimos, no segundo capítulo, que em 1782 os domicílios urbanos eram a maioria e detinham cerca de dois terços dos escravos. As posses urbanas eram menores se comparadas às rurais, pois possuíam um número mediano de 2 escravos, frente aos 4, das primeiras. Nesse sentido, a ampliação das menores posses, entre 1779 e 1792, pode significar forte ampliação dos domicílios vinculados às atividades urbanas.

Reforça nosso argumento o fato de que os maiores proprietários de escravos tornaram-se progressivamente ligados às atividades comerciais e militares. Dentre os 5 maiores proprietários de escravos de 1782, 3 eram lavradores; entre os 6 de 1792, havia 2 militares, 2 comerciantes e 2 sujeitos não identificados certamente não eram lavradores<sup>201</sup>. Isto é, indivíduos ligados a atividades tipicamente urbanas transformaram-se nos maiores proprietários escravistas locais em diminuto espaço de tempo. Elencam-se duas explicações. Ou estes indivíduos, ao acumularem significativo cabedal, investiram-no em atividades

<sup>201</sup> Os maiores proprietários de 1782 são Manuel Bento da Rocha (comerciante, capitão-mor e grande proprietário de terras), o Capitão Domingos de Lima da Veiga e os lavradores Alexandre da Costa Luís, Manuel Fernandes e Manuel de Ávila de Souza; os de 1792 são o Capitão José Francisco da Silveira Casado, o Capitão Antônio Ferreira Leitão, um indivíduo com nome corróido e de sobrenome Bandeira, Antônio Pereira de Couto e os comerciantes Antônio José Munis Bastos e Antônio Caetano Ramalhosa.

agrárias, o que tornou necessário criar extensivas escravarias; ou, então, no caso dos comerciantes, poderiam eles estar ligados ao tráfico atlântico de escravos, ocupando o papel de distribuidores locais. É possível que as duas alternativas sejam verdadeiras.

Ao fim deste tópico, há três ilações referentes à estrutura de posse de escravos em Porto Alegre a serem feitas. Primeiro, a posse escrava era amplamente difundida entre os domicílios de Porto Alegre, configuração semelhante à de outras áreas dinâmicas da América portuguesa. Segundo, as pequenas posses eram a maioria, compreendiam a maior parcela dos escravos e tiveram aumentada sua participação no conjunto das posses escravistas, passados dez anos. Terceiro, as posses maiores, possuídas por comerciantes e militares, passaram a concentrar crescente parcela dos escravos e alteraram a distribuição mais equilibrada existente na primeira década de existência da freguesia.

### **Proprietários de escravos**

Como alertamos inicialmente, os *róis de confessados* de Porto Alegre são parcos em informações. Se consta a idade dos moradores apenas nos *róis* de 1779 e 1782, no de 1792 há um visível sub-registro de dados dos chefes de fogo. Além disso, suspeitamos que os menores de sete anos não tenham sido considerados na elaboração deste rol de 1792. Há, pois, sérias restrições nas comparações dos *róis* entre si, neste ponto. Por esse motivo, iniciaremos nossa análise a partir de dados comuns a todos os *róis*, como sexo, condição jurídica e estado civil dos proprietários de escravos, para depois avaliar de maneira particular o *rol de 1782*, o que apresenta as melhores informações. Na tabela seguinte, apresentamos a distribuição dos proprietários de escravos conforme seu sexo.

**Tabela 17**  
**Proprietários de escravos segundo sexo, em Porto Alegre (%)**

	1779	1782	1792
Masculino	94	85	84
Feminino	6	15	16
Total	100	100	100

Fonte: *RCPA*, 1779, 1782 e 1792, AHCMPA.

Os homens predominavam entre os proprietários de escravos, assim como em outras

regiões da América portuguesa, mas nota-se um salto em relação à participação das mulheres. Entre 1779 e 1782, estas mais que duplicaram, com um aumento de 9 pontos percentuais, chegando a 15% do total, situação mantida 10 anos depois. Este resultado, conforme veremos a seguir, encontra sua explicação no aumento do número das mulheres casadas cujo marido encontrava-se ausente.

Na tabela seguinte, apresentamos os proprietários de escravos, de acordo com sua condição jurídica.

**Tabela 18**  
**Proprietários de escravos conforme condição jurídica em Porto Alegre (%)**

	1779	1782	1792
Livre	98	93	97
Forro	2	7	3
Total	100	100	100

Obs.: os totais de proprietários são de 133, 144 e 216, respectivamente.  
Fonte: *RCPA*, 1779, 1782 e 1792, *AHCMPA*.

Constata-se, para todos os anos, que o predomínio dos livres entre os senhores escravistas foi sempre superior a 90%. Por outro lado, os totais de forros nos anos de 1779 e 1792 não chegaram nem à metade do valor alcançado em 1782, sinal de provável sub-registro nos róis dos anos extremos. O *rol* de 1782 afigura-se, como já havíamos anunciado, como o que conserva o melhor conjunto de informações, motivo pelo qual utilizaremos o resultado dele obtido para comparar com outras pesquisas.

Francisco Vidal Luna, em seu estudo sobre paróquias de Minas Gerais do século XVIII, constatou que a atividade mineradora tendia a aumentar a participação de forros no seio da população, assim como entre os proprietários escravistas. No início da atividade mineradora na Vila de Pitangui, em 1723, apenas 4% dos senhores eram forros. Em contrapartida, em Serro Frio, no ano de 1738, período próximo ao auge da extração de ouro, o índice chegou a 22% dos senhores. Mesmo na época da decadência da atividade mineradora, os forros continuaram a ter presença significativa entre os proprietários. Em Congonhas do Sabará, em 1771, paróquia ligada à atividade aurífera, o total de forros escravistas alcançou quase 22% do total; em São Caetano, no ano de 1804, se apenas 3% dos proprietários eram

forros, 40% foram classificados como pardos<sup>202</sup>.

Frente ao grande contingente de libertos (ou dos filhos destes) tornados senhores de escravos nas regiões de extração do ouro, o total de Porto Alegre apresenta-se bastante baixo, pois alcançou o máximo de 7%. No entanto, ao se levam em consideração que este ainda é um período de formação da paróquia, talvez comparável ao da referida Vila de Pitangui, o resultado encontrado não pode ser considerado desprezível. Na tabela seguinte, apresentados os proprietários conforme estado civil.

**Tabela 19**  
**Proprietários de escravos conforme estado conjugal em Porto Alegre (%)**

	1779	1782	1792
Casados	71	74	66
Viúvos	6	8	4
Solteiros	14	6	1
N. I.	9	12	30
Total	100	100	100

Obs.: os totais de proprietários são de 133, 144 e 216, respectivamente.  
Fonte: *RCPA*, 1779, 1782 e 1792, AHCMPA.

A aquisição de propriedades de maior valor era um fenômeno estreitamente associado à formação de uma família. Ao estudar os inventários de lavradores da Baixada Fluminense e de Campos, no Rio de Janeiro, Hebe Matos de Castro constatou serem casados ou viúvos mais de 80% dos produtores. A autora concluiu que a posse da terra e a constituição de famílias nucleares eram variáveis interligadas<sup>203</sup>. A comparação com Porto Alegre é válida, pois também nesta paróquia a propriedade (no caso, de cativos) estava intimamente associada à constituição de uma família, pois nos anos de 1779 e 1782, entre 77 e 82% dos proprietários de escravos de Porto Alegre eram casados ou viúvos

O ano de 1792 viu um significativo aumento do sub-registro da informação de estado civil. Dos 64 escravistas nesta situação, 53 ou moravam sozinhos ou estavam acompanhados de outros indivíduos sem referência de familiaridade; do total, apenas 11 estavam acompanhados de filhos. Suspeitamos que estes últimos, em sua maioria mulheres, eram casados, mas com marido ausente. Os 53 chefes sem família, somados ao único solteiro

<sup>202</sup> LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo: IPE-USP, 1981. p. 63ss.

<sup>203</sup> CASTRO, Hebe. *As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. p. 64-67.

arrolado, representam 25% dos chefes escravistas do ano em questão, de modo a indicar relativa manutenção da participação dos senhores escravistas sem parentes, se comparado ao ano de 1779. Assim, a família precedia à propriedade, em todos os anos estudados. Este fenômeno pode ser melhor compreendido com os dados da tabela seguinte, na qual avaliamos o total de casados e viúvos conforme o sexo dos proprietários.

**Tabela 20**  
**Participação (%) de casados e viúvos em relação ao total dos proprietários escravistas em Porto Alegre, segundo sexo**

Estado conjugal	1779		1782		1792	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Casados	73,6	25,0	77,9	54,5	76,9	8,8
Viúvos	2,4	62,5	2,5	36,4	0,0	23,5
Total	76,0	87,5	80,3	90,9	76,9	32,4

Obs.: desta tabela estão excluídos os solteiros e os registros sem informação. Computados estes, os totais chegam a 100%.

Fonte: *RCPA*, 1779, 1782 e 1792, AHCMPA.

Os escravistas casados ou viúvos predominavam, seja entre homens, seja entre mulheres. Verifica-se, a partir dos dados relativos aos anos de 1779 e 1782, que as mulheres mostraram-se ainda mais dependentes da relação matrimonial para alcançar a posse escrava, pois cerca de 90% das mesmas eram casadas ou viúvas. Resultado esperado, estes dados indicam a dependência feminina em relação à figura masculina na constituição dos domicílios.

Com esta distribuição dos dados, entende-se o porquê de as mulheres terem aumentado significativamente sua participação entre os proprietários escravistas, como vimos na Tabela 17. O que ocorreu foi um aumento do número de mulheres casadas em detrimento das viúvas, as quais passaram de 25 para 55% do total. Este fenômeno é explicado pelo grande número de ausências de chefes de fogo militares no ano de 1782. O amplo sub-registro de 1792, aliado ao possível não arrolamento de crianças menores de 7 anos, torna particularmente difícil a utilização dos dados deste ano.

A partir de agora, faremos um uso mais intensivo do *rol de confessados* do ano de 1782, em vista do fato de fornecer a informação de idade dos arrolados. Um dos aspectos mais importantes nesta análise é a relação entre posse escrava e ciclo de vida dos proprietários. No capítulo 2, demonstramos que os proprietários moradores do lado rural da

freguesia possuíam mais escravos conforme ficavam mais velhos. Entre os moradores da área urbana, por outro lado, não foi detectado padrão semelhante. Cruzaremos as informações de posse escrava e idade, mas agora de maneira geral, abarcando o conjunto da paróquia, sem nenhuma outra segmentação. Antes de apresentar a tabela, apreciemos as considerações de José Flávio Motta sobre o assunto.

Motta, ao avaliar a média de escravos dos produtores de mantimentos de Bananal, em São Paulo, conforme a idade dos senhores, no ano de 1801, constatou o aumento da primeira variável com o envelhecimento dos proprietários. No entanto, ao analisar os dados referentes a 1817, o autor verificou que a introdução da produção de café na região implicou em uma alteração na relação entre ciclo de vida e posse escrava. Entre os produtores de café não foi encontrada associação entre idade do senhor e tamanho da posse, visto que a cultura da rubiácea abria possibilidade de enriquecimento aos indivíduos mais jovens. Entre os produtores de bens de mantimentos, por sua vez, a associação ainda se manteve. No entanto, no ano de 1829, com a decisiva concentração de escravos nos cafezais, a inexistência de associação entre idade e posse escrava passou a caracterizar também as unidades produtoras de bens de subsistência<sup>204</sup>. Deste modo, as atividades de produção de mantimentos para o mercado interno, por suas taxas de lucratividade menores e pela maior dependência da mão-de-obra livre e do “sucesso” das estratégias familiares, tornavam a reprodução da escravaria mais dependente do ciclo de vida dos produtores.

**Tabela 21**  
**Tamanho médio da posse escrava conforme idade dos proprietários de escravos em**  
**Porto Alegre, 1782**

Faixas etárias, em anos	Proprietários (#)	Tamanho médio da posse de escravos
20 – 29	12	2,8
30 – 39	40	2,9
40 – 49	31	3,9
50 – 59	30	5,6
60 ou mais	24	5,5

Fonte: *RCPA*, 1782, AHCMAPA.

Demonstra-se, pois, a associação positiva entre idade e tamanho da posse de escravos

<sup>204</sup> MOTTA, *idem*, p. 165ss.

dos proprietários de Porto Alegre. Quanto mais velho era um senhor, maior era sua escravaria. Se os senhores das duas primeiras faixas etárias possuíam uma média de quase 3 escravos e os proprietários na casa dos 40 anos possuíam quase 4, aqueles com mais de 50 possuíam uma média próxima a 6 cativos. Na tabela seguinte, invertemos a posição das variáveis, de modo a tornar a posse de cativos variável independente, e apresentamos a média das mulheres escravistas separada da idade geral.

**Tabela 22**  
**Idade média dos proprietários de escravos de Porto Alegre, conforme faixas de tamanho das escravarias, em 1782**

Posse (escravos)	Idade geral (anos)	Mulheres (anos)
Entre 1 e 4	42,0	37,7
Entre 5 e 9	47,8	46,1
10 ou mais	61,8	-

Fonte: *RCPA*, 1782, AHCMPA.

Ao seccionar os senhores escravistas de acordo com suas idades, verifica-se que quanto maior eram as posses, mais velhos eram seus proprietários. Nas faixas com até 9 escravos, os proprietários permaneceram na casa dos 40 anos. No entanto, os grandes proprietários eram bem idosos, com um média de idade de 62 anos. Para possuir-se uma grande posse de escravos em Porto Alegre, cuja extensão não era das maiores na América portuguesa, era necessário dispor de uma vida inteira.

### **As escravarias urbanas e rurais**

O formato da estrutura de posse escrava era decisivamente condicionada pela atividade econômica da região. De uma maneira geral, constatou-se que as áreas urbanas apresentavam escravarias bem menores se comparadas às rurais, especialmente porque estas demandavam uma quantidade maior de trabalho que as primeiras, além de serem capazes de produzir maiores lucros. Stuart Schwartz, por exemplo, verificou que as medidas relativas à posse de escravos mais baixas encontradas estão associadas à escravidão urbana.

No Recôncavo, em sua área urbana, os Coeficientes de Gini e o número médio de



escravos são os mais baixos encontrados<sup>205</sup>. A média geral desta área ficou em 4 cativos; em Maragogipe, o Coeficiente de Gini foi de 0,23, em Jaguaripe, de 0,34 e, em Santo Antônio, em 0,36. Por outro lado, as áreas de produção de mandioca do Recôncavo apresentava a média de 4,5 escravos, enquanto o Sertão, em cuja economia se sobrepunham a produção de mandioca e a criação de gado, a média de escravos foi de 5,2. O Coeficiente de Gini na área produtora de mandioca de Maragogipe foi de 0,45, ao passo que em Água Fria, no Sertão, o valor alcançou o valor de 0,48.

Helen Osório verificou a mesma realidade em estudos de inventários de todo o Continente. Ao comparar o tamanho da posse de escravos do conjunto de senhores escravistas das áreas urbana e rural com a posse apenas dos da área rural, a autora verificou um aumento, para os últimos, tanto na porcentagem de escravistas com mais de cinco escravos como no total de escravos possuídos<sup>206</sup>. Deste modo, há a expectativa de que os resultados relativos a Porto Alegre não sejam demasiadamente diferentes dos encontrados por Schwartz e Osório, a qual é em grande medida confirmada, conforme dos dados das tabelas seguintes.

**Tabela 23**  
**Características estatísticas das posses escravas, conforme localização, em Porto Alegre, 1782**

	Posses urbanas	Posses rurais
Média	3,6	4,7
Mediana	2	4
Moda	1	1
Desvio-padrão	3,9	3,6
Coeficiente de Gini	0,360	0,416

Fonte: *RCPA*, 1782, AHCMAPA.

Conforme já enunciamos no segundo capítulo, as posses rurais, extramuros, eram maiores que as urbanas. A mediana das últimas chegava a 2 cativos e, das primeiras, alçava-se a 4. Isto é, se metade dos proprietários urbanos possuía até 2 escravos, metade dos rurais possuía até 4<sup>207</sup>. Em ambas as áreas, a posse mais comum era a de um escravo. Portanto, as

<sup>205</sup> SCHWARTZ, *idem*, p. 359.

<sup>206</sup> OSÓRIO, *Escravos de la frontera...*, *idem*, p. 9.

<sup>207</sup> O uso da média não é adequado porque os dados são muito heterogêneos, o que se verifica pelo fato de que o valor do desvio-padrão é próximo ao da média. Para que a média seja representativa do total do conjunto, é necessário que o desvio-padrão não ultrapasse a metade do valor da média.

posses rurais eram, em geral, maiores, do mesmo modo como o eram na Bahia colonial.

O coeficiente de Gini aponta novas semelhanças com entre as posses de Porto Alegre e as baianas. Na área urbana encontram-se os valores mais baixos de concentração, resultado da expressiva presença de pequenas escravarias. Na área rural de Porto Alegre, produtora de bens alimentares, havia maior concentração de cativos, resultado apenas um pouco inferior ao encontrado na região produtora de mandioca de Maragogipe.

Na tabela seguinte, distribuímos proprietários de cativos e escravos conforme o tamanho das posses de escravos.

**Tabela 24**  
**Distribuição (%) de proprietários e de escravos conforme tamanho e localização da posse escrava, em Porto Alegre, 1782**

Posse de escravos	<u>Proprietários</u>		<u>Escravos</u>	
	Urbanos	Rurais	Urbanos	Rurais
1 a 4	73	57	41	28
5 a 9	24	33	44	45
10 ou mais	3	10	15	27
Total	100	100	100	100

Fonte: *RCPA*, 1782, AHCMPIA.

Os proprietários urbanos e rurais eram, majoritariamente, senhores de até 9 escravos. No entanto, a participação dos senhores de médias e grandes propriedades era bem maior na área rural quando comparada à urbana, com uma diferença de 16 pontos percentuais a favor dos primeiros (43 contra 27% do todo). Por outro lado, na área urbana, os pequenos senhores dominavam de maneira incontestável, com 73% do total.

Quanto aos escravos, a maior parte, em ambas as áreas, encontrava-se nas posses médias, com 5 a 9 escravos. No entanto, há uma diferença marcante de uma para outra região: na área urbana, era pequena a parcela dos cativos em escravarias com 10 ou mais membros; por sua vez, na área rural, a distribuição de escravos entre as pequenas e grandes posses era equilibrada, com pequena vantagem para as primeiras (27 contra 26%). Portanto, se a maioria dos escravos urbanos viveu em posses menores, na área rural o comum era viver-se em escravarias de maior dimensão. Logo, as experiências de vida e de convivência de uns e outros devem ter sido expressivamente diferentes. Este será o assunto do sexto e do sétimo capítulos.

## Composição etária e reprodução natural entre os escravos

Costa, Slenes e Schwartz, em seu estudo sobre Lorena, no ano de 1801, constataram que nas escravarias com 5 ou mais escravos, mais de 30% dos membros eram crianças. Nas escravarias com 15 a 19 escravos, o percentual chegou a 40%. Por outro lado, as crianças eram menos de 20% nas posses com 2 a 4 cativos. Por este motivo, os autores argumentam que a reprodução natural representava um papel de destaque na reposição da mão-de-obra das escravarias de maior dimensão. Para os autores, tal quadro demográfico está associado ao ciclo de vida das escravas e ao maior desequilíbrio sexual nas posses com maior número de cativos. Como os escravos frequentemente se viam obrigados a escolher seus parceiros afetivos entre os companheiros de senzala, Slenes, em seu estudo sobre Campinas, argumenta que a desproporção nas maiores posses oferecia às mulheres um leque maior de pretendentes, facilitando a formação de laços conjugais estáveis e a geração de filhos<sup>208</sup>.

Ao considerarmos que o tráfico de crianças não parece ter representado significativo papel no caso de Porto Alegre, conforme demonstramos no primeiro capítulo, apresentamos a distribuição da população de escravos de acordo com as faixas de tamanho de posse e idade.

**Tabela 25**  
**Distribuição (%) da população escrava de Porto Alegre conforme faixas etárias e tamanho das posses escravas, nos anos de 1779 e 1782**

Faixa etária	Posse de escravos em 1779			Posse de escravos em 1782		
	1 a 4 esc.	5 a 9 esc.	10 ou +	1 a 4 esc.	5 a 9 esc.	10 ou +
Até 14 anos	21	26	36	20	35	45
15 e 44 anos	71	68	53	72	57	50
45 anos ou +	8	6	11	8	8	5
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: RCPA, 1779 e 1782, AHCOMPA.

A distribuição etária da população conforme o tamanho das posses não diferiu significativamente nas pequenas posses nos dois anos considerados. No entanto, houve um

<sup>208</sup> COSTA, SLENES e SCHWARTZ, *idem*, p. 249ss, 270; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. p. 71ss. Este assunto será tratado com a devida atenção no último capítulo, no qual se aborda a família escrava.

expressivo aumento da participação infantil nas posses médias e grandes com o passar do tempo. Além disso, em linhas gerais, observa-se o aumento da participação de crianças conforme o aumento do tamanho das escravarias, em detrimento da presença de adultos. Nesse sentido, os dados das posses maiores indicam segura presença de famílias. De qualquer maneira, ressalta-se o predomínio dos escravos adultos em todas as faixas de posse.

As escravarias maiores eram as maiores beneficiadas com a reprodução natural dos escravos, visto que, especialmente no ano de 1782, quase metade de seus cativos possuía menos de 14 anos. Nas menores posses, por outro lado, havia uma enorme dependência em relação ao tráfico de cativos, tendo em vista a mínima participação de crianças. Portanto, as escravarias menores possuíam, mais frequentemente, escravos em condições etárias para o trabalho imediato, enquanto as escravarias maiores abrigavam uma fonte de trabalho potencial para os anos seguintes e viam-se, possivelmente, menos dependentes do tráfico para a renovação da sua força de trabalho.

Ao constatar a relação entre o tamanho da escravaria e a distribuição dos cativos conforme faixas etárias, avaliaremos se as posses rurais, geralmente maiores, favoreciam particularmente a geração de crianças. Os resultados encontram-se abaixo.

**Tabela 26**  
**Distribuição (%) da população escrava conforme faixa etária e região em Porto Alegre, 1782**

Faixa etária	Posses urbanas	Posses rurais
Entre 0 e 14	30	34
Entre 15 e 44	61	62
45 ou mais	9	4
Total	100	100

Fonte: *RCPA*, 1782, AHCMPA.

Ao comparar os dados, constata-se uma participação levemente maior de crianças escravas nas posses rurais, enquanto as urbanas apresentavam maior presença de idosos. A participação de crianças nas posses rurais (34%) é semelhante à encontrada nas escravarias com 5 a 9 membros (35%), o que condiz com o tamanho mais elevado das escravarias da área (mediana de 4 cativos). As posses urbanas (cuja mediana era de 2 cativos) apresentavam uma participação de crianças (30%) que não coincide com a verificada nas posses com até 4 cativos (20%). Tal resultado deve ser atribuído às grandes escravarias de alguns comerciantes

e militares compostas por muitas crianças, as quais superdimensionaram a participação deste grupo etário<sup>209</sup>. Portanto, as escravarias rurais apresentavam maior participação de crianças, quando comparadas à maioria das escravarias urbanas.

A tabela seguinte apresenta a razão de sexo dos escravos por área e faixas etárias e traz elementos importantes para a discussão.

**Tabela 27**  
**Razão de sexo dos cativos conforme faixa etária e área em Porto Alegre, 1782**

Faixa etária	Posses urbanas	Posses rurais
Entre 0 e 14	78	95
Entre 15 e 44	119	281
45 ou mais	313	-
Total	114	197

Fonte: *RCPA*, 1782, AHCMPA.

As escravarias urbanas apresentavam um perfil sexual bem equilibrado, com 114 homens para cada 100 mulheres. As posses rurais, pelo contrário, eram demasiadamente masculinizadas, com quase 200 homens para cada 100 mulheres. Se considerarmos exclusivamente os adultos desta área, a desproporção sexual alcançará seu mais elevado nível, de 281. Assim, as atividades urbanas parecem ter propiciado um maior interesse por escravas, provavelmente úteis nas atividades domésticas e no trabalho para fora<sup>210</sup>, enquanto as atividades rurais exigiam mais intensamente a presença de homens. Confirmando a hipótese de Slenes, tais distribuições sexuais afetaram decisivamente as condições de formação de famílias, pois as mulheres da área rural de Porto Alegre encontravam-se acompanhadas por maior número de homens, de modo a terem um leque maior de cônjuges potenciais disponível.

A razão de sexo das crianças de ambas as áreas diferiam de maneira significativa, pois se constata equilíbrio sexual nas posses rurais e desequilíbrio a favor das mulheres na área urbana. Estes dados permitem levantar a hipótese de que, se nas posses rurais havia o

<sup>209</sup> Os comerciantes Manuel Bento da Rocha e Antônio Martins e o Capitão Domingos de Lima da Veiga eram 3 dos 96 escravistas da área urbana, mas possuíam, juntos, 28 crianças, o que representa um quarto dos cativos menores de 15 anos da área urbana. Se excluíssemos os escravos destes senhores, a participação de crianças da área ver-se-ia reduzida de 30 para 26%.

<sup>210</sup> Sobre a diferença entre o trabalho *doméstico* e o trabalho para fora, ver FERREIRA, Roberto. Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. In. FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 229-283. Aqui, p. 239s.

costume de manter as crianças escravas nascidas no domicílio, nas urbanas poderia haver a prática ou de venda de meninos ou, então, de aquisição de meninas. De qualquer modo, esta constatação pode reforçar a hipótese de preferência dos senhores da área urbana por escravas mulheres.

Os dados relativos a Porto Alegre confirmam, pois, a hipótese de Costa, Slenes e Schwartz, pois a composição etário-sexual de uma escravaria poderia tornar-se um fator condicionador do próprio formato dessa estrutura de posse. As escravarias médias eram, frequentemente, pequenas posses aumentadas pela reprodução dos cativos, isto é, pela formação da família escravas. Nas maiores, por sua vez, um número maior de casais adultos encontraram as melhores condições existentes para formarem suas famílias. Isso resultou num incremento realmente expressivo de pequenos cativos para os senhores, os quais chegavam a quase metade dos cativos. Estas eram as escravarias ou de comerciantes ou, mais frequentemente, dos maiores produtores rurais da região.

## **Conclusão**

Ao fim deste capítulo, constatamos que a escravidão era uma instituição amplamente presente em Porto Alegre, pois parte majoritária dos chefes de fogo possuía cativos. A escravidão caracterizava-se por acentuada presença de pequenas escravarias, sendo poucas as com 10 ou mais cativos. Com o passar dos anos constatou-se, pois, um aumento das posses de tamanhos extremos, em detrimento daquelas com 5 a 9 escravos. Ocorreu, deste modo, um processo de leve concentração da propriedade escrava, pois as pequenas propriedades de cativos tornaram-se mais comuns e aquelas com 10 ou mais passaram a deter maior número de elementos.

O perfil mais frequente dos proprietários de escravos era de um indivíduo do sexo masculino, livre, casado e com idade mais avançada. Atente-se que a distribuição espacial dos escravistas aponta para uma maior presença de senhores de perfil minoritário (forros, mulheres e solteiros) no meio urbano.

Havia outras expressivas diferenças entre as escravarias urbanas e as rurais. Se nas primeiras predominavam os senhores com até 4 cativos, nas últimas, a maioria dos proprietários possuía 5 ou mais escravos. Por outro lado, se a maioria dos escravos localizados na área urbana vivia solitariamente ou com mais um companheiro, os da área rural estavam acostumados a um ambiente com maior número de pessoas. A escravidão urbana revelou, também, um forte perfil feminino, pois as mulheres adultas compunham uma parcela

muito expressiva desta população, a tal ponto que a razão de sexo encontrada é bem menos desequilibrada que a razão encontrada na área rural. A urbe, portanto, foi um espaço privilegiado para a atuação da mulher cativa.

Constatou-se a associação entre o tamanho das posses escravas e o perfil etário dos cativos. Quanto maior o tamanho da posse, maior a proporção de crianças. Esta associação foi verificada também ao distribuímos os escravos conforme a área em que residiam, pois as escravarias rurais contavam com maior participação infantil. Assim, as maiores posses parecem ter oferecido as melhores condições para a formação de famílias sob o cativeiro. Mesmo enfrentando situações adversas, os escravos, quando puderam, formaram suas famílias e alteraram a própria composição da população. Desta maneira, os cativos tanto eram condicionados quanto condicionaram o formato da estrutura de posse escrava.

À guisa de conclusão, faremos uma pequena experiência de comparação dos resultados ora apresentados com algumas observações encontradas no diário do naturalista Saint-Hilaire em sua viagem ao Rio Grande de São Pedro. Os róis e os relatos são fontes de natureza muito distinta, elaborados com fins diferentes e em períodos relativamente distantes. O rol, como já comentamos, é um registro eclesiástico voltado para contabilizar a população que praticou os ritos ligados à Quaresma. O relato, por sua vez, é uma construção literária, com fins científicos, orientada pela perspectiva do autor, da qual fazem parte os imaginários sociais dos quais comungava, suas representações de mundo, bem como seus preconceitos de classe. Pretendemos avaliar, pois, em que medida nossa análise baseada nos róis pode ou não concordar com as descrições de Saint-Hilaire relativas ao papel dos escravos em Porto Alegre e no Rio Grande.

No início da década de 1820, o referido viajante descreveu as atividades realizadas por escravos da área urbana de Porto Alegre. Carregavam eles fardos, enchiam cântaros de água, mascateavam. As mulheres, particularmente, atuavam como vendedoras, atuando em barracas ou acoradas<sup>211</sup>. Por outro lado, nos róis, constatamos que a maior parcela dos escravos encontrava-se no ambiente urbano da freguesia, sendo que as mulheres adultas mostravam expressiva participação. Portanto, tanto o rol de confessados quanto o relato de Saint-Hilaire evidenciam a valorização do trabalho escravo no âmbito doméstico, logístico e comercial e apontam, no caso do relato, para um dos possíveis espaços prioritários da atuação feminina: o pequeno comércio de varejo, realizado ao ar livre.

Em relação à área rural, o viajante comparou as unidades tricultoras da Banda

---

<sup>211</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. p. 68ss.

Oriental, atual Uruguai, com aquelas do Rio Grande de São Pedro, e surpreendeu-se com o fato de as primeiras não apresentarem fossas destinadas à proteção da produção agrícola, como as encontradas na capitania luso-americana. Para o autor, tal diferença devia-se à pobreza dos lavradores orientais, os quais não possuíam escravos para executar a árdua tarefa de cavar fossos, como o possuíam os produtores do Rio Grande<sup>212</sup>. Nos róis, por sua vez, constatamos que a maioria dos produtores rurais de Porto Alegre possuía cativos, assim como suas escravarias eram maiores quando comparadas àquelas da área urbana. Novamente, ambas as fontes apontam para uma mesma realidade, qual seja, a da dependência dos agricultores do Rio Grande em relação ao trabalho escravo.

Ao se considerarem as similaridades de indícios obtidos em fontes diferentes, separadas por cerca de quarenta anos, pode-se conjecturar a existência de características econômicas, demográficas e culturais estruturais, surgidas nos primeiros anos de Porto Alegre e que, possivelmente, mantiveram-se por algumas décadas. Evidencia-se, portanto, a necessidade de continuar o debate e percorrer outros caminhos para avaliar com maior nitidez o papel representado pela escravidão no desenvolvimento da freguesia. Os dois próximos capítulos tentarão, pois, enfrentar tal problema.

---

<sup>212</sup> *Ibidem*, p. 77, 133 e 176.



## Capítulo 4

### Trabalho familiar e escravidão na área rural Porto Alegre nas três últimas décadas do século XVIII

No ano de 1753, sessenta casais oriundos das ilhas dos Açores estabeleceram-se temporariamente nas margens do Guaíba, enquanto esperavam oportunidade para ir à região das Missões guaranis, seu destino. Com o início da Guerra Guaranítica, a região passou a ser o lar destes imigrantes, o que levou à mudança do nome do Porto de Viamão para Porto dos Casais. Em 1772, estes casais receberam parcelas da sesmaria anteriormente possuída por Jerônimo de Ornelas. No *Rol de confessados de Porto Alegre* do ano de 1782, muitas dessas famílias de ilhéus são arroladas como possuidoras de escravos, algumas com posses significativas para o contexto local. Ao mesmo tempo, algumas das primeiras famílias aí chegadas não foram encontradas. Segundo uma lista de propriedades agrárias elaborada dois anos mais tarde, a *Relação de moradores de 1784*, metade das terras que foram de açorianos já havia sido posta a venda parcial ou integralmente. Assim, as famílias açorianas tiveram destinos deveras diferentes entre si. Estas famílias, que formaram a base da economia rural local, foram logo acompanhadas por outras unidades produtivas chefiadas por indivíduos vindos de outras localidades do Império português, inclusive da própria América.

Em suma, em cerca de trinta anos depois seu surgimento, o agro de Porto Alegre viveu um período de intensa dinâmica. Formaram-se unidades agrícolas, baseadas na produção de trigo, farinha de mandioca, feijão, milho e laranjas, assim como na criação rebanhos. Estas unidades não eram as únicas. Antes, pelo contrário, inseriram-se em uma sociedade marcada pela existência de grandes propriedades de terras. Também não estavam confinadas a si, pois participavam de redes mercantis que ligavam a capitania ao Rio de Janeiro.

Neste capítulo, nosso objetivo será o de apreender os mecanismos sociais e econômicos condicionadores da estrutura agrária local e avaliar o grau de diferenciação social que separava as famílias entre si. As fontes utilizadas são os *Róis de confessados* de Porto Alegre, especialmente o do ano de 1782, e a *Relações de moradores* de 1784, os borradores desta *Relação* e a *Relação* de 1797<sup>213</sup>. Utilizaremos também alguns mapas de

---

<sup>213</sup> *Relações de moradores de Porto Alegre e Gravataí* de 1785, os borradores de 1785 e 1797, Códice F-1198A; *Relação de moradores que têm campos e animais no Continente*. ANRJ, Códice 104, v. 7. Os dados referentes a 1784 foram obtidos por meio da comparação da *Relação* oficial, mandada ao Rio de Janeiro, com seu rascunho, os *borradores*. A primeira *Relação* foi elaborada no ano de 1784, mas é identificada no Arquivo Histórico do

colheita da década de 1780<sup>214</sup> e os *Extratos da receita e despesa do cofre da Fazenda Real do Rio Grande de São Pedro*<sup>215</sup>. Estes documentos permitirão uma análise diacrônica da estrutura agrária local, pois trazem informações de períodos diferentes<sup>216</sup>. Antes de iniciar a análise, percorreremos algumas obras, autores e debates necessários para esta empreitada.

### **Aspectos dos estudos sobre economia agrária**

Para o entendimento do mundo agrícola do Rio Grande do século XVIII, valer-nos-emos de algumas das discussões relativas aos modos de viver camponês. A definição de camponês é motivo de debates entre sociólogos, antropólogos, economistas e historiadores. Além disso, este conceito, por ser uma generalização, por vezes mais dificulta que facilita a compreensão dos fenômenos das sociedades rurais. Segundo Teodor Shanin, o conceito de camponês é uma mistificação que esconde a heterogeneidade dos grupos reais<sup>217</sup>. Por isso, precisamos delinear os contornos do termo a ser adotado.

Um dos autores mais relevantes no estudo da economia camponesa é Alexander Chayanov. Para o autor, enquanto uma economia mercantil é guiada por um orçamento *quantitativo*, que visa obter o máximo de produtos e lucros, no orçamento camponês o cálculo é principalmente *qualitativo*: a quantidade só pode ser medida pela extensão de cada necessidade única – se é suficiente, insuficiente, se falta tal ou qual quantidade. Isto é, as unidades produtivas são guiadas pelo objetivo de satisfazer as necessidades de sua reprodução, sem ter em vista, primordialmente, a geração de excedentes e lucro<sup>218</sup>.

---

Rio Grande do Sul como *Relação de moradores de 1785* pelo fato de que a carta na qual seguia a dita *Relação* é datada de três de janeiro de 1785. Agradecemos à Professora Helen Osório por disponibilizar a *Relação de moradores de 1784* oficial, que está depositada no Arquivo Nacional.

<sup>214</sup> Mapa da colheita pertencente ao ano de 1780 em todo o Rio Grande. Anexo ao ofício 33, carta de Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara a Luiz de Vasconcelos e Souza, Porto Alegre, 7 de agosto de 1781. Arquivo Nacional, códice 104, vol. 3, p. 126; *Mapa da sementeira e colheita dos trigos pertencentes ao próximo ano passado*, anexo ao Ofício 65. ANRJ, códice 104, vol. 4, p. 96 (ofício de 1782); *Mapa das produções dos trigos que houvera neste presente ano, e dos carros, e carretas que existem neste Continente de que é comandante o Coronel Joaquim José Ribeiro da Costa* anexo ao Ofício n. 57, do Comandante Coronel Joaquim José Ribeiro da Costa ao Vice-rei, Vila do Rio Grande, primeiro de julho de 1787. ANRJ, códice 104, vol. 9, p. 179; *Mapa de colheita de trigo que houve no presente ano, neste Continente, de que é comandante o Coronel Joaquim José Ribeiro da Costa* anexo ao Ofício n. 51, Comandante Coronel Joaquim José Ribeiro da Costa ao Vice-rei, Vila do Rio Grande, 16 de julho de 1788. ANRJ, códice 104, vol. 10, p. 309.

<sup>215</sup> *Extrato da receita e despesa do cofre da Fazenda Real do Rio Grande de São Pedro. Anos de 1781 a 1783.* ANRJ, Fundo da Secretária da Fazenda do Brasil, Códice 104, volumes 3, 4 e 5.

<sup>216</sup> Para o ano de 1785, existem duas relações, que são os borradores, isto é, o rascunho da relação e a relação que se tornou a oficial, que foi enviada ao Rio de Janeiro. Como havia diferença composição das duas relações, decidimos completar os dados de uma com os registros da outra.

<sup>217</sup> SHANIN, T. A definição de camponês: conceituação e desconceituações. In: *Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 26, p. 41-80, 1980. p. 44.

<sup>218</sup> CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano

Em sua “teoria da economia camponesa”, Chayanov considera que o grau de “auto-exploração familiar” é pautado pelo esforço em harmonizar o trabalho voltado à satisfação das necessidades do grupo com a penosidade exigida por este mesmo trabalho. Na medida em que o esforço do trabalho excedente for maior que os rendimentos proporcionados, o camponês não continuará a trabalhar<sup>219</sup>.

Neste sentido, o uso do conceito de *camponês* será útil na análise das famílias de lavradores ao ajudar a identificar e entender as transformações ocorridas no contato das famílias de ilhéus com o escravismo luso-brasileiro, no interior do sistema mercantil colonial. Mais precisamente, desejamos avaliar os modos pelos quais o trabalho escravista associou-se ao trabalho familiar e quais oportunidades e necessidades foram criadas pelo incremento de mão-de-obra no seio destas famílias originalmente dependentes apenas do próprio trabalho.

Um debate fundamental dos estudos sobre economia rural foi o estabelecido entre Vladimir Lênin e Chayanov. Para Lênin, em sua obra sobre o desenvolvimento do capitalismo no agro russo da segunda metade do século XIX, ocorreu um lento e constante processo de concentração de terras, animais e instrumentos de trabalho modernos entre os maiores proprietários. Aqui, o conceito de *diferenciação social* é fundamental: como efeito da redistribuição e concentração dos bens agrários, formaram-se novas classes sociais no interior da própria comunidade camponesa. O aporte trazido por Lênin interessa-nos não pelas teses defendidas, relativas à formação do capitalismo<sup>220</sup>, mas por sua perspectiva de análise. Teoricamente, o autor pressupõe a noção de que a complexificação da divisão social do trabalho, associada à intensificação do funcionamento do mercado interno, tende a criar diferenças no interior de comunidades de produtores. Metodologicamente, o autor entende que estas mudanças econômicas e sociais podem ser apreendidas por meio da análise do patrimônio produtivo das diferentes famílias integrantes de um determinado sistema produtivo.

Chayanov, por sua vez, alertou para a importância da *diferenciação demográfica* na

---

da. & STOLCKE, Vera (Orgs.). *A questão agrária*. Brasília: Brasiliense, 1981. p. 134-163. Aqui, p. 137.

<sup>219</sup> CHAYANOV, Alexander. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974. p. 83ss; CHAYANOV, *Sobre a teoria dos sistemas econômicos...*, *idem*, p. 138.

<sup>220</sup> Segundo Lênin, a dinâmica da diferenciação social transformaria pequenos, médios e grandes camponeses em classes próprias do sistema capitalista. O empobrecimento dos pequenos proprietários faria com que os mesmos se obrigassem a vender, de maneira permanente, sua força de trabalho, o que ao fim os tornaria proletários rurais. Os grandes proprietários, concentrando propriedades de terras, rebanhos, equipamentos mais sofisticados, arrendando a maioria das terras e alugando a maior parte da mão-de-obra disponível no mercado se transformariam na burguesia rural. Desta maneira se formaria o mercado interno capitalista na Rússia, pela transformação dos pequenos proprietários rurais em proletários que precisariam vender sua força de trabalho e adquirir no mercado os artigos necessários a sua sobrevivência, os quais seriam produzidos pelas unidades agrárias mais capitalizadas. Ver LÊNIN, Vladimir. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 35ss; 112ss; p. 347ss.

constituição das estruturas agrárias. Para o autor, o enriquecimento ou empobrecimento das famílias camponesas teria como seu primeiro determinante não a diferenciação econômica propriamente dita, como defendido por Lênin, mas o ciclo de vida dos núcleos familiares.

Os casais mais jovens teriam uma sobrecarga de trabalho, pois teriam que sustentar a si, assim como os filhos ainda pequenos. Com o passar do tempo e o amadurecimento destes, criar-se-iam as condições para o aumento da produtividade familiar. Conforme os filhos envelhecessem e os chefes de domicílio tornassem-se idosos, o núcleo dividir-se-ia pelo casamento dos mais velhos e o pai perderia parte da mão-de-obra até então disponível<sup>221</sup>. A riqueza da análise de Chayanov reside no fato de, ao enfatizar a importância do ciclo de vida familiar, não excluir as pressões exercidas pelo capital mercantil, pelas condições de acesso à terra e pelas variações do preço dos alimentos<sup>222</sup>. Por isso, as teorias de Lênin e Chayanov são mais complementares do que divergentes, pois abordam questões diferentes ligadas ao modo de vida e reprodução social no ambiente rural.

Por isso, pode-se dizer que a história agrária contemporânea, em grande medida, é orientada por ambos os pressupostos teóricos. Neste campo, a historiografia argentina possui um papel de destaque, com autores como Juan Garavaglia, Jorge Gelman, Raul Fradkin e Carlos Mayo<sup>223</sup>. De maneira especial, foi Garavaglia o responsável pela transformação do conhecimento do agro platino dos séculos XVIII e XIX. Em sua obra *Pastores y labradores de Buenos Aires*, o autor analisa diferentes aspectos da economia buenairense, como as dinâmicas demográficas, as características e inter-dependência entre agricultura e pecuária e o funcionamento das diferentes unidades produtivas.

Sua tese central é a de que, ao contrário da imagem tradicional de um pampa habitado por *gauchos libres* e grandes estancieiros exclusivamente pecuaristas, predominavam na campanha de Buenos Aires as unidades produtivas de base familiar, nas quais havia complementaridade entre agricultura e pecuária<sup>224</sup>. Haveria, mesmo, regiões especializadas na produção de cereais e na horticultura<sup>225</sup>. A família é um dos focos principais do estudo. O autor verificou um forte componente familiar nas cadeias migratórias internas,

---

<sup>221</sup> CHAYANOV, Alexander. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*, *idem*, 47ss.

<sup>222</sup> *Ibidem*, 306.

<sup>223</sup> GARAVAGLIA, Juan. *Pastores y labradores de Buenos Aires. Una historia de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999; GELMAN, Jorge. Sobre esclavos, pones gauchos y campesinos: el trabajo y los trabajadores em una estancia colonial rioplatense. In: SANTAMARIA, Daniel et al. *Estructuras sociales y mentalidades em America Latina. Siglos XVII y XVIII*. Buenos Aires: Fundación Simon Rodríguez, Editorial Biblos, 1990. p. 241-279; FRADKIN, Raúl. *La historia de una montonera: bandolerismo y caudillismo en Buenos Aires, 1826*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006; MAYO, Carlos. *Estancia y sociedad en la Pampa, 1740-1820*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1995.

<sup>224</sup> GARAVAGLIA, *idem*, p. 73ss, 176ss.

<sup>225</sup> *Ibidem*, p. 107.

sendo elas essenciais no crescimento de Buenos Aires ao longo do XVIII<sup>226</sup>. A presença de escravos, agregados e peões era frequente, mas não se constituiu como fonte de mão-de-obra mais importante que a representada pelo núcleo familiar<sup>227</sup>. Apesar de as categorias ocupacionais serem claramente definidas na documentação, Garavaglia argumenta que os indivíduos tendiam a ser qualificados de maneiras diferentes ao longo de sua vida: um migrante *jornaleiro* poderia passar a *lavrador* depois de se casar com uma jovem local e, se sua jornada e a de seus filhos fossem “boas”, caso não se deparasse com grandes fracassos, poderia terminar a vida como *estancieiro*<sup>228</sup>.

Na historiografia agrária brasileira, as obras de Hebe Mattos de Castro são de fundamental importância pelas análises sobre estrutura produtiva, campesinato e escravidão. Em *Ao Sul da História*, a autora analisou a transformação do agro no município de Capivary, Rio de Janeiro, no contexto da crise do trabalho escravo e do processo de mercantilização da terra. A autora avaliou as estratégias adotadas por fazendeiros, sitiantes e homens livres e libertos pobres para enfrentar os novos tempos.

A autora demonstrou as diferenças existentes entre fazendeiros e sitiantes, as categorias melhor aquinhoadas do município. Estes eram os que possuíam as maiores posses escravas e cujas produções eram constituídas principalmente de café de segunda categoria, voltado para o mercado interno. Os fazendeiros foram os que conseguiram resistir melhor às mudanças decorrentes do fim do tráfico de cativos, no qual a reprodução natural dos escravos, a maior extensão das terras com matos e o controle e acesso de créditos foram aspectos chave<sup>229</sup>.

Os lavradores pobres, por sua vez, eram dependentes do trabalho familiar e com alguma frequência conseguiam adquirir um ou dois escravos para complementar sua mão-de-obra. Em situações de grande pressão pela terra, migravam; por isso, devido à distância dos principais mercados e pela menor qualidade de suas terras, Capivary tornou-se o destino de muitos deles. Sua produção de bens de subsistência destinava-se ao próprio consumo, aos restritos mercados locais ou, então, aos comerciantes que se encarregavam de transferir a produção aos mercados regionais<sup>230</sup>. Ao necessitar de créditos, obtinham-nos com os vendedores ou com grandes fazendeiros (isso quando estas duas categorias não estavam encarnadas na mesma pessoa), criando-se assim uma das bases da hierarquia social, bem

---

<sup>226</sup> *Ibidem*, p. 60ss.

<sup>227</sup> *Ibidem*, p. 80ss.

<sup>228</sup> *Ibidem*, p. 87s.

<sup>229</sup> CASTRO, Hebe Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009. p. 36ss;

<sup>230</sup> CASTRO, *idem*, p. 69ss, 79s.;

como de seus mecanismos de dominação pessoal<sup>231</sup>.

No entanto, devido à menor pressão sobre a terra em Capivary, no contexto do sistema de trabalho e propriedade possibilitado pelo tráfico de escravos africanos, fizeram-se presentes fatores que atenuaram a importância da posse sobre a terra no controle dos homens livres por parte dos grandes fazendeiros. A autora ressaltou a maior autonomia dos pequenos produtores rurais ao longo da primeira metade do século XIX, pois a posse da terra não era um elemento indispensável na constituição dos patrimônios, bem como “muito pouco significava na constituição da hierarquização socioeconômica local”<sup>232</sup>. Isso porque não proprietários poderiam acessar quinhões de terras não cultivados de grandes proprietários, as chamadas *situações*, sem que se vissem obrigados a pagar rendas pela terra ou mesmo se submeter politicamente ao proprietário.

O fim do tráfico tornará a terra um objeto da pressão exercida por parte dos proprietários. Ao ressaltar que “cada complexo agrário regional ou local engendava seu próprio mercado e quase estabelecia regras próprias para seu funcionamento”, a autora observa que, até meados do século XIX, o mercado imobiliário de Capivary possuía dimensões exclusivamente locais. Entre 1850 e 70, constitui-se um mercado de compra e venda de situações, formado quase que à margem do interesse dos proprietários.

No entanto, a partir de 1870, o monopólio sobre a terra, associado à posse de escravos, serão elementos imprescindíveis na continuidade da produção das grandes propriedades. Somente então se criou um verdadeiro mercado de terras que dependia, para seu funcionamento, da erradicação dos antigos direitos costumeiros usufruídos pelos situantes, levando à progressiva expulsão dos mesmos das terras ocupadas. Em vista da pressão da elite sobre a terra, restava aos homens livres e aos libertos criar alternativas para atenuar a pressão. Viram-se na necessidade de comprar pequenas propriedades, recorrer à Justiça, transformar-se em rendeiros ou parceiros. Quando nada mais fosse possível, migravam.<sup>233</sup>

A partir da contribuição destas distintas obras, compreende-se a necessidade de integrar aos estudos sobre a distribuição dos bens e instrumentos agrários aos estudos sobre as relações entre os grupos sociais, bem como suas dinâmicas internas. Os sistemas agrários cuja produção voltava-se para o mercado interno tendiam a produzir certa complexificação do tecido social, ao criarem-se uma série de grupos sócio-econômicos distintos entre si, mas interligados frequentemente por instáveis relações comerciais, de crédito, de dependência e de

---

<sup>231</sup> *Ibidem*, p. 81-84.

<sup>232</sup> *Ibidem*, p. 98

<sup>233</sup> *Ibidem*, p. 87ss

compadrio. A isso se somava uma relativa diversificação econômica, ao tornar concorrentes unidades produtivas baseadas no trabalho familiar, no trabalho familiar complementado por mão-de-obra cativa, bem como unidades plenamente escravistas. Cada qual com seus nichos comerciais preferências e tendo diferentes recursos disponíveis.

O conjunto destas obras ensina que é somente a observação particular de uma região, dentro de um período de tempo determinado, permite a apreensão de uma série de variáveis não contempláveis em qualquer espécie de modelo analítico construído. Ao mesmo tempo, pressupõem que tais modelos são indispensáveis para a compreensão dos processos históricos e das relações entre tendências micro e macro-regionais. Dito isto, partiremos para os debates sobre o agro da Capitania do Rio Grande de São Pedro.

### **Agricultura e escravidão no Rio Grande colonial**

Em sua obra *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, Fernando Henrique Cardoso teceu importantes considerações sobre a formação da economia do Rio Grande do Sul de fins do século XVIII. Segundo Cardoso, crescimento econômico verificado neste período teve por responsável a triticultura praticada principalmente por açorianos. Foi neste contexto, com os excedentes gerados pelo trabalho familiar, que se tornou possível a compra constante de escravos de modo a permitir um aproveitamento mais regular do trabalho escravo<sup>234</sup>.

Ao afirmar que na “agricultura empregava-se a mão-de-obra escrava”, Cardoso defendeu não existir no Rio Grande uma concentração de riquezas aos moldes daquela das zonas açucareira e cafeeira. Isso porque, no início da produção, os açorianos dependiam exclusivamente da mão-de-obra familiar e só com o lento acúmulo monetário conseguiram comprar escravos. Além disso, haveria ainda na época sérias deficiências de condições de mercado e de recursos monetários, de modo a criar obstáculos ao desenvolvimento produtivo e comercial regional<sup>235</sup>.

Em relação à importância da participação da mão-de-obra cativa, Cardoso argumenta que, apesar do uso regular de escravos em localidades como Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo, o escravismo enquanto sistema de produção organizou-se de maneira integral apenas com o aparecimento das empresas de salga de carne. Nas palavras do autor, “Foi a indústria

---

<sup>234</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 67.

<sup>235</sup> *Ibidem*, p. 65.

do charque, todavia, que tornou a exploração do escravo regular e intensa no Rio Grande do Sul”<sup>236</sup>.

Ao discorrer sobre as relações entre escravidão e capitalismo, há uma observação importante encontrada na nota 30 da obra<sup>237</sup>. Segundo o autor, a existência de abundantes fatores naturais de produção disponíveis, como terras desocupadas ou de baixo custo, associada à existência da escravidão, constituíam-se como um obstáculo à formação de uma massa de trabalhadores proletários que precisassem vender sua força de trabalho para manter suas vidas. Sem a venda da força de trabalho não teríamos mercado interno; sem mercado interno, não teríamos capitalismo.

Apesar das inegáveis contribuições da obra, há alguns aspectos merecedores de discussão. Em primeiro lugar, não havia recursos abundantes e facilmente acessíveis no Rio Grande de São Pedro. Conforme demonstrou Osório, a expansão das fronteiras sobre o território espanhol e a monopolização das terras foram dinâmicas paralelas, as quais tornaram difícil o acesso à propriedade já no último quartel do século XVIII. Especialmente na região de fronteira, oficiais de ordenanças e milícias, bem como militares de primeira linha, destacaram-se na aquisição e venda de propriedades fundiárias. Nos territórios de mais antiga ocupação, os lavradores foram os que mais frequentemente tiveram que recorrer ao apossamento de terras devolutas<sup>238</sup>.

Em segundo lugar, não foi a triticultura a responsável pela grande entrada de escravos no Rio Grande. Fábio Kühn, em seu estudo baseado nos *róis de confessados* de Viamão, constatou que 42% da população do ano de 1751 foi descrita como escrava, enquanto 65% dos domicílios apresentava ao menos um cativo<sup>239</sup>. Assim, muito antes do início da cultura do trigo, a propriedade de cativos era amplamente disseminada entre os criadores dos Campos de Viamão.

Cardoso não define de maneira precisa o papel do trabalho cativo na triticultura. Para o autor, o trabalho escravo era regular, mas não constituía uma “produção escravista”. Ao considerar que os lavradores compravam cativos quando prosperavam, não problematiza as relações estabelecidas entre o trabalho escravo e o familiar. Por esta falta de definição, Helen Osório propôs algumas críticas ao autor. A afirmativa de Cardoso de que os trigais gaúchos foram trabalhados pelos escravos deveria ser reformulada para incluir também o trabalho

---

<sup>236</sup> CARDOSO, *idem*, p. 77.

<sup>237</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>238</sup> OSÓRIO, *idem*, p. 79ss

<sup>239</sup> KÜHN, Fábio. Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII. In GRIJÓ et al (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 47-90. Aqui, p. 50.



familiar. Talvez, argumenta a autora, este fosse mais importante que aquele.

Osório aponta dois equívocos metodológicos de Cardoso ao analisar as fontes. Primeiro, afirmou que nem todas as freguesias praticavam triticultura, apesar de *Mapa de colheita* indicar que todas o faziam. Segundo, defendeu que as áreas produtoras de trigo apresentavam as maiores populações de cativos, quando, em realidade, a relação era oposta. Rio Grande (e as freguesias que lhe eram adjacentes), por exemplo, era a maior produtora de trigo, mas apresentava o menor percentual de população cativa. Assim, Osório conclui que pelo menos durante o início da produção triticultora predominou o trabalho familiar<sup>240</sup>.

A partir das críticas às posições adotadas por Cardoso, demonstraremos que em Porto Alegre (assim como na maior parte do então Continente do Rio Grande) não havia “abundantes fatores naturais”, ao menos em relação às possibilidades de acesso à terra. Também defendemos que o mercado para os produtos dos lavradores locais não foi deficiente, como argumenta o autor: antes, como apresentamos no segundo capítulo, parece existir já na década de 1780 uma demanda local de produtos capaz de criar, mesmo, um mercado interno regional, paralelo ao mercado intra-colonial com sede no Rio de Janeiro. Assim, haveria não um, mas *alguns* mercados a demandar bens de consumo. Por fim, contradizendo idéia do autor, os resultados de nosso trabalho apontam para a existência de uma expressiva estratificação social entre os lavradores locais.

Desde a década de 1990, alguns estudos possibilitaram significativos avanços na compreensão dos processos agrários do século XVIII. Um deles foi a tese de doutorado de Helen Osório que, dentre outras contribuições, elaborou a caracterização dos diferentes grupos de produtores rurais do Continente<sup>241</sup>. Por meio da análise de inventários *post-mortem*, a autora pode averiguar o tamanho das famílias, a composição do patrimônio produtivo, as formas de acesso à terra, bem como avaliar a utilização da mão-de-obra cativa entre os diferentes produtores.

Osório foi a primeira pesquisadora a realizar um cruzamento entre as informações contidas nas duas versões da *Relação de moradores* de 1784 (os *borradores* e a *Relação* oficial, enviada ao Rio de Janeiro). Conforme demonstrou a autora, esta documentação permite não só estudar os diferentes aspectos relacionados à formação da estrutura agrária regional, como também avançar na discussão da noção de “fronteira aberta”, em face das formas de acesso à terra então recorrentes.

As quatro categorias ocupacionais rurais encontradas na documentação são a dos

---

<sup>240</sup> OSÓRIO, Helen. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 178s.

<sup>241</sup> OSÓRIO, *idem*, p. 82

lavradores, dos criadores, dos “criadores e lavradores” e, por fim, a dos lavradores que criavam rebanhos maiores que os apenas mencionados como lavradores (também denominados de “mais lavoura”). Apesar da imagem tradicional de uma campanha dominada de peões livres e grandes proprietários, a autora constatou que as unidades produtivas dedicadas primordialmente à agricultura eram majoritárias, com quase 70% do total, se excluídos os registros sem informação. Além disso, a complementaridade entre lavouras e rebanhos nas diferentes unidades produtivas era uma constante<sup>242</sup>.

Os possuidores dos maiores rebanhos de reses eram os “criadores e lavradores” e os dos menores eram os lavradores, cujas médias eram de, respectivamente, 1041 e 61 cabeças. Além disso, os rebanhos dos criadores e dos “criadores e lavradores” eram os mais diversificados, pois apresentavam animais como potros, burros, mulas e ovelhas, os quais não constavam no patrimônio dos lavradores, nem dos que se dedicavam “mais à agricultura que à criação”.

Ao avaliar as formas de acesso à terra, a autora constatou, apesar do caráter ainda recente da ocupação das terras do Continente no século XVIII, o predomínio das propriedades obtidas por meio legal, com quase 60% das apropriações primárias. As “datas de terras” são a maioria, com 30% do total. Chama a atenção a diminuta participação da propriedade de terras que marcam o imaginário dos campos do Rio Grande: as sesmarias representavam apenas 7% do total das unidades produtivas recenseadas. Por fim, os “despachos do governador”, que foram lançados para regularizar a posse das terras ocupadas na região da fronteira e cuja responsabilidade foi atribuída aos comandantes militares, e não à Câmara, perfazem outros 22%.

Em relação ao acesso secundário à terra, a autora constatou que já em meados da década de 1780 predominavam no Rio Grande as formas monetárias (compra, arrendamento e arrematação), com cerca de 35% do total, seguida logo adiante pela apropriação legal (por meio de datas, despachos do governador e sesmarias), com 32%. Para Osório, a existência de um significativo acesso à terra através de desembolsos monetários é um indicativo da monopolização das terras e, por isso, do fechamento da fronteira agrária do Rio Grande do Sul<sup>243</sup>.

Apesar dos poucos registros de arrendamentos encontrados (27 de 1824), para Osório estes “ilustram que, nas áreas mais antigas e de marcada presença açoriana, já não havia terras disponíveis e que os que não se dispunham a migrar, a correr riscos na fronteira,

---

<sup>242</sup> OSÓRIO, *idem*, p. 82ss.

<sup>243</sup> OSÓRIO, *idem*, p. 88ss.

tinham que se submeter ao pagamento da renda”. Complementa a autora que no mesmo ano de 1784, quando foi elaborada da *Relação de moradores*, o Vice-Rei recebera inúmeras denúncias de existirem muitos casais sem terras, assim como havia muitos casos de militares que negociava as terras recebidas<sup>244</sup>.

Osório realizou um interessante cruzamento entre ocupação dos chefes de unidade produtiva com a forma de acesso à terra. Em todas as ocupações predominaram as formas monetárias, com exceção dos lavradores, que as obtiveram principalmente por meio da concessão de datas realizadas pelo Governador da Capitania. Como nenhuma outra categoria de produtor obteve datas, a autora concluiu que a limitada extensão destas propriedades não permitia a criação de gado mais alargada. Registre-se, também, o fato de nenhum lavrador ter recebido sesmarias, assim como nenhum criador ter recebido data de terras.

Outra característica particular dos lavradores é a de estes formarem o grupo que mais recorreu a terras de terceiros, pois 13% deram-se “a favor” ou por arrendamento neste grupo, contra apenas 4% dos criadores. Da mesma forma, os lavradores apossaram-se mais frequentemente de terrenos devolutos: do conjunto das 181 posses e terrenos cujo acesso não foi informado, 71% pertenciam a lavradores. A autora finaliza afirmando que “era o grupo dos lavradores que detinha as menores parcelas de terra e para o qual o acesso a elas era mais difícil”<sup>245</sup>.

A tese de Martha Hameister, cujo segundo capítulo é dedicado às famílias açorianas residentes na vila de Rio Grande, traz significativas contribuições para o entendimento da economia agrária regional. Um dos méritos da autora é o de ter lido a história dos açorianos na América portuguesa meridional levando em consideração um dos princípios norteadores das sociedades de Antigo Regime, qual seja, a concepção da justiça distributiva, que é a “justiça que aspira garantir a cada um o que lhe corresponde segundo o status social”<sup>246</sup>. Assim, os grupos de imigrantes eram, originalmente, compostos por sujeitos com qualidades (*status*) distintas entre si. As desigualdades existentes entre o filho segundo de uma família da nobreza madeirense e a maioria dos pobres lavradores que chegaram à América eram não apenas “naturais”, como era a base da organização dessa sociedade.

O migrante nobre, Henrique Cesar de Berenger e Bitencourt recebeu uma ajuda de custo diferenciada da dos demais companheiros de viagem – quatro porções de meia légua quadrada de terras e uma patente de Capitão da Ordenança do distrito em que seriam

---

<sup>244</sup> OSÓRIO, *idem*, p. 94.

<sup>245</sup> OSÓRIO, *idem*, p. 99s.

<sup>246</sup> LEVI, Giovanni. Reciprocidade mediterrânea. In: OLIVEIRA, M.; ALMEIDA, C. (orgs.). *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010a. p. 51-86. Aqui, p. 53.

assentadas as primeiras famílias de açorianos. Enquanto isso, a grande maioria dos casais migrantes ou não recebeu as terras prometidas, ou teve de esperar cerca de vinte anos para recebê-las<sup>247</sup>. Assim, havia não apenas diferenças econômicas entre os açorianos que migraram, mas também distinções de status sociais que resultaram em tratamentos igualmente distintos por parte do Estado. Desta maneira, as diferenças entre os açorianos não apenas eram anteriores a sua chegada a Santa Catarina e ao Rio Grande, mas se constituíam como um dos eixos sobre os quais se organizou a estrutura social regional.

Os trabalhos de Hameister e, especialmente de Osório, apontam para algumas das inconsistências do trabalho de Fernando Henrique Cardoso. Havia diferenças, sim, entre os lavradores estabelecidos no Rio Grande de São Pedro. As famílias, antes de migrarem, possuíam recursos sociais e econômicos distintos. Quando chegaram ao seu destino, esses recursos originais, bem como as estratégias familiares utilizadas, tornaram-se elementos fundamentais e contribuíram na constituição de uma sociedade baseada em uma desigualdade que era considerada natural e necessária.

### **O perfil ocupacional dos moradores da área rural de Porto Alegre e estrutura de posse fundiária**

A base documental de nosso estudo são as *Relações de moradores* e os *Róis de confessados*. Estes documentos permitem a análise de duas dimensões da realidade então analisada: a primeira, possibilita o estudo do conjunto das propriedades agrárias de Porto Alegre, incluindo desde as menores até as maiores unidades produtivas. A segunda, por sua vez, permite observar a organização interna de cada uma das unidades produtivas, especialmente em termos da força de trabalho disponível.

Um dos primeiros autores a tratar da história das propriedades agrárias de Porto Alegre foi Francisco Riopardense de Macedo, em sua interessante *Porto Alegre: origem e crescimento*<sup>248</sup>. Baseado no censo de 1814, o autor ressalta o peso demográfico dos não-brancos na região, em sua maioria escravos e libertos, os quais chegavam a quase metade população. Após abordar a formação do núcleo urbano da localidade, o autor dedica algumas páginas às atividades dos colonos: a produção de trigo, a construção dos moinhos, a existência de charqueadas. De uma maneira algo breve, o autor defende a formação do mercado urbano

---

<sup>247</sup> HAMEISTER, Martha. *Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)*. Rio de Janeiro: PPGHS - UFRJ, 2006. Tese de doutorado. p. 156ss.

<sup>248</sup> MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968.

para os produtos rurais a partir do final do século XVIII, momento em que Porto Alegre transformou-se no eixo do comércio regional<sup>249</sup>. Apesar do caráter principalmente descritivo e às vezes pouco problematizador, este é um dos poucos estudos que caracteriza de uma maneira mais complexa a estrutura agrária local.

Um estudo mais recente sobre o agro de Porto Alegre foi empreendido por Denize Freitas, que enfatizou os dados disponíveis nas *Relações de moradores*. Apesar das contribuições presentes na obra, acreditamos que a autora cometeu um equívoco ao analisar a fonte em questão. Apesar de concordar com Osório em relação ao fato de as *Relações de moradores* representarem três documentos diferentes, Freitas analisou como um conjunto único a documentação em questão. Assim, se nós trabalhamos com as informações de 109 registros de moradores para o ano de 1784 (obtidos pela comparação entre a *Relação* enviada e os borradores) e de 138 para o de 1797, Freitas trabalhou com um total de 267 registros, apesar da diferença de treze anos da produção de cada documento<sup>250</sup>. Portanto, comparações com seus resultados são inviáveis.

Precisamos, para iniciar nosso estudo, apresentar uma pequena história das propriedades rurais da paróquia. A área correspondente à atual Porto Alegre estava distribuída entre três grandes proprietários, quais sejam, Jerônimo de Ornelas de Menezes e Vasconcelos, Sebastião Francisco Chaves e Dionísio Rodrigues Mendes, chegados na região a partir do ano de 1732 (a localização geográfica destas propriedades pode ser vista na Figura 2)<sup>251</sup>. A ocupação destes homens era a de legítimos estancieiros, criadores de gado. O primeiro deles foi agraciado com sesmaria; dos dois últimos, apesar de referendados pela historiografia “tradicional” como sesmeiros, não foi encontrado qualquer registro que confirme esta situação<sup>252</sup>. Assim sendo, estes estancieiros eram provavelmente posseiros de imensas propriedades de terras, que compreendem alguns bairros da atual Porto Alegre.

Entre o período de chegada destes proprietários e a década de 1780 ocorreram grandes mudanças na estrutura agrária local, iniciadas em fins da década de 1760 e início da de 70. A primeira delas foi o falecimento de Sebastião Francisco Chaves que, por não possuir herdeiros, doou suas propriedades ainda em vida ao seu agregado e compadre, Manuel de

---

<sup>249</sup> MACEDO, *idem*, p. 59 - 74.

<sup>250</sup> FREITAS, Denize. *O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e as suas relações matrimoniais de 1772 – 1835*. São Leopoldo: PPGH Unisinos, 2011. Dissertação de mestrado. p. 47ss.

<sup>251</sup> CEZAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre, 1970. p. 134.

<sup>252</sup> Tal conclusão baseou-se na busca dos proprietários em questão no banco de dados dos recebedores de sesmarias construído por Helen Osório a partir de documentos presentes nos arquivos históricos do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de Lisboa. Francisco Riopardense de Macedo afirma que a carta de sesmaria concedida a Sebastião Chaves é datada de 30 de março de 1736, só que o autor não apresenta a referência da fonte consultada (MACEDO, *idem*, p. 45).

Ávila de Souza, lavrador originário dos Açores. Este, o irmão e os filhos de ambos receberam as terras e possivelmente todos os bens existentes, como escravos e benfeitorias. Além disso, alguns indivíduos acessaram parte destes terrenos por meio de compra junto a Sebastião Francisco ou ao seu compadre<sup>253</sup>. Deste evento de cunho essencialmente social, gerado no seio de relações de trabalho, amizade e parentesco fictício, formaram-se algumas das maiores propriedades de terra encontradas em Porto Alegre na década de 1780 – os designados campos ou terrenos, com um quarto de légua a légua e meia de extensão.

As terras originalmente possuídas por Jerônimo de Ornelas tiveram um final diferente. Devido ao ambiente de tensão entre este e os açorianos desembarcados na margem do Guaíba, junto a suas terras, o sesmeiro decidiu vendê-las ao açoriano Inácio Francisco Melo. Mais tarde, em 1772, estas terras foram desapropriadas para a divisão do terreno em meia-datas a serem concedidas pelo Governador da Capitania a 60 casais açorianos, bem como para formar o perímetro urbano local. Estas meia-datas teriam 281.250 braças quadradas, algo em torno de 136 hectares de terra<sup>254</sup>.

As terras de Dionísio Rodrigues Mendes, por sua vez, foram herdadas por seus filhos. Nos *Róis de confessados de Porto Alegre* de 1779 e 1780 encontramos José Rodrigues Martins, um dos filhos de Dionísio, acompanhado de 13 escravos. No *Rol de confessados de Viamão* de 1782, aparecem os registros de Dionísio e de seu filho André Bernardes, ambos proprietários de 5 escravos. Na *Relação de moradores* de 1797 de Porto Alegre encontramos André Bernardes, como proprietário de uma estância e de 5 escravos<sup>255</sup>. Provavelmente fosse sua uma charqueada mencionada por Francisco Riopardense de Macedo<sup>256</sup>. Portanto, entre o início da década de 1780 e o final do século, a propriedade desta família passou da circunscrição de freguesia de Viamão para a de Porto Alegre. Além disso, constata-se ter sido a família de Dionísio Rodrigues a única a manter o domínio sobre as terras durante todo o século XVIII.

Feita esta primeira delimitação das transferências de terras entre 1730 e 1770, podemos passar à análise dos produtores rurais de Porto Alegre das décadas de 1780 e 90. Os

---

<sup>253</sup> Esta informação está disponível nas *Relações de moradores*.

<sup>254</sup> OLIVEIRA, *idem*, p. 29ss. Ver, especialmente, MACEDO, *idem*, p. 52.

<sup>255</sup> Fontes: Ver *RCPA*, 1779 e 1780, AHCMPA. *Rol de confessados de Viamão*, 1782, AHCMPA. A relação de parentesco entre Dionísio Rodrigues e José Rodrigues foi encontrada no *I<sup>o</sup>LBPA*, AHCMPA, registro de 02 de janeiro de 1774. A informação de relação familiar entre Dionísio Rodrigues e André Bernardes foi encontrada no *I<sup>o</sup>LBPA* (AHCMPA), registro de 13 de dezembro de 1787.

<sup>256</sup> Conforme o autor: “As charqueadas, surgidas em 1780 em área que hoje compreende o município de Pelotas (...) passam a se instalar nas proximidades de Porto Alegre. A primeira, em 1794, nas margens do Jacuí, na zona hoje conhecida como Charqueada velha, foi seguida logo depois por duas outras, uma no morro do Cristal e outra na *Ponta do Dionísio*.” Ver MACEDO, *idem*, p. 63. Itálico nosso. Infelizmente, o autor não cita a fonte desta informação.

lavradores de Porto Alegre habitavam o entorno agrícola situado fora dos muros que circundavam o então incipiente perímetro urbano. Temos acesso a esta delimitação geográfica graças ao *rol de confessados* do ano de 1782, o qual apresenta as descrições de domicílios a partir da rua ou bairro rural onde se localizavam. Este entorno rural apresenta as seguintes áreas: a região “fora do portão”, o Capão da Fumaça<sup>257</sup>, o Cristal e o Passo de Ornellas<sup>258</sup>. É nesta última área, fora do portão, onde encontramos a maioria dos lavradores descritos na *Relação de moradores*.

As *Relações de moradores*, neste caso, trazem importantes informações sobre o agro do Rio Grande do Sul do século XVIII. Dentre estas, estão as formas de acesso a terra, o caráter jurídico das propriedades e as suas extensões. Abaixo, segue o perfil dos produtores conforme forma de acesso a terra.

**Tabela 28**  
**Perfil dos chefes de domicílio constantes nas Relações de moradores de Porto Alegre de 1784 e 1797, conforme forma de acesso à terra**

Forma de acesso à terra	1784		1797	
	#	%	#	%
Proprietário (1)	74	83,1	106	82,2
Dependente (2)	15	16,9	23	17,8
Total	89	100,0	129	100,0

Nota: (1) Entre os proprietários foram inseridos: em 1784, o proprietário de uma posse; em 1797, o filho do sesmeiro original Dionísio Rodrigues Mendes, do qual não consta a forma de acesso à propriedade, bem como 12 indivíduos proprietários de chácaras, cuja origem da propriedade não foi informada.

(2) A categoria *dependente* inclui aqueles classificados nas distintas *Relações* como *agregado*, *vive a favor* ou *arranchado*.

Fonte: *RM de 1784 e 1797*.

Ao comparar a proporção de proprietários e dependentes (agregados e os que vivem “a favor” de um terceiro) nos dois períodos, verifica-se a manutenção da relação entre os dois grupos. Apesar do aumento absoluto do número de moradores, a participação de um e outro

<sup>257</sup> Na transcrição do documento aparece como Capão da Tumasa.

<sup>258</sup> Esta delimitação geográfica tem sua origem, no mínimo, a partir de 1769, quando da morte de um dos sesmeiros da localidade, de nome Sebastião Francisco Chaves. Suas terras, que ficavam na área do Cristal, foram em parte doadas à família de um compadre seu e, em outra parte, vendidas a alguns indivíduos (Fonte: Primeiro Livro de Óbitos de Viamão, folha 62, Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre; OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. *A fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Norma, 1987. p. 37). A partir de 1772, quando se iniciou a divisão da sesmaria que foi de Jerônimo de Ornelas, bem como as distribuições das datas de terra, formaram-se as demais áreas, inclusive a urbana. (OLIVEIRA, *idem*, p. 41). Voltaremos a esta discussão a seguir.

grupo variou em apenas 1%, a favor dos dependentes. Este é um primeiro indicativo de que nas primeiras décadas após a distribuição das terras já se havia alcançado uma estabilidade da estrutura fundiária.

Abaixo, seguem os dados relativos à posse de lavouras e rebanhos de reses ou bois nos anos de 1784 e 1797, segundo as *Relações de moradores*.

**Tabela 29**  
**Possuidores de lavouras e rebanhos (de reses ou bois) de Porto Alegre dos anos de 1784 e 1797**

	Lavouras (%)		Rebanhos (%)	
	1784	1797	1784	1797
Possuidores	75,3	68,2	85,4	77,5
Não possuidores	24,7	31,8	14,6	22,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *RM de 1784 e 1797*.

Em ambas as atividades em tela, houve um nítido decréscimo na participação dos proprietários de bens produtivos agrários entre meados de 1780 e fins de 1790, mas em nenhum caso a mudança chegou a dez pontos percentuais. Em alguma medida, esta tendência está relacionada ao surgimento das chácaras presentes 1797, pois seus proprietários com frequência não possuíam nem animais, nem lavouras. Deveriam ser eles indivíduos já há algum tempo chegados à localidade e dedicados a atividades outras que não as agrárias. Um deles era um licenciado. Além disso, conforme veremos adiante, ocorreu uma mudança no perfil da posse dos dependentes, pois poucos apresentavam lavouras em 1797, frente aos que as apresentavam em 1784.

Nas tabelas seguintes apresentamos os diferentes meios de acesso a cada um dos tipos de propriedades agrárias relacionadas nas *Relações de moradores*.



**Tabela 30**  
**Propriedades fundiárias e formas de acesso a terra em Porto Alegre, 1784**

Tipo de propriedade	Concessão	Compra	Doação	Dote	Herança	Posse	Total
Chácara	-	1	-	-	-	-	1
Data	38	38	-	-	3	-	79
Campos (1)	-	9	3	1	-	1	14
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>48</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>94</b>

Nota: (1) Os *campos* de 1784 são os *terrenos* relacionados em 1797. Inclui-se um rincão.  
Fonte: *RM de 1784*.

**Tabela 31**  
**Propriedades fundiárias e formas de acesso a terra em Porto Alegre, 1797**

	Concessão	Compra	Doação	Dote	Herança	Desconhecido	Total
Chácara (1)	5	2	-	-	-	11	18
Data (2)	26	48	-	-	8	-	82
Campos (3)	-	7	2	1	2	-	12
Outras (4)	1	1	-	-	1	-	3
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>58</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>115</b>

Notas: (1) De uma das chácaras cuja forma de acesso não foi informada, descobrimos que seu proprietário houvera recebido uma concessão de terras em 1780 – Ver *Registro de Registro de datas de terra passadas aos casais, 2 – Porto dos Casais*. AHRS, 1231; (2) Inclui uma propriedade caracterizada como *terras*, que é a herança de uma propriedade descrita como *data* em 1784; (3) Os *campos* de 1784 são os *terrenos* relacionados em 1797. Inclui um *sítio*. (4) Inclui uma propriedade revendida por um comerciante, uma estância (provavelmente herdada) e um *sítio* obtido por concessão.  
Fonte: *RM 1797*.

A partir destas tabelas faremos análises mais detalhadas relativas aos tipos de propriedade e às formas de acesso a cada uma. Convém apresentar algumas informações relativas às diferentes propriedades existentes.

As *datas* eram pequenas propriedades de terras concedidas, em geral, a algumas famílias de açorianos durante da década de 1770 pelo governador da Capitania do Rio Grande. Localizavam-se próximas à antiga zona urbana da paróquia, sendo que esta correspondia em alguma medida ao atual centro da cidade de Porto Alegre. Conforme mencionamos anteriormente, a extensão das *datas* seria de 281.250 braças quadradas, ou 136 hectares. No entanto, de acordo com as *Relações de moradores*, os tamanhos eram variados. Algumas apresentavam a diminuta extensão de 10 e 20 hectares. Outra, por sua vez,

apresentou o valor máximo de 210 hectares<sup>259</sup>.

Os chamados *campos* ou *terrenos* eram propriedades mais extensas, localizadas depois do arroio da Azenha, região correspondente à zona sul de Porto Alegre, que tem seu início a partir do atual bairro da Azenha. As extensões destes campos eram significativamente maiores que as das datas de terras e variavam entre um quarto de légua e uma légua e meia em quadro<sup>260</sup>. Isto é, os campos de terra eram significativamente maiores que as datas de terras dos açorianos, pois a menor destas propriedades possuía o mínimo de 1089 hectares, cerca de 8 vezes o tamanho das datas originais<sup>261</sup>.

As *chácaras*, por seu turno, eram pequenas porções de terras, menores que as datas, acessadas por meio de compra ou concessão. Mais frequentemente, não havia produções nestas propriedades. As *estâncias*, por sua vez, eram grandes propriedades de terra, onde se praticava pecuária<sup>262</sup>. Da estância constante na *Relação* de 1797 não é informado o tamanho da propriedade, mas é apresentado o tamanho do rebanho de reses, então constituído de 800 cabeças.

---

<sup>259</sup> Conforme a *Relação* de 1784, apenas uma constava como data e meia de extensão. Treze propriedades apresentavam o tamanho original, 8 possuíam o tamanho de “meia data” e uma possuía uma terça parte. Há três que foram definidas com pouca precisão: “quase uma data de terras”, “um bocado de terras” e “pedaço de data”. Por fim, são mencionados 8 propriedades cuja extensão é informada em grandeza numérica. Os tamanhos ficaram em 225 (uma propriedade), 220 (duas), 160 (duas) e 150 braças em quadro (três). Isso significa que a maior destas unidades possuiria 24,5 hectares e a menor, 10,9 hectares: eram estas unidades agrárias realmente diminutas. Somando as datas com tamanho inferior às que foram concedidas, chegamos a um total de 19 propriedades, praticamente um quarto dos registros de datas de terras constantes nos borradores e na *Relação* de moradores oficial de 1784, incluindo os registros os quais não informavam o tamanho das propriedades. Na *Relação* de 1797, encontramos 3 propriedades com tamanho de “data e meia” de terras, uma metade de data, 13 “pedaços de data”. Há 8 propriedades cujo tamanho foi informado em valores numéricos: a maior possuía 700 braças de frente e uma légua de comprimento, enquanto as outras apresentavam os valores de 370 (uma propriedade), 250 (duas), 180 (uma) 122 (uma), 80 (uma) e 50 (uma) braças “com fundos competentes”. Apenas a primeira destas propriedades era maior que as datas originalmente concedidas na década de 1770, pois sua extensão era de 210 hectares, enquanto a segunda apresentava 66,3 hectares.

<sup>260</sup> Conforme a *Relação de moradores* de 1784, havia 2 terrenos (campos de terras) com meio quarto de légua, 7 com um quarto de légua, 2 com meia légua, 1 com três quartos e, por fim, um com uma légua. A última aparece na *Relação de 1797* com o tamanho de légua e meia em quadro.

<sup>261</sup> O valor das unidades de medidas utilizadas se encontra em MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Tabela de medidas agrárias não decimais. Disponível no endereço: [http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA\\_MEDIDA\\_AGRARIA\\_NAO\\_DECIMAL.pdf](http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf). Acesso em 12 de fev. de 2012.

<sup>262</sup> Os argumentos de Osório vão ao encontro da hipótese de Garavaglia para a campanha de Buenos Aires, pois a autora verificou que também no Rio Grande, onde igualmente predominava um sistema de produção misto, a diferença entre lavradores e estancieiros devia basear-se no tamanho dos rebanhos possuídos pelos diferentes produtores (ver OSÓRIO, *idem*, p. 85).

**Tabela 32**  
**Propriedades agrárias de Porto Alegre, 1784 e 1797**

	1784		1797	
	#	%	#	%
Chácaras	1	1,1	18	15,7
Campos	14	14,9	12	10,4
Datas	79	84,0	82	71,3
Outros (1)	-	-	3	2,6
Total	94	100,0	115	100,0

Fonte: Tabelas 30 e 31 (baseadas nas *RM*).

Quando comparados os valores absolutos de propriedades em Porto Alegre, nos dois períodos em foco, podemos verificar a existência de duas dinâmicas significativas. De um lado, constata-se a manutenção da distribuição das propriedades entre 1784 e 1797, pois as quantidades de datas e de campos de terras permaneceram quase as mesmas. Registre-se que a estância listada na *Relação de 1797*, apesar de não constar na de 1784, era propriedade de antigos moradores do local. Isto é, seu aparecimento não significou a formação de uma unidade produtiva. A novidade, por outro lado, foi aumento expressivo de chácaras, as quais passaram de 1 para 18 unidades em menos de 13 anos<sup>263</sup>. Em síntese, passados menos de 20 anos após as concessões de terras aos açorianos, a estrutura fundiária apresentava sinais de estabilidade, permitindo-nos pensar que Porto Alegre, já no século XVIII, caracterizava-se por ter sua “fronteira agrária” fechada.

As pequenas propriedades predominavam numericamente, conclusão a qual se chega ao somarmos as datas, as chácaras e o rincão<sup>264</sup>. Pelo contrário, as maiores porções de terras, os chamados *campos de terras* (ou, simplesmente, de *terrenos*) eram poucas. A estas se devem acrescentar um dos sítios e a estância registrada no ano de 1797, sem dúvida a maior propriedade de terras do local. Apesar de numericamente inferiores, estas propriedades compreendiam a maior parte do território de Porto Alegre. Na tabela seguinte, apresentamos as extensões das propriedades de terras, conforme o tipo de acesso as mesmas.

A base dos dados desta tabela foi a *Relação de moradores de 1784*, especialmente

<sup>263</sup> No entanto, deve-se ressaltar que outras quatro propriedades também foram designadas como chácaras em 1784, só que para estas a expressão “chácara” apareceu na margem da folha do documento. No texto de descrição das propriedades, a designação utilizada é simplesmente a de datas. Como quatro destas cinco propriedades foram compradas, podemos lançar a hipótese de que há relação íntima entre datas de terras e chácaras, sendo as últimas um fracionamento das primeiras.

<sup>264</sup> O rincão está presente na *Relação de 1784* e foi contabilizado entre os *campos*, por ser a fragmentação de um deles.

porque nesta estão informados os tamanhos de todos os campos de terras. Para avaliar a extensão do conjunto das datas, fizemos uma operação simples, que foi a de multiplicar o tamanho padrão de uma meia-data pelo total de datas demarcadas de 1772<sup>265</sup>. Em relação aos terrenos de 1784, contamos o total da extensão de cada um deles registrado na fonte. Pelo fato de que a estância presente na *Relação* de 1797 foi provavelmente recebida em herança pelo proprietário e que o irmão do mesmo aparece listado no *Rol de confessados* de 1779, iremos contabilizar esta propriedade. Isto porque se pressupõe que a mesma permaneceu no interior da mesma família no período considerado. Como tamanho, consideraremos sua extensão similar a de uma sesmaria padrão.

**Tabela 33**  
**Estimativa da extensão das propriedades de terras em Porto Alegre, 1784**

Tipo de propriedade	Proprietários		Extensão dos terrenos (hectares)	
	#	%	#	%
Datas	80	85,1	8167,5	21,7
Campos de terra	13	13,8	16335,0	43,5
Sesmaria	1	1,1	13068,0	34,8
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>100,0</b>	<b>37570,5</b>	<b>100,0</b>

Obs.: O total de proprietários e a extensão dos campos de terra são baseados na *Relação de 1784*. O proprietário de um rincão de terras foi excluído, pois não constava a extensão de sua propriedade. O proprietário de uma chácara em 1784 foi incluído entre os possuidores de datas, pois sua propriedade derivou das últimas. Foi incluído o registro da estância de 1797, por ter pertencido a uma só família até o final do século XVIII. A área total estimada de Porto Alegre no período em foco (376 km<sup>2</sup>) representa 76% da extensão atual da cidade (497 km<sup>2</sup>).

Fonte: *RM* de 1784 e de 1797.

A partir das estimativas apresentadas nesta tabela, constata-se acentuada desproporção na distribuição de terras. Os proprietários de datas de terras, que totalizam 85% dos proprietários de terras relacionados na *Relação de moradores* de 1784, possuem apenas 22% do território agrário. Por sua vez, os grandes proprietários de terras, os possuidores dos campos e da estância, eram 15% da população listada e possuíam quase 80% das terras em questão. Desta maneira, na década de 1780 havia uma expressiva concentração da propriedade fundiária em Porto Alegre.

<sup>265</sup> Isto é, 136 hectares multiplicados por 60 propriedades. Decidimos optar por esta fórmula pelo fato de que: 1) na *Relação de moradores de 1784* consta o tamanho de apenas algumas das datas; 2) é difícil avaliar a real quantidade de datas concedidas em Porto Alegre. No *Registro de datas passadas aos casais* de Porto dos Casais (AHRS, F1231) constam 48 concessões entre 1772 e 1780. No entanto, na *Relação de moradores* aparecem alguns proprietários originais de data que não estão arrolados no dito *Registro de datas*. Por isso, preferimos utilizar o número de datas consagrado na historiografia.

Como a participação dos diferentes proprietários em questão não varia significativamente entre 1784 e 1797, é possível que o quadro acima delineado vigore também para o último ano. A única ressalva necessária diz respeito ao aumento do número de proprietários de chácaras, de cuja maioria não é informada a origem da posse. Caso estas terras tenham sido acessadas por meio da compra de parcelas de datas – como veremos a seguir – então pode ser levantada a hipótese de que houve uma tendência de recrudescimento da concentração fundiária.

Em síntese, as três grandes propriedades de terra que formaram Porto Alegre tiveram três destinos diferentes. A sesmaria de Jerônimo de Ornelas serviu para abrigar o centro urbano e para acomodar as famílias de lavradores açorianos. A posse de Sebastião Francisco Chaves, por sua vez, foi doada ao seu compadre. Este e seus familiares ficaram com a maioria destas terras, registradas como *terrenos* ou *campos de terras* nas *Relações de moradores*. Por fim, a posse que era de Dionísio Rodrigues Mendes foi herdada por seus filhos, sendo que um deles é o estancieiro presente na *Relação* de 1797.

Estas informações conflitam seriamente com imagem frequentemente atribuída a Porto Alegre do período colonial, como sendo um pequeno aglomerado urbano rodeado de propriedades familiares tricultoras. Estas não estavam sozinhas, mas acompanhadas por propriedades de terras que lhes eram maiores e anteriores, incluindo até uma estância. Em realidade, algumas poucas famílias possuíam quase quatro quintos do território agrário da freguesia. Referimo-nos aqui aos familiares de Manuel de Ávila (o compadre do sesmeiro sem herdeiro) e ao filho de Dionísio Rodrigues. Por sua vez, restava um quinto do território para mais de quatro quintos dos chefes de fogo arrolados na *Relação de moradores*.

A análise da forma de acesso a estas propriedades informadas nas *Relações de moradores* permite uma observação mais detalhada do processo de distribuição das terras locais.

**Tabela 34**  
**Formas de acesso a terra em Porto Alegre, 1784 e 1797**

Tipo de acesso	1784		1797	
	#	%	#	%
Concessão	38	40,4	32	27,8
Compra	48	51,1	58	50,4
Doação	3	3,2	2	1,7
Dote	1	1,1	1	0,9
Herança	3	3,2	11	9,6
Posse	1	1,1		
Não informado	0	0	11	9,6
Total	94	100,0	115	100,0

Fonte: Tabelas 30 e 31 (baseadas nas RM).

Já na década de 1780, as datas de terras eram a segunda forma mais recorrente de acesso à terra, com quatro décimos do total em 1784. Imperava, depois de vinte anos das primeiras concessões, a compra de terras como a principal forma de acesso. Com o passar do tempo e o falecimento de alguns dos antigos proprietários, as datas concedidas ficaram reduzidas a menos de 30% e as heranças triplicaram em números absolutos. Esta queda poderia ter sido maior se não contássemos com a concessão de quatro chácaras, que constam na relação de 1797.

A comparação entre o número de datas registradas na *Relação* e o de datas originalmente concedidas pode ser elucidativa das estratégias em torno da posse da terra. No *Registro de datas de terras* de Porto Alegre constam 49 datas demarcadas para serem entregues aos casais açorianos<sup>266</sup>, enquanto são 79 as datas listadas na *Relação de 1784*. Assim, entre as décadas de 1770 e de 1780, o número de propriedades classificadas como datas aumentou muito, resultado, em grande medida, da constante divisão das propriedades originais, assunto a ser abordado a seguir. No entanto, entre 1780 e o final de 1790, o aumento foi de apenas três unidades. Isto é, houve uma estabilidade em relação à propriedade da terra em Porto Alegre.

A maioria dos registros de chácaras não informa o modo de acesso à propriedade. Ainda assim, a partir dos dados disponíveis, podemos afirmar que elas poderiam ser obtidas por meio de compra ou de concessão. Conforme *Relação de moradores* de 1784, a chacara de

<sup>266</sup> *Registro de Registro de datas de terra passadas aos casais, 2 – Porto dos Casais*. AHRS, 1231. É bastante provável que tenham sido concedidas algumas datas após 1780.

João Cordeiro, com 1,2 hectare, é uma das três parcelas da data que fora de Antônio Machado Neto. Este, depois de vender sua data, passou a residir na área urbanizada da freguesia. Há, também em 1784, outras três datas em cujo registro foi escrito “chácara” na margem do documento. Duas delas foram compradas. Nestes casos, a chácara é uma diminuta extensão de terra derivada de uma data. Destes três indivíduos que compraram pedaços de datas, todos possuíam lavouras, mas apenas um contava com animais, no caso, um pequeno rebanho de seis reses.

Na *Relação de moradores 1797* registram-se 18 chácaras, das quais 5 foram concedidas e 2 compradas. Uma parcela expressiva das propriedades não desenvolvia cultura alguma (8 de 18). Das 10 produtoras agrícolas, apenas seis apresentavam alguns poucos animais. Nesse sentido, as chácaras eram unidades improdutivas ou de produção provavelmente voltada para o auto-sustento. Chama a atenção que a maioria dos proprietários (12 de 18) possuía escravos. Sete possuíam de 1 a 3 cativos; três possuíam 4 ou 5; um, por sua vez, possuía 14. Se esses proprietários não se dedicavam predominantemente à agricultura, alguns deles deveriam ser artesãos. O aluguel dos cativos, igualmente, deveria ser uma alternativa, especialmente nos momentos de colheita. Por estes motivos, as chácaras caracterizavam-se não pela forma de acesso, mas pelas características da propriedade e pelas atividades desenvolvidas: terreno de pequena extensão, sem produção agrária ou com culturas e rebanhos de pequena extensão e o provável exercício de atividades artesanais ou de prestação de serviços. Um dos possuidores destas propriedades era Manuel Marques de Sampaio, um licenciado, cirurgião mor da vila, compadre de Manuel Bento da Rocha, que recebera uma concessão de 400 braças quadradas de terra<sup>267</sup>.

Por fim chama a atenção a extensão das terras adquiridas via compra. Havia, de fato, um “mercado” de terras em Porto Alegre no último quarto de século do século XVIII, mas este assunto será deixado para o próximo capítulo.

### **Produção e mercado regional**

Como defendemos no segundo capítulo, diferentes mercados estavam justapostos na Porto Alegre colonial. O porto do Rio de Janeiro era o destino do trigo e de produtos de origem animal. Os contingentes militares, concentrados na fronteira neste período, representavam um mercado que trazia problemas aos produtores, visto a demora nos

---

<sup>267</sup> KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: PPGH – UFF, 2006. Tese de doutorado. p. 256.

pagamentos. Por fim, o crescimento de um núcleo urbanizado, habitado por indivíduos afastados das atividades rurais e frequentado por uma quantidade expressiva e constante de marinheiros, era um importante centro de consumo.

Para avaliar a produção agrícola da freguesia de Porto Alegre, utilizaremos alguns mapas de colheita da década de 1780<sup>268</sup>. Alertamos, desde já, que estes mapas contêm informações merecedoras de desconfiança por, possivelmente, subestimarem a quantidade real de algumas produções.

O *Mapa de colheita*<sup>269</sup> do ano de 1780 foi elaborado sob a orientação do então Vice-Rei do Brasil, Luiz de Vasconcelos e Souza. O governador da Capitania, ao remeter o mapa ao primeiro, advertia que os lavradores informavam suas produções num valor muito abaixo daquilo que realmente produziram por medo das requisições de mantimentos. Neste mapa constam as produções de trigo, milho, farinha de mandioca, feijão e arroz, das seguintes localidades: Rio Grande, Estreito, Mostardas, Porto Alegre, Viamão, Lombas, Santo Antônio, Santo Amaro, Cai, de Cima da Serra, Rio Pardo e Encruzilhada.

Apesar da possibilidade de os dados disponíveis sub-representarem a produção total, acreditamos que possam ser utilizáveis, especialmente na comparação entre valores das diferentes culturas. Em primeiro lugar salienta-se o predomínio da triticultura, que respondia por 50% dos 123.067 alqueires de bens produzidos na capitania. O milho segue como a segunda maior produção, com 44% do total. Por fim, com os 6% restantes, encontramos a farinha de mandioca, o feijão e o arroz.

Em Porto Alegre, pelo contrário, predominou a produção de milho, com 53%. O trigo segue logo atrás, com 42% do todo. Farinha de mandioca, feijão e arroz, por fim, apresentam 5% do todo. Como mostraremos adiante, temos argumentos para sustentar a hipótese de que pelo menos a quantidade de farinha de mandioca está muito abaixo da quantidade real produzida.

Segundo Osório, o trigo era o terceiro principal produto de exportação do Rio

---

<sup>268</sup> Mapa da colheita pertencente ao ano de 1780 em todo o Rio Grande. Anexo ao ofício 33, carta de Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara a Luiz de Vasconcelos e Souza, Porto Alegre, 7 de agosto de 1781. Arquivo Nacional, códice 104, vol. 3, p. 126; *Mapa da sementeira e colheita dos trigos pertencentes ao próximo ano passado*, anexo ao Ofício 65. ANRJ, códice 104, vol. 4, p. 96 (ofício de 1782); *Mapa das produções dos trigos que houvera neste presente ano, e dos carros, e carretas que existem neste Continente de que é comandante o Coronel Joaquim José Ribeiro da Costa* anexo ao Ofício n. 57, do Comandante Coronel Joaquim José Ribeiro da Costa ao Vice-rei, Vila do Rio Grande, primeiro de julho de 1787. ANRJ, códice 104, vol. 9, p. 179; *Mapa de colheita de trigo que houve no presente ano, neste Continente, de que é comandante o Coronel Joaquim José Ribeiro da Costa* anexo ao Ofício n. 51, Comandante Coronel Joaquim José Ribeiro da Costa ao Vice-rei, Vila do Rio Grande, 16 de julho de 1788. ANRJ, códice 104, vol. 10, p. 309.

<sup>269</sup> *Mapa de colheita pertencente ao ano de 1780 em todo o Continente do Rio Grande* anexo ao Ofício número 33, do Governador da Capitania do Rio Grande ao Vice-Rei. ANRJ, cód. 104, v. 3, f. 74 e 126.



Grande, perdendo apenas para o charque e para o couro<sup>270</sup>. O trigo era vendido quase que exclusivamente *in natura*, pois o total de farinha enviado nunca foi superior a 5% do total. Os outros produtos, por sua vez, não constavam nas listas de exportação<sup>271</sup>. Deste modo, a partir dos *Mapa de colheita* em questão, podemos concluir que no mínimo metade da produção regional voltava-se ou para o autoconsumo dos produtores, assim como para o mercado local. Em Porto Alegre, esta tendência parece ter sido ainda mais relevante.

Para os anos subsequentes, dispomos apenas de mapas de produção de trigo. São eles dos anos de 1781, 1787 e 1788, cujos totais são respectivamente, 53897 (não está contabilizado o gasto com a sementeira), 106.794 e 79.212 alqueires de trigo<sup>272</sup>. Se no primeiro mapa constam 12 localidades, no último somam 18. Em todos os três, a vila do Rio Grande e suas adjacências estão em primeiro lugar no total da produção, com respectivamente, 46, 52 e 55% do trigo produzido. As regiões nucleadas por Porto Alegre e Rio Pardo seguem bem atrás, com pequena vantagem da primeira sobre a última, com exceção do último ano. A paróquia de Porto Alegre produziu 5.125, 3.316 e 3.338 alqueires de trigo nos três anos respectivos. Assinale-se que os dois últimos mapas apresentam números quase coincidentes.

Duas conclusões podem ser levantadas a partir destes dados. A primeira, a de que Rio Grande e suas adjacências, que já eram os principais produtores de trigo segundo o *Mapa de 1780*, especializaram-se ainda mais ainda mais neste cultivo. Em segundo lugar, a paróquia de Porto Alegre parece ter diminuído sensivelmente sua produção deste artigo. Os 10.674 alqueires constantes no *Mapa de colheita* de 1780 viram-se reduzidos a pouco mais de três mil nos anos de 1787 e 1788. Não podemos esquecer a possibilidade de sub-representação dos totais das produções de cada ano, mas é chamativa a constante queda dos valores. Se estes forem razoavelmente fidedignos, então os lavradores de Porto Alegre voltaram-se ainda mais para a produção destinada ao mercado regional e local.

---

<sup>270</sup> OSÓRIO, *O Império português...*, *idem*, p. 190ss.

<sup>271</sup> *Ibidem*, p. 202.

<sup>272</sup> *Mapa da sementeira e colheita dos trigos pertencentes ao próximo ano passado*, anexo ao Ofício 65. ANRJ, códice 104, vol. 4, p. 96 (ofício de 1782); *Mapa das produções dos trigos que houvera neste presente ano, e dos carros, e carretas que existem neste Continente de que é comandante o Coronel Joaquim José Ribeiro da Costa* anexo ao Ofício n. 57, do Comandante Coronel Joaquim José Ribeiro da Costa ao Vice-rei, Vila do Rio Grande, primeiro de julho de 1787. ANRJ, códice 104, vol. 9, p. 179; *Mapa de colheita de trigo que houve no presente ano, neste Continente, de que é comandante o Coronel Joaquim José Ribeiro da Costa* anexo ao Ofício n. 51, Comandante Coronel Joaquim José Ribeiro da Costa ao Vice-rei, Vila de Rio Grande, 16 de julho de 1788. ANRJ, códice 104, vol. 10, p. 309.

## Rebanhos

Em Porto Alegre, nos anos de 1784 e 1797, a posse de rebanhos era generalizada entre os possuidores de lavouras: entre reses e bois, nos dois anos considerados, pelo menos 73% dos lavradores possuíam algum animal. No entanto, verifica-se um abrupto decréscimo de possuidores de reses entre os lavradores, de quase 20 pontos percentuais (de 94 para 75%). Entre os possuidores de bois, pelo contrário, a tendência é oposta, pois estes aumentaram em mais de 10 pontos percentuais (passaram de 73 para 85%).

Entre os não possuidores de lavouras, a tendência é quase semelhante. Se a posse de reses decaiu em mais de vinte pontos percentuais (de 59 para 37%), o decréscimo na posse de bois foi bem menos acentuado, de pouco mais de 10 pontos (de 59 para 49%). Em síntese, os lavradores eram pequenos pastores, mas sua preferência em termos de animais deslocou-se das reses para os bois. Por outro lado, aumentou demasiadamente a participação de indivíduos que não eram nem lavradores, nem possuidores de rebanhos.

Na tabela seguinte, apresentamos as medidas estatísticas de tendência central e de dispersão relativos aos rebanhos de reses e bois dos anos de 1784 e 1797<sup>273</sup>.

**Tabela 35**  
**Medidas de tendência central de rebanhos de reses e bois em Porto Alegre**

	Reses		Bois	
	1784	1797	1784	1797
Média	46,1	44,3	4,7	8,1
Mediana	30	20	4	7
Moda	50	20	4	4
Desvio-padrão	50,6	104,6	3,1	4,8
Unidades sem rebanho (%)	14,6	37,2	31,5	26,4

Obs.: O total de produtores no ano de 1784 é de 89 (foram contabilizados 76 possuidores de reses e 62 de bois); em 1797, são 129 (foram contabilizados 81 possuidores de reses e 94 de bois).  
Fonte: *RM* de 1784 e 1797.

Helen Osório verificou que, entre os lavradores de toda a capitania do Rio Grande, o número médio do tamanho dos rebanhos de reses era de 61 cabeças e, o de bois, era de 6. Os

<sup>273</sup> Dos dados relativos aos bois de 1797, foi excluído um dos valores (de 72 cabeças), que não apenas extrapola demasiadamente o conjunto das posses, como parece ser resultado de erro de transcrição da fonte disponível no Arquivo Histórico de Porto Alegre. No entanto, este dado foi considerado quando foram calculadas as unidades sem rebanhos.

rebanhos dos lavradores eram os mais diminutos entre todas as categorias ocupacionais agrárias do Rio Grande, sendo seguidos pelos “lavradores criadores”, os quais possuíam 104 cabeças, em média<sup>274</sup>. Ao compararmos os tamanhos dos rebanhos dos lavradores de toda a capitania com os de Porto Alegre, verifica-se serem os últimos bem menores. O número médio de reses entre os proprietário em 1784 ficou em 46 cabeças, valor mantido quase inalterado treze anos depois, quando chegou a 44 cabeças. A média de bois, por sua vez, ficou em quase 5 cabeças em 1784, aumentando para 8 em 1797. Assinale-se que, pelo alto valor do desvio-padrão, as médias não podem ser consideradas como representativas do conjunto. Por isso, indica-se o uso das medianas.

Dentre os lavradores do Continente do Rio Grande, os de Porto Alegre eram possuidores de rebanhos bastante diminutos, tendência enfatizada com o passar do tempo no que diz respeito ao de reses. Além disto, em relação a este último rebanho, ocorreu uma visível concentração da posse<sup>275</sup>. Tal constatação, tomada de maneira isolada, poderia servir como um sinal de concentração de riqueza.

No entanto, a dinâmica distribuição de bois indica a ocorrência de outro processo. Se em 1784 a mediana de cabeças de boi era de 4, em 1797 passou para 7. Conforme vimos, os lavradores possuidores de reses diminuíram e, os de bois, aumentaram. Por fim, um último dado é significativo: o total de reses registradas nas relações passou de 3511 cabeças em 1784, para 3587 em 1797; enquanto isso, o total de bois passou de 296 para 759 cabeças<sup>276</sup>. Se o total de rebanhos de reses manteve-se estável ao longo desses treze anos, o tamanho da posse de bois mais que dobrou.

Os bois são animais de maior força para tração (seja para o emprego no arado, seja nos carros e carretas), se comparado às reses e cavalos. Por isso, representam um bem agrário fundamental para os agricultores. Segundo Helen Osório, a categoria dos lavradores apresentava o maior número de bois na capitania do Rio Grande<sup>277</sup>.

Deste modo, a transformação no tamanho dos rebanhos de reses e de bois pode significar a ocorrência de dois processos paralelos e conjuntos. Em primeiro lugar, os lavradores locais optaram por uma estratégia de racionalização dos rebanhos de animais,

---

<sup>274</sup> OSÓRIO, *idem*, p. 84.

<sup>275</sup> Tal concentração entre os dois anos estudados é identificada pela manutenção das médias associada à diminuição da mediana e ao drástico aumento do desvio-padrão. Isto é, a relação entre possuidores e o total de reses manteve-se o mesmo, mas o tamanho dos rebanhos da metade menos afortunada dos possuidores diminuiu, assim como aumentou a variação dos valores de tamanhos de rebanho.

<sup>276</sup> No caso do total de bois de 1797, não foi considerado o rebanho que apresentava 72 cabeças, por considerá-lo equivocado.

<sup>277</sup> Se entre os lavradores a relação era de 1 boi para cada dez reses, entre os criadores, havia uma razão de 1 para 107. Ver OSÓRIO, *idem*, p. 85s.

diminuindo o investimento nos animais para abate (reses) e aumentando naqueles que seriam mais úteis na lida da lavoura (os bois). Por outro lado, isso implicaria numa tendência de maior especialização produtiva, pois, enquanto a maioria dos produtores diminuiu seus rebanhos de reses, apenas dois produtores passaram a possuir, sozinhos, 36% do total destes rebanhos. Se a indicação de Riopardense de Macedo estiver correta, um destes criadores era, também, charqueador<sup>278</sup>.

A diminuição dos rebanhos de reses, neste sentido, pode ter sido resultado não de um processo de concentração da riqueza, mas, antes, das estratégias adotadas pelos lavradores locais, os quais viram na especialização agrícola a melhor forma de enfrentar as novas conjunturas econômicas. A aposta na lavoura, em nosso entender, é uma indicação segura do caráter dinâmico dos mercados de mantimentos.

No contexto de uma estrutura fundiária composta principalmente por pequenas propriedades e frente a uma fronteira agrária fechada, sem recurso ao acesso a novas terras, a alteração na composição dos rebanhos constituiu-se num procedimento essencial para a expansão da área para a agricultura. Em vista da decrescente produção de trigo local, argumentamos que o trabalho dos lavradores de Porto Alegre destinava-se cada vez mais para a oferta de mantimentos no mercado local, ainda que o acesso ao porto e à via fluvial tenham incentivado bastante a triticultura.

### **A concentração da posse escrava**

A diferença de capitalização entre as unidades produtivas locais pode ser verificada por meio da análise das características da estrutura de posse de escravos. Na tabela seguinte apresentaremos as medidas de tendência central, de dispersão e de concentração da posse escrava. Saliente-se que cada um dos conjuntos de valores foi elaborado a partir de fontes diferentes. O primeiro foi construído com os dados dos moradores da área rural constantes no *rol de confessados* de 1782, enquanto o outro o foi a partir da informação da posse escrava presente *Relação de moradores* de 1797. Pela diferença na natureza de ambas os documentos, evitaremos elaborar conclusões por meio de comparações entre os resultados obtidos<sup>279</sup>. Interessa-nos a comparação dos valores, sim, com aqueles de outras regiões.

---

<sup>278</sup> Significativamente, o autor indica que tal charqueada localizava-se na área chamada Crista, justamente onde se encontram os maiores rebanhos listados na *Relação de moradores*.

<sup>279</sup> Se há uma diferença que pode prejudicar a análise é o fato de que, provavelmente, na *Relação de moradores* de 1797 são apresentados apenas os escravos com mais de sete anos.

**Tabela 36**  
**Características estatísticas da posse escrava dos moradores da região rural de Porto Alegre, entre 1782 e 1797**

	<i>Rol de confessados de 1782</i>	<i>Relação de moradores de 1797</i>
Núm. médio de escravos	4,7	3,4
Mediana	4	2
Moda	1	1
Desvio-padrão	3,7	3,2
Coeficiente de Gini	0,416	0,457

Fonte: *RCPA* 1782, AHCMPA; *RM* 1797, AHRs.

A comparação destes dados com aqueles apresentados por Stuart Schwartz sobre a distribuição da posse escrava em áreas de plantação de mandioca e de açúcar na Bahia, baseadas em um censo de 1788, é esclarecedor. A média de escravos na área rural de Porto Alegre variou entre 4,7 e 3,4, que é muito semelhante àquela verificada em Jaguaripe e Maragogipe, freguesias baianas produtoras de mandioca (média de 4,5 escravos), mas um pouco inferior às das freguesias do Sertão, região de produção mista de gado e mandioca (5,2 escravos). Por sua vez, a concentração de escravos em Porto Alegre também é semelhante as encontradas nas freguesias baianas em questão. Em Porto Alegre, o coeficiente de Gini<sup>280</sup> variou entre 0,42 e 0,46 e, nas duas freguesias produtoras de mandioca, os resultados ficaram em 0,38 e 0,45. Todos estes resultados são muito inferiores àqueles encontrados nas freguesias do Recôncavo, produtoras de açúcar. Nesta região, a média de escravos era de 11,7 indivíduos por senhor. Na paróquia de Monte encontra-se a concentração de escravos mais violenta, pois o coeficiente de Gini encontrado foi de 0,77<sup>281</sup>.

Ao observar os dados da Bahia, vemos que seria infrutífero comparar unidades produtoras de bens para o mercado externo com aquelas voltadas para a produção de alimentos para o mercado interno. As fazendas e engenhos de açúcar eram mais capitalizados que as lavouras de mandioca devido aos maiores lucros que se obtinham no mercado internacional. Assim, a comparação de Fernando Henrique Cardoso entre as lavouras triticultoras do Rio Grande do Sul com as economias produtoras de açúcar e café é infundada,

<sup>280</sup> O coeficiente de Gini é um instrumento estatístico que serve para avaliar a concentração de riqueza em um grupo populacional, cujo resultado varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo a 1, maior é a concentração.

<sup>281</sup> SCHWARTZ, *idem*, p. 359.

de modo a tornar inconsistente sua hipótese de que não havia expressiva concentração de riqueza nos trigais gaúchos<sup>282</sup>.

É preciso recordar os argumentos de Eric Van Young sobre as relações entre mercado e formação social. Baseado na teoria da localização central, o autor defende que na América Latina os sistemas produtivos voltados para o mercado interno e para o mercado externo geravam sociedades distintas entre si. As regiões especializadas no consumo interno tenderiam a ser mais complexas, com a proliferação e complicação das estruturas internas, que se constatariam, por exemplo, no desenvolvimento de grupos sociais intermediários, nas relações entre senhores e camponeses, nos acordos comerciais. Por sua vez, economias voltadas para o mercado externo tenderiam a produzir sociedades mais simplificadas e homogêneas, resultado da expressiva concentração de riquezas por alguns grupos sociais e de empobrecimento generalizado<sup>283</sup>.

Ao confrontar os dados de Porto Alegre com os de Viamão, onde os moradores eram lavradores, criadores de gado ou conjugavam as duas atividades, vemos que estes resultados são comuns à região. Em Viamão, a partir dos dados disponíveis nos *Róis de confessados* de 1776 a 1782, o coeficiente de Gini relativo à posse de escravos variou entre 0,38 e 0,45<sup>284</sup>. Desta forma, a produção agropecuária do Rio Grande do Sul, ao menos nos casos de Porto Alegre e Viamão, levou a uma concentração de riquezas característica dos sistemas produtivos baianos voltados para o mercado interno.

### **A mão-de-obra: um sistema de produção familiar-escravista**

Um dos problemas enfrentados pelos pesquisadores do agro brasileiro dos períodos colonial e monárquico é avaliar em que medida o trabalho escravo complementava ou se equiparava à mão-de-obra familiar nas pequenas unidades de produção. Soma-se, ainda, o problema relativo às implicações do uso de poucos escravos nas unidades de pequenos lavradores. Um produtor que contasse com o apoio de um ou dois escravos poderia ter sua economia doméstica classificada como camponesa, ou seria mais corretamente classificada como escravista?

Hebe Mattos de Castro responde a esta pergunta afirmando que havia possibilidade

---

<sup>282</sup> CARDOSO, *idem.*, p. 65.

<sup>283</sup> VAN YOUNG, Eric. Haciendo historia regional: consideraciones metodológicas y teóricas. In: *Anuario del IEHS*, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Tandil, No. 2, 1987, p. 255-281. Aqui, p. 263ss.

<sup>284</sup> DANILEVICZ, Ian. *Aspectos demográficos e padrão de posse de escravos em Viamão (1776 – 1784)*. Porto Alegre: Dept. História, UFRGS, 2009. Trabalho de conclusão de curso. p. 35.

de conjunção entre a economia camponesa e o uso de poucos escravos. Segundo a autora, a prosperidade de um lavrador se baseava em uma lógica *quase chayanoviana*, pois a aquisição de terras e escravos dependia do aumento do número de braços proporcionados pelos filhos. No contexto da ampla difusão do tráfico da primeira metade do XIX, o acesso ao trabalho cativo não significava a adoção de um cálculo empresarial, pois os escravos acabavam se tornando “simples substitutos” dos filhos egressos da casa paterna. O momento da partilha dos bens da herança, por sua vez, levaria à venda do escravo e a volta ao ciclo de vida anterior.

No entanto, conforme argumenta a autora, a tendência de intensificação do uso de cativos era maior. “Com muito maior frequência, então, superava-se a dependência do trabalho familiar”<sup>285</sup> com a compra de cativos, situação na qual os últimos passariam a compor o núcleo produtivo principal. No entender da autora, somente então ocorreria uma transformação qualitativa da unidade camponesa em pequeno-escravista, visto que não se manteria a preponderância do trabalho familiar no seio desta família<sup>286</sup>.

João Fragoso, em sua obra *Homens de grossa ventura*, defende a formação de mercado interno formado pela ligação das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul ao capital mercantil sediado no Rio de Janeiro. Estas regiões caracterizar-se-iam por formarem um mosaico de produções não-capitalistas, nas quais economia camponesa, escravidão e o trabalho de jornaleiros ou peões mesclar-se-iam em diferentes medidas. Ressalta-se o fato de o autor adotar posição semelhante a de Hebe Castro, ao pressupor que as unidades produtivas com poucos escravos dependiam prioritariamente da mão-de-obra familiar<sup>287</sup>.

Em relação ao agro do Rio Grande de São Pedro, no período colonial, a obra de Helen Osório representou um expressivo avanço no debate, como demonstramos anteriormente. A partir de inventários *post-mortem*, a autora comparou o tamanho das famílias de pequenos proprietários inventariados com o tamanho de suas respectivas posses de escravos e constatou que em 79% dos casos os últimos não superam numericamente primeiros. Como apenas um terço dos escravos em idade adulta destes senhores encontrava-se saudável, a autora concluiu que a mão-de-obra elementar, ao menos no início da produção tritícola, era familiar, sendo a escravidão complementar à mesma<sup>288</sup>.

---

<sup>285</sup> CASTRO, Hebe Mattos de. *Das cores do silêncio*, *idem*, p. 70s.

<sup>286</sup> CASTRO Campesinato e escravidão. In: TEIXEIRA DA SILVA, F; CASTRO, H.; FRAGOSO, J. (Org.). *Escritos sobre história e educação: homenagem à Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001. p. 331-350. Aqui, p. 339.

<sup>287</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 99ss.

<sup>288</sup> OSÓRIO, *idem*, p. 173-179

Há um estudo, baseado em *róis de confessados*, cujos resultados convergem com a hipótese de Helen Osório. Ian Danilevicz realizou uma interessante experiência para avaliar a participação de familiares, escravos, agregados nos domicílios dos produtores rurais de Viamão, paróquia vizinha a Porto Alegre. O autor cruzou os dados disponíveis nos *Róis de confessados* de 1780 a 1782 com as informações das *Relações de moradores* de 1784, o que lhe permitiu observar a composição dos domicílios de criadores, lavradores e de produtores mistos.

Danilevicz verificou que filhos e escravos eram uma constante em todos os domicílios e que agregados eram frequentes apenas nos domicílios de criadores de gado. Entre os lavradores, por exemplo, quatro quintos possuíam cativos. Quando comparados familiares e escravos nos domicílios de lavradores, os primeiros predominavam sobre os segundos, sendo as médias de cada um de respectivamente 4,2 e 2,3 no ano de 1780. Entre criadores e produtores mistos, pelo contrário, a média de escravos sempre se sobrepunha a de familiares. Ao fim, o autor concluiu que os lavradores de Viamão poderiam ser classificados como camponeses, pois o número de escravos era inferior ao de familiares<sup>289</sup>.

Ao apresentar os dados de nossa pesquisa, o confronto com os trabalhos de Osório e de Danilevicz são os que merecem maior destaque, pois permitem avaliar as dimensões local e regional relativas à estrutura de mão-de-obra ligada à produção agrícola, motivo pelo qual são necessárias algumas considerações. Como aponta a própria Osório, as possibilidades de análise oferecidas pelos inventários e pelas listas nominativas são diferentes<sup>290</sup>. Ao comparar nossos resultados com os de Osório, entendemos que ambos dizem respeito a níveis de observação diferentes. Se Osório trata do conjunto de famílias da Capitania, dentro de um espaço de tempo superior a meio século, nosso trabalho aborda um conjunto de famílias de uma paróquia, dentro de um período bem mais delimitado. Se os resultados obtidos para Porto Alegre não podem ser generalizados, por outro, podem servir como uma espécie de teste para o modelo geral<sup>291</sup>. Neste caso, acreditamos que nossa análise poderá estabelecer um contraponto, um diálogo, à hipótese de Osório para o Continente do Rio Grande.

---

<sup>289</sup> DANILEVICZ, *idem*, p. 37ss.

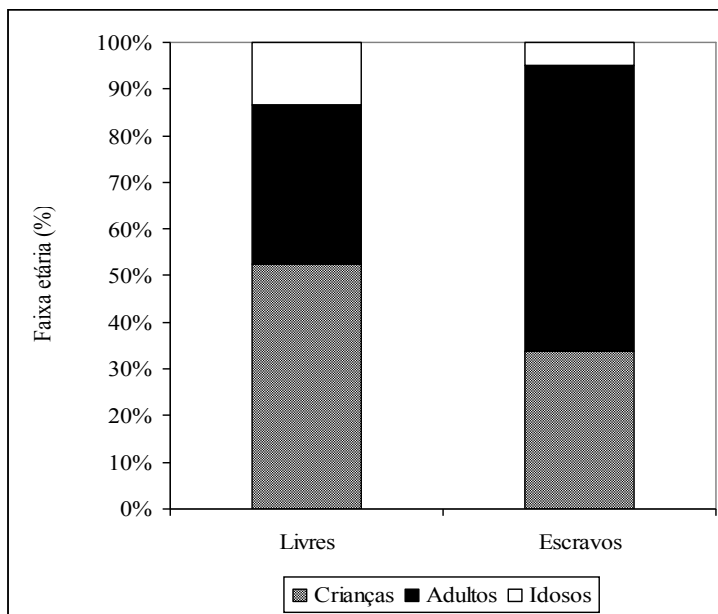
<sup>290</sup> Os inventários, por exemplo, não permitem traçar precisamente a forma pela qual se arranjavam as famílias. Isto é de importância vital, pois, desta forma, não podemos verificar se os herdeiros habitavam o mesmo lar do inventariado ou se já constituíam lares independentes. Soma-se a isso o fato de que não constam as idades dos filhos casados e de alguns dos solteiros. Sendo assim, se os inventários possibilitam uma aproximação, são as listas nominativas que permitem a apreensão mais adequada da organização e composição dos grupos domésticos. Ver OSÓRIO, *idem*, p. 175.

<sup>291</sup> TERRADAS I SABORIT, Ignasi. “La historia de las estructuras y la historia de la vida. Reflexiones sobre las formas de relacionar la historia local y la historia general.” In: FERNANDEZ, Sandra e DALLA CORTE, Gabriela (comp.). *Lugares para la historia. Espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos*. Rosario: UNR Editora, pp. 179-208. Aqúi, p. 191.



O primeiro passo para avaliar a participação de livres e escravos no andamento das atividades do agro de Porto Alegre é conferir a distribuição etária e sexual das duas populações, conforme os gráficos seguintes.

**Gráfico 10**  
**População da área rural de Porto Alegre, conforme condição jurídica e faixa etária, em 1782**

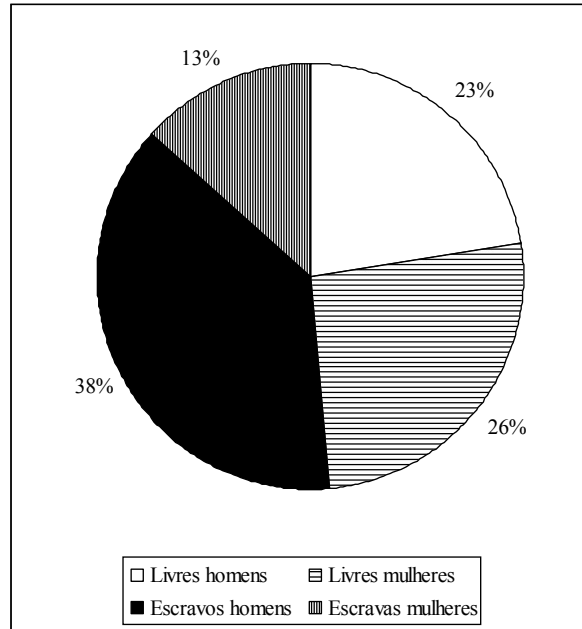


Obs.: total de livres: 385 indivíduos; total de escravos: 227 indivíduos. Foram considerados adultos os indivíduos com idade entre 15 e 44 anos.

Fonte: *RCPA*, 1782. AHCMPA.

Entre os livres, as crianças predominavam de maneira inconteste, com 53% do todo, representando uma força em potencial para os anos vindouros. Por sua vez, os adultos eram o principal grupo etário entre os cativos, representando 61% do conjunto. Se a população livre era muito jovem, a escrava era envelhecida. A seguir, seguem a distribuição segundo condição jurídica e sexo dos adultos da área rural de Porto Alegre.

**Gráfico 11**  
**Adultos (entre 15 e 44 anos) da área rural de Porto Alegre, 1782**



Obs.: total de livres: 131 indivíduos; total de escravos: 139 indivíduos.  
 Fonte: *RCPA*, 1782. AHCMPA.

Entre os adultos, a quantidade de livres era quase semelhante a de escravos, com pequena vantagem para os últimos. Conforme o gráfico, o maior dos subgrupos em questão é o dos homens escravos, com 40% do total. Logo a seguir, os livres, de ambos os sexos, seguem com cerca de 25%, cada um. As mulheres escravas, por fim, formam o grupo de menor participação. Separados por condição jurídica, os escravos representam pouco mais da metade da população em idade produtiva. Mesmo levando em consideração que parte dos jovens e alguns dos idosos livres faziam parte da população ativa, os dados referendam o caráter basilar oferecido pela mão-de-obra cativa para o funcionamento do sistema produtivo agrário da capital do Rio Grande de São Pedro.

Na tabela seguinte, apresentamos os dados relativos à composição dos domicílios dos moradores da área rural de Porto Alegre listados no *Rol de confessados* de 1782. Os domicílios serão divididos segundo a presença de familiares e dependentes em seu interior. Desejamos, com esta tabela, avaliar em que medida o trabalho familiar conjugava-se ao escravo nos diferentes domicílios.

**Tabela 37**  
**Composição e média de membros dos domicílios de fora dos muros de Porto Alegre, 1782**

Composição do domicílio	UC*	Familiares	Escravos	Agregados	Total
Apenas familiares	30	3,8	-	-	3,8
Familiares e agregados	1	5	-	1	6
Familiares e escravos	43	5,7	4,7	-	10,4
Mistos (**)	5	6,4	4,8	1,6	12,8
Apenas escravos	1	-	4	-	4

(\*) UC: Unidade de censo (domicílios).

(\*\*) Domicílios mistos: compostos por familiares, escravos e agregados.

Fonte: *RCPA de 1782*, AHCMAPA.

Havia, em Porto Alegre, dois tipos de organização de unidades produtivas predominantes, quais sejam, o que contava exclusivamente com o trabalho familiar e aquele que dispunham de escravos. Salienta-se que a presença de agregados é mínima, bem como a de senhores de escravos absenteístas. Os domicílios mistos, por sua vez, destacam-se pela maior quantidade de membros.

Com os dados deste quadro, ignorando fatores como idade e saúde dos indivíduos, delineia-se de que modo a posse escrava estava difundida entre os domicílios dos moradores da área rural (60% das unidades apresentavam cativos) e como alterava de maneira significativa a disponibilidade de mão-de-obra. Como a diferença de média de familiares entre os domicílios com e sem escravos era de quase 2 membros, indica-se que se tornavam escravistas as famílias com mais tempo de existência. O tempo, portanto, potencializava a diferença entre as famílias, pois aquelas compostas apenas por familiares possuíam, em média, quase sete membros a menos. Deste modo, a escravidão propiciava criar um verdadeiro hiato entre as famílias mais jovens e as mais velhas, assim como entre as mais afortunadas e as empobrecidas.

Nos domicílios compostos por familiares e escravos, era pequena a distância entre a média de uns e outros, variando entre 1 e 1,4 pontos percentuais. Esta distância deve ser, todavia, relativizada, pois a população livre da área rural era muito jovem, enquanto a cativa apresenta uma participação elevadíssima de adultos. Este resultado vem a enfatizar o papel do trabalho escravo nos lares dos lavradores de Porto Alegre, de modo a impedir a atribuição de um caráter secundário ao mesmo. Portanto, em 1782, apenas dez anos após a distribuição das

datas de terras, as unidades dependentes de escravos passaram a representar um papel de peso no trabalho cotidiano.

Juan Garavaglia, ao analisar as unidades produtivas listadas no censo de Areco, capela pertencente à campanha de Buenos Aires, no ano 1744, constatou que a diferença entre o número médio de familiares e o de dependentes era muito alta: as unidades com agregados possuíam 5,4 familiares e 2,6 agregados; as unidades com escravos, contavam com uma média de 6,7 familiares e 2,2 escravos; as mistas, por fim, contavam com 8,8 familiares e 4,3 dependentes. Ao comparar estes dados com os produzidos em censos de 1813 e 1815, que incluíam quatro localidades da campanha, cujos resultados foram semelhantes aos de Areco de 1744, o autor concluiu que em Buenos Aires o trabalho familiar e as pequenas unidades produtivas eram predominantes<sup>292</sup>.

Ao comparar este cenário com o de Porto Alegre, vemos que as realidades são diferentes. Nas unidades com escravos de Buenos Aires, a diferença entre familiares e escravos é de aproximadamente quatro indivíduos, enquanto é de uma pessoa em Porto Alegre. Nas unidades mistas da capital do Rio Grande, a soma de escravos e agregados equipara-se a quantidade de familiares. Assim sendo, ao comparar duas regiões voltadas para a agricultura (com tônica para a produção de trigo) e para a pecuária organizadas a partir do trabalho familiar, podemos argumentar que em Porto Alegre a presença de escravos era mais importante do que em Buenos Aires.

Carlos Malaquias, em seu estudo sobre São José do Rio das Mortes (sul de Minas, região de produção agropecuária destinada ao mercado interno), constatou que um dos pilares de sustentação do sistema produtivo local era a escravidão, pois os cativos representavam quase metade da população. O autor elaborou uma estrutura dos domicílios, dividindo-os conforme a composição dos membros dos diferentes fogos. Tomados todos os domicílios de São José, 41% apresentavam cativos. Se tomados exclusivamente os lares compostos por famílias nucleares, constata-se que 41% eram compostos por familiares e escravos e 13% eram mistos, com familiares, escravos e agregados<sup>293</sup>.

Os dados relativos a Porto Alegre são semelhantes. Em Porto Alegre, 60% dos fogos apresentavam escravos. Ao excluir o único domicílio formado apenas por escravos, verifica-se que 54% compunham-se de familiares e cativos e apenas 6% eram mistos. Isto é, se São José contava com uma maior participação de grandes unidades produtivas que conjugavam

---

<sup>292</sup> GARAVAGLIA, *Pastores y labradores...*, *idem* p. 80.

<sup>293</sup> MALAQUIAS, Carlos. *Trabalho, família e escravidão: pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do XIX*. Belo Horizonte: PPGH – UFMG, 2010. Dissertação de mestrado. p. 68.

trabalho escravo, familiar e de agregados, em Porto Alegre as pequenas propriedades baseadas apenas no trabalho familiar e escravo ocupavam maior espaço.

É necessário verificar em que medida a atividade produtiva condicionou a associação entre ciclo de vida dos produtores e o tamanho de suas posses escravas. Recordemos as contribuições de José Flávio Motta, apresentadas no capítulo 3. O autor concluiu que, se a agricultura de abastecimento do mercado interno permitia um lento acesso à propriedade escrava, os lucros da agricultura de exportação permitiam que um senhor possuísse uma escravaria de maior dimensão em um curto período. Assim, a expectativa é de que, em Porto Alegre, o aumento da posse escrava acompanhe a idade dos senhores.

Para avaliar a relação entre ciclo de vida e escravidão, apresentamos na próxima tabela, a quantidade de filhos e escravos ligados aos chefes de domicílio casados ou viúvos, de acordo com sua faixa etária.

**Tabela 38**  
**Número médio de filhos e escravos dos chefes de fogos casados ou viúvos, moradores da área rural, segundo faixas etárias, em Porto Alegre, 1782**

Idade do chefe de fogo	Total de chefes casados ou viúvos (#)	<u>Filhos</u>			<u>Escravos</u>		
		Chefes com filhos (#)	Filhos (#)	Núm. médio de filhos	Chefes com escravos (#)	Escravos (#)	Núm. médio de escravos
14  --  19	2	1	1	<b>1</b>	0	0	<b>0,0</b>
20  --  29	17	13	42	<b>3,2</b>	5	13	<b>2,6</b>
30  --  39	13	10	35	<b>3,5</b>	9	29	<b>3,2</b>
40  --  49	14	13	71	<b>5,5</b>	12	52	<b>4,3</b>
50  --  59	16	12	57	<b>4,8</b>	9	53	<b>5,9</b>
59 <	12	10	29	<b>2,9</b>	10	74	<b>7,4</b>

Obs.: as medianas de posse de escravos, a partir da casa dos 20 anos, são de, respectivamente, 1, 4, 3, 5 e 7 escravos.

Fonte: *RCPA de 1782*, AHCMPA.

Os dados desta tabela indicam que há um padrão de relacionamento entre ciclo de vida dos lavradores e o tamanho de suas famílias e posses de escravos. Em Porto Alegre, na década de 1780, ao longo da primeira década de casamento (na casa dos 20 anos), estes lavradores já se viam acompanhados por um número razoável de pequenos filhos, mas poucos possuíam algum escravo.

Com o passar do tempo, da faixa dos 30 aos 49 anos, crescem a média de filhos e de escravos, sempre com preponderância dos primeiros. A partir dos 50, pelo contrário, diminuía a média dos filhos. Isso porque, provavelmente, os filhos casavam e fundavam seus próprios lares. Mas a média dos escravos dos velhos chefes, por sua vez, continuava a crescer. Registre-se que, com o passar do tempo, maior era a participação dos senhores escravistas, com a única exceção da casa dos cinquenta anos.

À medida que os chefes de fogo envelheciam, mais pessoas estavam sob seu teto. Entre os 20 e os 39 anos, a soma das médias de familiares e dependentes (escravos e agregados) oscilou entre aproximadamente 6 e 7 indivíduos por chefe de fogo. Na faixa dos 40 anos, a média chegou a quase dez pessoas. Nas duas faixas posteriores, não foram inferiores à dezena.

Constata-se que o modelo de ciclo de vida camponês proposto por Chayanov, que não contava com a escravidão, não se ajusta ao ciclo de vida dos produtores escravistas locais<sup>294</sup>. Em primeiro lugar, verificou-se uma diminuição sensível da pressão dos consumidores (as crianças) sobre os produtores (os pais) nos primeiros anos de vida das famílias com alguns escravos, pois os jovens pais viam-se acompanhados por, pelo menos, um ou dois adultos na labuta diária. Em segundo lugar, a posse escrava permitia a anulação de um dos aspectos basilares do ciclo de vida camponês, qual seja, a diminuição do número de indivíduos e da própria capacidade produtiva dos domicílios, à medida que seus chefes envelheciam. Lembremos: a “decadência” demográfica dos lares camponeses com o envelhecimento do casal é outro elemento central do modelo de economia camponesa de Chayanov. A presença da escravidão, portanto, alterava o ciclo de vida dos produtores.

Por fim, avaliaremos a participação de livres e escravos adultos nos domicílios escravistas, conforme o tamanho das posses escravas. Leandro Andrade, em seu estudo sobre as unidades produtoras escravistas de Furquim (freguesia rural ligada à Mariana, Minas Gerais), no ano de 1821, constatou que a partir das posses com 3 escravos, a média de cativos era superior a de adultos livres. Para o autor, a existência de um pequeno número de escravos em uma unidade produtiva não significava que a mesma fosse camponesa, mas que poderia ser qualificada como pequena propriedade escrava. No entanto, tal avaliação torna-se difícil pela impossibilidade avaliar uma série de fatores, como o conjunto de crianças menores de 15 aptas ao trabalho, bem como a proporção de escravos doentes. Por isso, apesar da importância

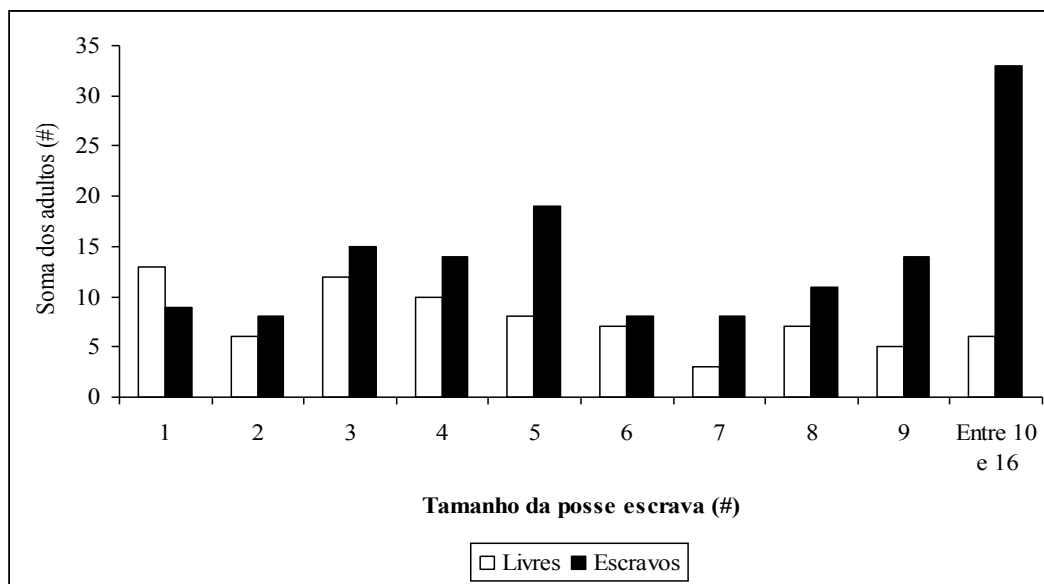
---

<sup>294</sup> Para Chayanov, a escravidão estava intimamente associada às *plantations* americanas. CHAYANOV, Alexander. “Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas”, In: SILVA, José Graziano da. & STOLCKE, Vera (Orgs.). *A questão agrária*. Brasília: Brasiliense, 1981. p. 134-163.

dos cativos na prosperidade de um domicílio, o autor considera que “não se pode definir com clareza quais os limites existentes, na estratificação, entre aqueles que detinham nenhum ou poucos escravos”. Carlos Malaquias, ao contabilizar a distribuição da população ativa de São José conforme o tamanho da posse escrava em 1795, constatou um resultado semelhante ao de Andrade, pois os escravos adultos predominavam sobre os livres a partir das posses com mais de 3 escravos, e conclui que até as posses com 10 escravos havia a tendência de mescla entre trabalho escravo e familiar<sup>295</sup>.

Para empreender análise semelhante, dividimos os fogos escravistas por faixas de posse. Para cada grupo formado, somamos os indivíduos livres e os escravos.

**Gráfico 12**  
**Distribuição (#) da mão-de-obra ativa (entre 15 e 44 anos) livre e escrava nos fogos escravistas rurais de Porto Alegre, conforme a quantidade de escravos dos fogos, em 1782**



Obs.: total de fogos com um cativo: 10; fogos com 2 cativos: 6; com 3 cativos: 6, com 4 cativos: 6; com 5 cativos: 6; com 6 cativos: 3; com 7 cativos: 2; com 8 cativos: 2; com 9 cativos: 3; com 10 a 16 cativos: 5.  
Fonte: RCPA, 1782, AHCMPA.

Os dados contidos no Gráfico em questão são deveras significativos. No conjunto dos domicílios que possuíam apenas um escravo, a soma de adultos livres superava a de escravos. Isto é, nos 10 domicílios deste grupo, somavam-se 13 indivíduos livres e 9 cativos. No entanto, nos conjuntos domicílios que possuíam entre 2 e 6 cativos, a soma dos escravos

<sup>295</sup> Os estudos são baseados em listas nominativas e róis de confessados. Ver ANDRADE, Leandro. *Senhor ou camponês? Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850*. Belo Horizonte: PPGH – UFMG, 2007. Dissertação de mestrado. p. 67; MALAQUIAS, *idem*. p. 61s.

adultos apresentava pequena vantagem em relação à soma de livres. Nas posses com 7 ou mais cativos, havia o predomínio incontestado de escravos<sup>296</sup>. Também pudera, pois, como vimos, quanto maior a posse dos escravos, mais antigo era o chefe domicílio e maior era o número de familiares idosos. Era, portanto, exclusivamente nas posses com um escravo que havia mais livres do que escravos em idade produtiva, realidade quase semelhante a das freguesias mineiras de Furquim e São José.

Não concordamos plenamente com a posição Andrade de considerar difícil a distinção entre pequenos proprietários de escravos e não-escravistas, pois a posse cativa significava, no mínimo, o acúmulo de algum pecúlio por parte do proprietário. Entretanto, é patente a dificuldade em comparar o peso do trabalho escravo em relação ao livre nas posses de menor dimensão, pois a diversidade de situações deveria ser a regra, especialmente no que diz respeito à saúde dos escravos dos senhores mais pobres<sup>297</sup>. Em tais domicílios, dependendo das mais variadas condições, os cativos ora complementavam, ora sobrepujavam, a mão-de-obra livre. Por isso, parece-nos mais adequado tratar o problema do trabalho escravo nas pequenas escravarias de maneira menos fragmentada e mais global. É preciso, pois, refletir sobre a forma de classificar um sistema produtivo que contasse concomitantemente com unidades produtivas exclusivamente familiares, com as majoritariamente escravistas e, por fim, com as que conciliavam ambas as formas de trabalho.

De modo geral, diferentes os autores tendem a caracterizar como camponesas as unidades produtivas formadas pela conjugação de trabalho familiar e escravo. Para Castro e Fragoso, bem como para Andrade, não há contradição na associação entre os dois termos. Ou, de maneira mais exata, demonstra-se algo bastante difícil precisar o momento no qual uma unidade produtiva familiar passaria de camponesa para pequeno-escravista ao fazer uso uns poucos escravos. São três as razões que nos levam a problematizar tal posição: a primeira, de ordem demográfica; a segunda, relativa à lógica de funcionamento das unidades produtivas; e a última, por fim, relacionada à organização da mão-de-obra no interior da família escravista.

Não apenas em Porto Alegre, como nas freguesias mineiras de Furquim e São José, constatou-se que somente nos domicílios com até 3 escravos a população adulta não ultrapassava, numericamente, a cativa. Se considerado apenas o caso da primeira freguesia, por nós estudada, verificamos ter sido a escravidão uma instituição amplamente disseminada na economia agrária, pois a maioria dos domicílios de lavradores contava com ao menos um

---

<sup>296</sup> Nas posses com dois cativos, o predomínio dos últimos se deve ao fato de que em dois dos seis domicílios havia chefes não mais adultos, mas idosos.

<sup>297</sup> Osório constatou, por exemplo, que entre os escravos adultos dos lavradores inventariados no Rio Grande de São Pedro, apenas 37% encontravam-se sem registro de doença.



escravo. Apesar de a média de escravos ter sido menor que a de familiares (conforme a Tabela 37), se tomada exclusivamente a população ativa, com idade entre 15 e 44 anos, constatamos que metade é formada por escravos (Gráfico 11). Assim, ao nível de sistema produtivo, a escravidão era disseminada e o trabalho escravo concorria de maneira equilibrada com o trabalho livre.

O segundo motivo de nossa argumentação diz respeito à lógica que presidia o funcionamento das unidades produtivas. Conforme argumenta Castro, a aquisição de escravos, no período anterior ao fim do tráfico, não levaria necessariamente à adoção de uma racionalidade empresarial por parte do senhor. Em nosso entender, a aquisição de cativos levava a uma maior importância na busca lucro por parte dos produtores, ao menos para pagar as dívidas contraídas junto ao setor mercantil. Pelo fato de os escravos serem comprados, em Porto Alegre, ao menos até a década de 1780, por meio do comprometimento de futuras colheitas, as famílias viam-se na obrigação não apenas de prover seu sustento como de produzir excedentes para pagar o comerciante<sup>298</sup>. A dívida obrigava o trabalho para além do necessário para a subsistência, de modo a implicar na introdução da categoria de *renda* na economia até então camponesa e na subordinação do setor produtivo ao capital mercantil<sup>299</sup>.

Em relação à organização da mão-de-obra doméstica, a terceira razão, não podemos ignorar o fato de a posse de um único escravo conferia um maior leque de estratégias disponíveis aos seus proprietários. Vejamos algumas considerações de Hebe de Castro. Para os pais solitários, cujos filhos se casaram, os escravos poderiam significar a continuidade da produção, quem sabe a um nível superior àquele da subsistência, impedindo a “decadência” do domicílio. Ao tratar das partilhas de escravos, durante a execução dos inventários, Castro defende que a posse de escravos permitia uma precoce dispersão do grupo familiar pela formação de novas unidades domésticas, sem que a capacidade produtiva do domicílio paterno visse-se prejudicada<sup>300</sup>.

Estes são, inegavelmente, alguns indícios de que havia novidades no funcionamento

---

<sup>298</sup> Na carta do comerciante Manuel Magalhães a Rainha Maria I, afirma-se que até a década de 1790 os agricultores podiam comprar fiado um escravo, com um prazo de um ou dois anos (MAGALHÃES, Manoel Antonio de. “Carta onde o autor expõe à rainha d. Maria I a situação de miséria em que se encontra a província do Rio Grande, com o contrabando feito pelos espanhóis próximo à costa. Narra os esforços realizados pelo seu governador. Porto Alegre, 01/02/1805”. Biblioteca Nacional, Coleção Linhares, MS 554(3) d87, p. 3v. p. 8). Tal informação se confirma com o referido inventário de Antão de Souza, que comprara uma escrava em duas parcelas de quase 60 mil réis, da qual ainda devia uma quando faleceu.

<sup>299</sup> José da Silva Martins, em sua obra *O Cativo da Terra*, entende a propriedade escrava como uma renda capitalizada, isto é, um valor pago antecipadamente a um traficante de escravos com vistas a um lucro futuro. O escravo, enquanto renda capitalizada, prometia um lucro vindouro e, ao mesmo tempo, funcionava como capital. Ver MARTINS, José. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 26ss.

<sup>300</sup> CASTRO, *As cores do silêncio...*, *idem*, p. 98.

de uma família trazidas com o aporte de poucos escravos. Por isso, os escravos não podem ser considerados *simples substitutos* dos filhos saídos de casa quando da reprodução dos núcleos familiares, como entende Castro. Antes, representavam um núcleo permanente de mão-de-obra que, salvo problemas de saúde, venda, fuga ou obtenção de alforria, permaneceria junto ao senhor até o falecimento de um dos dois<sup>301</sup>.

A escravidão não apenas permitia alterar as relações de trabalho doméstico, como se apresentava com um elemento constitutivo do projeto de vida dos chefes de fogo. Como vimos, havia uma relação intrínseca entre o tamanho da posse escrava e o ciclo de vida dos lavradores escravistas (ver a Tabela 38). O lavrador que, em um determinado momento de sua vida, possuísse um escravo, poderia se ver com seis ou sete após alguns anos. Com a introdução de um núcleo permanente de trabalho, o modelo de ciclo de vida camponesa de Chayanov, que pressupõe a “decadência demográfica” quando o chefe de fogo se torna idoso, é simplesmente rompido.

Nesse sentido, a ampla extensão da instituição da escravidão, associada ao domínio do capital mercantil, criou condições que tornaram a vida de pequenos produtores com acesso à posse escrava diferente daquela de sociedades rurais que pouco ou nenhum contato tiveram com o sistema escravista. Se havia, de fato, unidades camponesas (dependentes exclusivamente do trabalho familiar ou contando com o trabalho *secundário* de um escravo), o sistema de produção rural de Porto Alegre – isto é, o conjunto dos produtores, sua organização social, as formas de arregimentação da mão-de-obra e os tipos de relacionamento estabelecidos com o capital mercantil – não o era. O agro de Porto Alegre não pode ser classificado de camponês.

Sugerimos, aqui, a expressão de *economia familiar-escravista*, de modo a evitar os problemas teóricos ocasionados pelo uso do conceito de camponês. Tal categoria daria conta das peculiaridades próprias de um sistema de produção que, ao contar com poucos empreendimentos escravistas plenamente empresariais, apresenta ampla participação de produtores razoavelmente interligados às redes mercantis e que contavam com um núcleo de trabalhadores permanentes com o duplo papel de mão-de-obra e de capital. No caso, os escravos, que ora complementavam, ora sobrepujavam o trabalho livre. Ressalte-se que a existência desse núcleo permanente de trabalho teria implicações significativas no funcionamento da unidade produtiva, como diminuir a pressão do trabalho para satisfação das

---

<sup>301</sup> GELMAN, Jorge. Sobre esclavos, pones gauchos y campesinos: el trabajo y los trabajadores em uma estancia colonial rioplatense. In SANTAMARIA, Daniel et al. *Estructuras sociales y mentalidades em America Latina. Siglos XVIII y XVIII*. Buenos Aires: Fundación Simon Rodríguez, Editorial Biblos, 1990. p. 241-279, aqui, p. 253.

necessidades materiais, aumentar as possibilidades de produção de excedentes, bem como alterar o estatuto social da família que os possuísse.

A partir dos dados relativos a Porto Alegre, pode-se refletir sobre o funcionamento da escravidão na produção agrária do Rio Grande de São Pedro. Como vimos, Osório defende que o trabalho familiar se sobrepunha numericamente ao cativo nas pequenas posses escravistas. Conforme já comentamos, há dificuldades em comparar nossos resultados com os de Osório, pois a autora utiliza-se de inventários para dimensionar o tamanho das famílias. É possível supor que o número de familiares esteja sobre-representado nesta fonte devido ao arrolamento dos filhos casados dos inventariados, de modo a impossibilitar uma comparação mais precisa. Frente ao universo ora pesquisado, demonstramos que nas pequenas unidades produtivas escravistas o trabalho escravo concorria de maneira no mínimo equilibrada com o livre.

Em relação ao trabalho de Danilevicz, sobre o agro de Viamão, o fato de o autor não apresentar a idade dos membros das famílias dos produtores pesquisados não permite determinar a participação dos indivíduos em faixa etária produtiva entre livres e escravos. Nesse caso, consideremos a constatação do autor de que os escravos de Viamão apresentavam uma parcela maior de adultos em sua população que os livres<sup>302</sup>. Partindo desse pressuposto, podemos levantar a hipótese de que também em Viamão, como em Porto Alegre, as famílias possuidoras de pequenas escravarias apresentassem muitos filhos menores de quinze anos e razoável proporcionalidade entre o número de livres e de escravos adultos. Ainda que os escravos fossem a minoria em inúmeros domicílios, em conjunto, deveriam representar parte expressiva da população ativa.

## **Conclusão**

Nas duas últimas décadas do século XVIII, a estrutura agrária de Porto Alegre encontrava-se estabilizada e caracterizava-se pelo predomínio numérico de pequenas propriedades de terras. No entanto, a maior parcela do território agrário era formado por algumas poucas propriedades, em sua maioria, pertencentes a um conjunto de famílias interligadas entre si. Ao ser somado o fato de que metade destas terras fora obtida por meio de

---

<sup>302</sup> Segundo o *rol de confessados* de Viamão de 1781, se quase 9% dos livres possuíam até nove anos, entre os escravos esse valor não chegava a 5% (salienta-se que não há registro para as crianças com seis anos ou menos). Os indivíduos com idade entre 10 e 29 anos eram 49% dos livres, enquanto este índice chegou a 65% entre os escravos. Como o autor usa faixas etárias decenais, não é possível excluir as crianças do computo dos adultos, o que significa que a participação dos adultos entre os livres está levemente sobre-representada. Ver DANILEVICZ, *idem*, p. 19ss.

desembolso monetário, concluí-se que havia expressiva concentração fundiária e sérias dificuldades no acesso à propriedade de terras.

Os produtores de Porto Alegre eram todos lavradores, possuidores de pequenos rebanhos, com apenas uma exceção em 1797. No *Mapa de produção* de 1780, a produção de mantimentos para o auto-consumo e para o mercado local sobrepunha-se ao da produção de trigo. Nos outros três *Mapas* dessa década, a produção de trigo foi decrescente. Sem dúvida, a venda deste último produto foi particularmente importante no período, visto que era a principal fonte de entrada de divisas e meio de obtenção de créditos. No entanto, parece-nos sustentável a hipótese de que produção para o mercado local tenha representado um papel cada vez mais relevante, senão, predominante.

Verificamos, também, que ocorreu um processo de especialização das atividades produtivas em Porto Alegre, especialmente ao longo dos anos de 1790. Enquanto os rebanhos de reses viram-se diminuídos entre 1784 e 1797 e apenas dois proprietários passaram a deter um terço do total, os rebanhos de bois mais do que dobraram de tamanho. Em vista do tamanho limitado das terras possuídas pela maioria dos lavradores e da dinâmica dos mercados de mantimentos, é muito provável serem tais alterações uma resposta dos lavradores às novas conjunturas de mercado. Alterações estas que poderiam ter proporcionado o aumento da extensão de terra necessária ao cultivo de bens agrários em detrimentos da cria do gado, mas de modo a evitar que o decréscimo dos rebanhos prejudicasse a manutenção das lavouras.

Em Porto Alegre, pelo menos metade da população adulta da área rural era composta por escravos. Mesmo que houvesse uma série de domicílios em que estes fossem um complemento à mão-de-obra livre, em termos de sistema produtivo, a escravidão era tão importante quanto o trabalho familiar. A importância da escravidão residia, também, no fato de servir como um parâmetro para distinguir os homens livres entre si: de um lado, os senhores mais jovens ou sem muitos recursos, que tinham poucos escravos e, de outro, os proprietários idosos mais afortunados acompanhados por número não desprezível de cativos. Devido à participação relativamente equilibrada entre a mão-de-obra livre e escrava, sugere-se que o sistema produtivo local deve ser qualificado como familiar-escravista, pois seu funcionamento dependia tanto de um quanto de outro elemento. Estes e outros aspectos serão aprofundados no capítulo seguinte.

## Capítulo 5

### As estratégias sociais dos lavradores de Porto Alegre

No capítulo anterior, o objeto de análise privilegiado foi o núcleo doméstico. Tal alternativa permitiu-nos verificar o nível de dispersão e concentração de recursos, especificamente, terras, escravos e rebanhos. Estudamos, também, a composição destes domicílios conforme a relação dos indivíduos com os chefes de fogo. No entanto, como ensina-nos Giovanni Levi em sua *A herança imaterial*, o estudo sobre estratificação social não pode se restringir à constituição dos bens, mas, deve dirigir sua atenção também às estratégias familiares que ligavam membros de uma família extensa. No entender do autor, é o conjunto de estratégias disponíveis a cada família que constituem o núcleo dos processos de diferenciação social.

O acompanhamento do comportamento dos componentes de uma família permite a compreensão dos mecanismos vitais que garantem a sobrevivência, a manutenção da propriedade e a reprodução do grupo. Segundo Levi, as estratégias familiares dos camponeses do Piemonte do século XVII estavam baseadas no esforço de aumentar as possibilidades de previsão do futuro, de garantir a segurança do grupo frente às adversidades do porvir e de preservar o *status* social ao longo das gerações. Mais do que simplesmente preservar e aumentar os bens materiais ou atender às necessidades biológicas da família, o que estava em jogo era principalmente o controle sobre o ambiente social e natural<sup>303</sup>.

As análises de Levi, neste sentido, servem-nos como uma inspiração para pensar as estratégias familiares dos lavradores de Porto Alegre, no último quartel do século XVIII. Nesta oportunidade, daremos foco às relações estabelecidas entre os núcleos familiares não co-residentes da localidade, com frequência vizinhos entre si. Reconstituímos as relações familiares de parte expressiva chefes de fogo para tentar resolver o seguinte problema: como podemos caracterizar as relações entre a primeira geração de lavradores (de agora em diante denominados *povoadores*) e seus filhos. Desejamos, igualmente, avaliar as tendências de alianças entre as famílias.

O ponto de partida para a pesquisa nominal foi estabelecer uma lista dos primeiros povoadores da área rural da freguesia. Isto se tornou possível por meio do cruzamento dos dados constantes da *Relação de moradores de 1784*, no *Registro de datas de terras passadas*

---

<sup>303</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 96ss.

aos casais<sup>304</sup> e no *Rol de confessados* de 1782<sup>305</sup>. Após estabelecer uma relação dos moradores mais antigos da localidade que se mantiveram dedicados à agricultura, partimos para a segunda parte da pesquisa, na qual procuramos pelos filhos destes povoadores nos livros de batismo e de casamento. Terminada esta segunda etapa do procedimento, concluímos a pesquisa ao tentar identificar o conjunto de pais e filhos nos *Róis de confessados* para avaliar a posse cativa dos mesmos, pressupondo que esta propriedade é um indicador seguro de riqueza.

Nosso banco de dados foi formado da seguinte maneira: para cada casamento de um filho ou filha de um povoador foi criado um registro, em que consta o nome do povoador, o nome de cada um dos noivos e o nome do sogro do filho do povoador. Associamos, para cada nome, sua respectiva posse escrava, caso o indivíduo fosse encontrado nos *róis de confessados*. A referência para o cômputo de cada casal é o chefe de fogo, os quais foram divididos entre filhos e genros dos povoadores.

Alguns indivíduos ficaram de fora do nosso arrolamento. Dentre eles, os dos povoadores que receberam datas de terras, mas que delas se desfizeram para residir na área urbana de Porto Alegre; indivíduos listados como lavradores, presentes nos *Róis de confessados*, mas dos quais não encontramos parente algum na mesma fonte; por fim, alguns casos dos quais não tivemos segurança no reconhecimento do nome.

Entre povoadores, seus filhos, genros e sogros dos filhos, somam-se 74 núcleos familiares. São 22 casais de povoadores da região ocupados com a agricultura, 42 casais em que ao menos um dos cônjuges descende destes povoadores e 10 casais de sogros não incluídos entre os povoadores iniciais que se mantiveram lavradores. Em geral, estes sogros são moradores da área urbana de Porto Alegre. Ora, se apenas 8 dessas 74 famílias não estavam ligadas às atividades agrárias e se na *Relação de moradores* de 1784 registram-se 89 núcleos familiares, então o conjunto de dados disponíveis é, sim, representativo das dinâmicas sociais agora estudadas.

Na tabela abaixo, apresentamos uma visão panorâmica das relações entre laços familiares, propriedade e prestígio. Ao observar as ligações entre os primeiros povoadores, seus filhos, genros e os sogros de seus filhos, utilizamos a posse escrava como um parâmetro para verificar a ocorrência ou não de padrões no estabelecimento de casamentos. Na tabela

---

<sup>304</sup> *Registro de datas de terras passadas aos casais – Porto dos Casais*. AHRS, F1231.

<sup>305</sup> O *Registro de datas de terras* permitiu identificar os indivíduos que receberam as datas” originais. A *Relação de moradores* permitiu identificar os recebedores de datas que se mantiveram na agricultura. O *rol* permitiu identificar os mais velhos moradores da localidade por meio do recorte etário dos indivíduos com mais de 44 anos. Em geral, os lavradores mais antigos se encontravam nas três fontes.

seguinte, apresentamos as razões de escravistas entre os familiares (filhos, genros e sogros dos filhos) dos primeiros povoadores, distribuídos conforme o tamanho da posse escrava, sendo que foram considerados apenas os indivíduos encontrados nos róis de confessados e dos quais obtivemos a informação relativa à posse escrava. Como o universo de dados é de pequena dimensão, preferimos calcular a participação de escravistas não pelo uso de porcentagem, mas pelo cômputo da razão de escravistas para cada 10 familiares.

**Tabela 39**  
**Razão de escravistas entre os familiares dos primeiros povoadores da área rural de Porto Alegre, conforme tamanho da posse escrava, início da década de 1780**

Posse escrava dos primeiros povoadores	Filhos escravistas	Genros escravistas	Sogros dos filhos escravistas
10 ou mais	7,5	10,0	10,0
Entre 7 e 9	-	-	-
Entre 1 e 6	5,0	4,4	8,3
Sem escravos	3,6	1,0	6,3

Obs.: (1) Resultados multiplicados por 10.

(2) Total dos primeiros povoadores com 10 ou mais escravos: 4 indivíduos; total com 1 a 6 escravos: 10 indivíduos; total de não-escravistas: 6 indivíduos.

Fontes: Fontes: Registro de datas de terras passadas aos casais – Porto dos Casais. AHRS, F1231; *RCPA* 1779-1782, 1790 e 1792; *RM* de 1784; 1º, 2º, 3º e 4º livros de batismo de Viamão, AHCMPA; 1º e 2º *LBPA*, AHCMPA; Primeiro e segundo livro de casamentos de Porto Alegre, AHCMPA.

A partir dos dados apresentados nesta tabela, podemos verificar a associação entre o tamanho da propriedade de escravos dos primeiros povoadores e a posse (ou não) de escravos por parte dos familiares: quanto maior a posse escrava, maior a participação de familiares escravistas. Entre os povoadores possuidores de 10 ou mais cativos, praticamente todos os filhos e genros eram escravistas<sup>306</sup>, assim como todos os sogros. Entre os lavradores com posses de escravos menores, 5 a cada 10 filhos e 4,4 a cada 10 genros possuíam escravos, enquanto a maioria dos sogros também o era. Entre os povoadores sem escravos, por fim, pouquíssimos eram senhores, ainda que a participação dos sogros escravistas não seja desprezível. Portanto, a reprodução das famílias dos maiores escravistas levava à geração de novos domicílios escravistas, enquanto os detentores de propriedades menores encontravam maior dificuldade em fazer com que os domicílios de seus filhos e filhas contassem com a presença de um cativo.

Percebe-se a existência de uma verdadeira clivagem não apenas econômica como,

<sup>306</sup> Os dois únicos filhos que não possuíam cativos nos *Róis* dos anos de 1780 constam como senhores nos da década seguinte.

também, social entre os lavradores de Porto Alegre do período colonial: as famílias escravistas tendiam a ligar-se a outras igualmente possuidoras de escravos. Confirma-se, pois, nosso argumento relativo às imprecisões presentes na análise de Fernando Henrique Cardoso. Não somente havia diferenças entre as riquezas como, o que seria esperado, esta mesma diferença fazia parte dos cálculos limitados dos agentes aqui envolvidos na escolha dos cônjuges. Assim, as estratégias envolvendo patrimônio e ligações familiares foram fundamentais na formação de uma estratificação social relativamente estável.

Em um mundo de recursos desigualmente distribuídos, a escolha do cônjuge era um elemento essencial na obtenção de êxito das estratégias familiares. Como afirma Carlos Bacellar, referindo-se aos filhos da elite do Oeste paulista, cada cônjuge “carregava consigo um patrimônio econômico, político ou social, herdado dos pais, e que não poderia ser dispersado, mas sim acrescido a outro, pelo matrimônio”<sup>307</sup>. O esforço em casar-se com indivíduos cuja família se destacasse economicamente foi, também em Porto Alegre, um mecanismo importante para a reprodução do patrimônio de uma pequena parcela de lavradores possuidores de parte significativa dos recursos agrários, auxiliados por um número relevante de cativos. Tal esforço propiciou que estes lavradores formassem um grupo socialmente “destacado”, que se tornou relativamente fechado graças às práticas de seleção dos noivos.

Tivemos a possibilidade de montar as redes sociais formadas entre os primeiros povoadores por meio do casamento de seus filhos, redes estas que são muito significativas para apreender outros aspectos dessa sociedade. Conforme Zacarias Moutoukias, o estudo da estrutura interna das redes sociais abre uma perspectiva enriquecedora ao estudo da história, ao ajudar na compreensão da racionalidade e do comportamento dos agentes<sup>308</sup>.

Constatamos a existência de três grandes redes sociais de povoadores formadas a partir dos casamentos de seus filhos. Uma delas é nucleada pelos irmãos **Manuel de Ávila de Souza** e Antônio de Ávila Machado. Esta rede tem uma localização geográfica particular, pois a maioria de seus membros morava na região mais ao sul da paróquia. Dos nove envolvidos, todos são escravistas, sendo que quatro possuem entre 5 e 8 cativos e dois estão entre os maiores proprietários, com dez ou mais cativos. Nesta rede incluem-se casais açorianos que receberam datas de terra, como Antônio Munis Leite, Francisco José Flores e Manuel Gonçalves de Araújo.

---

<sup>307</sup> BACELLAR, C. *Os senhores da terra*. Campinas: CMU / Unicamp, 1997. p. 91

<sup>308</sup> MOUTOUKIAS, Zacarias. “Narración y análisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica.” In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA –IEHS, 1995. pp. 221-241. Aqui, p. 222.



Entre os casais açorianos que receberam datas de terras e nelas permaneceram, formaram-se dois conjuntos de redes de povoadores. A primeira é formada por dois grupos menores, interligados entre si. **Manuel de Souza Barros** (senhor de 11 cativos) possuía como sogro de seus filhos Pedro Gomes (proprietário de 2 cativos), João de Souza Machado (5 cativos) e Francisco Furtado (3 cativos). **Manuel Gomes da Rocha** (não-proprietário de cativos), por sua vez, tinha por sogro de seus filhos o já referido João de Souza Machado (5), assim como Anacleto Correia Viegas (sem cativos), Ventura Pimentel (5 cativos), João da Cunha (2 escravos) e, por fim, Manuel Garcia Tavares (6 cativos). Estes dois grupos menores ligavam-se por meio de João de Souza Machado e, em conjunto, a maioria dos indivíduos aqui listados era possuidora de cativos.

A segunda rede formada entre os primeiros povoadores açorianos é composta pela imbricação de três grupos menores. **Antônio Pereira Nunes** (sem escravos) tinha por sogros de seus filhos Antão Pereira (6 escravos), Manuel Rodrigues Pimentel (sem escravos), Manuel Silveira Gonçalves (0 escravos) e José Pereira Garcia (2 escravos). **Antonio da Rosa** (sem escravos) tinha por sogros de seus filhos Manuel Garcia Tavares (com 6 escravos), Antônio Silveira (sem escravos) e o já referido José Pereira Garcia (2 escravos). Por fim, **José Silveira Pereira** (5 escravos) possuía por sogros de seus filhos os já referidos Manuel Silveira Gonçalves (ligado a Antônio Pereira Nunes) e Antônio Silveira Pereira (ligado a Antônio da Rosa). Constatou-se que nesta rede a maioria dos povoadores e sogros de seus filhos não era escravista.

Verifica-se que as duas redes formadas pelos casais açorianos diferenciavam-se pela maior ou menor participação de senhores escravistas. No entanto, ambas estavam interligadas pelo casamento dos filhos de Manuel Garcia Tavares, os quais tiveram por sogros tanto a Manuel Gomes da Rocha (da primeira rede) e Antônio da Rosa (da segunda rede). Assim, no seio das redes formadas majoritariamente pelos casais açorianos que receberam datas de terras, constatamos não uma separação entre as famílias, mas uma nítida distinção entre os mais afortunados e aqueles com modestos patrimônios. Salientamos: essa fortuna a qual nos referimos não diz respeito apenas aos recursos materiais, mas também aos sociais e simbólicos.

Tal aspecto é apreendido quando atentamos para as famílias ligadas a de Manuel de Ávila de Souza via matrimônio. Uma de suas filhas casou-se com o vizinho, o capitão José Rodrigues Martins, filho de Dionísio Rodrigues Mendes, um dos possuidores das três primeiras grandes propriedades que formaram Porto Alegre. Outro filho, por sua vez, casou-se com a filha de José Fernandes Petim, rico produtor cujas terras ficavam do outro lado do lago

Guaíba e que era casado com a filha de Jerônimo de Ornelas, o proprietário original da sesmaria distribuída entre os casais açorianos.

Deste modo, percebemos que Manuel de Ávila não herdou apenas uma grande propriedade fundiária e alguns escravos. Adquiriu também um patrimônio imaterial extremamente cobiçado: o *status* social do antigo proprietário, seu compadre. De imigrante açoriano, passou a fazer parte do mundo da elite agrária da região. Por isso, o que estava em jogo quando seus filhos se casaram não era apenas a manutenção das propriedades de terras ou o aumento dos rendimentos oriundos da produção, mas, especialmente a preservação do *status* alcançado por sua família.

Encontramo-nos, pois, diante de uma sociedade na qual a escravidão servia como um parâmetro da qualidade dos homens livres. Em vista do generalizado fracasso que muitas famílias de ilhéus encontraram no Novo Mundo, possuir escravos não significava apenas dispor de mais mãos para o trabalho, mas também demonstrava a capacidade em vencer os obstáculos posteriores à travessia do Atlântico, relacionar-se bem e demonstrar força para enfrentar o porvir. Os ilhéus apropriaram-se bem dos mecanismos e dos valores comuns à América portuguesa e, a partir deles, construíram suas vidas.

## **O sair de casa**

Casar e formar um domicílio próprio são momentos críticos na reprodução de qualquer grupo familiar. Ao envolver toda a família, implica na elaboração de estratégias para que o novo casal possa levar uma vida independente e criar os filhos. É uma situação, também, que sela alianças ao congregar o interesse dos envolvidos. No entanto, cada grupo ou estrato social tem acesso a diferentes tipos de estratégias, conforme os recursos disponíveis, os interesses e objetivos em jogo, bem como devido à conjuntura vivida por cada família.

As contribuições de Carlos Bacellar são elucidativas a este respeito. O autor dedicou-se ao estudo das famílias da elite do Oeste paulista e da população de Sorocaba, no período colonial e no início do Império. Ao avaliar a idade ao primeiro casamento destas populações, o autor agregou força à hipótese de que há correlação entre idade ao primeiro casamento com a atividade econômica e o grupo social de origem dos cônjuges.

Entre os homens das famílias da elite do Oeste paulista, Bacellar encontrou a média de idade ao primeiro casamento de 27,7 anos, e, para a população de Sorocaba, o resultado foi de 24,7 anos. Entre os filhos da elite, a demora masculina se devia à necessidade de consolidação prévia de um patrimônio, em geral ligado às atividades açucareiras, que viesse a

garantir um bom casamento. Já a população sorocabana, envolvida com a pequena agricultura, com o tropeirismo e com o artesanato, desfrutando de um nível de vida muito modesto, teria menores exigências para montar um novo domicílio<sup>309</sup>.

Em Porto Alegre, a idade de saída dos jovens da casa paterna se aproxima daquela dos de Sorocaba, pois são pouquíssimos os filhos com mais de vinte anos a residir com o pai. Esta constatação, neste sentido, pode encontrar sua explicação na dita hipótese de que a idade de saída de casa dos jovens esteja relacionada aos fatores econômicos e sociais característicos de seus grupos de origem.

Mas há ainda outras questões atinentes ao assunto que estão intimamente associadas à origem dos jovens casais. O que interessa neste tópico diz respeito, mais precisamente, ao leque de alternativas disponíveis para se constituir um novo núcleo familiar. Quem podia sair de casa e adquirir um pedaço de terra? Para os que não poderiam, qual a diferença entre arranchar-se, agregar-se ou viver a favor nas terras de outro? São estas e outras questões que tentaremos responder.

Segundo Helen Osório, viver “a favor” era uma forma de acesso predominantemente utilizada entre lavradores, pois foram encontrados 98 casos neste grupo ocupacional, contra 14 entre criadores e “criadores e lavradores” em conjunto. Além disso, este expediente para acessar à terra dependia das relações familiares, pois metade dos 157 produtores que “viviam a favor” o fazia junto a parentes, em geral pais ou sogros. Para a autora, estes eram sinais das dificuldades enfrentadas pelos pequenos lavradores em obter para si um pedaço de terra, o que obrigava a viver em terras de outrem<sup>310</sup>.

Nas *Relações de moradores*, há registros dos dependentes dos lavradores de Porto Alegre. Na *Relação de 1784*, encontramos 6 “agregados” e 9 “arranchados”; na de 1797, são 7 “agregados” e 16 que vivem “a favor”. A expressão “arranchado” encontra-se nos borradores da *Relação de moradores* de 1784, mas não consta na *Relação* enviada ao Rio de Janeiro. Em realidade, como logo demonstraremos, estas expressões são sinônimas.

Em Porto Alegre, os dependentes (agregados e os que vivem “a favor”) também eram aparentados frequentemente os proprietários. Na *Relação* de 1784, 10 dos 15 dependentes encontravam-se em terras de pais, sogros ou de padraços, enquanto que na *Relação* de 1797 pelo menos 11 de 23 moravam junto ao pai, sogro ou irmão, contabilizando-se mais 2 casos dúbios. Em ambos os períodos, filhos e genros são parte expressiva dos

---

<sup>309</sup> BACELLAR, *idem*, p. 62; BACELLAR, Carlos. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: FAPESP, Annablume, 2001. p. 55ss.

<sup>310</sup> OSÓRIO, Helen. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 93-100.

dependentes, mas em 1797 parece ter aumentado de maneira expressiva a participação de indivíduos desligados da família dos proprietários de terras. Provavelmente em vista da estabilidade da estrutura fundiária verificada na freguesia e da possível dificuldade no acesso a novos escravos, a situação tornara-se propícia tanto para os jovens produtores sem terra como aos proprietários desejosos de ampliar suas atividades.

Por princípio, o agregado é o sujeito que vive na propriedade de um terceiro devido à falta de recursos; já o arranchado constante na *Relação* de 1784, como o próprio nome indica, parece ser o possuidor de um rancho, uma casa rústica. Esta diferença se confirma quando comparamos estas categorias com as da *Relação* de 1797, pois dos 16 indivíduos arrolados nesta última fonte como vivendo “a favor”, 14 possuíam uma casa entre as bem-feitorias. Isto é, os termos “arranchado” e “vive a favor” dizem respeito ao produtor que, sem possuir terras próprias, morava em casa própria, independente do proprietário. Há possibilidade, pois, de este tipo de relação ser semelhante às *situações* encontradas em Capivari, estudadas por Hebe Mattos<sup>311</sup>.

Havia também distinções patrimoniais entre agregados e os que viviam “a favor”. Os agregados de 1784 possuíam lavoura, com apenas uma exceção, além de pequenos rebanhos de reses e éguas. Dos 6 agregados, 3 residiam junto ao pai, ao padraсто ou ao sogro. Os arranchados, por sua vez, não possuíam lavouras (novamente, com uma exceção), mas, por outro lado, possuíam rebanhos maiores que o dos agregados. Além disso, detinham não apenas reses e éguas, como, inclusive, bois e cavalos. Dos 9 arranchados, somente 2 não moravam nas terras de pai ou sogro. Neste sentido, mesmo que não possuíssem lavouras próprias, os arranchados, com seus animais e sua casa, demonstravam maior independência em relação à economia do proprietário fundiário.

Na *Relação de 1797*, os agregados possuíam poucos recursos, e nunca lavouras. Dos 7 agregados, 3 não apresentavam bens relacionados. Apenas 3 possuíam alguns poucos animais e 2 possuíam carros, sendo que um destes estava entre os proprietários dos pequenos rebanhos. Apenas um possuía escravo. Entre os 16 que viviam “a favor”, 7 possuíam lavoura própria; com 2 exceções, todos possuíam casa; alguns apresentavam carros, currais e arvoredos entre as benfeitorias; 10 eram senhores de escravos; apenas quatro não possuíam qualquer animal. Novamente, o morador “a favor” (termo sinônimo de “arranchado”) aparentava possuir maior independência em relação ao proprietário da terra.

A figura do agregado, entretanto, não pode ser resumida a de um simples

---

<sup>311</sup> CASTRO, Hebe Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009. p. 87ss

dependente. Um caso específico pode trazer úteis informações para tornar mais complexa esta análise. Custódio Pereira aparece na *Relação* de 1784 como agregado junto ao seu pai, Antão Pereira. Já na *Relação* de 1797, Custódio é relacionado como o herdeiro de um quarto de légua de terras, com rebanho superior ao que apresentou na *Relação* anterior, especialmente por agora possuir doze cabeças de bois, bens não possuídos anteriormente.

Neste caso, se Custódio era um agregado, ele representava uma peça importante da organização de sua família. Provavelmente, este filho era o companheiro do pai nas labutas diárias. É de suspeitar-se também que tenha assumido a posição de chefe do domicílio quando seu pai já não o conseguisse por força da idade. Confirma esta pressuposição é o fato de, apesar de possuir mais três irmãos, Custódio ser registrado como o único herdeiro das terras. Assim, este caso ensina-nos que o agregado poderia também ser o filho apto a tomar a frente do domicílio quando o pai já não o pudesse. O agregar-se, em algumas situações, como a da família de Custódio, era um mecanismo intrínseco ao processo de reprodução dos lares dos produtores rurais.

Antônio José de Souza apresentava uma posse de terras na *Relação de moradores* de 1784. Na *Relação* seguinte, aparece como agregado de seu pai, o já conhecido Manuel de Ávila de Souza, e suas terras constam como compradas por outro indivíduo. A posse da terra por parte do jovem chefe de família, neste caso, não era uma prioridade, já que optou pela venda da mesma e o agregar-se junto ao pai. Não podemos deixar de suspeitar que Antônio José tivesse assumido o mesmo papel de Custódio Pereira no interior de sua família, de provável herdeiro da condição de chefe de família.

De modo a reforçar a hipótese do papel de alguns agregados como prováveis substitutos do chefe do domicílio, é preciso lembrar que o próprio pai de Antônio José de Souza, Manuel de Ávila de Souza, era compadre e *agregado* junto a Sebastião Francisco Chaves<sup>312</sup>. Neste caso, o caráter subordinado da relação – tanto afetiva quanto produtiva – condicionou a aceitação de Manuel de Ávila enquanto herdeiro de um dos três primeiros proprietários de terra da região.

A partir destas constatações, defendemos que agregar-se e o viver “a favor”, apesar de suas diferenças, eram formas distintas de organização dos núcleos de uma família extensa. O agregado era um dependente, com poucas posses próprias. Mas, em alguns casos, estava preparado para ser o chefe da casa quando da velhice ou ausência do pai. O que vivia “a favor”, por sua vez, possuía não só seus animais e suas lavouras, como também suas

---

<sup>312</sup> ANRJ, códice 104, vol. 7, p. 16.

benfeitorias. De modo especial, possuía sua casa, seu rancho próprio. Sua condição tornava-o relativamente mais independente, mas ainda vivia na órbita da economia do pai ou sogro. Desta forma, o “agregar-se” ou o viver “a favor” eram formas de organizar os filhos e coordenar a mão-de-obra no interior de uma família extensa.

Fica uma questão: estes procedimentos eram comuns a todos os filhos dos lavradores locais ou havia diferenças conforme grupos sociais? Para responder a esta pergunta, procuramos nos *Róis de confessados* pelos proprietários de terras constantes na *Relação de moradores* que acolheram agregados e arranchados, para avaliar suas posses cativas. Encontramos 9 dos 15 proprietários da *Relação* de 1784, dos quais apenas 3 possuíam escravos. Dos 6 não-escravistas, todos acolheram arranchados. Da *Relação* de 1797, encontramos nos *Róis* 15 dos 23 proprietários com dependentes. Destes, apenas 4 possuíam cativos. Dos 11 não-escravistas, 6 acolheram arranchados e 5, agregados. Ao lembrar o fato de os lavradores não-escravistas representarem a menor parte dos produtores (como vimos no quarto capítulo), constata-se que o agregar-se e o viver “a favor” era estratégias mais comuns aos os lavradores mais empobrecidos.

Quando procurados os filhos e genros dos maiores proprietários escravistas, aqueles com 10 ou mais cativos, o resultado encontrado é o seguinte: pelo menos 3 possuíam datas concedidas; pelo menos 6 compraram suas propriedades, sendo que dois deles também possuíam datas concedidas; um recebeu sua propriedade em dote; 2, por herança; e o último, por fim, é o filho de Manuel de Ávila, registrado ora como posseiro, ora como agregado de seu pai.

Os filhos dos primeiros povoadores que chegaram ainda crianças no Rio Grande, ou quando nascidos nos primeiros anos após o desembarque nas praias do Guaíba, eram adultos quando as datas foram distribuídas a partir de 1772 e puderam recebê-las. Outros filhos, por sua vez, tiveram condições de adquirir pela compra uma propriedade de terras. Um, ainda, recebeu suas terras como dote, algo que era raro então<sup>313</sup>. Assim sendo, aos filhos e genros dos primeiros povoadores mais afortunados havia a alternativa de comprar um pedaço de terras para iniciar sua vida independente.

Deste modo, tanto os chefes com mais afortunados como aqueles com posses modestas aceitaram agregados e arranchados em suas terras, algumas vezes seus filhos ou genros. Manuel de Ávila e Alexandre da Costa, dois dos maiores senhores escravistas do agro de Porto Alegre, os possuíam. No entanto, eram aos filhos destes maiores lavradores que

---

<sup>313</sup> Osório encontrou apenas 48 casos de dotes, de um universo de 1824 formas de acesso à terra. Ver OSÓRIO, *idem*, p. 93.

estavam disponíveis as melhores condições para adquirir o próprio pedaço de terra. Especialmente porque sua saída não acarretaria em prejuízos aos seus pais, os quais continuariam a contar com o apoio do núcleo de escravos.

Por outro lado, o agregar-se e o arranchar-se (ou viver “a favor”) eram alternativas mais comuns aos filhos dos chefes de família que não possuíam escravos. Isso se devia não exclusivamente à dificuldade em acessar novas propriedades, como corretamente argumentou Osório, mas também ao fato de que a perda do braço filial poderia resultar como desastrosa para a economia doméstica dos lavradores não possuidores de escravos. O agregar-se e o viver “a favor” caracterizavam-se, portanto, como estratégias de vida camponesa. Eram formas de organização da força de trabalho utilizadas preferencialmente por grupos familiares não-escravistas.

### **A propriedade das famílias não co-residentes**

Em vista do papel das redes familiares dos lavradores de Porto Alegre do século XVIII, é necessário analisar as propriedades tomando por marco a associação das famílias não co-residentes. Neste momento, nosso interesse voltar-se-á especificamente para as três mais afortunadas famílias dos lavradores locais, aquelas cujos patriarcas possuíam 10 ou mais escravos. São elas as famílias de Manuel de Ávila de Souza, Alexandre da Costa Luis e Manuel de Souza Barros.

Na tabela abaixo apresentamos a percentagem possuída pelas três famílias em relação ao total de escravos, reses e bois arrolados na *Relação de moradores de 1797*. Foram considerados apenas os bens dos patriarcas, de seus filhos e genros.

**Tabela 40**  
**Posse das famílias dos primeiros povoadores com maiores posses escravistas, incluindo seus filhos e genros, em relação ao montante total de bens, em Porto Alegre, 1797**

	Chefes de fogo listados (%)	Cativos (%)	Reses (%)	Bois (%)
Manuel de Ávila de Souza	3,1	11,0	20,9	6,7
Alexandre da Costa Luis	2,3	6,9	2,8	2,4
Manuel de Souza Barros	3,1	6,6	6,7	11,8
Total	8,5	24,5	30,4	20,9

Notas: total de moradores relacionados: 129 indivíduos; total de escravos: 335 indivíduos; total de reses: 3587 cabeças; total de bois: 831 cabeças.

Obs.: Manuel de Ávila e Manuel da Costa estão acompanhados por três familiares; Alexandre da Costa, por dois.

Fonte: *RM* de 1797.

Os resultados apresentados na tabela tornam nítidos os contornos da concentração de riqueza entre os lavradores de Porto Alegre. Os três lavradores listados, acompanhados de seus filhos e genros identificados na *Relação de moradores* de 1797 não representam um décimo dos arrolados, mas detinham um quarto dos escravos, quase um terço das reses e um quinto dos bois listados.

A história de Alexandre da Costa é peculiar. Ao procurarmos seus familiares na *Relação de moradores* de 1784, verificamos que não constavam dois, mas cinco familiares. Ao todo, possuíam 12% das reses, 27% dos potros e 20% dos escravos da área rural. No entanto, a maioria deles não foi listada na *Relação* de 1797. Diogo Inácio de Barcelos, seu genro, por exemplo, vendeu sua data. Por qual motivo sua família tornou-se menor na freguesia? Será que alguns de seus membros migraram?

Pois bem, dispomos de uma resposta parcial às questões. Encontramos um registro de posse de um campo no nome de Diogo Inácio às margens do Rio Gravataí, na Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. O registro é datada de fevereiro de 1797<sup>314</sup>. Encontramos também o registro de uma carta de título de terras no distrito de Santo Amaro, passada a Manuel Antônio da Costa, datada de 1815 o mesmo nome de um dos filhos de Alexandre da Costa que não aparece na *Relação* de 1797<sup>315</sup>. Se deste último registro podemos manter alguma dúvida em relação à correspondência, do primeiro não há. A migração para outras terras era uma alternativa para chefes de família, proprietários de datas, que precisavam de mais terras

<sup>314</sup> *Registro de um documento de posse de um campo pertencente a Diogo Inácio de Barcelos*. AHRs, Registros Gerais, F1248/174v, 175, 175v, 176.

<sup>315</sup> *Carta de Título passada a Manuel Antonio da Costa*. AHRs, Registros Gerais, F1211-56v



para ampliar sua produção. Como veremos logo adiante, ao analisar os *Extratos da Fazenda Real*, este provavelmente era o caso de Diogo Inácio, que foi o responsável pela maior venda de porções de farinha de mandioca listadas no documento. Além disso, esta saída da proximidade dos parentes provavelmente só foi possível pelo fato de que os últimos não sentiram falta da mão-de-obra, pois contavam com um número não desprezível de familiares e escravos.

Conforme vimos anteriormente, a família de Manuel de Ávila era bastante extensa. Se somarmos às suas propriedades aquelas pertencentes aos familiares de sua cunhada viúva, bem como as posses de dois sogros de seus filhos (um deles, Antônio Muniz Leite, é outro dos patriarcas com 10 ou mais cativos), o resultado será o seguinte: ao todo estes representam 7% dos listados na *Relação de moradores* (9 indivíduos) que detêm quase um quinto dos escravos (18%), um décimo dos bois (11%), um quarto das reses (26%). Ao todo, possuem pelo menos 6 campos de terras com variados tamanhos, um sítio e uma data de terras. Além disso, um dos genros de Manuel de Ávila possui mais um campo de terras em Viamão. Assim sendo, a propriedade dos maiores lavradores expandia-se para além do território de Porto Alegre.

Quando observamos o patrimônio composto por escravos e animais a partir das redes de parentesco, verificamos que algumas poucas famílias distinguiam-se, de forma nítida, da maioria dos lavradores locais. A mão-de-obra disponível para estes poucos produtores era significativamente maior que a de seus vizinhos com poucos ou sem escravos. O tamanho dos rebanhos indica semelhante concentração de riqueza. Estes resultados confirmam a capacidade do mercado interno em desenvolver a diferenciação social, mesmo nos locais mais recônditos da América portuguesa.

### **Mercado de terras**

Para entender a formação do mercado de terras em Porto Alegre, em fins do período colonial, não podemos nortear nossa pesquisa pelos pressupostos que condicionaram a criação do mercado de terras capitalista no Brasil. José de Souza Martins argumenta que tal mercado formou-se apenas no contexto do fim da escravidão, quando, em vista do perigo de que os libertos se tornassem pequenos proprietários, decretou-se a Lei de Terras, em 1850. Assim, o processo de mercantilização das terras está associado ao da formação de um mercado de

trabalho<sup>316</sup>. Autores que analisaram a dinâmica do preço das terras no século XIX, bem como os processos de apropriação da mesma, como Hebe Mattos de Castro (em sua pesquisa sobre Capivary, no Rio de Janeiro), Paulo Zarth (em estudo sobre o Rio Grande do Sul) e Graciela Garcia (em estudo sobre Alegrete, Rio Grande do Sul) apresentam resultados que vão ao encontro das proposições de Martins, pelo menos no que diz respeito ao papel da Lei de Terras<sup>317</sup>.

Para entender o funcionamento do mercado de terras não-capitalista, alguns pesquisadores demonstraram a necessidade de avaliar-se o *ambiente social* e as *condições* nas quais ocorrem as negociações. Giovanni Levi, ao estudar o mercado de terras no Piemonte, constatou que os valores atribuídos para as diferentes propriedades eram inconstantes, não apresentavam uma lógica aparente. No entanto, ao relacionar a venda dos indivíduos com suas respectivas redes de relações familiares, vicinais e de subordinação, encontrou a existência de padrões associados aos tipos de laços de reciprocidade existentes entre os vendedores e compradores. Quando os últimos eram parentes, os valores da propriedade eram mais altos porque estavam vinculados uma série de dívidas anteriores à venda da terra, fato confirmado pelo altíssimo percentual de compras e vendas que não envolveram transação monetária. Entre vizinhos, a reciprocidade era mais equilibrada, mais aproximada às relações de mercado impessoal, e fatores como interesse material eram mais fortes. Por fim, a venda a estranhos apresentava os valores mais baixos. Estes estranhos eram frequentemente nobres da aldeia que compravam as terras como uma forma de generosidade, própria das relações de clientela, quando seus proprietários não conseguiam outros compradores em momentos de crise<sup>318</sup>.

João Fragoso, por sua vez, analisou o processo de comercialização dos engenhos das famílias da elite do Rio de Janeiro, entre o final do século XVII, até meados do XVIII. O autor constatou que quase metade dos compradores constituía-se de aliados ou parentes dos senhores que vendiam suas propriedades. Este expediente, conclui o autor, foi um dentre outros necessários à conservação do patrimônio das famílias das elites quinhentistas, pré-condição para seu enraizamento social e político nas freguesias em que residiam. Era a estabilidade assim obtida que produzia e fixava uma hierarquia social de base costumeira<sup>319</sup>.

---

<sup>316</sup> MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 27ss.

<sup>317</sup> CASTRO, *Ao sul da história, idem.*, p. 90s; ZARTH, Paulo. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002, p. 56-102; GARCIA, Graciela. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de mestrado. p. 28ss.

<sup>318</sup> LEVI, *A herança imaterial, op. cit.*, p. 149ss.

<sup>319</sup> FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: GOUVÊA, Maria de Fátima & FRAGOSO, João (Org.). *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243 – 294. Aqui, p. 257-60.

No Rio Grande de São Pedro, Helen Osório constatou uma ampla extensão da prática de comercialização de terras em um período muito afastado no tempo. Em 1784, as propriedades compradas, arrendadas e arrematadas somavam 35%, de modo a indicar acentuado processo de monopolização das terras e fechamento da fronteira agrícola<sup>320</sup>.

Apesar de Levi e Fragoso demonstrarem que o mercado de terras das sociedades de Antigo Regime funcionava no interior de redes sociais, não teremos condições de abordar tal problema devido à falta de dados. No entanto, a outra esfera deste mercado poderá ser abordada: as condições nas quais ocorreram as transações. Segundo Levi, para entender o processo de venda de terras e da variação de seus preços numa sociedade de Antigo Regime é necessário iniciar a pesquisa pela avaliação das *condições* em que a terra foi colocada no mercado<sup>321</sup>.

Em princípio, o processo de venda possuía um caráter acidental, já que dependia do encontro entre oferta e procura: era preciso, por exemplo, que um chefe de domicílio falecesse ou decidisse migrar e que outro, ao mesmo tempo, estivesse interessado em ampliar suas propriedades – e tivesse dinheiro para isso. Assim, cada ato de venda era um mercado fechado em si mesmo. Ao depender tanto das relações pessoais quanto da ocasião, o mercado de terras não assumia um caráter regular e, por isso, a terra não poderia ser considerada como uma mercadoria<sup>322</sup>.

Ao levar em conta tais considerações relativas às condições nas quais ocorriam as transações, poderemos adentrar no tema em questão. Começaremos por verificar quais os tipos de terras eram compradas e vendidas nas *Relações de moradores*.

---

<sup>320</sup> OSÓRIO, *idem*, p. 82ss.

<sup>321</sup> LEVI, Giovanni. Economia camponesa e mercado de terra no Piemonte do Antigo Regime. In: OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria C. de. (orgs). *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010b. p. 87 - 110. Aqui, p. 105.

<sup>322</sup> LEVI, *Economia camponesa...*, *idem.*, p. 88, 92.

**Tabela 41**  
**Compra de terras em Porto Alegre, 1784 e 1797**

Tipo de propriedade	1784		1797	
	#	%	#	%
Campo / terrenos (1)	9	18,7	7	12,1
Data	38	79,2	48	82,8
Outras (2)	1	2,1	3	5,1
Total	48	100,0	58	100,0

Nota: (1) Em 1797, inclui um sítio. (2) Em 1784, uma chácara; em 1797, são 2 chácaras e 1 propriedade classificada como *terras*.

Fonte: RM de 1784 e 1797.

As frequências dos tipos de propriedades compradas demonstram que a maior parte das negociações ocorrera com as datas recebidas pelos casais açorianos a partir do ano de 1772. Nos dois períodos, 1784 e 1797, elas representaram cerca de 80% do total. De um período para o outro, o incremento de datas vendidas foi de 10 unidades, o que significa um aumento de 26%. Tal resultado era o esperado, já que as datas representam a maioria das propriedades locais. Se as chácaras que não informam a origem da posse forem desmembramento de datas, então as datas compreenderão mais de 85% das vendas da última *Relação*.

O cruzamento entre os dados da *Relação* de 1784 e os do *Registro de datas de terras* traz uma informação importante. Das 45 propriedades arroladas neste *Registro* até o ano de 1774, pelo menos 12 constavam como integral ou parcialmente vendidas na dita *Relação*. Ou seja, um quarto das datas fora vendido em pouco mais de uma década de sua concessão. Este fenômeno assemelha-se ao que Adriano Comissoli verificou em relação às datas recebidas por açorianos em Viamão, em estudo baseado nas *Relações de moradores de 1784*. De 33 ilhéus recebedores de datas, 14 já haviam repassados sua propriedade a outros indivíduos<sup>323</sup>.

Para o caso de Porto Alegre, fizemos uma busca pelos vendedores (fossem açorianos ou não) de datas constantes na *Relação de moradores de 1784*. Dos 39 vendedores, encontramos as informações de 22 deles nos *Livros de óbitos*<sup>324</sup> e nos *Róis de confessados*. Dos 15 falecidos, 5 foram registrados pouco antes da elaboração da *Relação de moradores*, de modo a indicar que a venda esteja relacionada ao óbito do chefe do domicílio e aos prováveis problemas enfrentados pela viúva. Em 10 casos, encontramos no registro de falecimento do

<sup>323</sup> COMISSOLI, Adriano. Do Arquipélago ao Continente: estratégias de sobrevivência e ascensão social na inserção açoriana nos Cmapos de Viamão (séc. XVIII). *Revista Aedos*, v. 2, p. 74-96, 2009. Aqui, p. 83s.

<sup>324</sup> Primeiro livro de óbitos de Porto Alegre. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

cônjuge do vendedor a informação de que o testamento não fora realizado por pobreza do casal.

Nos *Róis de confessados*, encontramos informações de 17 dos vendedores. Dez possuíam escravos, sendo que, destes, 4 possuíam mais de 5 cativos. O possuidor de 9 escravos era comerciante e um dos que possuía 3 escravos tinha outras terras. Em 7 dos 17 casos, o domicílio do vendedor apresentava um número de idosos e crianças superior ao número de adultos. Destes, 4 eram ocupados exclusivamente por idosos.

Assim, uma boa parte dos casos de venda das datas de terras – quase a metade, por sinal – está relacionada ao momento final do ciclo de vida do casal chefe de fogo. Mas ainda há outros casos a indicar que a venda de terras aparece como uma estratégia para enfrentar dificuldades. Antônio Machado Neto e sua esposa pertenciam aos casais açorianos desembarcados na localidade e estavam listados no *Registro de datas de terras*. No rol de confessados de 1782 estavam entre os moradores da área urbanizada e apresentavam cinco escravos, dos quais dois são adultos. Na *Relação de moradores de 1784*, Antônio Machado Neto aparece como um dos vendedores de data. Aparentemente, trata-se de um chefe de família bem aquinhoada, a qual vendeu suas terras para conseguir melhores condições de vida na área urbanizada. No entanto, a esposa de Antônio Machado, falecida após a morte do esposo, não apresentou testamento por ser pobre. Provavelmente, esta senhora era cuidada por filhos, genros ou noras, mas não possuía mais nada de valioso<sup>325</sup>. A propriedade de terra e escravos, apesar de ser importante na reprodução dos grupos familiares e indispensável para a ascensão social, não garantia o afastamento permanente do perigo da pobreza.

Há um caso discrepante em relação à maioria encontrada, na qual a venda da data fez parte de uma estratégia de enriquecimento. Diogo Inácio de Barcelos, genro de Alexandre da Costa Luis, aparece na *Rol de confessados* de 1782 como um proprietário de 9 escravos. Na *Relação de moradores* de 1797, consta que vendeu sua data de terras. Vendeu após ocupar e garantir para si a posse de um campo de terras, de maior extensão, provavelmente para aumentar a produção agrícola.

O segundo tipo de terras mais comercializado são os campos ou terrenos, os quais compreendem entre 17 e 12% das compras<sup>326</sup>. Diferente das datas de terras, a propriedade dos campos não se viu modificada: dos 8 terrenos que constavam como comprados em 1784, 3 mantiveram-se com os mesmos proprietários no ano de 1797, 2 foram transferidos em herança

---

<sup>325</sup> Ver: *Primeiro Livro de Batismos de Porto Alegre*, registro de 19/10/1795, AHCMPA.

<sup>326</sup> Aos campos deve ser somado o sítio, pois este é uma das propriedades que aparece como terrenos na relação de 1785.

para familiares, uma das propriedades foi vendida a um vizinho. Metade desses terrenos comprados pertencia aos familiares de Manuel de Ávila em 1784; em 1797, 2 dos 6 o eram. Os que não pertenciam à família totalizaram quatro unidades em ambos os anos<sup>327</sup>. O sítio encontrado na última *Relação*, por sua vez, também foi adquirido por um dos sobrinhos de Manuel de Ávila e comprado de Cristóvão Ferreira, sogro de um dos filhos do mesmo Manuel de Ávila.

Alguns dos familiares de Manuel de Ávila comercializaram suas terras ou porções da mesma. Um dos filhos vendeu sua posse e agregou-se junto ao pai. Podemos pensar, sem dificuldade, que este filho viria a substituir seu pai no comando da propriedade quando o último já não tivesse condições. Outros, como Tomaz José da Costa, vendeu meia légua de suas terras e permaneceu com uma légua e meia. Neste sentido, as porções de terras vendidas pelos familiares de Manuel de Ávila provavelmente não eram utilizadas produtivamente, em vista da amplitude destes campos, os quais compreendiam o equivalente a alguns bairros da atual zona sul da cidade. Ao serem vendidas estas terras, os recursos recebidos poderiam ser utilizados para adquirir outros bens, como escravos ou equipamentos. Ou, então, poderia servir para saldar dívidas.

A diferença entre o aumento da venda de datas e a relativa manutenção dos campos é um indício de que as condições de vida material das famílias pesquisadas não eram iguais. Passados os treze anos após 1784, a família do açoriano Manuel de Ávila manteve-se como proprietária da maior parte das terras que foram do seu finado compadre. As vendas ocorridas, muito certamente, fazem parte de uma estratégia maior voltada ao enriquecimento.

Verificamos, portanto, a existência de diferentes situações relacionadas ao comércio das datas. Com maior frequência, estas vendas estiveram ligadas ao fim do ciclo de vida familiar, pois houve propriedades que foram vendidas por idosos ou quando da morte do chefe de fogo. Uma parte destas pessoas vivia em situação de pobreza, segundo o *livro de óbito*. Outras propriedades, de modo diferente, foram vendidas por indivíduos economicamente bem colocados, que possuíam um número razoável de escravos ou outras terras. Verificam-se, também, casos de venda de propriedades entre parentes. Havia, por fim, um comerciante entre estes vendedores, caso que demonstra a existência de especulação

---

<sup>327</sup> Isto é confirmado por um registro existente na própria *Relação de moradores* de 1784. Neste consta que parcelas da estância anteriormente pertencente a Sebastião Francisco e que então estava em posse de Manuel de Ávila se encontravam com “segundos e terceiros possuidores, por vendas e contratos que tem feito com os primeiros [Manuel de Ávila e seus familiares]”. Ver: *Relação de moradores que têm campos e animais no Continente*. ANRJ, Códice 104, v. 7, p. 16.

imobiliária<sup>328</sup>. O significado da venda da terra, deste modo, dependia da situação de vida de quem a vendia e a comprava. Para uma maioria composta de lavradores de poucos recursos – isto é, camponeses – era resultado da pobreza, da velhice e da solidão; para alguns poucos, possuidores de escravos ou em melhor condição material, era um instrumento para tentar melhorar de vida ou obter algum lucro.

Em menos de trinta anos após o início das concessões, mais da metade das propriedades classificadas como datas já havia sido comercializadas. Como seria de imaginar, não podemos falar de um mercado de terras capitalista, pois este mercado era, no mínimo, marcado pela casualidade. Variados eram os motivos e as formas pelas quais se davam as vendas, mas a natureza destas negociações dependia, em grande medida, das situações de vida dos vendedores.

As datas compunham apenas uma parcela do território de Porto Alegre, ou mais exatamente, apenas a propriedade anteriormente possuída por Jerônimo de Ornelas. Constatamos a existência de uma significativa pressão por terras na localidade e que as propriedades inseridas neste instável mercado eram, de modo quase predominante, aquela dos açorianos concessionários das datas originais. Por outro lado, as duas outras sesmarias ficaram, praticamente, nas mãos das famílias de quatro dos primeiros povoadores, todas ligadas entre si por laços familiares. Portanto, havia uma nítida concentração fundiária em Porto Alegre, desde os seus primórdios, e a concentração e a manutenção do controle sobre estas propriedades dependiam de um enorme esforço familiar, que não era acessível a todos.

### **Capacidade produtiva e escravidão**

A partir deste tópico e no seguinte, faremos uma nova mudança na perspectiva de análise. Se nos tópicos precedentes nossa unidade de análise foram as redes familiares, agora avaliaremos a atuação e as estratégias dos lavradores a partir de uma visão mais abrangente. Neste tópico, pretendemos lançar algumas reflexões sobre as relações entre produção agrícola, escravidão e mercados entre os lavradores de Porto Alegre e Viamão. No seguinte, avaliaremos alguns eventos ocorridos no Rio Grande de São Pedro que foram descritos de maneira um tanto vaga e que trataram os lavradores de maneira anônima. Eventos, estes, que

---

<sup>328</sup> Fábio Kühn encontrou alguns casos de especulação imobiliária em Viamão. Num deles, datado de 1768, o capitão e comerciante Manuel Fernandes Vieira adquiriu uma estância na região das Lombas por 600\$000, valor considerado baixo, resultado de provável depreciação dos preços causado pela tomada de Rio Grande. No período pós-guerra, em 1781, a mesma estância foi comercializada por quase 2 contos e meio de réis, valor três vezes mais alto que o da compra. Ver KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: PPGH – UFF, 2006. Tese de doutorado. p. 136.

dizem respeito à relação estabelecida entre estes produtores e as autoridades da Capitania.

Nossa base documental para o presente tópico é o *Extrato da receita e despesa do cofre da Fazenda Real do Rio Grande de São Pedro*<sup>329</sup>, que é um balanço das entradas e saídas de recursos dos cofres da Fazenda Real da Capitania do Rio Grande. Apesar dos limites relativos às informações disponíveis, esta é uma das raras fontes com dados relativos à agricultura do Rio Grande colonial.

Nos *Extratos de gastos da Fazenda Real*, encontramos os registros individuais de fornecedores de serviços e bens entre os anos de 1781 e 1783. Isto permitiu uma visão particular de alguns dos lavradores que foram pagos pelos produtos vendidos à Fazenda Real, a quantidade oferecida, o ganho pela venda e o tempo de demora entre a entrega dos produtos e o recebimento do pagamento. Nesta relação há lavradores de todo o Rio Grande, incluindo alguns de Porto Alegre e de Viamão, que foram identificados.

As informações desta fonte devem ser utilizadas com muito cuidado. Afinal de contas, ainda que preciosos, estes dados são muito restritos, tanto pelo curto tempo a que se referem, como pela sua abrangência. Referem-se ao “seleto” grupo de indivíduos pagos pela Fazenda Real, uma instituição pública e notoriamente conhecida por sua incapacidade de liquidação de dívidas. Podem estes indivíduos ser classificados como representativos do conjunto dos lavradores do Continente do Rio Grande? E de Porto Alegre? Será que podemos inferir a capacidade produtiva de cada um pelo valor comercializado? Tentaremos dar uma resposta mais definida adiante.

Os lavradores foram identificados pela venda de trigo e farinha de mandioca, também conhecida como farinha de guerra. Todos os que venderam exclusivamente produtos de origem animal foram excluídos de nossa contabilidade. Não porque lavradores não tivessem seus rebanhos e deles tirassem seu sustento. Nossa opção se deve ao fato de que esta foi era a única maneira para identificá-los. Ao fim, foram coletados os dados de 32 lavradores.

Pelo conjunto dos produtos vendidos, os pagamentos ficaram entre quase 4 mil e 137 mil réis, com mediana de 32 mil réis. Se estes produtores decidissem investir todo o dinheiro na compra de um escravo ao preço de 100 mil réis, somente três lavradores (ou seja, um décimo deles) fariam a compra. Enquanto isso, metade recebeu um valor inferior a um terço do valor do cativo. Logo, as aquisições parecem não ter compreendido vultosas quantias de bens. Em alguma medida, esta constatação pode ser entendida como um indicativo da diferença de capacidade de produção e comercialização dos diversos lavradores.

---

<sup>329</sup> *Extrato da receita e despesa do cofre da Fazenda Real do Rio Grande de São Pedro*. Anos de 1781 a 1783. ANRJ, Fundo da Secretária da Fazenda do Brasil, Códice 104, volumes 3, 4 e 5.



Quantos seriam os produtores capazes de entregar 200 alqueires de farinha de guerra, como fez o nosso já conhecido Diogo Inácio Barcelos, morador de Porto Alegre, em 1777? Diogo Inácio era um destacado produtor. Na relação de moradores de 1784, é um dos poucos lavradores a ter 200 reses, além de possuir data e meia de terras. No rol de confessados de 1779 é assistido pela mulher, por três filhos com mais de 13 anos e por mais três escravos adultos. Ao todo, Diogo Inácio possuía 9 cativos nessa época. Não bastasse isso, ainda é genro de Alexandre da Costa, o maior proprietário de escravos da área rural. Portanto, este é um produtor que dispunha de recursos econômicos e sociais muito acima da média local. A quantia por ele revendida significaria quase metade da produção de farinha de mandioca registrada para Porto Alegre no *Mapa de colheita* de 1780. Isso, por sua vez, sugere-nos que a farinha de mandioca, sem dúvida, está sub-registrada no dito *Mapa*.

Os custos do trigo e da farinha de mandioca foram razoavelmente semelhantes: o valor médio do trigo foi de 647 réis e o da farinha, de 680; por outro lado, os valores modais foram de, respectivamente, 720 e 680 réis. Ao todo, foram feitos os pagamentos por 2077,5 alqueires de produtos. O trigo, com seus 407 alqueires, representou apenas um quinto do todo, resultado da ampla preferência pela farinha que acompanhava o churrasco de carne de gado, o prato mais comum dos soldados que guarneciam as fronteiras do Rio Grande. Não é por outro, senão por este motivo que os lavradores passaram informações equivocadas para as autoridades responsáveis pela elaboração do *Mapa de colheita* de 1780. Desejavam evitar, desta maneira, que o fruto do seu trabalho fosse parar nas mãos da Fazenda Real.

Pelo fato de nossa relação de produtores se resumir aos poucos 32 lavradores, procuramos estes indivíduos não apenas nos *róis de confessados* de Porto Alegre, como também nos de Viamão. Encontramos 14 moradores, dos quais 7 são de Porto Alegre, 6 de Viamão e um transferiu-se desta para a primeira localidade. Todos são escravistas, o que nos faz concluir que estes poucos dados não são representativos do conjunto dos lavradores, pois estão excluídos aqueles que dependiam apenas do trabalho familiar. Ainda assim, a distribuição da posse escrava parece corresponder de alguma maneira à distribuição encontrada nos *róis* de Porto Alegre, pois 9 dos 14 (64%) possuíam 5 ou menos escravos. De qualquer modo, esta constatação pode indicar o caráter verdadeiramente comercial das unidades produtoras escravistas, independente do seu tamanho, ao mesmo tempo em que pode indicar as dificuldades vividas pelos camponeses.

Ao todo, foram comercializados 20 porções de mantimentos, sendo 11 de farinha de mandioca e 9 de trigo. A quantidade mediana de trigo comercializada foi de 24 alqueires, enquanto a de farinha de mandioca foi de 60 alqueires. Dos 6 produtores de trigo, apenas um

era de Viamão; dos produtores de farinha, a distribuição era mais proporcional, com apenas um indivíduo de vantagem para Porto Alegre.

Ao avaliar a relação entre posse escrava e o tipo de bem comercializado, constatamos que não havia associação entre as variáveis, pois tanto os menores quanto os maiores escravistas venderam indistintamente trigo e farinha de mandioca. A situação é diferente quando relacionamos a posse escrava com o total de bens vendidos. Para avaliar esta correlação, dividimos os indivíduos entre os que comercializaram bens acima e abaixo da quantidade mediana de cada produto.

No caso do trigo, os 3 produtores que comercializaram as maiores quantidades deste artigo possuíam 9, 3 e 13 escravos, sendo que os 2 primeiros possuíam famílias numerosas. Suas produções foram de respectivamente 24, 33 e 68 alqueires, que representavam, juntos, 86% do trigo em questão. Todos são de Porto Alegre. De uma perspectiva diferente, se considerados apenas os 4 proprietários de até quatro escravos, o total comercializado chega a 58 alqueires, ou 37% do total. Os dois proprietários restantes, possuidores de 9 e 13 cativos, comercializaram 63% do total.

No que diz respeito à farinha de mandioca, os 5 produtores com maior volume de venda foram responsáveis por 72% do total. Apenas um apresentou posse de três cativos, enquanto os outros possuíam um mínimo de cinco escravos. Os 2 maiores produtores, senhores de nove cativos cada um, foram responsáveis por 42% do total de farinhas. Se tomarmos os que possuíam até quatro escravos (sendo que um estava entre os que mais comercializaram), teremos 5 indivíduos que negociaram 23% do total.

Em síntese, tanto para o caso do trigo quanto o da farinha de mandioca, a maior parcela do que foi obtido e pago pela Real Fazenda foi comercializado por senhores com posses escravistas maiores. Ainda que indivíduos com pequenas escravarias e famílias grandes tivessem, vez ou outra, vendido porções expressivas de alimentos, a maior parte do que foi comercializado veio de unidades que contavam com numerosa quantidade de cativos.

Pela pequena quantidade de casos analisados, e especialmente por não aparecerem lavradores não-escravistas, sabemos que estes dados não podem ser generalizados. Nem para Porto Alegre, e muito menos para vasta região dos Campos de Viamão, da qual Porto Alegre fazia parte. Mas dentro deste conjunto de casos, observamos a existência de uma nítida associação entre a quantidade de bens comercializados e o tamanho das posses de escravos. Ainda que este não possa ser um resultado seguro, é inegavelmente plausível, e pode ser entendido como uma indicação, uma pista, realmente instigante.

Como vimos, a escravidão era amplamente distribuída pelos lares dos lavradores,

mas uma expressiva parcela dos cativos era possuída por alguns poucos senhores. As terras, por sua vez, eram igualmente concentradas. Ao aplicar a este quadro os traços obtidos a partir dos *Extratos da Fazenda Real*, obteremos o seguinte resultado: todos os lavradores produziam, em geral, trigo e farinha de mandioca, independente do tamanho da posse escrava; no entanto, eram os senhores das maiores posses escravistas os que produziam a maior parte comercializada destes bens.

Enunciamos isto não de forma categórica, pois os dados são poucos e limitam-se aos produtores escravistas. Mas, em vista da razoabilidade do resultado encontrado e da quase total falta de dados sobre a produção agrícola do século XVIII no Rio Grande, este cruzamento de dados não pode ser desprezado. Em síntese, levantamos a hipótese de que em Porto Alegre a estrutura de posse de posse escrava, associada à forma de distribuição das propriedades fundiárias, condicionou a produção agrícola de modo a aumentar expressivamente a participação das famílias que concentravam terras e escravos no conjunto dos artigos disponibilizados no mercado. Isto é, a escravidão marcava de maneira decisiva o funcionamento do sistema produtivo agrário local, e provavelmente o próprio funcionamento do mercado.

### **Desobediência e reciprocidade**

A venda de produtos para a Fazenda Real trazia consigo um sério problema: a demora no pagamento dos produtos era demasiadamente longa. Esse não era um problema específico dos lavradores, já que uma das maiores reclamações das autoridades do período dizia respeito ao atraso dos soldos dos militares. Dos 32 lavradores que encontramos nos *Extratos da Fazenda Real*, estão disponíveis as datas de venda de 25 deles. Desse conjunto, o tempo mediano de demora foi de cinco anos e o período mais freqüente foi de seis. Alguns poucos conseguiram receber o pagamento em três anos. Assim sendo, a compra de produtos por parte da Fazenda Real representava um estorvo, já que significava a perda de uma parte produção, sem que esta fosse recompensada imediatamente. Como os benefícios só viriam em longo prazo, o recurso se veria imobilizado, o que poderia causar dificuldades, especialmente aos lavradores menos afortunados.

Diferente do caso dos produtos alimentares, havia artigos de interesse da Coroa que não possuíam saída para o mercado. Estes foram alvo da má vontade dos lavradores. Uma dessas culturas foi a da cochonilha, um inseto parasito de cactos do qual se extrai um corante. Devido à falta de pagamentos pela primeira remessa da produção, informou o General

Joaquim José Ribeiro da Costa ao Vice-rei, no ano de 1787, os lavradores do Rio Grande sentiam-se muito desanimados<sup>330</sup>. Foi esta uma alternativa de produção que desde o princípio não foi ao gosto dos produtores.

Um produto pelo qual a Coroa alimentava especial interesse, por seu papel estratégico, mas que não possuía outros mercados além da própria Fazenda Real, era o linho-cânhamo, uma planta cuja fibra é útil na produção de cordas e tecidos. Esta cultura sofria uma especial resistência por parte dos lavradores. Além do fato de que os pagamentos feitos pela Fazenda Real eram excessivamente demorados, o preço da arroba deste produto era de 6.400 réis, o mesmo do alqueire de trigo<sup>331</sup>. Pelo visto, era mais lucrativo produzir para o mercado local e evitar transações com a Fazenda Real.

Há um evento que, em nosso entender, é emblemático da resistência dos lavradores do Rio Grande em relação à produção do linho-cânhamo. A história é relatada por Henrique da Fonseca Prego, em sua *Descrição histórico-geográfica das Capitânicas do Rio Grande do Sul e da Bahia de 1814*. Após comentar que as terras do Rio Grande eram propícias à plantação do linho-cânhamo e que a Real Feitoria do Linho-Cânhamo prosperava, Prego informou que o governador distribuiu sementes da planta e obrigou os lavradores a plantarem. No entanto, o plano malogrou. Os mais pobres lavradores ferveram as sementes com intuito de “demonstrar” que suas terras não eram próprias para essa cultura. Os mais ricos tomaram outra decisão. Fizeram pequenas plantações, das quais colheram alguns quintais que ofereceram gratuitamente a Sua Alteza Real. Isso, no entender de Prego, com o objetivo de obsequiar o governador<sup>332</sup>.

A desigual distribuição de recursos entre os lavradores levou à tomada de posições diferentes diante da imposição do Estado. Obedecer ao governador para aqueles menos afortunados, ficar bem visto aos seus olhos, era impensável, pois redundaria em maior pobreza para si e sua família. Aos mais afortunados, pelo contrário, parecia uma oportunidade para atrair as boas graças do governador, ao conceder o pequeno dom ao representando do monarca.

Como adverte José Maria Imíscoz e Oihane Korta, a assimetria das relações próprias ao Antigo Regime produzia experiências diversas, que iam da lealdade ao aborrecimento, da

---

<sup>330</sup> *Ofício n. 57, do Comandante Coronel Joaquim José Ribeiro da Costa ao Vice-rei*, Vila do Rio Grande, primeiro de julho de 1787. ANRJ, código 104, vol. 9, p. 176.

<sup>331</sup> Magalhães, Manoel Antonio de. Carta onde o autor expõe à rainha d. Maria I a situação de miséria em que se encontra a província do Rio Grande, com o contrabando feito pelos espanhóis próximo à costa. Narra os esforços realizados pelo seu governador. Porto Alegre, 01/02/1805. Biblioteca Nacional, Coleção Linhares, MS 554(3) d87.

<sup>332</sup> PREGO, Henrique. *Descrição histórica geográfica das capitânicas do Rio Grande do Sul e da Bahia*. Biblioteca Nacional, Fundo Rio Grande do Sul, Coleção Augusto Lima Júnior. II – 35, 34, 13.

dominação e da proteção, da graça ao castigo<sup>333</sup>. Isto é, ao pensar as relações sociais próprias à sociedade luso-americana, não devemos privilegiar os aspectos que favoreciam a coesão social em detrimento daqueles que levavam ao conflito e à tensão. E vice-versa. O caso, então, parece ser um bom exemplo em que a diferença da situação dos diferentes agentes envolvidos na história, levaria a uma diversidade de experiências, bem como de alternativas disponíveis para contornar as dificuldades. Para alguns dos lavradores, os custos que a obediência implicaria poderiam ser até prejudiciais. Para estes, a melhor forma de evitar danos maiores seria a resistência passiva, quotidiana.

Como nos fala James Scott, as armas disponíveis aos grupos relativamente sem poder era fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, as fofocas, os incêndios premeditados, a ignorância fingida<sup>334</sup>. Ferver sementes, acrescentamos nós. Apesar do pequeno alcance da ação destes pequenos produtores, sem dúvida sua resistência constante produziu sérios percalços aos projetos metropolitanos, com contribuições de curto e médio prazo para suas próprias economias domésticas, em detrimento dos interesses do Estado português.

Ao mesmo tempo, a decisão dos lavradores mais afortunados em oferecer parte da produção como um dom demonstra como a posse de recursos mais elevados (fossem econômicos ou sociais) abria a estas famílias um leque de ação mais abrangente do que o das famílias empobrecidas. No caso em questão, houve a tentativa de transformar bens materiais em um patrimônio imaterial, simbólico, por meio da oferta do linho-cânhamo. No caso, buscava-se alcançar a simpatia, ou mesmo o sentimento de dívida por parte do Governador. Num mundo tão dependente das relações pessoais e cuja paz era tão instável como era o do Antigo Regime – e com a instabilidade, a guerra e o recrutamento –, esta parece ter sido uma opção plenamente racional, apesar da possibilidade de fracasso da tentativa.

O “preço” por tomar parte de uma relação em que haja grande desproporção de capitais por parte dos envolvidos pode se tornar desvantajosa para aqueles que detêm menos recursos. O perigo de ser explorado, espremido, é constante. Por isso, a criação de vínculos não é automática. Pensar que os mais desfavorecidos são ávidos por camaradas ricos e/ou poderosos pode ser uma lógica tão mecânica a ponto de prejudicar a interpretação da fluidez das interações sociais. Neste sentido, é possível que em alguns momentos, sob certas

---

<sup>333</sup> IMÍZCOZ, José; KORTA, Oihane. Economía doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica. In: IMÍZCOZ, José; KORTA, Oihane (ed.) *Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen*. Madrid: Sílex, 2010. p. 15 – 51. Aquí, p. 36.

<sup>334</sup> SCOTT, James. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Raíces*, Campina Grande, vol. 21, n. 1, jan./jun. 2002, p. 10-31. Aquí, p. 12s.

circunstâncias, determinados agentes tenham cultivado de maneira especial ligações horizontais. Saint-Hilaire oferece-nos com um exemplo.

No ano de 1822, depois iniciar sua jornada pela então Província do Rio Grande, de haver cruzado o território que fora espanhol e voltado ao Rio Grande, Saint-Hilaire e seu grupo ficaram hospedados em uma estância chamada Tronqueira, localizada entre as paróquias de Santa Maria e Cachoeira. Era a casa de um camponês. Seu hospedeiro, apesar de ser homem de “poucas gentilezas, ofereceu de boa vontade tudo quanto possu[ía]”. Ofereceu-lhes também alimentação.

Foi nesta estância que ocorreu uma das histórias mais interessantes de sua narrativa. Interessante tanto pela extravagância do fato, como por seu teor sociológico. A região foi tomada por um furacão. O viajante estava na sala, junto de seu pequeno índio, Diogo, tomado nas Missões. Como as janelas e a porta estavam abertas, a mesa foi levada pelo vento. Ao tentar fechá-las, o teto foi arrancado pela força do vento. Ao fim da tormenta, seu hospedeiro riu e procurou algum lugar menos molhado para ele e sua família dormirem.

A perda não foi pequena. Quase toda a plantação de milho estava arrasada. As laranjeiras ficaram desfolhadas e pés de ipês e figueiras foram arrancados. Os vizinhos não ficaram em melhor situação. Quando o dia chegou, deram início à reparação do estrago. Seus hospedeiros desentulharam a casa, lavaram as roupas e, “*auxiliados por alguns vizinhos, começaram a telhar a casa*”<sup>335</sup>. Nestas horas, quando muito se perde, o apoio dos vizinhos, dos camaradas, é essencial. Este sistema de obrigação mútua entre (quase) iguais forma uma rede social de reciprocidade que funciona, muitas vezes, como um seguro contra os infortúnios da vida. Especialmente quando a guerra e a ferrugem são ameaças constantes e poderosas. Mesmo que houvesse sérias cisões econômicas e sociais entre os lavradores, diferentes estratégias passíveis de execução, manter boas relações com os vizinhos e compadres era essencial para a vivência do dia-a-dia.

## **Conclusão**

Os cuidados dos lavradores de Porto Alegre não se resumiam aos próprios bois, às lavouras e à disciplina laboral de filhos e escravos. O futuro da família, sua reprodução, tornava a escolha do cônjuge dos filhos (bem como de seus sogros) um aspecto decisivo. Não se casava com qualquer um. Em realidade, procuravam-se os semelhantes, aqueles com quem

---

<sup>335</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. p. 407ss. Os itálicos são nossos.

se pudesse maximizar as chances de sucesso das estratégias de vida. Os maiores senhores escravistas casavam seus filhos entre si, enquanto aqueles de menores posses viram os seus casados com uma frequência menor de vezes com outros filhos de lavradores proprietários de cativos. Entre os não possuidores de escravos a tendência “endogâmica” era semelhante, pois seus filhos mais frequentemente se casavam entre si. Portanto, a integração entre as diferentes famílias, ao mesmo tempo, reconhecia e reproduzia a estratificação social então vigente.

Tais arranjos econômicos e sociais não tinham por objetivo apenas a reprodução material das famílias, pois, como vimos, algumas famílias pautavam suas escolhas pela necessidade de preservar um patrimônio imaterial, o qual apresentava o poder de qualificar seus “proprietários” no interior da comunidade. O caso mais expressivo, conforme vimos, foi o de Manuel de Ávila, o compadre e herdeiro de Sebastião Francisco Chaves, chefe de uma família que possuía enormes quantidades de terras. Seus filhos casavam-se com os filhos de outros senhores escravistas, mas dois foram particularmente exitosos nas suas escolhas, ao se ligarem com filhos de grandes proprietários. Depois de cerca de 30 anos de sua chegada, Manuel de Ávila deixou de ser um imigrante sem terras para fazer parte das redes familiares da elite regional.

Havia, sim, um grupo de destacadas produtores rurais, dos quais os contemporâneos deixaram registros. Coruja, em suas memórias, nos fala de Francisco Antônio da Silveira, proprietário de uma azenha e de lavouras de trigo, era conhecido como o Chico da Azenha<sup>336</sup>. No *Rol de confessados* de 1782 aparece como proprietário de 9 cativos. No seu *Almanaque de Porto Alegre de 1808*, Manuel Antônio de Magalhães faz referência aos antigos casais da Vila, entre os quais se encontravam pessoas com 80 a 90 anos. Como exemplo, citou “um velho chamado Antônio Munis, que me disse me disse ter nascido no reinado do Sr. Dom João V no ano de 1697, ainda vive este homem e sua mulher tendo tido uma numerosíssima geração”<sup>337</sup>. Este Antônio Munis aparece no *Rol de confessados* de 1782 como proprietário de dez escravos. Além disso, era sogro de um dos filhos de Manuel de Ávila de Souza.

Possuir terras era algo extremamente valorizado nesta sociedade. Como vimos, Porto Alegre participava do processo de fechamento da fronteira agrária ocorrida no Rio Grande, durante o século XVIII. Era difícil comprar terras. Não pelo valor das mesmas, mas pelo fato de que o mercado fundiário dependia da coincidência entre procura e ocasião. As terras eram vendidas quando seu proprietário falecia e não possuía herdeiros (ou que, quando houvesse,

---

<sup>336</sup> CORUJA, 1983, p. 128.

<sup>337</sup> MAGALHÃES, Manuel Antônio. *Almanaque da Vila de Porto Alegre e reflexões políticas e interessantes sobre o estado atual desta Capitania do Rio Grande de São Pedro*. Versão manuscrita. Uma versão impressa pode ser encontrada em FREITAS, Décio. *Capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980.

não estivessem interessados em manter a propriedade); quando adquiria novas propriedades; quando decidia mudar de atividade produtiva. Além disso, esse mercado mostrou-se uma peça chave na execução das estratégias de algumas famílias melhor colocadas. Tomados em consideração estes aspectos, concluímos que havia um mercado de terras em Porto Alegre com contornos pouco definidos e que tinha por principal fonte as datas dos lavradores açorianos.

A família era a base produtiva da maioria dos domicílios dos lavradores de Porto Alegre. Como regra geral, principalmente quando os lavradores não adquiriam cativos, eram necessários arranjos no interior das famílias para que a reprodução do grupo com a criação de novos núcleos domésticos não implicasse na perda de trabalho dos filhos que casavam. No contexto de acentuada dificuldade em acessar a propriedade da terra, o agregar-se e o viver “a favor” constituíram-se como mecanismos que atendiam à necessidade de organização do trabalho no interior de uma família extensa ou de núcleos não co-residente, especialmente entre os não possuidores de escravos.

As famílias não eram iguais. E não era simplesmente a posse de escravos, terras, animais e escravos que as distinguiam entre si. Em nosso entender, o leque de ações disponíveis em cada oportunidade para cada família pesava significativamente para sedimentar a distinção social, ao restringir ou não a flexibilidade do grupo para enfrentar situações adversas, bem como aumentar ou diminuir as chances de sucesso de seus projetos.

Como vimos, o conjunto dessas alternativas abarcava uma série de situações. Produzir para o mercado local ou o fluminense. Alterar a composição dos rebanhos. Comprar um ou dois escravos, assim como estimular a formação de famílias no interior do cativo. Agregar-se ou viver “a favor” nas terras de pais ou sogros. Comprar ou vender propriedades fundiárias. Migrar em busca de terras maiores ou melhor localizadas. Estabelecer relações de compadrio com pessoas destacadas ou afortunadas. Conseguir bons casamentos para os filhos no mercado nupcial. Encontrar formas de burlar as obrigações de mantimentos ou de produção impostas pela Fazenda Real. Vender ou não as próprias terras, ou parte delas.

Apesar da amplitude do conjunto de alternativas, estas estavam desigualmente distribuídas entre as muitas famílias de lavradores de Porto Alegre. Muitas delas eram compartilhadas tanto pelo mais pobre quanto pelo mais afortunado dos grupos, mas algumas delas estavam disponíveis para poucos. No jogo do dia-a-dia, as famílias tentavam alcançar maior margem de segurança frente ao futuro, no esforço de manter sob controle o mundo material da produção e da sobrevivência, assim como o dos laços sociais. Para as famílias mais destacadas, havia outro patrimônio em jogo: a posição conquistada em uma sociedade



recente, cujos contornos dos estratos sociais ainda possuíam algo de especialmente maleável. Não por menos os lavradores com maior cabedal econômico eram os que obtinham casamentos mais “desejáveis” para seus filhos.

\*\*\*

Ao apresentar este capítulo e o precedente, precisamos responder se era o agro de Porto Alegre escravista. Segundo Moses Finley, o elemento essencial que definiria o escravismo seria uma expressiva demanda de mão-de-obra cativa. Esta demanda caracterizar-se-ia por três condições necessárias: a propriedade da terra ser razoavelmente concentrada, para que a força de trabalho permanente necessitasse de força de trabalho extra-familiar; o desenvolvimento suficiente dos bens de produção e mercado; e, por fim, a escassez de mão-de-obra interna disponível<sup>338</sup>.

Porto Alegre parece encaixar-se perfeitamente nesta definição, pois verificamos que: a) a redistribuição das propriedades de terra ocorreu de modo a concentrar expressiva parcela das terras nas mãos de algumas poucas famílias; b) parte de produção agropecuária local destinava-se ao mercado do Rio de Janeiro, ao consumo da população urbana e à Fazenda Real; c) foi com as divisas e mecanismos de financiamento abertos por estes mercados que os lavradores locais compraram cativos, de modo a permitir que metade da população em condições de trabalhar fosse formada por escravos.

Paralelo à concentração de bens produtivos entre algumas poucas famílias de lavradores, verificamos que as características da estrutura produtiva local encaixam-se na definição de escravismo proposta por Moses Finley. Assim sendo, acreditamos poder definir o entorno rural de Porto Alegre como *escravista*: a mão-de-obra cativa era acessível à maioria dos produtores, pois apareceu com regularidade nos fogos listados; o trabalho cativo foi necessário para suprimir a falta de braços livres, visto que os últimos compõem apenas metade da população adulta; por fim, a posse de um número expressivo de escravos foi recurso exclusivo de poucas famílias.

Se possuir cativos era uma alternativa possível a muitos, o acesso privilegiado a um número mais elevado forjou com maior intensidade as distinções econômicas e sociais entre as famílias de lavradores. Em síntese, argumentamos que em Porto Alegre, no último quartel do século XVIII, a escravidão servia como um mecanismo que criava e delineava diferenças no mundo dos homens livres. Se o sistema produtivo da área rural poderia ser classificado como familiar-escravista, tal sociedade era escravista, afinal, os homens livres distinguiam-se,

---

<sup>338</sup> FINLEY, M. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991. p. 89.

particularmente, pela posse de cativos.

Seria possível caracterizar também a região urbana como escravista? Apesar de não termos analisado as redes sociais nela sediadas, acreditamos que sim. Conforme vimos, dois terços dos escravos de Porto Alegre, em 1782, na área urbana. Além disso, era nas casas localizadas na urbe onde residiam as mais destacadas figuras do Continente, como o Governador, os militares de alta patente, comerciantes de grosso trato e outros tantos. Dentre estes se encontravam parte dos maiores senhores escravistas, sendo que alguns deles obtiveram grandes propriedades para si<sup>339</sup>.

Resta uma última questão: estas conclusões podem ser aplicadas a outras áreas do Continente do Rio Grande? Isto é, as regiões agrárias de Rio Pardo e Rio Grande também escravistas? De nossa parte, acreditamos que a aplicação de uma metodologia que investigue a distribuição de escravos entre os núcleos produtores, na qual a divisão entre as atividades urbanas e rurais é essencial, associada ao estudo das dinâmicas familiares, pode trazer uma resposta convincente. E, provavelmente, afirmativa.

---

<sup>339</sup> Sobre as redes sociais que disputavam o poder na Câmara de Porto Alegre, ver COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre/ Editora da UFRGS, 2008. p. 86ss.

## Capítulo 6

### A família escrava em Porto Alegre, 1772 - 1800

Neste capítulo trataremos de um importante aspecto da vida de muitos escravos de Porto Alegre, que era o seu grupo familiar. A dimensão e recorrência da família no Rio Grande de São Pedro podem ser apreendidas por meio de um pequeno relato. Em carta endereçada à rainha D. Maria I, no ano de 1805, o comerciante Manuel Antônio de Magalhães expõe argumentos que, para ele, denunciam o estado de pobreza da Capitania do Rio Grande de São Pedro. Ao mesmo tempo, propõe algumas reformas para enfrentar a situação. Ao tratar da Feitoria do Linho Cânhamo<sup>340</sup>, de seus 200 escravos e seu baixo rendimento, defende uma alternativa para aumentar a produção. Em seu entender, o Estado deveria viabilizar a migração de 50 ou 100 famílias das Ilhas atlânticas, utilizando-as para dar continuidade ao povoamento do Rio grande. A Coroa deveria isentá-los das esperas de dois e três anos no recebimento de terras e instrumentos que muitas outras famílias já enfrentaram. Para os casais deveriam ser distribuídos, na seguinte ordem: um casal de escravos, as ferramentas necessárias para a agricultura, e sustento para um ano. Os escravos da Feitoria deveriam ser colocados à venda para as mesmas famílias, que os obteriam em troca de linho-cânhamo por eles mesmos produzidos<sup>341</sup>.

Nas palavras de Magalhães, conhecido pela autoria do Almanaque de Porto Alegre de 1808, transparece simpatia pelo sistema de ocupação português das terras meridionais com casais açorianos, apesar de todos os problemas enfrentados. Nota-se que este modelo de povoação não se compunha apenas com súditos brancos, mas pela concorrência dos últimos com negros: para cada casal ilhéu, um casal de cativos. Se estivermos corretos ao entender “casal” enquanto união afetiva de homem e mulher, então à família de produtores livres estava associada à família escrava africana ou crioula. Assim, para ocupar as terras do Rio Grande não se esperavam apenas os filhos dos *casais do número*; as crianças nascidas sob o cativeiro eram também variáveis presentes em seu projeto de povoação. A família escrava fazia parte do projeto de ocupação da fronteira meridional da América portuguesa.

O relato traz, também, uma importante indicação: a família escrava nascia sob a

---

<sup>340</sup> A Real Feitoria do Linho-Cânhamo era um empreendimento da Coroa portuguesa destinado à produção de cordame, no período localizada no Vale do Rio dos Sinos.

<sup>341</sup> Magalhães, Manoel Antonio de. Carta onde o autor expõe à rainha d. Maria I a situação de miséria em que se encontra a província do Rio Grande, com o contrabando feito pelos espanhóis próximo à costa. Narra os esforços realizados pelo seu governador. Porto Alegre, 01/02/1805. Biblioteca Nacional, Coleção Linhares, MS 554(3) d87, p. 3v.

dependência de seu senhor. O interesse deste na constituição da família escrava era um elemento bem importante na criação de grupos de parentesco sob o cativo. Para entendermos a constituição de famílias sob a escravidão, precisamos avaliar onde estas surgiram e qual a ocupação dos proprietários. Os lavradores que ocuparam as terras do Rio Grande de São Pedro provavelmente viam com simpatia a criação de famílias de escravos no interior de suas casas, sob seu domínio, de modo a garantir a reprodução da mão-de-obra dependente. No entanto, senhores que se dedicavam a outras atividades além da agricultura provavelmente pensavam de maneira diferente. Sem conhecer a vida do proprietário, dificilmente entenderemos a família cativa.

Os problemas que enfrentamos neste capítulo são os de delinear os processos de formação da família cativa em Porto Alegre, avaliar sua dimensão, bem como os diferentes formatos que poderia assumir. Ao analisar as características das posses escravas, a idade dos senhores, o local onde estes viviam, tentaremos mensurar as condições que os cativos encontraram para montar (ou não) seus grupos parentais. O padrão de escolha de padrinhos e sua alteração no tempo será outra de nossas preocupações, o qual nos indicará determinados aspectos da socialização dos escravos.

Os documentos analisados são os livros de batismos de escravos de Porto Alegre e o rol de confessados da freguesia do ano de 1782, que são precários em detalhes mais precisos. O livro de batismos é o que traz informações mais ricas, pois apresenta a condição de filiação das crianças, o estado civil da mãe, o nome do padrinho e senhor e a cor e origem dos envolvidos. O rol de confessados, por outro lado, em rara oportunidade denuncia a existência de famílias nos domicílios. Com esta fonte, as famílias foram intuídas a partir da existência de crianças.

Em vista das características das fontes utilizadas neste trabalho, a família escrava será considerada como aquela formada por casais (nos quais ao menos a mãe era escrava), por mães solteiras ou por viúvos (de ambos os sexos), *necessariamente* acompanhados por filhos. Em relação ao rol de confessados, a falta de informações impediu verificar a distribuição dos adultos entre casados, solteiros e viúvos, assim como a divisão entre pessoas que participavam ou não de grupos familiares.

Antes iniciarmos nossas análises, precisamos discorrer sobre os debates historiográficos pertinentes ao tema.

## A família escrava na historiografia brasileira contemporânea

Escrever sobre as polêmicas discussões relativas à família escrava é um trabalho ingrato, pois muitos bem elaborados já foram escritos para tratar do tema. A impressão que se tem é a de que pouco pode ser dito de novo. Não obstante, é preciso que o autor apresente o seu entendimento do “estado da arte” e tome suas posições. Esta exposição (ou este expor-se) é imprescindível para a honestidade do trabalho científico, especialmente para evitarem-se ambigüidades em relação às posições adotadas.

A família escrava é um tema relativamente recente na historiografia brasileira. Desde os cronistas e viajantes do período colonial e imperial até as gerações de historiadores e sociólogos das décadas de 1930 a 1960 não foi dada atenção ao fenômeno da família nascida sob o cativo. Isso porque havia o postulado de que a escravidão tornaria a vida material e moral dos cativos tão miserável ao ponto de inviabilizar o surgimento das condições necessárias para a constituição de laços familiares. Hoje, pode-se dizer que tal hipótese, adotada por figuras de renome como Gilberto Freyre, Prado Jr., os membros da “Escola de Sociologia da USP” e Jacob Gorender, está devidamente refutada.

Os trabalhos ligados à demografia histórica da escravidão demonstraram que a família era uma instituição relevante, demográfica e economicamente condicionada, culturalmente elaborada e que poderia abarcar expressiva parcela da população escrava. Autores como Mary Karasch, Iraci del Nero da Costa, Francisco Vidal Luna, Stuart Schwartz, Robert Slenes, Horário Gutiérrez, Sheila de Castro Faria, Hebe Mattos, João Fragoso, Manolo Florentino, José Roberto Góes, Flávio José Motta e outros tantos autores avançaram na *descoberta* tanto dos traços mais gerais como nos pormenores dessas famílias.

Hoje, já há algumas questões sobre as quais se alcançou consenso. Sabe-se, por exemplo, que a formação das famílias dependia do tamanho das escravarias e do tipo de atividade produtiva a qual se dedicavam os cativos; que as famílias escravas apresentavam razoável estabilidade, pois, em muitas situações, dificilmente eram separadas no momento da partilha de bens de um falecido; que a constituição da família aumentava a autonomia do grupo familiar, ao facilitar o acesso a roças, aos mercados locais e, mesmo, à liberdade<sup>342</sup>.

---

<sup>342</sup> Algumas das melhores sínteses e discussões bibliográficas encontram-se em: MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*. São Paulo: Annablume, 1999; FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; FARIA, Sheila. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. *Revista Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, jan. 2007, p. 122-146; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; FERREIRA, Roberto Guedes. *Na pia batismal: família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX)*. Rio de Janeiro: PPGH-UFF, 2000. Dissertação de mestrado.

No entanto, há sérias controvérsias que suscitam empolgantes debates, especialmente aquela referente ao papel político da família escrava. Sheila de Castro Faria resume muito bem a questão: “Na verdade, estamos diante de dois questionamentos: qual o grau de aculturação existente entre escravos de origem africana e seus descendentes? É possível considerar o escravo, enquanto grupo, uma classe social?”<sup>343</sup>. Ao sabermos que a constituição de famílias era fundamental na organização interna das escravarias, resta avaliar se esta instituição favorecia a construção de uma identidade escrava independente em oposição à casa-grande ou se, pelo contrário, favorecia a aproximação entre dominantes e dominados e a coesão entre os diferentes grupos.

Uma das mais importantes obras foi escrita por Hebe Mattos, autora de *Das cores do silêncio*, que trata da vivência de homens e mulheres livres, libertos e escravos sob a ordem escravista. Um dos méritos do trabalho é o de investigar a construção de padrões culturais e de comportamento a partir da interação entre os diferentes agentes sociais. A migração, a constituição de famílias e comunidades, o usufruto da terra, a produção de pecúlio eram recursos disponíveis a poucos (tanto entre os livres quanto, especialmente, entre os escravos) e que possibilitavam o exercício da liberdade. Era esta última prerrogativa o que garantiria a sobrevivência, a criação de laços de solidariedade e identidade, a diferenciação e a individualização, bem como o estabelecimento das redes de relacionamento verticais e a legitimação das hierarquias<sup>344</sup>.

A constituição de uma família ampliava a autonomia dos escravos. Ao se casarem, terem filhos, escolherem compadres, possuírem uma roça e venderem excedentes produzidos, os cativos reproduziam um padrão de comportamento que os aproximava de uma determinada visão de liberdade compartilhada por outros grupos sociais. De modo muito particular, ao dos homens livres pobres<sup>345</sup>. Ao mesmo tempo em que a constituição da comunidade escrava reforçava a posição dos escravos e permitia melhorar as condições de vida, possibilitava a criação de espaços de comunicação entre senhores e cativos, de modo a diminuir os esforços necessários para a manutenção da vigilância e da segurança e facilitar o exercício do paternalismo<sup>346</sup>.

Quando os escravos chegavam ao Brasil percebiam que o procedimento mais seguro

---

<sup>343</sup> FARIA, Identidade e comunidade..., *idem*, p. 131.

<sup>344</sup> CASTRO, Hebe Mattos de. *As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. p. 36s, 50, 54ss.64ss, 74ss..

<sup>345</sup> *Ibidem*. p. 152-154, 157..

<sup>346</sup> *Ibidem*, p. 155. Conforme a autora, “É a esta comunidade, que se constitui não apenas através da família, mas no decorrer de gerações, que o paternalismo, entendido como um código de dominação pessoalizado, passível de leituras distintas por senhores e escravos e, por isto, apto a administrar, dentro de certos limites, os conflitos inerentes à relação senhor-escravo, aparece como eixo principal das relações de dominação”. *Ibidem*, p. 159.

para melhor adaptar-se era o de procurar o apoio dos semelhantes chegados há mais tempo. No entanto, a raridade dos benefícios existentes poderia criar verdadeiras cisões nas senzalas. Aqueles que exercessem algum ofício poderiam desejar evitar a companhia de outros pretos e procurar pessoas melhor colocadas. A existência de famílias antigas e a chegada de novos cativos poderiam levar à divisão entre os “de dentro” e os “de fora” da comunidade constituída. Especialmente depois do fim do tráfico atlântico e o recrudescimento do comércio interno, esta realidade teria se tornado ainda mais recorrente e aumentado expressivamente a tensão nas relações escravistas. Esta, sem dúvida, é uma das importantes conclusões da autora. A constituição de laços familiares não apenas poderia criar união, mas também a desigualdade e exclusão nas senzalas<sup>347</sup>.

Dois autores fundamentais no debate são José Roberto Góes e Manolo Florentino, os quais, com suas pesquisas, avançaram em outra direção. Para os autores, os pontos nodais a serem investigados para compreender a criação e a perpetuação da escravidão no Brasil são os mecanismos que engendraram os processos de produção social do escravo. *O Cativo Imperfeito*, a dissertação de mestrado de Góes, é um estudo sobre os escravos da freguesia carioca de Inhaúma, na primeira metade do XIX, no qual se encontram aspectos fundamentais da interpretação da família escrava posteriormente desenvolvida pelos dois autores em *A Paz das Senzalas*. Góes defende que certas situações da vida cativa, como a criação de laços parentais fictícios (via apadrinhamento) e consanguíneos (via formação familiar), bem como os atos de resistência (tais como fugas e o enfrentamento aos senhores) eram essenciais para que os africanos passassem a se entender enquanto escravos. Ao transgredirem e receberem a devida punição, os escravos aprendiam os limites impostos por sua nova condição e os benefícios trazidos pela obediência.

Como demonstrou Góes, os escravos das médias e grandes escravarias teceram amplas e densas redes de compadrio, frequentemente expandidas para escravarias de outros senhores. Os escravos estavam firmemente ligados entre si. Para explicar esta situação, o autor parte da premissa que havia um estado de guerra latente no interior das escravarias. Os escravos africanos do agro fluminense eram verdadeiros *outsiders* que conviviam com outros em igual situação, com africanos ladinos e “bem posicionados”, assim como com escravos brasileiros, os quais desejavam afastar-se de tudo que pudesse lembrar o cativo. Estes desejavam, especialmente, afastar-se dos pretos africanos. Para diminuir o perigo da explosão bélica, os escravos passaram a criar laços de parentesco para amainar os ânimos e criar a

---

<sup>347</sup> *Ibidem*, p. 146, 150.

solidariedade necessária para levar a vida. Por isso os escravos das maiores escravarias de Inhaúma escolheram companheiros das próprias escravarias como padrinhos e madrinhas de seus filhos, enquanto os das menores escolheram mais frequentemente escravos de outras posses ou pessoas livres.

Estas ideias foram ampliadas na obra escrita em conjunto com Florentino, *A Paz nas Senzalas*, um dos marcos da historiografia brasileira sobre a família escrava, elaborada a partir do estudo de inventários do agro fluminense. Nela, os autores preconizam uma enorme capacidade de auto-organização das escravarias. Para evitar a guerra, os escravos estabeleceram laços entre si, por meio de casamentos e relações de compadrio, a fim de criar um ambiente que permitisse enfrentar melhor as agruras do cativeiro. Ao irmanarem-se e proverem a *paz*, os escravos produziram uma renda política para seu senhor. Deste modo, a instituição da família escrava tornar-se-ia um mecanismo chave no processo de afirmação do poder da classe senhorial e da estabilidade política no Rio de Janeiro. No entanto, a intensificação do tráfico na década de 1820 (especialmente na sua segunda metade) tenderia a dificultar a formação de famílias cativas e, assim, aumentaria a tensão social. Neste momento, especificamente, a cisão entre escravos africanos e crioulos tornar-se-ia ainda maior<sup>348</sup>.

João Fragoso, em suas recentes publicações, apresenta uma importante interpretação dos processos que levaram à constituição e estabilização do poder das elites fluminenses do século XVII e XVIII. O autor avalia as estratégias utilizadas por esses grupos para consolidar seu poder e explica, com admirável sucesso, como se tornou possível a perpetuação de seu domínio no tempo. Fragoso defende que essas elites exerciam seu poder por meio de práticas de mando costumeiras, constituídas nos embates políticos entre potentados e que dependiam da solidificação de uma hierarquia social costumeira. Hierarquia, esta, formada pela produção de clientela na interação entre compadres potentados, lavradores, escravos, forros e índios.

Na construção desta estrutura de poder, a família escrava teria um papel de destaque. Ao partir da concepção de que o parentesco era um importante recurso na produção de dependentes, além de ser uma linguagem comum a europeus e africanos, o autor analisa os livros de batismos de algumas paróquias fluminenses. Constata que as relações de apadrinhamento estabelecidas pelos escravos são predominantemente endogâmicas e hierarquizadas: não apenas os escravos dos potentados escolhiam cativos da mesma escravaria como padrinhos de seus filhos, como muitos destes padrinhos pertenciam a uma “elite” de

---

<sup>348</sup> GÓES, José Roberto. *O cativeiro imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993; FLORENTINO, Manolo; GÓES, Roberto. *A Paz das Senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.



escravos compadres de seus senhores. Os escravos, ao escolherem os cativos vinculados à família senhorial por laços de compadrio, *referendavam* a hierarquia nas senzalas e promoviam uma relação de lealdade e proteção entre senhores e escravos, entre patrão e clientes.

Desta maneira, Fragoso sugere que, em significativa medida, a criação da diferença no interior das escravarias era algo estimulado pelos potentados, pois a hierarquia era o substrato a partir do qual se constituía seu poder. Portanto, a estabilidade das famílias escravas, a criação de uma rígida hierarquia interna à senzala e a configuração das suas redes de compadrio constituíam-se como um dos pilares da sustentação do poder das elites<sup>349</sup>. Deste modo, o autor tem o mérito de demonstrar que o poder das elites dependia, em alguma medida, das relações estabelecidas pelos senhores no interior das suas escravarias. Por outro lado, por meio de uma argumentação diferente da de Góes e Florentino (especialmente porque trabalha com um problema de pesquisa diferente), Fragoso reitera a concepção de que a família escrava tinha um papel decisivo na constituição da estabilidade social, isto é, na consolidação e perpetuação do poder senhorial.

A obra de Robert Slenes oferece outra perspectiva para interpretar a vida dos escravos no Sudeste brasileiro. Para o autor, o predomínio da importação de escravos do Centro-Oeste da África no período anterior a 1850 torna imprescindível a compreensão dos artefatos mentais trazidos pelos escravos. O autor parte da tese segundo a qual haveria uma profunda gramática linguística e cultural subjacente aos falantes de banto, o que tornaria compartilhados determinados valores ligados à família e à linhagem, crenças relativas à ligação do mundo dos vivos e dos mortos, bem como alguns saberes arquitetônicos, bélicos e culinários. Essa gramática funcionaria como uma verdadeira herança cultural que poderia ser manipulada pelos agentes sociais para adaptar-se ao Novo Mundo. A posse dessa herança facilitaria o reconhecimento dos escravos entre si e criaria condições para que se desenvolvesse uma verdadeira identidade de origem e de condição social. Isto é, para o autor ocorreram, simultaneamente, processos de etnogênese e “classegênese” entre os escravos do Sudeste brasileiro nos séculos XVIII e XIX.

Dentre os autores aqui analisados, Slenes é o único a enfatizar que a família escrava

---

<sup>349</sup> FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: GOUVÊA, Maria de Fátima & FRAGOSO, João (Org.). *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243-294. Ver também: FRAGOSO. O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria C. de. (org.). *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 157-208.

poderia possuir o papel de reforçar a posição dos escravos na relação *antagônica* contra seus senhores. Para o autor, o esforço dos escravos em constituir suas famílias decorre dos benefícios culturais e sociais que poderiam ser alcançados, pois o matrimônio abriria aos escravos o acesso a determinados recursos materiais e permitiria maior controle sobre suas economias domésticas. Os escravos casados receberiam um espaço próprio na senzala, de modo a criar um ambiente de privacidade afastado dos demais escravos e dos olhares da casa-grande; poderiam selecionar os acompanhantes de algumas das refeições; teriam a possibilidade de escolher os ingredientes dos alimentos preparados no lar, o que permitiria evitar aqueles que não fizessem bem à alma (como o sal, um elemento que tornaria o espírito impuro e mais afastado da terra dos antepassados).

Para os escravos, a família garantiria não apenas benefícios práticos, quotidianos. Reforçaria também as memórias e lembranças, como permitiria lançar projetos para o futuro. Ter o próprio lar permitiria cultivar o *fogo doméstico*, o elemento que, por excelência, simbolizava a ligação da família com os antepassados e fortalecia a relação com os espíritos protetores. Por outro lado, os escravos casados encontrariam em seus cônjuges, bem como nos pais, filhos e outros parentes, uma ligação mais estável e confiável, imprescindível para a divisão de tarefas e a elaboração de verdadeiros projetos coletivos. O cultivo da própria roça, a coleta, a caça e a pesca, com o consecutivo comércio dos excedentes produzidos nestas atividades (ao que se pode acrescentar a possibilidade de furto), possibilitariam ao escravo acesso a recursos que lhe dariam maior dignidade na vida sob o cativo. Poderia comprar roupas novas para si e a companheira para festas, assim como presentes para afilhados. Além disso, o acúmulo do pecúlio criaria, a longo prazo, condições para a compra da alforria de alguns membros da família<sup>350</sup>.

Se para Mattos a criação da família aproximava os cativos ao conceito de liberdade socialmente compartilhado e se para Góes e Florentino significava o esforço em evitar a guerra, para Slenes a família significava a utilização de artefatos mentais e sociais herdados e a possibilidade da criação de projetos relativamente independentes em relação ao mundo livre. Projetos fortemente condicionados pela situação do cativo, mas que não necessariamente iriam ao encontro dos interesses senhoriais e que poderiam engendrar processos de identificação dos escravos entre si.

A riqueza da análise de Slenes e nossa preferência por sua via de interpretação

---

<sup>350</sup> SLENES, Robert. Malungu, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta No Brasil. *Revista USP*, São Paulo, v. 12, p. 48-67, 1992; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

decorrem do fato de o autor trabalhar com diferentes fragmentos originários da África, Brasil e Estados Unidos, a partir dos quais criou um modelo de compreensão da racionalidade e das atitudes dos escravos de língua banto desembarcados no Brasil. Tais fragmentos foram obtidos em relatos de viajantes, pinturas, dicionários, além das fontes clássicas para o estudo dos africanos no Brasil, que são aquelas de origem eclesiástica e civil. Enfim, o autor procura explicar a família não apenas a partir das lógicas comportamentais dos livres, mas através do próprio entendimento dos escravos.

A hipótese de que havia um substrato cultural a favorecer a identificação dos escravos entre si parece-nos mais coerente que a interpretação de caráter mais funcionalista de Góes e Florentino. Para Sheila de Castro Faria, a hipótese dos últimos autores poderia ser adequada para o caso das escravarias da Bahia, onde a recriação das identidades dos escravos da costa Ocidental da África criava verdadeiras cisões, especialmente aquelas que separavam os escravos islamizados do resto da sociedade. Esta explicação não serviria para a escravidão no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, pois a herança cultural do Centro-Oeste africano criaria, sim, condições de integração entre os africanos oriundos desta região<sup>351</sup>.

As tensões no interior das escravarias (especialmente nas novas) certamente eram significativas e poderiam criar oposições entre grupos de escravos. Estas oposições ou sobreposições de lealdades poderiam, de fato, ter se tornado um mecanismo estimulado e aproveitado pelos senhores para estabilizar seu poder. No entanto, afirmar que os escravos formavam alianças familiares entre si para se aproximarem da experiência da liberdade exercida por livres pobres (como defende Mattos), por medo da guerra interna ao cativo (conforme Góes e Florentino) ou por falta de oportunidade em estabelecer laços com pessoas melhor “qualificadas” (como sugere Fragoso<sup>352</sup>), é enfatizar demasiadamente o papel desses mecanismos. Estas posições desconsideram (não tanto no caso de Mattos) a tensão social

---

<sup>351</sup> FARIA, *Identidades e comunidade...*, *idem*, p. 146. Encontramos uma interessante informação que ajuda a pensar as pontes de comunicação existentes entre os diferentes grupos oriundos dessa região. Em carta datada do ano de 1787, o inspetor da Real Fazenda do Linho Cânhamo, Francisco da Silveira Pegado, relata ter recebido do Coronel Comandante José Joaquim Ribeiro da Costa 50 escravos confiscados da sumaca Senhor Bom Jesus de Iguapez<sup>351</sup>. Os escravos que se encontravam em lastimável estado. Estavam muito magros e alguns doentes de sarna. Todos nus. Três haviam morrido. Os escravos eram quase todos oriundos do centro-oeste africano, incluindo cativos congos se angolas, ambacas, cassanges, rebolos, camundongos, songos, benguelas e ganguelas. Por fim, havia uma cativa crioula. Neste contexto de tão expressiva diversidade étnica e de péssima condição de saúde do grupo, o inspetor da Feitoria informa que os dois escravos ladinos que estavam entre os transportados tornaram-se úteis no cuidado dos outros. Isso por saberem se comunicar com o restante dos cativos e falar o português. Este pequeno relato sugere que, apesar da diversidade de origens dos escravos do Centro-Oeste africano, estes compartilhavam alguns elementos culturais e linguísticos que facilitava o contato. Fonte: Ofício número 53, Arquivo Nacional, Fundo Secretaria do Estado do Brasil, Códice 104, Volume 9, p. 164ss.

<sup>352</sup> A seguinte passagem presente no trabalho de Fragoso é emblemática: “os escravos sem apelido [...] tinham menos chance de estabelecer pactos com livres ou forros. Portanto, *restava-lhes* o parentesco com os companheiros de senzala” (FRAGOSO, Capitão Manuel Pimenta Sampaio..., *idem*, p. 279. Grifo nosso).

surgida na relação entre dominadores e dominados. Há a impressão de que tudo se passa como se as ações dos escravos redundassem *sempre* num ganho político para os senhores. Quer os escravos formassem suas famílias, criassem relações de compadrio com outros pretos, estendessem esses laços aos escravos melhor qualificados ou a pessoas livres ou forras, quer fugissem temporária ou permanentemente do controle do seu senhor, os escravos sempre *referendariam* as relações de dominação.

Não é inadequado postular que, em algumas situações, os dominados possam incorporar os valores dos dominadores e render-lhes sincera lealdade. Afinal de contas, o sucesso de um sistema social desigual depende do relativo sucesso desempenhado pela ideologia (no seu sentido marxista) para criar legitimidade do poder. No entanto, a força da ideologia tem limites e corre-se sempre o risco de a deferência não passar de um teatro<sup>353</sup>. Por este motivo, consideramos as provocações de Slenes necessárias para problematizar como as relações entre senhores e escravos, bem como de escravos entre si, constituíram-se e transformaram-se ao longo do tempo, em lugares e situações as mais diferentes possíveis.

Ao apresentar nossas posições teóricas, não pretendemos ignorar as contribuições dos diferentes autores, especialmente porque muitas delas concordam entre si. É indiscutível que a formação da família facilitava a posição de domínio do senhor e obriga os escravos a apresentarem uma postura mais leal, pois os laços familiares eram muito sensíveis, de modo a tornar a má vontade do senhor algo verdadeiramente indesejado. Por outro lado, há fortes evidências de que as afinidades culturais dos escravos oriundos do Centro Oeste africano poderiam facilitar a comunicação e o entendimento entre estes. Ao organizarem suas famílias, muito provavelmente o faziam sob perspectiva própria, o que não impedia a apropriação de alguns elementos da cultura dominante.

Também acreditamos que processo de constituição das famílias não tenha um caráter político pré-determinado: a existência de famílias não significava o predomínio incontestado de um sentimento de lealdade. Os escravos poderiam ser leais porque, de modo geral, não havia alternativa senão a obediência. O jogo político-social exigia, no mínimo, a manutenção das aparências de subordinação à ordem e, nele, um dos lados tinha ampla vantagem sobre o outro. No entanto, os resultados desse jogo eram desconhecidos e causavam apreensão em todos os participantes.

Ao considerar o fato de todos os envolvidos possuírem interesses próprios, postulamos que identificação ou o conflito dos escravos entre si ou destes para com seus

---

<sup>353</sup> Ver THOMPSON, Edward. *Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 56s.

senhores poderiam variar de acordo com os contextos de convívio. Por isso, as relações sociais, especialmente aquelas que envolviam dominadores e dominados, eram pautadas por uma lealdade ambígua, frequentemente efetiva, mas, por vezes, aparente. Havia, em muitos casos, lealdades paralelas, uma no sentido vertical e, outra, no horizontal. Estas poderiam se chocar, quase sempre em prejuízo da última<sup>354</sup>.

Essa é a nossa forma de entender o convívio de homens e mulheres em uma sociedade nova e em pleno crescimento e transformação. Convívio, este, marcado por peculiar violência<sup>355</sup> e por situações que forçavam a dependência de certos indivíduos e grupos para com outros. Mais precisamente, o sistema social e econômico tornava necessário que indivíduos com menos recursos tornassem-se dependentes de outros melhor colocados para, somente assim, obter maior margem de autonomia. Uma autonomia fortemente condicionada, sem dúvida.

Iniciaremos, agora, a análise da família escrava em Porto Alegre, nas três últimas décadas do século XVIII.

### **Batismo e tráfico de escravos**

O batismo é o ato religioso que introduz o indivíduo na comunidade cristã. No império português, o ritual tornara-se particularmente importante, pois se constituiu como um pré-requisito para a participação na comunidade política – mesmo para os escravos na colônia americana<sup>356</sup>. O compadrio e o apadrinhamento surgidos na pia batismal, por fim, caracterizavam-se como mecanismos de criação de vínculos espirituais e sociais entre pessoas, muitas destas oriundas de grupos diferentes, de modo a reforçar as redes clientelísticas. Justamente pela importância deste ritual no cotidiano dos súditos da Coroa portuguesa, os livros de batismos tornaram-se, hoje, uma das fontes seguras para o estudo da

---

<sup>354</sup> SLENES, Robert. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: NOVAIS, Fernando; ALENCASTRO, Luis Felipe (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 233-290. Aqui, p. 268ss.

<sup>355</sup> No ano de 1803, Paulo José da Silva Gama, o então Governador do Rio Grande, lança um edital proibindo os excessivos castigos perpetrados pelos senhores contra seus escravos. O Governador fala de espancamentos bárbaros, assassinatos, abandono dos adoentados, de prisões clandestinas acompanhadas de fatal privação do alimento, além de muitos escravos sacrificados sem outro motivo senão a cólera e a raiva senhorial. Fonte: Edital nº 4 anexo ao Ofício do governador do Rio Grande de São Pedro, Paulo José da Gama, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo. Porto Alegre, 25 de julho de 1803. AHU, ACL, CU, Cx. 10, D. 463

<sup>356</sup> Ao tratar do interesse dos escravos pelo batismo na América Portuguesa, Sheila de Castro defende que a ideia de “aculturamento” deve ser negada. A cidadania católica era requisito básico para a sobrevivência na Colônia. Negar o domínio seria acintoso e representaria um confronto direto. Isso não significa, entretanto, que na vida cotidiana outras crenças e costumes não estivessem presentes” (FARIA, *A Colônia em movimento*, *idem*, p. 306).

sociedade brasileira no período colonial e imperial<sup>357</sup>.

Nosso banco de dados conta com o registro de 1120 batismos de crianças e adultos escravos ocorridos em Porto Alegre, entre 1772 e 1800<sup>358</sup>. As informações disponíveis dizem respeito aos senhores dos escravos, à condição de filiação das crianças (se eram filhos naturais ou legítimos) e à origem, condição jurídica e cor dos envolvidos<sup>359</sup>.

As frequências anuais de batismos podem, em alguma medida, indicar a própria intensidade do comércio de escravos. Na paróquia de São José do Rio de Janeiro, entre 1803 e 1820, Roberto Guedes Ferreira constatou que o número de batismos de escravos acompanhou o volume do tráfico, motivo pelo qual concordou com a suposição de José Góes de “que cada mulher africana aqui desembarcada era uma provável mãe de escravos crioulos”<sup>360</sup>.

No primeiro capítulo deste trabalho, verificamos que a população de Porto Alegre cresceu vertiginosamente, em grande medida devido ao tráfico de escravos. Entre os anos de 1780 e 1802, os cativos conheceram uma taxa de crescimento de 4,9% anuais, valor muito superior aos 2% referente à população livre. Esta taxa não indica outra coisa senão o desembarque constante e intenso de levadas de homens e mulheres recém retirados da África.

Ao acompanharmos a frequência de batizados anualmente realizados em Porto Alegre, apresentada no gráfico seguinte, poderemos delinear os efeitos causados pelo tráfico sobre os padrões de natalidade da população cativa da freguesia. Apresentamos, pois, a distribuição de batismos por ano, associada às projeções de desembarque de africanos no sudeste brasileiro no mesmo período<sup>361</sup>.

---

<sup>357</sup> SCHWARTZ e GUDEMAN, *idem*, p. 33ss; FARIA, *A Colônia em movimento*, *Idem*, p. 304ss.

<sup>358</sup> O número de pessoas registradas não coincide com o de registros do livro, pois há casos de crianças gêmeas e de escravos adultos batizados em conjunto.

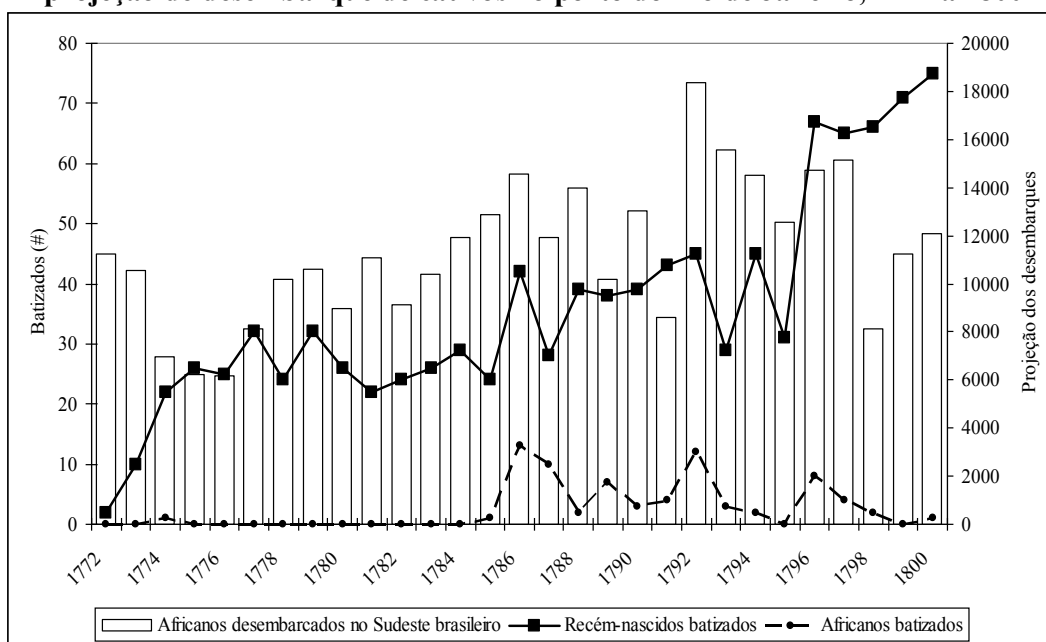
<sup>359</sup> Foram excluídos os filhos de moradores de outras localidades, em sua maioria de Triunfo. Foram possíveis dois procedimentos de “correção” dos dados, ambos relacionados aos padrinhos e madrinhas. O primeiro diz respeito aos indivíduos que conseguimos identificar, os quais tiveram seus registros padronizados; a segunda, se refere àqueles que contam apenas com um nome, sem constar qualquer outro dado (por exemplo: “João e Maria, padrinhos”), os quais passaram a ser considerados como escravos.

<sup>360</sup> FERREIRA, Roberto Guedes. *Na pia batismal: família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX)*. Rio de Janeiro: PPGH-UFF, 2000. Dissertação de mestrado. p. 174. (manuscrito oferecido pelo autor).

<sup>361</sup> Ver: ELTIS, David (coord.). *Trans-Atlantic Slave Trade Database*, disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>. Acesso em 03 de jan. de 2013.

Gráfico 13

Frequência de batismo de escravos africanos e recém-nascidos em Porto Alegre e projeção de desembarque de cativos no porto do Rio de Janeiro, 1772 a 1800



Fonte: *Primeiro e Segundo livro de batismos de Porto Alegre*, AHCMPA; ELTIS, David (coord.). *Trans-Atlantic Slave Trade Database*, disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>. Acesso em 03 de jan. de 2013.

Ao acompanhar a frequência de batismos de crianças e adultos em Porto Alegre, constatamos a existência de três padrões no tempo. Há um primeiro período de estabilidade dos batismos entre 1774 e 1785, com uma média de 26 rituais realizados anualmente. O segundo período ocorre entre 1786 e 1795, quando se intensifica expressivamente o batismo de crianças, com uma média de 44 registros anuais. Por fim, o terceiro período – que não passa de um recrudescimento da tendência anterior – inicia em 1796 e apresenta uma média anual de 72 batismos.

Há duas hipóteses para explicar este quadro. A primeira delas é a intensificação do tráfico de cativos. Conforme os dados apresentados por Helen Osório e Gabriel Berute, houve um expressivo crescimento do tráfico na Capitania do Rio Grande, ao final do século XVIII e início do XIX: o total de escravos negociados passou 328 em 1788 para um total de 852 em 1802<sup>362</sup>. Não há, infelizmente, informações para o período anterior, no qual trabalhamos. Por esse motivo utilizamos projeções dos desembarques de escravos no sudeste brasileiro, que nos oferece dados indiretos para testar a hipótese em questão.

<sup>362</sup> OSÓRIO, OSÓRIO, Helen. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 221; BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825*. Porto Alegre: PPGH – UFRGS, 2006. Dissertação de mestrado. p. 40.

De fato, chama muito a atenção o fato de que as duas altas no número de batismos (em 1786 e 1796) são precedidas por tendências de crescimento dos desembarques. No ano de 1786 ocorre o ápice do tráfico iniciado alguns anos antes; entre 1792 e 94 ocorre uma forte elevação do comércio de escravos, num nível até então desconhecido, quando se chegou ao pico do tráfico no período. É possível que o mercado de almas carioca tenha se saturado (particularmente na segunda metade da década de 1790), de modo a explicar o abrupto decréscimo de desembarques nos anos posteriores. Com a saturação do mercado, os preços dos escravos deveriam ter baixado, de modo a acelerar o comércio interno. Foi nesse contexto que mais africanas foram encaminhadas para as escravarias sulistas no período anterior aos anos de 1786 e 1796.

A frequência de batismos de africanos, por sua vez, reforça a hipótese levantada. Entre 1772 e 1785, um período de 13 anos, foram registrados apenas 2 batismos de adultos; nos 14 anos entre 1786 a 1800, por outro lado, o total chegou a 73 casos. Foi um crescimento imoderado. O tráfico carioca poderia se encontrar em um período de estabilidade da oferta<sup>363</sup>, mas mesmo variações de pequena escala na disponibilidade de cativos no mercado poderiam causar consideráveis impactos em uma comunidade tão pequena quanto a freguesia de Porto Alegre.

A segunda hipótese elencada para explicar o aumento no número de cativos é o do crescimento da população de escravas crioulas em período biológico fértil. Entre 1772 e 75, nasceram 27 meninas; entre 1776 e 1780, nasceram outras 71. Ora, as sobreviventes do primeiro período estavam aptas a tornarem-se mães a partir do final da década de 1780, enquanto as nascidas no segundo período poderiam gerar seus filhos na segunda metade da década de 1790. Os resultados do amadurecimento das crioulas nascidas em Porto Alegre podem ser verificados por meio dos poucos registros que indicam o local de origem das mães. De 1786 a 1790 aparecem 7 registros de mães nascidas na freguesia. De 1791 a 1795, são 10 registros. Por fim, entre 1796 a 1800, aparecem outros 10 registros. Estes são indicadores mínimos relativos à participação de crioulas no aumento da natalidade da população cativa.

A interrelação entre tráfico e batismo de escravos, hipótese defendida inicialmente por Roberto Góes, foi um fenômeno comum a outras freguesias da região Sul-Sudeste da

---

<sup>363</sup> Isso se estendermos o que Florentino classificou como o período de estabilidade do tráfico (entre 1790 – 1808) para a década de 1770, decisão adequada ao considerarmos que houve a manutenção do padrão de desembarques de um período para o outro. Ver FLORENTINO, *idem*, p. 51; FLORENTINO, Manolo; GÓES, Roberto. *A Paz das Senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 49ss, CAVALCANTI, Nireu. O comércio de escravos novos no Rio setecentista. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 15-77. Aqui, p. 58 e 65; ELTIS, David (coord.). *Trans-Atlantic Slave Trade Database*, disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>. Acesso em 03 de jan. de 2013.



América portuguesa. Sabemos que, entre as décadas de 1730 e 1780, a média anual de desembarque de escravos no Rio de Janeiro não ultrapassou 8,5 mil indivíduos. A partir de 1781, houve um expressivo aumento, chegando a quase 11 mil anuais. Na década iniciada em 1791, chegou a 12 mil. Entre 1801 e 1810, alçou-se a 14 mil indivíduos desembarcados anualmente.<sup>364</sup> Foi precisamente no período de crescimento do tráfico, iniciado por volta de 1780, que se verificaram transformações nos padrões de nascimentos em Porto Alegre, bem como outras localidades.

Em Curitiba, o período compreendido entre 1731 e 1775 é marcado por certa estabilidade no nascimento de crianças, com o batismo de 80 a 140 crianças por quinquênio. Entre 1776 e 1780, somaram-se 150 batismos. A mudança torna-se evidente no quinquênio iniciado em 1781, quando o total de batismos chegou a 230; entre 1786 e 1790, foi ultrapassada a marca dos 270 eventos; por fim, chegou-se à casa dos 280 registros no quinquênio iniciado em 1791.

Em São João del Rei, em Minas Gerais, ocorreu um processo semelhante. Entre as décadas de 1731 e 1780, o número de nascimentos variou entre 265 e 1.016 nascimento por década. No entanto, entre a década de 1771 e 1781, houve um salto de 714 nascimentos para um total de 2.140. Na década seguinte, chegou-se ao pico de 2.334 registros<sup>365</sup>. Deste modo, o fenômeno verificado em Porto Alegre, de brusco aumento no número de nascimento de escravos justamente em meados da década de 1780, foi semelhante ao ocorrido em outras freguesias e esteve, certamente, vinculado às transformações no tráfico de escravos.

O tráfico, portanto, condicionava o crescimento da população de duas maneiras estreitamente ligadas. Em primeiro lugar, fazia desembarcar homens e mulheres adultas em condições de trabalhar. Em segundo lugar, estas mulheres encontravam-se em condições de gerar filhos e criar famílias. Portanto, o crescimento da população de escravos de Porto Alegre, via tráfico, foi acompanhado pelo aumento de seu poder genésico.

### **Batismo de africanos**

Era uma obrigação dos traficantes batizarem escravos adquiridos na África antes de

---

<sup>364</sup> Estimativas relativas aos desembarques de escravos no sudeste brasileiro. Ver: ELTIS, David (coord.). *Trans-Atlantic Slave Trade Database*, disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>. Acesso em 03 de jan. de 2013.

<sup>365</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001. p. 277; BRÜGGER, Sílvia. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 313-347.

enfrentarem o Atlântico. Com certa frequência, entretanto, esse procedimento não era cumprido e restava batizá-los quando da chegada ao Rio de Janeiro. Ainda assim, muitas vezes a pressa em vender os cativos fazia com que este ritual tão importante no mundo cristão fosse ignorado. É desta maneira que se explica o registro de 75 africanos batizados em Porto Alegre, no período em foco.

Como era de se esperar, predominaram os escravos oriundos do Centro-Oeste africano, majoritariamente qualificados como benguela ou angola (que totalizam 40 indivíduos, que representam 53% do total e 61%, se retirados os termos genéricos e os sem informação). Impressiona, entretanto, a quantidade de escravos da África Ocidental: os mina representam quase 40% de todos os registros com informação disponível. É um número realmente elevado ao se considerar que estes escravos constituíam uma minoria no Rio Grande de São Pedro. Helen Osório constatou que os originários dessa região contabilizavam 26% dos cativos listados na amostra de inventários *post-mortem* abertos entre 1765 e 1825. Gabriel Berute, por sua vez, verificou que eles eram apenas 3% dos escravos arrolados nas Guias de escravos entre 1788 e 1802<sup>366</sup>. Tal sobre-representação de africanos da África Ocidental está relacionada à particular tendência de comerciantes instalados na região em não cumprir a exigência de batizar os escravos antes do embarque para a América<sup>367</sup>.

A população de africanos batizados apresentava um perfil feminino e jovem. Dos 58 casos em que havia o registro da idade, obteve-se uma idade média de quase 17 anos. Foram registrados 32 homens para 41 mulheres, o que significa uma razão de masculinidade de 78 homens para cada 100 mulheres. É difícil avaliar os significados destes valores. Podemos simplesmente considerá-los atípicos e não-representantes da dinâmica global do tráfico, que privilegiava a importação de homens. Ou, então, o predomínio feminino pode ser resultado da preferência de mulheres cativas por parte dos senhores da área urbanizada de Porto Alegre (ver Tabela 27).

## **Legitimidade**

Dos 1120 indivíduos registrados nos livro de batismos de escravos, temos 75 africanos jovens e adultos e 1045 recém-nascidos crioulos, sendo que estes totalizam 93% dos

---

<sup>366</sup> OSÓRIO, Helen. Esclavos de la frontera: padrones de la esclavitud africana en Rio Grande do Sul, 1765-1825. In: Betancur, Arturo; Borucki, Alex; Frega, Ana. (Org.). *Estudios sobre la cultura afro-rioplatense. Historia y presente*. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2004b, p. 7-15. Aqui, p. 12; BERUTE, *idem*, p. 51.

<sup>367</sup> SOARES *apud* BERUTE, *idem*, p. 52.

registros. Dentre as crianças, poucos eram os filhos legítimos, nascidos de casais unidos na Igreja, pois somam menos de um quarto do conjunto (238 casos, ou 23% do total); predominaram, pois, os filhos naturais, nascidos de mães solteiras (809 casos, ou 77% do total)<sup>368</sup>. Deste modo, percebemos que o casamento era uma instituição de difícil acesso aos escravos, ou pela qual não alimentavam interesse.

De modo geral, predominou o nascimento de crianças naturais entre os escravos. Apesar das altas taxas de ilegitimidade da população brasileira, Stuart Schwartz assevera que os escravos geravam mais filhos em relações consensuais do que os livres. Em quatro paróquias do Recôncavo baiano analisadas pelo autor, entre os anos de 1723 e 1816, os ilegítimos variaram de 28 a 30% dos filhos de livres e de 67 a 100% dos de escravos<sup>369</sup>.

Um dos consensos relativos à instituição da família escrava é o fato de que o tamanho das escravarias, os tipos de atividades produtivas, a localização geográfica e o “ciclo de vida” dos senhores e das escravarias eram variáveis que condicionavam as possibilidades de legalização dos matrimônios de escravos. Costa, Slenes e Schwartz demonstraram em seu estudo sobre Lorena que, quanto maior o tamanho da escravaria e mais tempo os escravos estivessem estabelecidos na propriedade, maiores eram as possibilidades dos últimos casarem-se diante da Igreja. Logo, quanto mais frequentes eram as médias e grandes propriedades de cativos, mais frequentes seriam os casamentos<sup>370</sup>.

Sheila de Castro Faria, por sua vez, argumentou que a localização geográfica é uma variável importante para entender a frequência de nascimentos de crianças legítimas ou naturais. A autora sugeriu a hipótese de que quanto mais próximos de portos ou de bispados, menores seriam as possibilidades de regularizarem-se as uniões entre escravos. A região atendida por um porto apresentava amplo movimento de pessoas e mercadorias, o que dificultaria a manutenção de laços estáveis entre os indivíduos; a atuação mais efetiva da Igreja, por sua vez, poderia criar entraves nas relações entre senhores e seus escravos casados. Em Campos dos Goitacases, o principal centro açucareiro carioca nos séculos XVII e XVIII, afastado da cidade do Rio de Janeiro, as taxas de legitimidade eram altíssimas. Na paróquia de Nossa Senhora das Neves, por exemplo, 87% das crianças nasceram de pais e mães casadas. Apenas em Jacarepaguá, justamente a freguesia mais próxima do Rio de Janeiro, a taxa

---

<sup>368</sup> Na contabilidade de filiação, há duas crianças africanas que serão computadas, pois chegaram bem jovens a Porto Alegre e são, ambas, classificadas como naturais.

<sup>369</sup> SCHWARTZ, *Segredos internos...*, *idem*, p. 317s.

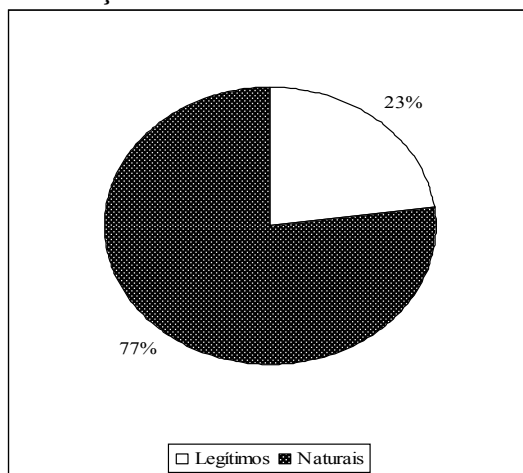
<sup>370</sup> COSTA, Iraci; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. Família escrava em Lorena (1801). In: *Estudos econômicos*, São Paulo, 17 (2), maio/ago, 1987, p. 245-295.

encontrada foi inferior a 40%; mas, passados cinquenta anos, o total chegou a 52%<sup>371</sup>.

Robert Slenes apresenta uma hipótese complementar a de Faria. Para o autor, a diferença dos percentuais de escravos casados e solteiros nas diferentes freguesias surgidas ao longo do Rio Paraíba era resultante não do interesse dos cativos, mas do controlar do olhar do branco. O autor percebeu que, se no Rio de Janeiro havia maior tendência de os escravos serem solteiros, nas regiões mais afastadas, ao longo do curso do Rio Paraíba, aumentava a participação dos cativos casados. Para explicar o fenômeno, Slenes argumenta que a necessidade de ocupar as regiões de fronteira com população estável forçava o Estado e a Igreja a estimularem o casamento, de modo a incentivar a ideologia senhorial a valorizar do casamento dos escravos. Por este motivo, os escravos de São Paulo (e aqueles de regiões afastadas de portos, como Campos dos Goitacases) conseguiriam legitimar mais frequentemente seus relacionamentos afetivos, em detrimento dos escravos do Rio de Janeiro<sup>372</sup>.

Com base nestas considerações, podemos avaliar a distribuição dos escravos recém-nascidos conforme condição de filiação.

**Gráfico 14**  
**Condição de filiação das crianças escravas nascidas em Porto Alegre, entre 1772 e 1800**



Fonte: 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> LBPoA, AHCOMPA.

As hipóteses acima elencadas ajudam-nos a entender a dimensão dos índices de ilegitimidade encontrados em Porto Alegre. Ora, como demonstramos no terceiro capítulo, dominaram em Porto Alegre as pequenas escravarias, em sua maioria localizadas no núcleo urbanizado, conforme o *rol de confessados de 1782*. Poucos eram os cativos que viviam em

<sup>371</sup> FARIA, *A Colônia em movimento*, *idem*, p. 325.

<sup>372</sup> SLENES, *Na senzala*, *idem*, p. 82ss.

escravarias com 10 ou mais membros: estas eram 5% das propriedades e concentravam apenas 20% da população cativa. Além disso, o porto da capital tornou-se muito movimentado em pouco tempo e por ele desembarcavam quantidades crescentes de cativos. Não por outro motivo, então, a taxa de legitimidade encontrada em Porto Alegre era tão baixa.

Para sustentar esta análise, basta observar as taxas de legitimidade encontradas Fronteira Oeste do Rio Grande, no período entre 1755 e 1809. Silmei Petiz constatou que nas freguesias de Caçapava, Cachoeira, Rio Pardo e Encruzilhada, as taxas de legitimidade entre os filhos de escravos variaram entre 31 e 42%, resultados expressivamente maiores que os de Porto Alegre. Ora, na Fronteira Oeste as propriedades com 10 ou mais cativos (em sua maioria, vinculadas à pecuária) eram bem mais frequentes, pois contabilizavam 10% das escravarias e compreendiam quase 40% dos cativos<sup>373</sup>. Além disso, esta era uma região de fronteira, mais distante dos postos abastecedores, o que forçava os senhores a estimularem o casamento de seus cativos para enraizá-los à região. Portanto, as variáveis que condicionavam os cativos no Sudeste brasileiro podem também ajudar a explicar a diversidade das formações familiares encontradas no Rio Grande de São Pedro.

### **Origem e cor de mães e pais**

Os escravos dividiam-se em dois grandes grupos populacionais, os africanos e os coloniais, frequentemente qualificados como crioulos. Cada um destes segmentos era formado por uma miríade de subcategorias. Os escravos africanos provinham de três grandes regiões, que são a África Ocidental, o Centro-Oeste africano e a África Oriental. Os originários da costa Ocidental foram enviados principalmente ao nordeste brasileiro, enquanto os segundos foram destinados ao porto do Rio de Janeiro e daí distribuídos para o restante do Sudeste e Sul da América portuguesa.

O Centro-Oeste africano era dividido em três grandes regiões, que eram o Congo Norte (com o porto de Cabinda), Angola (com o porto de Luanda) e Benguela, ao sul de Angola. Do Congo Norte vieram indivíduos dos grupos congo, cabinda e monjolo; do norte de Angola, vieram os angola, ambaca, cassange, rebolo, camundongo, songo; do sul de Angola, os benguela e ganguela<sup>374</sup>.

Os escravos nascidos nas colônias portuguesas, por sua vez, eram classificados

---

<sup>373</sup> PETIZ, *idem*, p. 75, 83 e 167.

<sup>374</sup> Seguimos a classificação da origem dos escravos proposta por KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808 – 1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 46 e 50ss.

conforme sua cor, a qual indicava sua posição social. Como “pretos” ou “negros” eram designados os escravos africanos ou, às vezes, os seus descendentes. No entanto, os filhos dos africanos, mais frequentemente, eram qualificados como “crioulos”. Karasch argumenta que os escravos nascidos no Brasil preferiam tal termo ao de “negro” porque este era quase sinônimo de escravo, ainda que “preto” fosse um termo mais neutro, usado para pessoas negras de origem ou status legal desconhecido. Os crioulos não nasceram necessariamente no Brasil, mas em qualquer colônia portuguesa, como Cabo Verde ou Luanda. Os “pardos”, muitos deles de pele negra, eram cativos ou forros nascidos no Brasil que conquistaram algum *status* diante de sua comunidade, resultado muitas vezes de um esforço familiar voltado para a ascensão social. Particularmente no século XVIII, conforme argumenta Faria, o “pardo” era a terceira geração de africanos, filhos de pais crioulos. Os termos “cabra” ou “cafuzos”, por fim, possuíam um caráter mais depreciativo, usado para escravos de origem mista, por vezes filhos de índios<sup>375</sup>.

Nas tabelas seguintes, apresentamos os dados relativos à origem e cor das mães das crianças batizadas em Porto Alegre.

**Tabela 42**  
**Origem e cor das mães dos batizados em Porto Alegre, entre 1772 e 1800**

<b>Origem</b>	<b>#</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>Classificação de cor</b>	<b>#</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
Africanas	583	55,7	75,0	Pretas	524	46,8	84,9
Crioulas	194	18,5	25,0	Pardas	85	7,6	13,8
S/I	270	25,8	-	Cabras e mulatas	8	0,7	1,3
				S/I	430	44,9	-
<b>Total</b>	<b>1047</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>Total</b>	<b>1047</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Nota: S/I: Sem informação.

Fonte: 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup>LBPoA, AHCMPA.

Fonte: 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup>LBPoA, AHCMPA.

Há informação sobre a origem de três quartos das mães cativas. Mais da metade das genitoras era africana e, se excluirmos os casos sem informação, o montante chegará a quase 75%. As mães africanas eram majoritariamente oriundas do Centro-Oeste do continente (88% dos casos, excluídos os sem informação), enquanto as mina e as de origem vaga (as de guiné,

<sup>375</sup> Uma das principais descrições dos termos encontra-se em KARASCH, *idem*, p. 36ss. Ver, também, MATTOS, *idem*, p. 34; FARIA, *A Colônia em movimento*, *idem*, p. 307. Sobre as estratégias de ascensão social de libertos e a “conquista” da classificação de pardo, ver FERREIRA, Roberto Guedes. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla & SAMPAIO, Antônio Carlos (Org.). *Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 339-376.

de “nação” e da “Costa”), somam os 12% restantes total. No entanto, temos a impressão de que parte expressiva das escravas qualificadas com estas expressões vagas seja, em realidade, de origem centro-africana. Encontramos alguns casos de escravas ora designadas de angola, ora guiné. Além disso, o termo “da Costa” passou a dominar os últimos anos da década de 1790 e seu emprego não significa – até onde se sabe – nenhuma modificação expressiva das fontes do tráfico<sup>376</sup>.

A qualificação de cor das mães é um dado menos frequente, pois consta em pouco mais da metade dos registros. As pretas são a maioria, seguidas pelas pardas. Se excluirmos aquelas sem informação, as primeiras representarão 85% do conjunto e, as últimas, 14%. A designação de “preta” diz respeito, em geral, às escravas de origem africana, pois em 79% dos casos as duas informações estavam associadas, enquanto as escravas nascidas na América eram chamadas de crioulas ou pardas, mas raramente de pretas. Confirma isto o fato de que apenas seis escravas designadas como crioulas ou como nascidas no Brasil foram classificadas de pretas. Mães cabras e mulatas encontradas foram poucas, o que confirma o caráter recente da população escrava do período. Enfim, estes dados permitem-nos concluir que a maioria das crianças nasceu de ventre africano. Nas tabelas seguintes, temos os dados relativos aos pais.

**Tabela 43**  
**Origem e cor dos pais dos batizados em Porto Alegre, entre 1772 e 1800**

<b>Origem</b>	<b>#</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>Classificação de cor</b>	<b>#</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
Africanos	119	50,4	80,4	Pretos	143	60,6	87,7
Crioulos	29	12,3	19,6	Pardos	20	8,5	12,3
S/I	88	37,3	-	Sem informação	73	30,9	-
Total	236	100,0	100,0	Total	236	100,0	100,0

Fonte: 1º e 2ºLBPoA, AHCMPA.

Fonte: 1º e 2ºLBPoA, AHCMPA.

Os pais das crianças cativas eram, quase todos, escravos. Dos 236, 11 eram forros e apenas um era livre. Isto é, apenas 5% dos pais não eram escravos. A maioria dos pais ou eram originários dos portos africanos ou foram qualificados com a cor preta. Pelo menos metade das crianças era descendente de africano. Se excluirmos os casos sem informação, teremos um total de 80% de pais africanos e de 88% de pais pretos. Desta maneira, os dados de origem e cor de mães e pais levam-nos a concluir que as famílias cativas formadas em Porto Alegre eram majoritariamente africanas, ainda que aquelas compostas por nativos da

<sup>376</sup> BERUTE, *idem*, p. 73s.

América – escravos, forros ou livres – não tenha sido desprezíveis.

A origem dos escravos de Porto Alegre era algo diferente daquela dos cativos da Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro, entre os anos de 1755 e 1809, conforme a pesquisa de Silmei Petiz. Nas freguesias desta ampla região predominaram as mães e os pais crioulos, com, respectivamente, 67 e 76% dos registros dos livros de batismo. Em vista destes valores, o autor defende um amplo processo de criouliização das escravarias da fronteira, especialmente porque, entre 1810 e 1835, os crioulos predominaram mesmo no conjunto da população adulta<sup>377</sup>. Isso evidencia, em alguma medida, o quanto as escravarias de Porto Alegre eram recentes e como esta freguesia cumpria o papel de ponto receptor e distribuidor de cativos. Situação semelhante foi encontrada em Rio Grande, porto atlântico da capitania e depois da província, durante a maior parte do século XIX, pois a maioria dos escravos da localidade era africana<sup>378</sup>.

Atente-se que, apesar do domínio de escravos crioulos na Fronteira Oeste, no período anterior a 1810, eram predominantemente africanos os cativos adultos ou idosos da região. Conforme apontam os inventários compulsados pelo autor, para estas faixas etárias foram computados 199 escravos africanos contra 135 crioulos. Por isso, a hipótese de Petiz de ampla criouliização das escravarias deve ser relativizada em relação ao século XVIII, pois era africana a maioria dos indivíduos que trabalhava e que fornecia os parâmetros culturais de socialização no interior da comunidade negra<sup>379</sup>.

Abordaremos, agora, as tendências de união dos escravos conforme a designação de origem e cor que lhes foi atribuída. De maneira geral, os escravos uniam-se a indivíduos semelhantes. No entanto, os escravos melhor qualificados (geralmente nascidos no Brasil), tendiam a procurar parceiros com status igual ou superior ao seu. Conforme Sheila Faria,

a cor, no Brasil, pode ser um significado importante, já que afastava ou aproximava indivíduos da condição de cativo. Quanto mais claro, era evidente ter menos sangue escravo, e vice-versa. [...] A expectativa de crioulos/pardos, indiscutivelmente não africanos, era a de encontrarem parceiros com uma situação ainda mais distante da condição de cativo, principalmente entre libertos e livres<sup>380</sup>.

Ao esperar o predomínio dos casamentos endogâmicos, pretendemos avaliar em que medida os escravos de diferentes categorias uniam-se entre si. Na próxima tabela

---

<sup>377</sup> PETIZ, *idem*, p. 116.

<sup>378</sup> SCHERER, Jovani. Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX. São Leopoldo: PPGH-UNISINOS, 2008. Dissertação de mestrado.

<sup>379</sup> *Ibidem*, p. 109.

<sup>380</sup> FARIA, *idem*, 336.



apresentamos as origens de mães e pais ligados em uniões legítimas. Foram considerados apenas os casos cujas informações referiam a ambos os cônjuges, os quais somam 59% dos registros de casais que batizaram seus filhos. Os dados dizem respeito ao conjunto dos registros, de modo que alguns casais foram contados mais de uma vez.

**Tabela 44**  
**Origem de mães e pais de batizados em Porto Alegre, entre 1772 e 1800**

Pais	Mães		Total
	Africanas	Crioulas	
Africanos	111	7	118
Crioulos	7	21	28
Total	118	28	146

Fonte: 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> LBPoA, AHCMPA.

Havia uma nítida tendência para a ocorrência de casamentos endogâmicos, pois em 132 dos 146 registros de casais (91%) os cônjuges compartilhavam a mesma origem. A frequência de registros de pais com origens diferentes foi pequena, contabilizando 14 das 146 uniões (10%). No entanto, se tomarmos exclusivamente os crioulos, notaremos que um quarto deles (25%) estava ligado a africanos. Este resultado revela seu significado quando comparado ao total de ligações entre africanos e pardos.

**Tabela 45**  
**Cor de mães e pais de crianças batizadas em Porto Alegre, entre 1772 e 1800**

Pais	Mães		Total
	Pretas	Pardas	
Pretos	142	0	142
Pardos	1	11	12
Total	143	11	154

Fonte: 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> LBPoA, AHCMPA.

Os dados apresentados nesta tabela apontam para a clivagem mais evidente entre os escravos de Porto Alegre: com uma única exceção, todas as uniões foram formadas por cônjuges da mesma cor. Pretos e pardos evitavam ir juntos ao altar. Se considerarmos que a cor atribuída a um escravo ou forro não dizia respeito apenas ao seu fenótipo, mas

principalmente ao seu lugar social, indivíduos pardos e pretos preferiam seus iguais.

Crioulos e pardos procuravam seus semelhantes na hora do casamento, mas os últimos estavam mais distantes dos africanos se comparados aos primeiros. Mais do que isso, a proximidade entre crioulos e africanos era significativa, tornando possível imaginar que parte dos primeiros fosse formada por nativos de primeira geração, prováveis filhos de escravos africanos.

Por isso, preferimos relativizar o argumento Florentino e Góes de que haveria uma cisão decisiva no mundo escravo, aquela que separava os escravos africanos dos nascidos no Brasil. Os autores não consideram as diferenças existentes entre os cativos brasileiros – mais precisamente, a divisão entre os escravos crioulos e os pardos – e as formas de relacionamento de cada uma destas categorias com os africanos. Não problematizam, por exemplo, o relacionamento entre a primeira geração de crianças crioulas com a geração dos pais africanos. Neste caso, pensamos que mesmo o casamento entre crioulos não significaria necessariamente um afastamento destes em relação aos africanos, pois não deveriam ser poucos os casos nos quais ambos os cônjuges crioulos fossem descendentes de pais africanos conhecidos entre si.

Ao considerar a importância dos africanos em Porto Alegre no final do século XVIII, bem como o predomínio da maternidade e paternidade africana, supomos que a relação entre africanos e, ao menos, a primeira geração de crioulos nascidos na freguesia não pode ter se pautado exclusivamente sob uma lógica de conflito. Pelo contrário, é provável que as relações familiares – consanguíneas ou fictícias – e de companheirismo, bem como o compartilhamento e a recriação dos valores culturais centro-africanos, tenham propiciado um ambiente de relativa integração social intra-cativeiro. Não temos, pois, motivo para postular que a formação de famílias tivessem se pautado por medo da guerra entre escravos. Continuaremos esta discussão no próximo capítulo, quando tratarmos do apadrinhamento de escravos.

### **A vida familiar nas escravarias**

Para entender de maneira adequada a formação das famílias cativas, precisamos considerar o ambiente no qual surgiam. Há unanimidade entre os especialistas de que o lar onde os escravos encontravam-se, junto aos seus companheiros de cativeiro, representava um dos espaços sociais essenciais para o aparecimento e preservação dos laços de parentesco. Stuart Schwartz percebeu que os escravos da Bahia casavam-se apenas com outros do próprio

domicílio e imputou tal fenômeno à proibição senhorial, a qual visava evitar atritos decorrentes de possível separação de famílias<sup>381</sup>.

Robert Slenes não apenas percebeu o mesmo fenômeno em Campinas, no século XIX, como constatou os efeitos práticos de tal política sobre os lares cativos. Foram as escravas das maiores posses aquelas que mais conseguiram legitimar perante a comunidade católica suas relações conjugais e as que mais tiveram filhos com paternidade reconhecida. Segundo o autor, estas escravas, por possuírem um leque maior de possíveis pretendentes dentro do próprio domicílio, tiveram melhores oportunidades em formar uma relação conjugal estável e sacramentada<sup>382</sup>.

Este padrão foi comum também durante o período de vigência do tráfico de escravos. Como vimos, o estudo de Costa, Slenes e Schwartz sobre Lorena, em 1801, demonstrou que do conjunto dos escravos casados, 63% encontravam-se nas posses com 10 ou mais escravos. Nas posses com até 4 escravos, excluídas as crianças, 18% dos cativos eram casados; nas posses com 10 ou mais escravos, 40% o eram. Em Bananal, uma das oito Companhias de Ordenanças de Lorena, que não foi estudada pelos autores anteriores, José Flávio Motta verificou nas escravarias com até 4 membros, excluídas as crianças, apenas 7% dos escravos eram casados, enquanto 46% o eram nas com 10 ou mais. Estes escravos das posses maiores representavam, pois, 90% dos cativos casados. Francisco Vidal Luna, em estudo sobre a população de São Paulo, Sheila de Castro Faria, em pesquisa sobre os Campos de Goitacases, e José Roberto Góes e Manolo Florentino, em seu trabalho em conjunto sobre o agro fluminense, chegaram às mesmas conclusões<sup>383</sup>. Estas pesquisas, enfim, apontam para a necessidade de verificar-se a existência ou não de correlação entre o tamanho da posse escravista e a configuração das famílias cativas.

No terceiro capítulo desta dissertação, demonstramos como a vida familiar dos escravos era condicionada pelas características dos domicílios onde se encontravam. De modo geral, constatamos que as crianças eram mais comuns nas propriedades maiores, possuídas por senhores com maior idade e nas quais as mulheres eram mais velhas. Vimos também que a geração de crianças era favorecida nas posses rurais, pois estas apresentavam maior proporção de homens, o que oferecia maior oferta de cônjuges potenciais para as escravas.

Para avançar neste debate, faremos uso conjunto do *rol de confessados de Porto*

---

<sup>381</sup> SCHWARTZ, *Segredos internos...*, *idem*, p. 313.

<sup>382</sup> SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 71ss.

<sup>383</sup> COSTA, SLENES & SCHWARTZ, *idem*, p. 252-4; MOTTA, *idem*, p. 235-9; LUNA, Francisco. Características demográficas... *idem*, p. 454s; FARIA, *idem*, p. 332ss; FLORENTINO & GÓES, *A paz nas Senzalas...*, *idem*, p. 95.

*Alegre de 1782* e do *Primeiro livro de batismos de escravos* da freguesia. Nosso procedimento foi o de obter informações dos cativos batizados cujos senhores das respectivas mães cativas fossem encontrados no rol de confessados. Foi possível cruzar algumas informações das duas fontes e, desta forma, separar as mães conforme o tamanho da posse de seus senhores informada no rol. Com este arranjo dos dados, trabalhamos com 70% dos batizados no período (entre 1773 e 1782), que consideramos uma parcela representativa do total de nascidos<sup>384</sup>.

**Tabela 46**  
**Distribuição (%) dos senhores, de mães e filhos entre 1773 e 1782 e de mulheres adultas e crianças em 1782, segundo faixas de posse escrava, em Porto Alegre**

Tamanho das posses (cativos) (1)	Livro de batismos, entre 1773 e 1782			Rol de confessados de 1782		
	Senhores de cativos	Mães	Filhos	Senhores de cativos	Mulheres (15 e 44 anos)	Crianças (0 e 9 anos)
Entre 1 e 4	40,2	30,7	24,0	68,0	33,3	19,6
Entre 5 e 9	42,9	39,6	39,5	26,8	47,1	51,4
10 ou mais	16,9	29,7	36,5	5,2	19,6	29,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Nota: (1) Conforme os róis de confessados de 1779 a 1782. Na faixa dos possuidores de 1 a 4 escravos, encontra-se uma proprietária que não apresentava escravos nos *Róis de confessados de 1782*.

Fonte: *1ºLBPoA*; *RCPA* 1779 a 1782, AHCMPA.

Os resultados obtidos a partir das duas fontes concordam entre si, pois a maior parte das mães e filhos está concentrada nas posses medianas e grandes. Os senhores das menores posses, apesar de serem predominantes no rol de confessados, aparecem em menor frequência no livro de batismo. Os senhores das posses com 10 ou mais cativos, por outro lado, passaram de 5% dos proprietários listados nos róis para 17% dos do livro de batismo. As mães, de 20% para 30% do total. Estas são evidências da diferença nas taxas de natalidade das mulheres das maiores e das menores posses escravistas, pois as últimas apareceram menos frequentemente na pia batismal.

O ciclo de vida dos senhores de escravos tem uma importância crucial neste caso. As estratégias de compra de cativos e as condições que enfrentaram os diferentes senhores levaram a uma distribuição muito desigual das escravas pelos domicílios. A escolha dos

<sup>384</sup> Lembramos que estes dados de batismo compreendem o período de nove anos antes da elaboração do rol de 1782 e, teoricamente, dizem respeito ao nascimento das crianças com até 9 anos de idade listadas no *rol* em questão. Dos 30% não contabilizados, talvez não tenhamos encontrado o respectivo senhor escravista pelo fato de que o registro do nome do senhor estivesse incompleto, o que prejudicou sua identificação; houvesse batismo de filhos de indivíduos residentes em outras regiões, dentre os quais identificamos alguns de Triunfo; ou, ainda, alguns dos batizados eram filhos de escravos de um agregado, o que dificultou sua identificação.

primeiros cativos normalmente recaía sobre aqueles do sexo masculino. Na medida em que conseguiam comprar mais escravos, os senhores adquiriam algumas mulheres e, consecutivamente, começavam a ter crianças sob seu domínio. Por isso, os dados indicam que quanto maior o tamanho da posse, maior a participação infantil. Nas tabelas seguintes, apresentamos as razões de batizado/mãe e de criança/mulher para cada faixa de posse cativa.

**Tabela 47**  
**Razão de batizados por mães escravas entre 1773 e 1782 e razão de criança por mulher adulta em 1782, segundo faixas de posse escrava, em Porto Alegre**

Tamanho da posse escrava (1)	Razão batizado/mãe (livro de batismo, entre 1773 e 1782)	Razão criança (0-9 anos)/ mulher (15 a 44 anos) (rol de confessados de 1782)
Entre 1 e 4	129	63
Entre 5 e 9	165	117
10 ou mais	203	159
Total	165	107

Nota: (1) Baseado nos róis de confessados.

Obs.: resultados multiplicados por cem.

Fonte: *1ª LBPoA*, AHCMPA; Fonte: *RCPA 1779 a 1782*, AHCMPA.

Novamente os resultados obtidos em ambas as fontes confirmam-se mutuamente: as escravas das maiores posses escravistas geravam maior número de filhos que as das menores. O número de batismos por mãe é modesto nas pequenas posses, de cerca de 130 crianças para cada 100 mulheres. Nas intermediárias, a taxa foi um pouco maior, próxima a 170. Nas posses com 10 ou mais cativos, por fim, cada mulher batizou uma média de 2 crianças. O rol de confessados confirma estas observações, mas com resultados menores que se devem, provavelmente, à mortalidade infantil<sup>385</sup> e, nas menores posses, à maior presença de mulheres sem filho.

Na tabela seguinte distribuimos os batizados de acordo com o tamanho da escravaria para avaliar a participação das crianças legítimas.

<sup>385</sup> Há um dado interessante na comparação dos resultados de ambas as tabelas: quanto maior é o tamanho do fogo, menor é a diferença entre as razões batizado/mãe e a criança/mulher. Nas menores posses, a razão de batizados por mãe cai pela metade no *rol de confessados*, ficando em 63 crianças por mulher. Por outro lado, naquelas posses com 10 ou mais cativos, a razão batizado/mãe dos livros de batismo cai em menos de um quarto, quando verificamos a razão criança/mulher no rol. Isto pode indicar que as mulheres que habitavam as maiores posses escravistas se encontravam nas condições mais adequadas para criar sua prole e garantir sua sobrevivência ao longo dos primeiros anos. Esta é uma hipótese ainda por ser testada.

**Tabela 48**  
**Índice de legitimidade (%) dos filhos das escravas batizados em Porto Alegre, conforme faixas de tamanho de posse escrava, entre 1773 e 1782**

Tamanho da posse (escravos) (1)	Crianças batizadas (#)	Legitimidade (%)
Entre 1 e 4	40	5,0
Entre 5 e 9	66	15,2
10 ou mais	61	47,5

Observação: do total de crianças, 22 eram legítimas, filhas de pais casados.

Nota: (1) Conforme *RCPA* 1782.

Fonte: *1ºLBPA*, AHCMPA.

Entre as crianças que nasceram em posses com mais 10 ou mais escravos, quase metade era filho de pais casados; nas menores, apenas um vigésimo o era. Semelhante padrão de distribuição foi encontrada por Robert Slenes, em Campinas, em uma amostra de listas de matrícula de 1872. Entre as crianças residentes nas posses com até nove cativos, apenas 29% eram legítimas; já aquelas que residiam em posses com 10 ou mais escravos, 80% o eram. Em Lorena, no ano de 1801, 65% das crianças das posses com até 4 escravos eram naturais, enquanto 78% das crianças das posses com 10 ou mais escravos eram legítimas. Se divididos os legítimos entre as diferentes faixas de posse, as escravarias com 10 ou mais escravos concentravam 71% dos legítimos. Em Bananal, no mesmo ano, com sua maior frequência de escravos casados ou viúvos nas maiores posses, 93% das crianças legítimas encontrava-se nas posses com 10 ou mais escravos e 77% das crianças naturais encontravam-se nas posses com até 9 membros. Em Inhaúma, freguesia carioca, entre 1817 e 1842, a diferença nos valores é menos acentuada, mas com padrão semelhante. Nas posses dos senhores com apenas um escravo batizado, 9% das crianças eram legítimas, enquanto nas posses com 8 ou mais batismos, 26% o eram<sup>386</sup>.

Guardadas as enormes diferenças relativas à estrutura de posse de escravos, à temporalidade da escravidão nestas localidades, bem como às diferentes fontes utilizadas, acreditamos que a correlação entre tamanho de posse, casamento de escravos na Igreja e os índices de legitimidade dos respectivos filhos eram variáveis interligadas em Porto Alegre. Ao considerar que nesta freguesia as escravarias de pequena dimensão predominavam e as maiores posses não apresentavam mais do que 30 membros, entende-se o porquê da menor

<sup>386</sup> SLENES, *Na senzala, uma flor...*, *idem*, p. 102. COSTA, SLENES & SCHWARTZ, *idem*, p. 267s; MOTTA, *idem*, p. 278s; GÓES, *idem*, p. 90s.

participação de crianças legítimas em cada grupo de tamanho de posse.

Ao considerar-se a maior dimensão das escravarias rurais frente às urbanas<sup>387</sup> e a maior participação de crianças legítimas nas maiores propriedades, poderíamos esperar que estas tais crianças fossem mais frequentes nas propriedades rurais. De fato, este é o resultado encontrado. Dentre os pequenos batizados dos senhores urbanos, 23% eram legítimos; dentre aqueles possuídos por senhores rurais, o valor alça-se a 36%. Se considerarmos apenas as escravarias das crianças legítimas, o valor mediano de escravos das posses urbanas é de 8,5 cativos e, das rurais, de 9,5. Portanto, as escravarias rurais apresentavam melhores condições para os escravos casarem-se e gerarem filhos reconhecidos pela Igreja. Na área urbana, eram as médias e grandes posses – muitas delas detidas por comerciantes – que ofereciam tais condições.

Os dados obtidos a partir do livro de batismo e do rol de confessados trouxeram resultados semelhantes entre si, de modo a demonstrar a segurança no uso das informações disponíveis nas fontes. Comprova-se, pois, que existiam significativas diferenças na geração dos rebentos das escravas das maiores e das menores posses escravistas da freguesia. Nas últimas, as mulheres eram pouco frequentes e apresentavam baixas taxas de natalidade, o que redundou na pequena parcela de crianças detida pelos senhores de poucos escravos. Nas maiores posses, por outro lado, as escravas davam vida a um número superior de crianças.

Para explicar estas diferentes situações, elencamos três razões principais. A primeira diz respeito à coabitação de homens e mulheres adultos escravos, com idade entre 15 e 44 anos, no mesmo domicílio. Se tomarmos as razões de sexo destes adultos por faixa de tamanho de posse escrava<sup>388</sup>, constataremos que nas posses com até quatro escravos havia proporcionalidade sexual (103 homens para cada 100 mulheres) e, nas maiores, a razão é desfavorável para as mulheres (146 e 156 homens para cada 100 mulheres nas posses intermediárias e nas com mais de nove escravos, respectivamente). Neste caso, as mulheres dos maiores domicílios dispunham de um leque maior de pretendentes, mas em uma dimensão

---

<sup>387</sup> Como vimos no terceiro capítulo, em 1782, na área rural a mediana encontrada foi de 4 cativos por proprietário, contra 2 na área urbana. Ver Tabela 23.

<sup>388</sup> Nossa opção por selecionar apenas os fogos com escravos adultos de ambos os sexos deve-se ao fato de que no conjunto das menores posses a quantidade de homens é superior ao de mulheres, mas estas, quando aparecem, normalmente estão sozinhas. Assim não captaríamos a proporção real de homens por mulher por domicílio. Segundo Francisco Luna, que encontrou uma distribuição sexual das menores posses diferentes da nossa, “no agregado dos escravos pertencentes aos proprietários de pequeno porte ocorria equilíbrio entre os sexos, mas não em nível de cada fogo em particular” (LUNA, F. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). In: *Estudos Econômicos*, vol. 22, n. 3, set.-dez, 1992. p. 443-484. Aqui, p. 455).

inegavelmente menor que aquela das escravas de Campinas da segunda metade do XIX<sup>389</sup>.

A segunda razão se deve ao ciclo de vida dos senhores de escravos. Em Porto Alegre, neste período, as escravarias tornavam-se maiores na medida em que o chefe de fogo envelhecia. Por isso, as escravas residentes nas maiores posses escravistas eram, em média, mais velhas que aquelas das posses menores. Estavam há mais tempo não apenas em idade fértil como estabelecidas em um domicílio, possivelmente acompanhadas de outros adultos homens.

**Tabela 49**  
**Medianas de idade de senhores de escravos e das escravas entre 15 e 44 anos, segundo faixas de tamanho de plantel**

Tamanho da posse (escravos)	Idade dos senhores, em anos	Idade das escravas, em anos
Entre 1 e 4	41	23
Entre 5 e 9	47	25
10 ou mais	62	28

Fonte: *RCPA* 1782. AHCMPA.

Fenômeno semelhante foi encontrado por Sheila de Castro Faria ao analisar inventários de engenhos de açúcar dos Campos de Goitacases. Nas instalações que eram recentes quando foram inventariadas, não foi encontrado registro de qualquer criança. Nas mais antigas, por sua vez, as crianças estavam presentes em número expressivo, chegando a um quinto dos escravos<sup>390</sup>. Assim sendo, entre a compra de mulheres cativas férteis e a geração de crianças sobreviventes aos primeiros anos de vida, há um caminho relativamente demorado a percorrer.

Por fim, a atividade produtiva do domicílio em que se encontravam as escravas contribuiu em diferente medida para o estabelecimento das famílias e para a geração de crianças sob o cativo. No terceiro capítulo, demonstramos que as escravarias rurais apresentavam maior participação de crianças. Nestas, as crianças contabilizavam 34% dos escravos, enquanto nas posses urbanas, somavam 30%. Lembramos que tal resultado da área urbana sobreestima a participação de crianças no conjunto das escravarias. Se excluirmos, por

<sup>389</sup> Em Campinas, no ano de 1801, havia 123 homens adultos para cada 100 mulheres adultas nas posses com até nove cativos; nas com 10 ou mais escravos, a razão pulou para 231 homens para cada cem mulheres (SLENES, *Na senzala, uma flor...*, *idem*, p. 75).

<sup>390</sup> FARIA, *A Colônia em movimento...*, *idem*, p. 297.



exemplo, três grandes proprietários desta última área, a participação infantil urbana cai para 26%. Tal associação entre participação de crianças e atividade produtiva é confirmada na tabela seguinte, na qual dividimos mulheres e crianças de acordo com a região onde moravam.

**Tabela 50**  
**Razão criança/mulher e razão de sexo de adultos conforme área, em Porto Alegre, em 1782**

Área	Mulheres (15 a 44 anos)	Crianças (até 9 anos)	Razão criança/mulher*	Razão de sexo (15 a 44 anos)
Urbana	101	81	81	119
Rural	37	67	181	281

Nota: (\*) Razão criança/mulher multiplicado por 100.

Fonte: *Rol de confessados de Porto Alegre, 1782*, AHCMPA.

Quase três quartos das escravas adultas de Porto Alegre (73%) encontravam-se na área urbana da cidade. Apesar de serem a maioria, estas mulheres frequentemente encontravam-se sem a companhia de outros cativos adultos e deveriam conhecer dificuldades na manutenção de suas relações afetivas. Isso se reflete na baixa razão criança/mulher, que é de 81 crianças para cada 100 escravas.

Nas unidades rurais o perfil é bastante diferente. As mulheres são poucas, mas estão sempre acompanhadas de outros homens adultos e de muitas crianças. A razão criança/mulher é comparativamente alta, pois foram geradas 181 crianças para cada 100 mulheres. As mulheres destas escravarias dividiam a moradia com outros cativos adultos do sexo masculino, o que criava condições para que viessem a escolher seus companheiros e com eles formar uma vida de casal.

Portanto, a formação de famílias escravas maiores condizia, em alguma medida, com as necessidades das unidades produtivas, conforme observa Sheila de Castro Faria, em estudo sobre os sítios de gado administrados por famílias escravas na Paraíba do Sul do século XVII. Ao analisar as escrituras de aforamento destes sítios, a autora constatou que casais escravos eram itens constantes na descrição das propriedades e, por isso, constituíam-se como as células básicas de exploração do trabalho na pecuária. A autora concluiu que a organização familiar do trabalho garantia três vantagens: criava condições para o plantio de roças, servia como estratégia de coação e controle dos cativos e permitiria a reprodução interna da escravaria, o que diminuía a necessidade de ampliá-la por meio da compra de novos

cativos<sup>391</sup>. As características da atividade produtiva, portanto, propiciavam a formação de famílias escravas.

Em Porto Alegre, não foi diferente. Como vimos, em sua carta endereçada à rainha, o comerciante Manuel Magalhães delineou aquele que considerava o modelo de ocupação territorial mais eficiente para o caso do Rio Grande de São Pedro: um casal de açorianos, acompanhado por um casal de cativos. Nas unidades produtivas rurais da freguesia, as escravarias contavam com maior número de membros, o que favorecia a vida familiar. A produção interna de alimentos e a presença de outros escravos adultos poderiam tornar menos custosa a criação das crianças. Neste caso, os senhores poderiam ver com bons olhos a reprodução natural de suas escravarias.

Ao fim deste tópico, precisamos avaliar em que medida o grau de escolha e as heranças culturais puderam ou não influenciar na formação das famílias cativas. Segundo Costa, Slenes e Schwartz, os escravos de origem africana eram mais propensos a oficializar suas relações, se comparados aos cativos crioulos. Demonstraram os autores que esta tendência se verificou de forma independente do tamanho da posse e da idade do conjunto dos escravos analisados<sup>392</sup>. Levando em consideração o fato de africanas e crioulas estarem igualmente distribuídas entre as diferentes faixas de posse, constataram que eram casadas ou viúvas 49% das mães pretas africanas e, das crioulas, apenas 30%. Ao fim, concluíram que

... as causas dos diferenciais que nos têm ocupado situam-se além das variáveis demográficas e econômicas imediatas, pois dizem respeito à postura coletiva, cujos condicionantes encontram-se em hábitos e costumes os quais formaram-se no correr do tempo e, certamente, decorreram das experiências vividas objetiva e subjetivamente pelos distintos grupos aqui discriminados [...]. É possível que a maior incidência de casamentos entre as africanas fosse uma forma de encontrar, no meio adverso para o qual haviam sido deslocadas, o refúgio no seio do qual se procurava preservar elementos culturais trazidos do outro continente; este refúgio poderia significar, também, um mínimo de segurança num mundo praticamente desconhecido e possivelmente hostil<sup>393</sup>.

Nos Campos de Goitacases, Sheila de Castro Faria encontrou resultados idênticos. Do total de matrimônios realizados por cativos entre os anos de 1734 e 1802, 81% dos envolvidos eram africanos. Em outra região, no recôncavo da Guanabara, 84% dos cônjuges

---

<sup>391</sup> FARIA, *A Colônia em movimento...*, *idem*, p. 327ss.

<sup>392</sup> COSTA, SLENES & SCHWARTZ, *idem*, p. 278ss.

<sup>393</sup> *Ibidem*, p. 285s.

dos 79 casamentos ocorridos entre 1736 e 1739 também eram da África. Das crianças batizadas na paróquia de São Salvador, em 1798, 60% das crianças legítimas eram filhas de africanas. Das crianças filhas de africanas, 49% eram legítimas, contra 41% das filhas de crioulas<sup>394</sup>.

Em Irajá, no Rio de Janeiro, entre 1790 e 95, João Fragoso também constatou que as escravas africanas casavam mais que as brasileiras. Enquanto 48% das primeiras oficializaram suas relações afetivas, apenas 26% das crioulas e 7% das pardas o fizeram. Para o autor, as mães africanas tinham pressa em reconstruir seus laços de sociabilidade via parentesco, diferente das cativas crioulas e pardas, as quais nasceram fazendo parte da comunidade. Apesar de provavelmente estarem ligadas a algum parceiro (conforme o autor, “em uma sociedade pré-industrial, a existência de uma família solitária – entendida como mãe e filho – é pouco provável”), crioulas e pardas não viam necessidade de regularizar seu relacionamento<sup>395</sup>.

Deste modo, Faria e Fragoso constataram o mesmo fenômeno verificado por Costa, Slenes e Schwartz em Lorena, São Paulo, visto que também em Campos dos Goitacases e no Rio de Janeiro os africanos estavam mais interessados em submeter seu relacionamento afetivo aos padrões dos dominantes. Ao operar desta maneira, conforme Faria, “os africanos, habilmente, utilizavam o código social e ritual do homem branco para ter condições de estabilizar sua organização familiar”<sup>396</sup>.

Interessa comparar estes resultados com aqueles encontrados em Porto Alegre. Na tabela seguinte, as escravas estão discriminadas conforme origem e estado civil.

---

<sup>394</sup> FARIA, *A Colônia em movimento...*, *idem*, p. 335-7.

<sup>395</sup> O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Monica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria C. de (org.). *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 157- 208. Aqui, p. 196s.

<sup>396</sup> FARIA, *A Colônia em movimento...*, *idem*, p. 336.

**Tabela 51**  
**Mães escravas conforme origem, estado civil e tamanho da posse, em Porto Alegre, 1773-1782**

Cor/ origem	Posses com até 9 escravos			Posses com 10 ou mais escravos		
	Solteiras	Casadas	Total	Solteiras	Casadas	Total
Africanas	41	7	48	9	11	20
Coloniais	7	2	9	6	2	8
Total	48	9	57	13	15	28

Nota: escravas solteiras que viessem a se casar ao longo do período em tela foram computadas na segunda coluna; foram excluídos 4 casos sem informação; 12 escravas exclusivamente pretas não foram consideradas, todas solteiras localizadas nas menores posses. N/I: não informado.

Fonte: *I<sup>o</sup>LBPA*, *AHCMPA*; *RCPA*, *AHCMPA*.

Como comentamos, as africanas predominavam no conjunto das escravas, o que explica seu predomínio entre casadas e solteiras, em ambas as faixas de posse. O dado significativo é apreendido ao contabilizarmos a percentagem das escravas casadas de acordo com suas origens. Nas posses com até 9 escravos, apenas 15% das africanas eram casadas e, das nascidas na América portuguesa (crioulas, pardas e a cativa cabra), apenas 2 de 9, ou 22%, o eram. No entanto, quando passamos para as posses com 10 ou mais escravos, 55% das africanas estavam casadas, enquanto as coloniais mantiveram praticamente o mesmo perfil anterior, sendo 2 as casadas em um total de 8 cativas (25%)<sup>397</sup>.

Portanto, em situações favoráveis, as africanas procuravam institucionalizar seus relacionamentos com mais frequência que as escravas coloniais. Estas constatações parecem indicar uma realidade semelhante àquela verificada por em freguesias de São Paulo, Campos dos Goitacases e Rio de Janeiro, qual seja, a do interesse das africanas em consolidar suas relações afetivas por meio da sacração católica.

A geração de crianças é outro indicativo do interesse na constituição de lares. Manolo Florentino e José Goés constataram que as mulheres africanas esticaram a idade limite na qual tinham seu último filho de modo a conseguir aumentar o número de descendentes gerados ao longo da vida. Em Lorena, 1801, Costa, Slenes e Schwartz constataram que as mães coloniais pretas casadas tinham mais filhos se comparadas às mães pardas casadas (3,1 contra 2,0 filhos), enquanto as mães africanas casadas tinham a segunda maior média de filhos (2,6). As mães solteiras, por sua vez, tinham uma média inferior a 2,0 crianças (as pardas tinham 1,9

<sup>397</sup> Se contabilizássemos as escravas pretas haveria um aumento das africanas solteiras das menores posses, mas não das africanas casadas das maiores. Os resultados, portanto, seriam mantidos.

filho; as pretas coloniais, 1,7; as africanas, 1,6). Em Irajá, africanas apresentaram a maior taxa de fecundidade entre as escravas, com 126 filhos para cada 100 mães<sup>398</sup>. Em Porto Alegre, ao tomarmos o número médio de filhos segundo origem, excluindo as pretas e as que não apresentaram qualquer informação de origem, verificamos que as africanas geravam mais filhos.

**Tabela 52**  
**Razão de filhos batizados para cada 100 mães escravas, segundo origem, em Porto Alegre, 1773-1782**

Origem	Solteiras	Casadas	Total
Africanas	169	206	178
Coloniais	162	175	165

Nota: As escravas pretas não estão contabilizadas. Se estivessem entre as africanas, baixariam a razão de filhos das solteiras, mas não a das casadas.

Fonte: *1ºLBPA*, AHCMPA.

As africanas solteiras batizaram um número pouco superior aos das nativas; quando casadas, porém, batizaram 206 crianças para cada 100 mulheres, 31 crianças a mais que as escravas coloniais. A razão encontrada de filhos por mãe é mais baixa que aquelas de Lorena, o que pode ser explicado pelo maior tempo de vida das escravarias da freguesia paulista, bem como pela maior frequência de mães cativas residentes em escravarias de maior dimensão<sup>399</sup>. A porcentagem de africanas casadas nas maiores posses e o fato de terem gerado mais filhos que as escravas nativas são resultados que embasam a hipótese de valorização da instituição familiar pelas escravas vindas de além-mar, quando chegadas à recém-inaugurada freguesia

<sup>398</sup> FLORENTINO e GÓES, *idem*, p. 133ss; COSTA, SLENES, SCHWARTZ, *idem*, p.274; FRAGOSO, O capitão João Pereira Lemes, *idem*, p. 196. Saliente-se que há pesquisas que indicam resultados opostos aos aqui encontrados. José Flávio Motta verificou que as mães pretas coloniais casadas de Bananal, em 1801, tinham duas vezes mais filhos que as mães africanas casadas (média de 3,00 contra 1,45). Ao considerar que a freguesia ainda não tinha duas décadas de existências e que as escravarias eram formadas por membros a não muito desembarcados, concluiu que as relativamente jovens escravas africanas, apesar de valorizarem especialmente o casamento na igreja, relutaram em “trazer crianças a esse mundo hostil e desconhecido”. Ver MOTTA, *idem*, p. 270-2. Deste modo, as escravas africanas de Porto Alegre, apesar de se encontrarem em um contexto relativamente parecido, avaliaram as implicações relativas à geração de filhos de uma maneira bastante diferente das africanas de Bananal.

<sup>399</sup> Motta, ao comparar os dados de Bananal (fundada em 1783) aos de Lorena (fundada em 1705), no ano de 1801, constatou que as escravas da primeira freguesia eram mais novas que as da última (média de idade de 27,0 contra 30,8 anos) e geravam um menor número de filhos. A maior presença de filhos entre as cativas de Lorena se explica pela maior participação de escravas pretas coloniais, pois estas apresentavam maior número de filhos que as escravas africanas. Nesse sentido, o maior tempo de vida das escravarias de Lorena, bem como de suas cativas, pode explicar parcialmente os altos resultados encontrados nesta freguesia, ao mesmo tempo em que ajuda a entender os menores resultados não só em Bananal como, também, em Porto Alegre. Ver MOTTA, *idem*, p. 258, 265-72.

de Porto Alegre. Portanto, a origem centro-africana da maioria dos escravos do Sul e Sudeste da América portuguesa parece ter criado um horizonte cultural comum, no qual a família constituía-se como um dos elementos essenciais na articulação dos grupos mantidos sob o cativo.

Estas constatações tornam necessário relativizar a proposta de Mattos, para quem a formação das famílias sob o cativo não apresentava um caráter étnico. Em realidade, as cativas africanas, pressionadas pelo desterro e sob as condições mais adequadas geradas nas escravarias maiores, criavam famílias de maneira diferente daquelas encabeçadas por escravas crioulas e pardas no que diz respeito à legalização do casamento e à quantidade de filhos criados. A origem dos pais, sua herança cultural e as condições de vida em que se encontravam condicionaram a estrutura familiar escrava nos primórdios de Porto Alegre.

## **Conclusão**

Porto Alegre conheceu, nas três últimas décadas do século XVIII, um aumento expressivo no número de batismos de crianças e adultos. Este movimento demográfico estava, provavelmente, relacionado às dinâmicas do tráfico de cativos no período. Conforme vimos, a complexa associação entre ambos os fatores, no tempo, acarretou uma transformação contínua na estrutura das famílias cativas da freguesia.

A maior parcela das mães registrou o batismo de suas crianças sem a presença do pai, o que não necessariamente implicava na ausência real do mesmo. Descobrimos que algumas delas casaram alguns anos depois do primeiro filho. As famílias (seja de mães solteiras como de casais) eram predominantemente formadas por africanos. As vinculações entre africanos e pardos eram raras, mas não tanto entre africanos e crioulos.

Verificamos, pois, a existência de padrões de natalidade (e de proporção criança por mulher) diferenciados conforme tamanho da posse e origem das escravas. As mães, independente da origem, geravam poucos filhos nas pequenas escravarias. Nas maiores, por outro lado, possuídas por proprietários de maior idade, as mulheres eram mais velhas, estavam acompanhadas por maior número de homens adultos e, por fim, apresentavam maior número de crianças. Ao separarmos as mães das maiores posses entre africanas e coloniais, descobrimos que as primeiras apresentavam maior número de filhos e mais frequentemente eram casadas. Portanto, as africanas estabelecidas em Porto Alegre valorizavam de maneira muito especial a instituição familiar, assim como suas compatriotas de freguesias do Sudeste da América portuguesa.

## Capítulo 7

### Compadrio e apadrinhamento escravo em Porto Alegre

Este capítulo é uma extensão necessária do precedente, no qual estudamos as famílias escravas de Porto Alegre. Quando escravas e escravos batizavam seus filhos, criavam laços espirituais frequentemente sobrepostos a relações mais antigas e, desta maneira, ampliavam ou reforçavam as ligações com outros indivíduos ou famílias. Isto é, o batismo permitia a criação de vínculos parentais espirituais com indivíduos de fora do grupo familiar. Tentaremos, pois, avaliar os padrões de escolha de compadres e comadres de acordo com as condições de vida dos pais cativos. Ao utilizar a expressão “escolha”, não menosprezamos diversos fatores os quais poderiam influenciar ou forçar a decisão. Nem mesmo consideramos que uma escolha seja resultado de uma estratégia plenamente consciente para se alcançar determinados objetivos. De qualquer forma, a observação de padrões pode, sim, indicar a existência de comportamentos amplamente compartilhados e que podem fazer entender certos aspectos da vida sob o cativeiro.

A base deste estudo são os *livros de batismos* de Porto Alegre, utilizados no capítulo anterior. No primeiro tópico deste estudo, apresentaremos alguns debates sobre as instituições do compadrio e do apadrinhamento. No segundo, analisaremos os perfis de padrinhos e madrinhas de acordo com a condição de legitimidade das crianças batizadas, levando em consideração a passagem do tempo e a variação do tráfico de cativos. O último tópico detém-se sobre as redes de compadres escravos na área rural de Porto Alegre, análise que contou com as contribuições decorrentes do estudo das famílias de produtores rurais da freguesia, apresentada nos capítulos quatro e cinco.

#### Debates sobre compadrio e apadrinhamento

Em dois ensaios, um deles clássico, Stephen Gudeman elabora uma interessante teoria sobre o compadrio e o apadrinhamento. Difundido em todo o mundo cristão, encontrado em todos os sete mares após a expansão marítima européia e reelaborado a partir dos costumes locais (e até mesmo pagãos), o compadrio apresentaria uma estrutura permanente e estável, construída sob a base de uma ideologia particular. A partir da noção cristã da divisão da natureza humana em uma parte carnal e outra espiritual, o apadrinhamento constituir-se-ia como uma forma de paternidade espiritual oposta e complementar à

paternidade natural, mas superior a esta. A sobreposição destas duas paternidades, por sua vez, daria origem ao compadrio.

Com o nascimento da criança e seu batismo cria-se uma estrutura de relação que envolve pai, mãe e criança. Com o batismo, surge uma nova estrutura, imutável, que envolve pais, compadres/padrinhos e afilhados. Enquanto as relações de pais e filhos são naturais, nascidas no pecado e construídas por relações passageiras, profanas, materiais e utilitárias, as relações de compadrio e apadrinhamento são espirituais, sagradas, perenes e mantidas pelo respeito.

Ao partir da ideia de Pitt-Rivers, segundo o qual o compadrio cria relações semelhantes ao parentesco cognático, e de Hammel, para quem o compadrio estabeleceria uma rede de confiança entre grupos de descendentes unilineares, Gudeman enfatiza a proximidade entre compadrio, grupos domésticos e o parentesco. Devido à oposição entre parentesco natural e espiritual, a escolha do compadre/padrinho deve ser extra-doméstico. Ao ser generalizado e não criar laços individuais, mas entre grupos de famílias, o compadrio emprestaria à comunidade uma força de coesão que poucas instituições seriam capazes de oferecer. Além disso, o compadrio cria laços parecidos às parentais: o afilhado, em muitos grupos, torna-se uma espécie de irmão dos filhos do padrinho; em outros, o pai do padrinho considera como seu o afilhado de seu filho. Portanto, o compadrio seria uma instituição não complementar, mas integrante da estrutura familiar, ao congregar o grupo doméstico no interior da comunidade<sup>400</sup>.

Em um segundo artigo, Gudeman enfoca os padrões orientadores da seleção dos padrinhos. Ao tratar da regra que impede um pai de tornar-se padrinho de seu próprio filho, Gudeman defende que esta é, em grande parte, resultado dos costumes populares anteriores à própria lei eclesiástica. Ao comparar o compadrio ao casamento, o autor sugere que esta proibição é semelhante ao tabu do incesto, o qual obrigaria a família a criar laços externos e a impediria de fechar-se em si mesma. Ao tratar da escolha reversa de padrinho, o autor sugere que sua proibição normalmente se deve à confluência entre pressões sociais de uma sociedade expressivamente estratificada e à noção da Igreja, segundo a qual o padrinho, por ser espiritual, é superior ao próprio pai da criança.

Para os pesquisadores, as relações entre as esferas religiosa, econômica e social tornam-se um problema no interior do compadrio, pois fica pouco claro qual delas teria o papel mais relevante. Gudeman, de sua parte, oferece uma solução para a discussão ao

---

<sup>400</sup> GUDEMAN, Stephen. "The Compadrazgo as Reflection of the natural and spiritual person". In: *Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*. 1971. p. 45-71. Aqui, p. 46s, 57-60, 64.



defender que não existe uma competição entre as diferentes esferas, mas uma transformação mútua. Os laços espirituais são abstratos, simbólicos, e precisam se inserir nas relações quotidianas para tornarem-se reais. Por isso, o espiritual acaba por ser condicionado pelas outras esferas. Ao mesmo tempo, o espiritual transforma o caráter das outras relações. Para o autor, os problemas que se impõem ao estudar o compadrio são os seguintes: quais são os efeitos da legitimação espiritual sobre os laços sociais? Como as relações de compadrio transformam as relações econômicas ou políticas?<sup>401</sup> Estas provocações são particularmente importantes para pensar o papel desta instituição na escravidão brasileira.

O apadrinhamento cria laços não apenas espirituais como sociais entre pais, padrinhos e crianças presentes na pia batismal. Realizado no interior das relações desiguais próprias ao escravismo, o apadrinhamento tendia a unir os indivíduos mais desafortunados àqueles detentores de maiores recursos econômicos, relacionais e simbólicos. Se, por um lado, poderia assegurar ao afilhado e a seus pais o compromisso de proteção originado de alguém melhor colocado, por outro, produziria redes verticais dentro de uma sociedade, clientelísticas, de modo a garantir a estabilidade das relações desiguais de poder<sup>402</sup>. Deste modo, o estudo da escolha de padrinho dos escravos permitiu avanços na compreensão das complexas relações de sociais estabelecidas no Brasil no período colonial e imperial.

Em seu clássico estudo sobre os batismos ocorridos em Rio Fundo e Montes, paróquias açucareiras baianas, entre 1780 e 1789, Stuart Schwartz e Stephen Gudeman verificaram o predomínio de escolha de livres como padrinhos e madrinhas de crianças cativas, seguidos de longe pela de cativos. Eram 70% dos primeiros contra 20% dos últimos<sup>403</sup>. Constataram, também, a expressiva ausência de madrinhas (de 31%, frente aos apenas 4% de padrinhos ausentes). Segundo os autores, estes resultados tornam-se inteligíveis

---

<sup>401</sup> GUDEMAN, Stephen. Spiritual Relationships and Selecting a Godparent. In: *Man*, New Series, Vol. 10, No. 2, Jun., 1975, p. 221-237.

<sup>402</sup> A bibliografia sobre o tema é vasta. Dentre outros, destacamos: GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João (Org.). *Escravidão & Invenção da Liberdade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 33-59; VENÂNCIO, Renato. Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso. In: OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria C. de. (orgs). *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 51-86; BRÜGGER, Silvia. Compadrio e escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (anais)*. Caxambú: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004; BRÜGGER, Silvia. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 313-347; FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: GOUVÊA, Maria de Fátima & FRAGOSO, João (Org.). *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243-294; MAIA, Moacir. Tecer redes, proteger relações: portugueses e africanos na vivência do compadrio (Minas Gerais, 1720-1750). In: *Topoi*, v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010, p. 36-54.

<sup>403</sup> BRÜGGER, Compadrio e escravidão..., *idem*, p.5-7; GUDEMAN e SCHWARTZ, *idem*, p. 54.

ao considerarmos o contexto das relações próprias à escravidão colonial, no qual o topo da estrutura social era ocupado pelo “homem livre”, que se sobrepunha ao “homem escravo”. Portanto, os homens, principalmente os livres, teriam maiores recursos para proteger e atender seus afilhados. Poderiam, em alguns casos, conceder-lhes a alforria. De qualquer modo, o fato de as madrinhas escravas serem quase tão comuns quanto às livres deve ser entendido como um indicativo da provável importância da assistência das companheiras de cativo às mães e suas frágeis crianças.

Schwartz e Gudeman, ao verificarem que os senhores raras vezes batizaram seus cativos, concluíram que batismo e escravidão eram linguagens sociais que conviviam de forma intranquã. Se o batismo tendia a aproximar e irmanar os homens, a escravidão levava à criação de relações desiguais e de subordinação. Uma instituição, portanto, seria a antítese da outra<sup>404</sup>.

Schwartz amplia estas análises em estudo comparativo sobre o apadrinhamento de escravos em Curitiba e na Bahia. Em Curitiba, a maioria dos nascimentos realizava-se nas escravarias com maior número de membros, ainda que estas escravarias fossem bem menores se comparadas às encontradas nas regiões de produção de açúcar. Por isso, a maioria dos padrinhos escravos pertencia a senhores diferentes dos proprietários das crianças batizadas, resultado que concorda com a constatação de Góes, conforme veremos adiante. Assim como na Bahia, os homens livres predominavam entre os padrinhos, mas as escravas eram bem representadas entre as madrinhas, de modo a indicar a importância destas mulheres na criação dos escravos nascidos sob o cativo. Novamente, raros eram os senhores que apadrinhavam seus próprios escravos.

Schwartz constatou a existência de períodos de aumento da escolha de padrinhos escravos em ambas as localidades. No caso baiano, este se deu nas primeiras décadas do século XIX, provavelmente devido ao ambiente de crescente tensão entre escravos e livres, no período que precedeu a Revolta dos Malês. O caso curitibano, por sua vez, deu-se na segunda metade do século XVIII, mas para o qual o autor não encontrou explicação. Apesar de não considerar os problemas relativos à comparação de situações tão diferentes, Schwartz defende que estas constatações são indicadoras do fortalecimento da noção de comunidade entre a população escrava e de “uma noção de dependência cada vez menor da parte dos escravos ou do paternalismo da parte dos indivíduos livres”<sup>405</sup>.

O estudo de José Roberto Góes enfocou os batismos realizados na paróquia

---

<sup>404</sup> GUEDEMAN e SCHWARTZ, *idem*.

<sup>405</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001. p. 280-89.

fluminense de Inhaúma, na primeira metade do XIX. O autor constatou que havia uma relação proporcional entre o tamanho das escravarias e a preferência de cativos como padrinhos. Quanto maior a posse, mais frequentemente os padrinhos eram escravos; de modo inverso, quanto menor a extensão das posses, mais frequentes eram os padrinhos livres. Ao partir do princípio de ser o apadrinhamento uma instituição capaz de amainar a tensão resultante da constante chegada de *outsider*, Góes defende que os escravos criaram laços com os grupos que lhes representavam um perigo: os cativos nas maiores posses e os livres, nas menores. O batismo, portanto, conciliou-se bem com a escravidão. Esta interpretação vai de encontro àquela defendida por Schwartz. Se para este as relações de apadrinhamento poderiam levar a maior identificação dos escravos entre si, para Góes elas constituir-se-iam como um elemento poderoso no processo de produção social do escravo e no estabelecimento da ordem<sup>406</sup>.

Tânia Kjerfve e Silvia Brügger realizaram pesquisa sobre os batismos ocorridos na paróquia de São Salvador, sede dos Campos de Goitacases, entre os anos de 1754 e 1766. Neste estudo, publicado antes da dissertação de Roberto Góes, as autoras verificaram que a escolha dos padrinhos pelos cativos dependia do tamanho da posse onde os mesmos se encontravam. Nas menores posses, majoritárias no conjunto das escravarias, predominaram os padrinhos livres, seguidos pelos escravos de outros senhores. Nas posses maiores, por outro lado, predominou a escolha de escravos como padrinhos, além de serem mais frequentes os escravos do mesmo senhor. Se nas maiores posses, provavelmente pertencentes a senhores engenho, prevaleceu a solidariedade entre os cativos, nas menores, muitas pertencentes ao núcleo urbanizado, a reduzida possibilidade de escolha de outros cativos enfatizou a “preocupação mais pragmática” de criar vínculos com pessoas que pudessem oferecer ajuda e proteção. Por outro lado, a preferência por madrinhas cativas indica a preocupação das mães em travar relações com mulheres que efetivamente pudessem auxiliá-las na educação das crianças e substituí-las se, por ventura, viessem a falecer e deixar os filhos órfãos<sup>407</sup>.

Em seu estudo sobre a freguesia de São João del Rei, nos séculos XVIII e XIX, Brügger constatou amplo predomínio de padrinhos livres, o que indica um esforço generalizado por parte dos escravos em criarem “alianças para cima”, de modo a obter proteção e auxílio por pessoas social e economicamente melhor colocadas. Esforço, este, semelhante ao encontrado nas menores posses de São Salvador, conforme sua pesquisa em conjunto com Kjerfve. Confirma esta hipótese, para o caso de São João, a frequência com que

---

<sup>406</sup> GÓES, *idem*, p. 101ss.

<sup>407</sup> KJERFVE, Tânia; BRÜGGER, Silvia. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). In: Estudos Afro-Asiáticos, n. 20, jun. 1991, p. 223 - 238.

patentes militares, cargos políticos e o sacerdócio caracterizavam os padrinhos, bem como a existência de casos em que a madrinha foi substituída por outro padrinho. Um aspecto interessante encontrado pela autora é o fato de que predominaram as madrinhas livres, em detrimento das escravas, situação bastante diferente da encontrada nas pesquisas anteriores. Concordando com Ana Lugão e Góes, a autora ressalta que o predomínio de pequenas escravarias, próprias ao ambiente urbano da freguesia, contribuía decisivamente para a escolha de padrinhos e madrinhas livres<sup>408</sup>.

Sheila de Castro Faria, ao estudar o apadrinhamento de escravos na freguesia de São Gonçalo dos Campos de Goitacases nos séculos XVII e XVIII, averiguou ampla participação de cativos enquanto padrinhos dos filhos de seus companheiros. Nesta freguesia, na qual predominava a pecuária no século XVII e a produção de açúcar, no XVIII, constatou-se significativa frequência com que escravos de senhores diferentes eram escolhidos, especialmente entre os filhos de cativos casados, bem como homens libertos e livres por parte das mães solteiras. Baseada nisto, a autora defende uma sistemática convivência entre cativos de diferentes escravarias e “forte e acentuada incursão” no mundo livre. Ao verificar o predomínio de livres e libertos enquanto padrinhos de crianças naturais, frequentemente detentores de patentes militares, a autora aventa a hipótese de que estas crianças fossem filhos bastardos de senhores casados ou de parentes dos últimos. Por fim, conclui que apesar dos obstáculos gerados pelo ambiente da escravidão, os escravos possuíam relativa liberdade para criar e cultivar relações sexuais e de compadrio com pessoas de fora dos domínios do senhor, desde que estes laços não interferissem na relação senhor - escravo<sup>409</sup>.

Flávio dos Santos Gomes traz sugestivas interpretações em seu estudo sobre os registros de casamentos e batizados envolvendo escravos da paróquia de Campo Grande, na segunda metade do século XVIII. Campo Grande possuía grandes posses de escravos e uma economia mista, composta por engenhos produtores de açúcar e cachaça, pastagens para gado e unidades produtoras de artigos alimentícios para o mercado interno. Gomes verificou a existência de uma interrelação entre a origem dos escravos e a condição jurídica das testemunhas dos casamentos. Na primeira metade do período estudado pelo autor (1745-69), predominaram os casamentos de africanos, que escolhiam principalmente testemunhas livres. Na segunda metade (1770-97), dominaram os noivos crioulos, os quais preferiram testemunhas escravas. O autor argumenta que os africanos, recém introduzidos no Brasil, procuravam alianças com livres, de modo a garantir maiores recursos para sobreviver no

---

<sup>408</sup> BRÜGGER, Compadrio e escravidão, *idem*; BRÜGGER, Escolhas de padrinhos..., *idem*.

<sup>409</sup> FARIA, *A Colônia em movimento...*, *idem*, p. 319ss.

Novo Mundo. Os crioulos, constituindo a primeira geração de filhos de africanos, procuravam, pelo contrário, reforçar sua ligação com a comunidade escrava. Ao fim, Gomes conclui que as escolhas de testemunhas de casamentos (consideradas compadres dos noivos) deviam-se aos escravos e às lógicas de funcionamento da comunidade escrava, apesar dos empecilhos criados pela política de domínio senhorial e pela dinâmica da demografia escrava<sup>410</sup>.

Moacir Rodrigo Maia, em estudo sobre apadrinhamento e compadrio envolvendo portugueses e escravas ocorridos nos primeiros anos de existência da vila mineira de Nossa Senhora do Carmo (atual Mariana), traz relevantes constatações. O autor defende que, devido ao constrangimento associado à paternidade de filho natural gerado em ventre escravo, alguns pais livres tornaram-se padrinhos de seus próprios filhos. Em alguns casos, senhores e livres não-senhores registraram a paternidade de filhos de cativas. Apesar de apenas um pai ter se tornado padrinho, muitos outros poderiam assumir o último papel, evitando deixar explícita a paternidade<sup>411</sup>. Tal sugestão baseia-se na frequência ímpar de senhores padrinhos que alforriaram seus afilhados. Para o autor, evidencia-se o fato de o compadrio ter sido utilizado como um meio de proteger as relações de concubinato entre livres (muitos deles, senhores) e escravas.

Para Maia, a frequente associação entre pais livres e padrinho de igual condição social indica forte interferência dos senhores ou dos pais sobre a escolha do padrinho. O autor constatou também que muitos libertos, em seus testamentos, deixaram pequenas heranças para seus afilhados escravos ou já forros. Outros padrinhos, muitas vezes auxiliando os pais das crianças, contribuíram na negociação e pagamento da alforria de seus afilhados. Para o autor, "esses parentes espirituais tão dedicados refletem o que as práticas de compadrio e apadrinhamento representavam na sociedade mineradora: proteção, cuidado, afeto, convívio, preocupações com o futuro dos inocentes, com a libertação de afilhados e apoio em momentos de doenças". O apadrinhamento reproduzia e alimentava, portanto, as relações de "reciprocidade hierárquicas"<sup>412</sup>.

Estas e outras contribuições serão retomadas ao longo de nossa análise.

---

<sup>410</sup> GOMES, Flávio dos Santos. Africans and slave marriages in eighteenth-century Rio de Janeiro. *The Americans*, n. 67:2, Baltimore, Out. de 2010. p. 153-184.

<sup>411</sup> Outros autores fazem constatações semelhantes. Ver FARIA, *A Colônia em movimento...*, *idem*, 319s; SLENES, Robert. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: NOVAIS, Fernando; ALENCASTRO, Luis Felipe (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 233-290. Aqui, p. 234ss

<sup>412</sup> MAIA, Tecer redes, proteger relações..., *idem*, p. 40ss, 45, 47ss, .

## **Apadrinhamento e compadrio envolvendo os escravos de Porto Alegre, em fins do século XVIII**

Antes de iniciar nossas análises, precisamos explicitar alguns de nossos pontos de vista e concepções relativas ao ato da escolha dos padrinhos.

Para estabelecer a relação de pais/mães e padrinhos/madrinhas na pia batismal, usaremos o verbo “escolher”. Isto é, encontrar-se-ão, ao longo do texto, frases como a seguinte: “os pais *escolheram* este ou aquele o padrinho”. No entanto, ao usar tal expressão, não pressupomos uma ação livre e desimpedida por parte dos escravos, fruto de um cálculo racional e interessado. Em realidade, nosso objetivo é tentar entender as condições sob as quais os escravos poderiam ou não escolher seus compadres. Se alguns cativos tiveram um leque mais variado de alternativas de compadres, houve aqueles que, possivelmente, tiveram os padrinhos de seus filhos indicados pelos senhores.

Em todas as situações de escolha de padrinhos deveriam concorrer diferentes pressões sobre os agentes responsáveis pela escolha, os pais e seus senhores. Pressupomos que, dentre essas pressões, as mais significativas foram aquelas vindas, de um lado, dos escravos que por ventura compusessem o grupo de vivência dos pais e, de outro, dos senhores, cuja vontade fazia-se sempre presente (inclua-se, também, o interesse dos pais quando a escolha fosse de responsabilidade preponderantemente senhorial).

Mesmo levando em consideração vários fatores ou pressões, é impossível saber o que se passava na cabeça de pais escravos e senhores quando eram escolhidos os padrinhos. Sentimentos de familiaridade e lealdade, conveniências materiais ou sociais, conflitos e tensões, bem como preocupações de ordem religiosa, poderiam aparecer isolados ou concorrendo uns com os outros no momento da decisão. É possível até imaginar situações nas quais o ritual do batismo não houvesse sido alvo de real preocupação.

Em vista desta dificuldade em avaliar o sentido da ação de escolha de padrinhos, utilizaremos como inspiração para nossa análise a noção associada ao conceito de *habitus* de Bourdieu. O *habitus* é um conjunto de disposições, tendências de procedimento, adquiridos nos jogos sociais. Ele é aprendido socialmente e tem sentido apenas dentro do campo social ao qual pertence. Não diz respeito a uma ação pensada, racionalizada, mas a uma ação razoável em uma situação específica. É uma incorporação das regras do jogo, o que permite, mesmo, a antecipação das jogadas. Não tem por objetivo um lucro, mas fazer as jogadas

razoáveis que aumentem as chances de obterem-se alguns sucessos<sup>413</sup>.

A concepção auxilia-nos a pensar que a escolha do padrinho não era simples fruto de um cálculo frio, mas um ato por vezes pouco pensado, ocorrido num meio onde existiam regras, formalidades e expectativas de diferentes agentes. Não era qualquer um que poderia ser escolhido para ocupar o papel em questão e determinadas condições tornavam algumas pessoas mais cotadas que outras. Havia uma série de proibições por parte da Igreja, as quais, apenas em algumas situações poderiam ser ignoradas. A hierarquia social deveria ser devidamente respeitada, especialmente porque a noção cristã da superioridade dos pais espirituais sobre os carnis ligada ao apadrinhamento poderia justapor-se às diferenças sociais dos envolvidos no batismo<sup>414</sup>.

Como a escolha do padrinho possui um carácter religioso, não poderiam ser explicitados quaisquer sinais de interesses puramente materiais, mundanos. Especialmente quando a escolha recaísse sobre alguém bem colocado, tornava-se necessário evidenciar algum nível de ligação pretérita entre os envolvidos e a deferência dos pais e filhos para com o compadre/padrinho. Portanto, a escolha do padrinho deveria, na medida do possível, respeitar as expectativas dos envolvidos e a “moralidade” da comunidade. Alguns interesses, quando existissem, eram inconfessáveis<sup>415</sup>.

Os envolvidos no jogo do batismo, frequentemente, poderiam ter seus próprios objetivos de curto, médio ou, até, longo prazo. No processo de escolha deveriam ocorrer negociações entre senhores e escravos, nas quais os recursos possuídos por cada agente deveriam variar de caso para caso. Pressupõe-se que, de modo geral, os senhores tinham razoável vantagem sobre seus escravos, mas, ainda assim, estes últimos mobilizavam-se por seus interesses, os quais poderiam não ser coincidentes com os dos seus proprietários.

Feitas estas rápidas digressões sobre o nosso entendimento sobre o ato da *escolha de padrinhos*, partiremos para a análise dos dados.

Na tabela seguinte, apresentamos a distribuição de padrinhos e madrinhas de crianças recém-nascidas de Porto Alegre, conforme a condição jurídica dos mesmos. Para avaliar os resultados encontrados, usamos como parâmetro os dados encontrados em São João del Rei, em Minas Gerais (entre 1771 e 1800), nas paróquias campistas de São Salvador (nos períodos de 1754-1766 e 1753-88) e São Gonçalo (em 1770-86), nas freguesias cariocas de

---

<sup>413</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. São Paulo: Papirus, 1996. p. 144, 164.

<sup>414</sup> GUEDEMAN, Spiritual Relationships..., *idem*, p. 235.

<sup>415</sup> Referimo-nos, aqui, ao tabu da explicitação. Como aponta Bourdieu, a explicitação de valores materiais nas trocas simbólicas levaria ao fracasso e à anulação das últimas. Ver Bourdieu, *idem*, p. 159ss.

Jacarepaguá e Irajá (no século XVIII)<sup>416</sup>, em Curitiba (séculos XVII a XIX) e na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (1755 e 1809)<sup>417</sup>. Saliente-se que todas estas localidades foram abastecidas pelos mesmos contingentes escravos, aqueles introduzidos na América portuguesa pelo porto do Rio de Janeiro e originários do Centro Oeste da África. Por isso, as semelhanças encontradas em determinados resultados relativos aos escravos africanos podem estar além da mera coincidência e indicar práticas e costumes transatlânticos adaptados às situações encontradas sob o cativeiro.

**Tabela 53**  
**Condição jurídica de padrinhos e madrinhas de filhos de escravos em Porto Alegre, entre 1772 e 1800**

Condição jurídica	Padrinhos		Madrinhas		Total	
	#	%	#	%	#	%
Escravos	351	33,5	344	32,9	693	33,2
Forros	114	10,9	111	10,6	225	10,7
Livres	558	53,3	389	37,1	947	45,2
Nenhum	24	2,3	203	19,4	227	10,9
Total	1047	100,0	1047	100,0	2094	100,0

Fonte: 1ª e 2ª LBPoA, AHCOMPA.

Em Porto Alegre, constata-se o predomínio do apadrinhamento realizado por homens e mulheres livres, ainda que a dimensão da escolha de padrinhos escravos seja significativa, especialmente no que diz respeito às madrinhas. Comparemos estes dados.

As menores participações de escravos entre padrinhos encontram-se em localidades com escravarias de menor dimensão, muitas delas localizadas no ambiente urbano. Em São João del Rey, entre os anos de 1771 e 1800, 68% do conjunto de padrinhos e madrinhas era livre, enquanto os escravos representavam cerca de 25%. Em Curitiba, durante os séculos XVII, a primeira metade do XVIII e todo o XIX, os livres predominaram de maneira incontestável: a menor participação de padrinhos livres encontrada foi de 73% e a máxima de

<sup>416</sup> As posições de João Fragoso a respeito do papel da família e do compadrio entre os escravos já foram expostas no capítulo 6.

<sup>417</sup> BRÜGGER, *Compadrio e escravidão...*, *idem*, p. 5ss; BRÜGGER, *Escolhas de padrinhos...*, *idem*; KJERFVE & BRÜGGER, *Compadrio: relação social e libertação espiritual...*, *idem*; FARIA, *A Colônia em movimento...*, *idem*; FRAGOSO, *Capitão Manuel Pimenta Sampaio...*, *idem*; SCHWARTZ, *Escravos, roceiros e rebeldes...*, *idem*; PETIZ, Silmei. *Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. São Leopoldo: PPGH Unisinos, 2009. Tese de doutorado.



escravos, de 27%<sup>418</sup>. Entre as madrinhas, a menor participação das livres foi de 66% contra o máximo de 36% de escravas. Altos índices de padrinhos livres também foram encontrados em áreas urbanas da Bahia, na segunda metade do século XVII, onde 80% dos padrinhos eram livres e apenas 13%, escravos. Todos estes casos afastam-se do resultado encontrado em Porto Alegre, no final do século XVIII, pois nesta freguesia a participação de livres não chegou a ser tão alta, nem a diferença entre madrinhas livres e escravas, tão acentuada.

Por outro lado, a paróquia campista de São Salvador, com suas grandes propriedades açucareiras, a também campista freguesia de São Gonçalo, com suas fazendas de gado, a paróquia carioca açucareira de Irajá e a Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro apresentaram participações mais elevadas de padrinhos cativos. Nessas localidades, os escravos representavam, respectivamente, 56, 55, 49 e 42% do total. É importante frisar que em todas essas localidades predominavam escravarias de maior dimensão<sup>419</sup>. Neste sentido, a constatação de Góes – segundo o qual a escolha dos padrinhos era, em grande medida, condicionado pelo tamanho da posse – é comum a todos os casos encontrados.

Portanto, a Porto Alegre das últimas décadas do século XVIII apresentava características que a tornavam um caso intermediário entre as freguesias e regiões com maior ou menor participação de escravos entre os padrinhos. O predomínio das pequenas escravarias, geralmente localizadas no núcleo urbanizado, e a intensificação da introdução de escravos africanos sobrepuseram-se aos efeitos produzidos pela maior extensão (em frequência e tamanho) das famílias pertencentes às posses rurais de Porto Alegre. Como resultado final, ocorreu o predomínio de padrinhos adultos livres, mas sem diminuir significativamente a importância dos padrinhos e, principalmente, das madrinhas, cativas. Este quadro mais geral será confirmado pelas análises adiante apresentadas.

Quando separamos os padrinhos das madrinhas, verificamos que o sexo de quem apadrinhava representa uma variável importante. Em Porto Alegre, a diferença entre a participação de livres e de escravos padrinhos era bem maior que a encontrada entre as madrinhas. Se as mulheres livres superavam as escravas como madrinhas em apenas 4 pontos percentuais (37 contra 33%), este valor chegava a 20 pontos entre os padrinhos (53 contra 34%).

Esta configuração das relações de apadrinhamento em Porto Alegre assemelha-se

---

<sup>418</sup> BRÜGGER, *Compadrio e escravidão...*, *idem*, p. 5-7; SCHWARTZ, *Escravos, roceiros e rebeldes*, *idem*, p. 284. Sobre a estrutura de posse de escravos em Curitiba, ver LUNA, Francisco & COSTA, Iraci. A posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos econômicos*, São Paulo, 13(1), jan/abril 1983. p. 259-87. Aqui, p. 281.

<sup>419</sup> FÁRIA, *A Colônia em movimento...*, *idem*, p. 320s; FRAGOSO, *O Capitão João Pereira Lemos...*, *idem*, p. 198; PETIZ, *idem*, p. 75, 83.

àquele encontrado por Kjerfve e Brügger em São Salvador, em Campos dos Goitacases (entre 1754 e 1766), e por Schwartz, em Curitiba, durante a segunda metade do século XVIII. O padrinho livre era frequentemente visto como o protetor, aquele que poderia auxiliar e obter alguns benefícios, enquanto a madrinha escrava era a segunda mãe, que acompanhava o dia-a-dia do afilhado e cuidava de sua criação e bem-estar. Schwartz considera, inclusive, a possibilidade de a madrinha assumir o lugar da mãe em caso de morte da última<sup>420</sup>.

Chama atenção a participação dos padrinhos e madrinhas forros, que somam 11% do total. Apesar de ser um valor baixo se compararmos ao encontrado em São João del Rey, entre 1781 e 1790 (28%) e Jacarepaguá, Rio de Janeiro, entre 1750-9 (19%), é um resultado expressivo, ao considerarmos que a população de libertos de Porto Alegre somava apenas 8% em 1802. Nesse sentido, os padrinhos forros estavam levemente sobre-representados em relação a sua participação no conjunto da população, de modo a indicar a valorização da escolha deste estrato enquanto padrinhos e compadres.

Na Tabela seguinte, distribuímos os padrinhos e madrinhas conforme condição jurídica e a situação de legitimidade dos afilhados.

**Tabela 54**  
**Condição jurídica de padrinhos e madrinhas segundo a condição de filiação das crianças batizadas em Porto Alegre, entre 1772 e 1800**

Condição jurídica de padrinhos e madrinhas	Padrinhos de crianças				Madrinhas de crianças			
	Legítimas		Naturais		Legítimas		Naturais	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Livre	97	40,8	461	57,0	74	31,9	315	38,9
Forro	39	16,4	75	9,3	41	16,4	70	8,7
Escravo	101	42,4	250	30,9	100	42,0	244	30,2
Ausente	1	0,4	23	2,8	23	9,7	180	22,2
Total	238	100,0	809	100,0	238	100,0	809	100,0

Fonte: 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> LBPoA, AHCOMPA.

Os dados são expressivos no que diz respeito ao papel dos padrinhos e madrinhas cativos para as crianças legítimas. Os pais casados escolhiam mais frequentemente companheiros da senzala como compadres e comadres, chegando ao ponto de os escravos

<sup>420</sup> Em São Salvador, 54% das madrinhas eram escravas, enquanto as livres somavam 31%. Em Curitiba, entre 1751 e 1773, 51% das madrinhas eram escravas, total que se viu reduzido para 42% entre 1780 e 1799. Ver KJERFVE e BRÜGGER, *idem*, p. 230; SCHWARTZ, *Escravos, roceiros e rebeldes*, *idem*, p. 283s.

superarem em pouco mais de 1% a participação de livres enquanto padrinhos. Quando avaliamos a diferença entre madrinhas escravas e livres, a diferença mostra-se ainda maior, chegando aos 10%. As madrinhas forras, especialmente, encontraram sua maior participação neste grupo, pois chegaram a 16%.

As mães solteiras, por sua vez, tiveram por compadres e comadres mais frequentes pessoas livres, enquanto a participação de forros é menor. Percebe-se, também, maior ausência de padrinhos e madrinhas, especialmente das últimas. A ausência de madrinhas entre as crianças legítimas, por exemplo, soma 10% e, entre as naturais, chega a 22%. As madrinhas livres viram-se menos requisitadas que os padrinhos livres (39 contra 57%). Por outro lado, não houve diferença entre a valorização de madrinhas e padrinhos escravos, pois a diferença entre ambos é inferior a 1% (30,2 contra 30,9%).

Há localidades que apresentaram resultados semelhantes aos de Porto Alegre. A preferência de padrinhos escravos por casais cativos em São Salvador dos Campos de Goitacases é entendida por Kjerfve e Brügger como um esforço dos cativos em reforçar a inserção da família na comunidade negra; por outro lado, a escolha de padrinhos livres por mães solteiras resulta do interesse em obter ajuda para questões futuras, devido à falta do pai da criança. Fragoso, ao comparar os tipos de padrinhos escolhidos por casais mistos de africanos e crioulos e casais africanos em Irajá, constatou que os últimos tendiam escolher compadres de diferentes estratos sociais, ainda que os mais frequentemente escolhidos fossem os escravos, enquanto os primeiros escolhiam predominantemente companheiros da própria escravaria. Para o autor, a estratégia dos escravos de primeira geração era a da diversificação das alianças, enquanto a dos de segunda ou terceira geração era a reforçar os laços no interior da comunidade de cativos. Gomes, ao analisar os registros de casamentos de escravos de Campo Grande, constatou um comportamento semelhante, pois os escravos africanos escolhiam principalmente testemunhas (entendidas como compadres) livres, enquanto os escravos crioulos da geração seguinte optavam por testemunhas escravas<sup>421</sup>.

Estas interpretações são úteis para entender a configuração das relações de compadrio e apadrinhamento em Porto Alegre. As mães solteiras mais frequentemente pertenciam a pequenas escravarias. Especialmente se fossem escravas recém-desembarcadas, era-lhes mais urgente tecer relações com o estrato livre da população do que com o escravo. Em um mundo novo e perigoso, talvez a escolha mais sensata para obter alguma proteção aos próprios filhos fosse conjugar o apoio de um homem livre com maiores recursos com auxílio

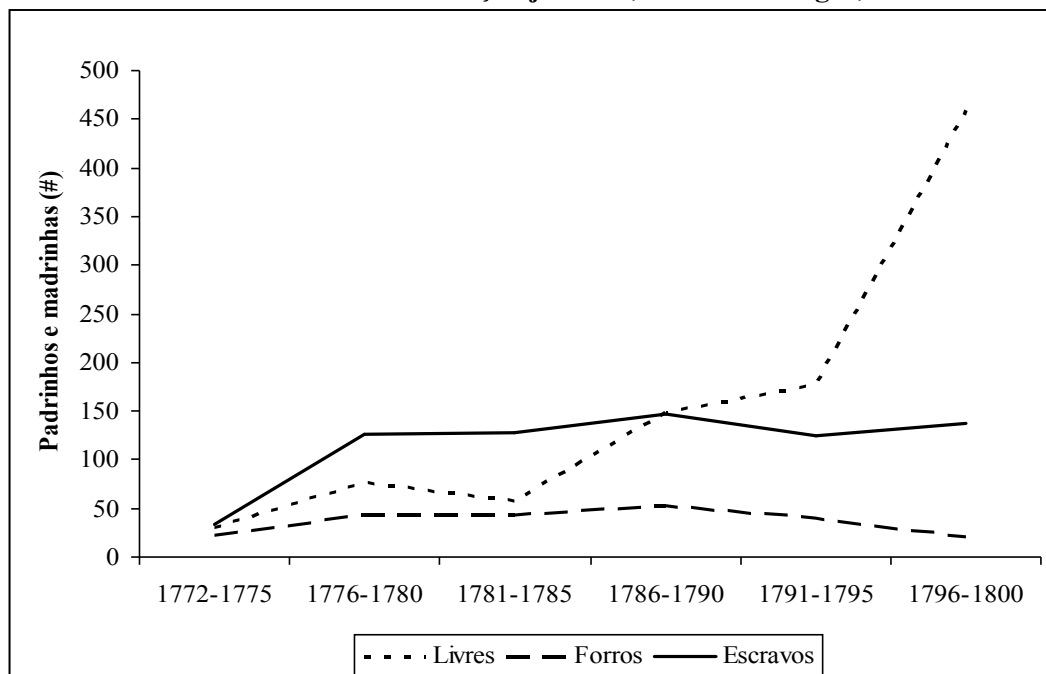
---

<sup>421</sup> KJERFVE e BRÜGGER, *idem*, p. 234; FRAGOSO, O Capitão João Pereira Lemos, *idem*, p. 202s; GOMES, *idem*, p. 173ss.

quotidiano prestado pelas companheiras de labuta. Os casais escravos unidos diante da Igreja, por sua vez, provavelmente dispunham de maior tempo de convivência na localidade, pertenciam a escravarias maiores, como também possuíam relações mais estáveis com um maior número de pessoas. Por isso, tinham possibilidade de escolher companheiros como compadres.

Para refinar a análise, incorporamos uma nova variável ao estudo: o tempo e a dinâmica do tráfico de escravos. Tráfico, este, medido pelo número de batismos<sup>422</sup>. Esta análise pode brindar-nos a possibilidade de avaliar a dinâmica da escolha dos padrinhos e alguns dos efeitos “políticos” resultantes da flutuação do tráfico e da intensificação da entrada de cativos na freguesia. Nos gráficos seguintes, apresentamos a distribuição de padrinhos e madrinhas conforme condição jurídica e outras variáveis.

**Gráfico 15**  
**Padrinhos e madrinhas conforme condição jurídica, em Porto Alegre, entre 1772 e 1800**



Fonte: 1º e 2ºLBPoA, AHCMPA.

O gráfico demonstra que o predomínio dos livres como padrinhos e madrinhas não foi uma constante no tempo. Em realidade, eram os escravos os compadres e comadres mais frequentemente convocados até o quinquênio iniciado em 1781. O quadro mudou apenas no

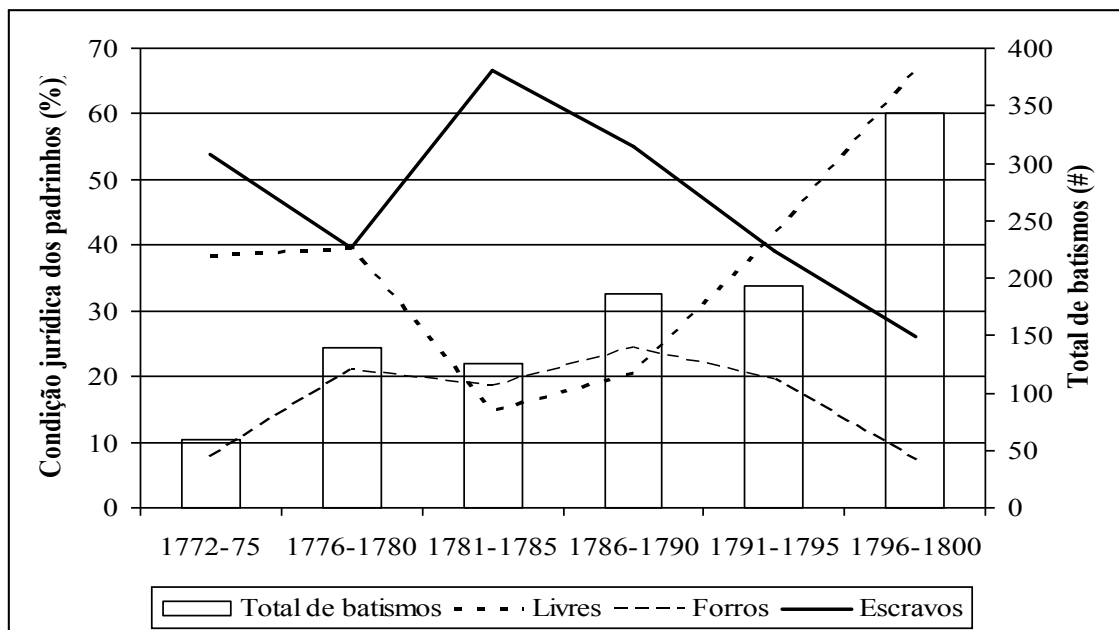
<sup>422</sup> Esta opção metodológica é justificada no capítulo 6, Gráfico 6.1. Conforme vimos, ocorrem fortes alterações no número de batismos em Porto Alegre justamente nos períodos de pico de desembarque de escravos no porto do Rio de Janeiro.

quinquênio de 1786, no qual a participação de livres e escravos foi equilibrada, com apenas 4 registros de vantagem para os primeiros. A partir de 1791 e, especialmente, no quinquênio iniciado em 1796, os livres passaram à frente e dominaram o apadrinhamento de cativos de maneira incontestada<sup>423</sup>.

Ora, as mudanças na escolha de padrinhos e madrinhas ocorrem justamente nos momentos de “saltos” no número de batismos. Saltos, estes, que são resultados de prováveis intensificações no tráfico de escravos no Rio Grande, ocorridos no contexto dos picos de desembarque de africanos no Rio de Janeiro em 1785-6 e 1792-4, como vimos no capítulo 6. Portanto, as flutuações no tráfico parecem ter condicionado expressivamente as tendências de escolha dos compadres dos cativos.

Aprofundamos este debate por meio da distribuição de padrinhos e madrinhas conforme sua condição jurídica e a filiação dos batizados. Nos quatro últimos gráficos, apresentamos separadamente a participação dos padrinhos e madrinhas escravos e livres, divididos conforme a condição de filiação de seus afilhados.

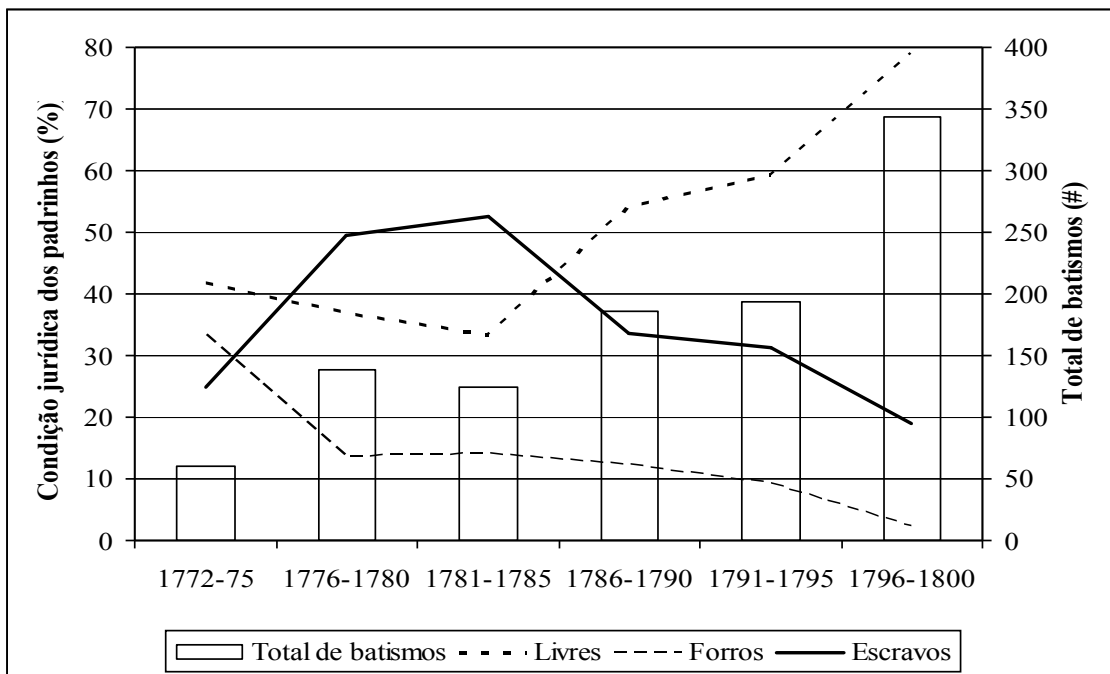
**Gráfico 16**  
**Condição jurídica dos padrinhos (%) de crianças legítimas em Porto Alegre, entre 1772 -1800**



Fonte: 1º e 2º LBPoA, AHCMPA.

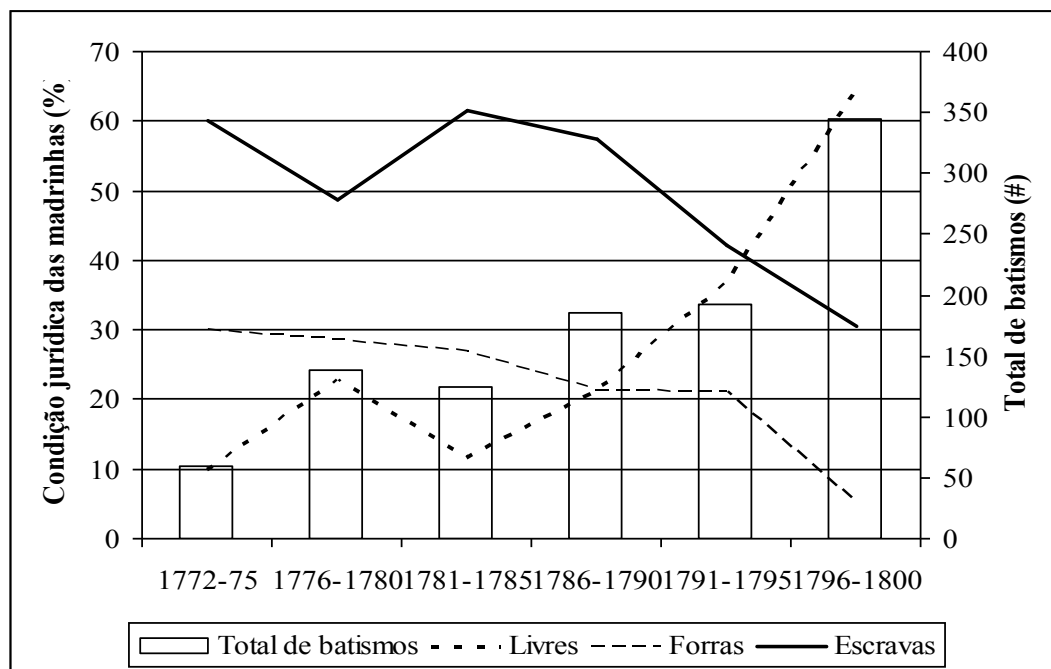
<sup>423</sup> Há forte sub-registro de forros em todos os períodos, que foram amenizados principalmente nos primeiros quinquênios graças à identificação destes indivíduos por meio do cruzamento de dados. A presença de forros nos últimos anos é provavelmente maior que a indicada no gráfico. Isto é, é possível duvidar da tendência de diminuição da participação de forros neste último período. Este fenômeno de gradativo abandono da designação de “forro” ou liberto foi verificado por Silvia Brügger em São João del Rey (BRÜGGER, Escolhas de padrinhos..., *idem*, p. 326).

**Gráfico 17**  
**Condição jurídica dos padrinhos (%) de crianças naturais em Porto Alegre, entre 1772 - 1800**



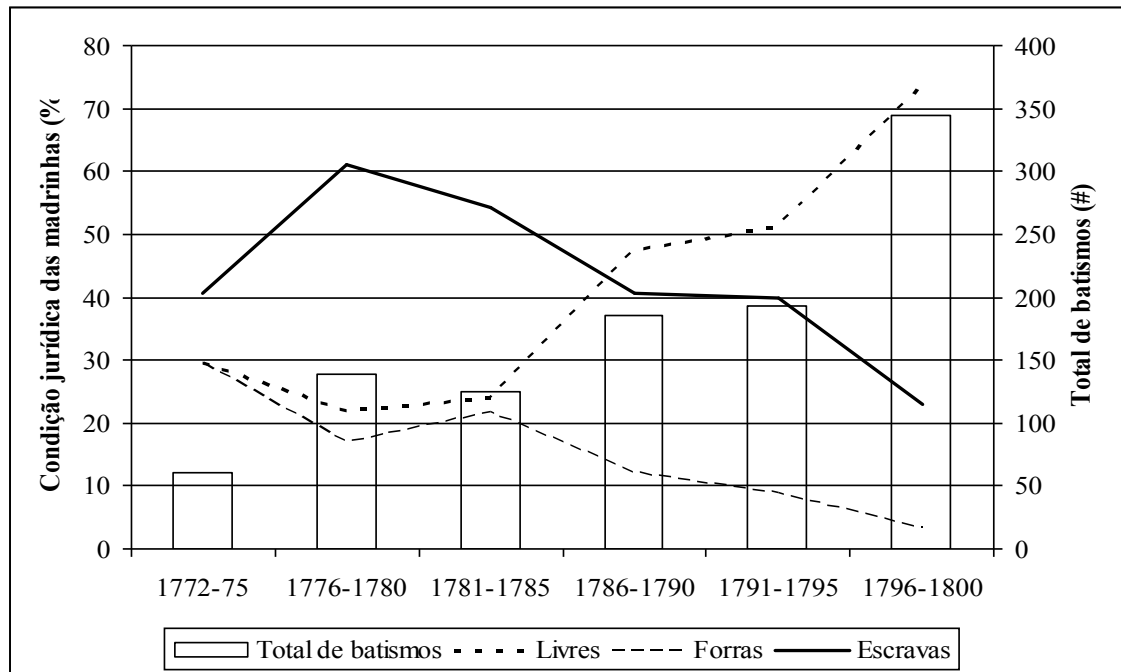
Fonte: 1ª e 2ª LBPoA, AHCMAPA.

**Gráfico 18**  
**Condição jurídica das madrinhas (%) de crianças legítimas em Porto Alegre, entre 1772 - 1800**



Fonte: 1ª e 2ª LBPoA, AHCMAPA.

**Gráfico 19**  
**Condição jurídica das madrinhas (%) de crianças naturais em Porto Alegre, entre 1772**  
**-1800**



Fonte: 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> LBPoA, AHCMPA.

Os escravos casados optaram por padrinhos escravos na maior parte do tempo, até o quinquênio finalizado em 1790. Ao escolher as madrinhas, os casais preferiram as cativas até o penúltimo quinquênio. A intensificação do tráfico só afetou decisivamente a escolha de padrinhos e madrinhas no último período, quando somente então os livres dominaram o apadrinhamento de filhos de pais casados. As mães solteiras optavam por padrinhos e madrinhas escravas até o quinquênio finalizado em 1785. No período posterior, a escolha das mães solteiras recaiu ainda mais sobre os estratos livres da população. Isto é, a tendência de preferência de não-escravos como padrinhos e madrinhas iniciou-se com os escolhidos pelas mães solteiras. Com base nos dados levantados, ensaiamos uma interpretação sobre as práticas de socialização dos escravos de Porto Alegre durante o período ora pesquisado.

A associação entre estabilidade no tráfico de escravos originários do Centro-Oeste africano e a maior incidência de escolha de padrinhos escravos é uma característica de muitas regiões da América portuguesa durante a segunda metade do século XVIII<sup>424</sup>. Como vimos,

<sup>424</sup> Os dados relativos ao volume do tráfico podem ser encontrados em ELTIS, David (coord.). *Trans-Atlantic Slave Trade Database*, disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>. Acesso em 03 de jan. de 2013; sobre as transformações do tráfico a partir da década de 1790 e seus impactos na formação das famílias escravas, ver FLORENTINO, *Em costas negras...*, *idem*; FLORENTINO e GÓES, *A paz nas senzalas*, *idem*.

nas freguesias cariocas de Irajá e Jacarepaguá e nas campistas de São Gonçalo e São Salvador, os escravos dominavam o apadrinhamento dos filhos dos companheiros de maneira incontestável. Em Curitiba, o único período de predomínio de padrinhos escravos entre os séculos XVII e XIX foi, justamente, durante a segunda metade do XVIII. Na fronteira Oeste do Rio Grande, também, os escravos eram a maioria. Dos casos apresentados, apenas em São João del Rey, no período em foco, com sua estrutura de posse escrava caracterizada por pequenas escravarias, a escolha de padrinhos cativos foi inferior a de padrinhos livres.

O caso de Porto Alegre, portanto, enquadra-se em contexto mais amplo no que diz respeito à formação das redes espirituais que ligavam os escravos à sociedade. Havia, no entanto, duas particularidades atinentes à freguesia em foco: não apenas esta fora criada nas últimas décadas de estabilidade do tráfico, como o predomínio de relações de compadrio envolvendo cativos foi muito curto. Em um período de trinta anos, a distribuição da escolha de padrinhos pelos escravos de Porto Alegre mudou radicalmente. Se nos primeiros quinquênios havia forte semelhança com o padrão encontrado nas freguesias do Rio de Janeiro e de Campos dos Goitacases, nas quais os escravos escolhiam seus companheiros como padrinhos, no período final a situação tornou-se quase similar ao caso de São João del Rey, onde os escravos escolhiam principalmente pessoas livres como compadres. Tal alteração nas tendências de escolha de padrinhos pode tornar-se mais inteligível a partir da apreensão da mudança na estrutura de posse de escravos na freguesia.

A população de Porto Alegre cresceu bruscamente entre 1780 e 1802, especialmente no que diz respeito a sua população escrava, a qual passou de 31 para 40% do total. Neste processo, as pequenas posses aumentaram numericamente em detrimento das maiores, ao menos entre 1779 e 1792 (passaram de 66 para 74% do total)<sup>425</sup>. Em relação à distribuição dos escravos entre as diferentes faixas de posse, foram as intermediárias as que mais “perderam” membros. Se o diminuto tamanho era característico das posses urbanas<sup>426</sup>, então podemos especular que foram estas as que aumentaram no período em questão. A partir deste quadro mais amplo de transformação demográfica e econômica, podemos pensar as formas de convívio dos escravos.

Nos primeiros quinquênios após a criação de Porto Alegre, no contexto de provável estabilidade do tráfico que se seguiu até meados de 1780, deveria haver um número significativo de escravos mais antigos que se encontravam melhor situados na freguesia. Eles

---

<sup>425</sup> Ver o Gráfico 8.

<sup>426</sup> Em 1782, 73% dos proprietários urbanos possuíam até 4 escravos, enquanto o valor correlato entre os proprietários rurais é de 56%. Ver Tabela 24.



possuíam a estima e a confiança de seus companheiros, fossem casados ou mães solteiras, os quais lhes confiaram o cuidado de seus filhos. Nesse período, os homens e mulheres libertos, alguns deles compadres de livres, eram vistos com particular distinção pelos escravos.

Mais do que indivíduos bem colocados, a estabilidade do tráfico e a maior frequência de posses maiores (possuídas pelos senhores mais antigos da localidade, em sua maioria comerciantes e lavradores) favoreceram a formação de famílias nucleares cativas. Um aspecto mostra-se inequívoco: a forte associação entre padrinhos escravos e pais casados<sup>427</sup> está a indicar o entrelaçamento entre as duas instituições, a família e o compadrio, ocorrido mais frequentemente no interior das escravarias de médio e grande porte<sup>428</sup>. Tal associação, já comentada anteriormente, é um problema sobre o qual nos debruçaremos adiante.

Este ambiente das médias e grandes escravarias deve ter garantido uma margem maior de escolha dos padrinhos por parte de alguns escravos. Como veremos adiante, os proprietários mais antigos, com vínculos sociais já estabelecidos e possuidores de outros cativos, viam os filhos de suas escravas serem batizados por escravos próprios ou de parentes ou vizinhos. Os laços espirituais que ligavam escravos formavam-se, assim, no interior da rede de domínio senhorial. Por isso, é plausível supor que uma maior liberdade na escolha de padrinhos por parte dos cativos não fosse um problema para os senhores.

No entanto, o crescimento da população levou à gestação de um novo meio social, repleto de homens e mulheres recentemente retirados da África. Ao mesmo tempo, mais e mais pessoas livres e libertas chegavam para estabelecerem-se na freguesia<sup>429</sup>, algumas das quais conseguiam comprar seus primeiros cativos. As condições para escolha de padrinhos e madrinhas por parte da maioria dos escravos alteraram-se profundamente. Especialmente no caso das escravas moradoras do núcleo urbanizado, pois bastava saírem à rua para que se vissem acompanhadas de outros tantos negros novos. Deveriam eles ainda balbuciar o português e possuir limitadas relações. As restrições à sua liberdade deveriam ser maiores e míseros os direitos conquistados. Baseados neste hipotético contexto construído com a base

---

<sup>427</sup> Ao cruzarmos as variáveis de condição jurídica dos padrinhos e de filiação das crianças, obteremos do teste de correlação de qui-quadrado, ao nível de significância de 5%, um resultado inferior 1%, o que significa forte correlação entre as variáveis. Isto é, tal correlação entre as variáveis muito dificilmente se deve ao acaso.

<sup>428</sup> Como vimos no capítulo 6, as crianças legítimas encontravam-se mais frequentemente em escravarias de maior porte. Nas pequenas posses, com até 4 cativos, apenas 5% das crianças eram legítimas, enquanto nas posses com dez ou mais cativos, quase metade o era (ver Tabela 50). Além disso, as crianças legítimas eram mais comuns na área rural que na urbana. Se divididas as crianças batizadas pela localização das escravarias, verificar-se-á que 36% delas eram legítimas na área rural, contra 23% na urbana. Tal resultado se deve ao fato de as escravarias rurais, em Porto Alegre, terem propiciado melhores condições para o surgimento de famílias (ver Tabela 51)

<sup>429</sup> Vimos, no segundo capítulo, que a maioria dos homens listados no rol de confessados de 1782 não foram encontrados nos livros de batismos e casamento. Isto é, eram homens que chegaram a pouco e ainda não haviam conseguido formar suas famílias. Ver Tabela 8 e sua observação.

de dados disponível, especulamos que, se as escravas novas tornadas mães (especialmente as das pequenas escravarias) tivessem a possibilidade de escolher e desejassem um cativo como compadre, suas opções seriam muito reduzidas. Mais fácil seria encontrar algum indivíduo livre capaz de assumir as responsabilidades de compadre e padrinho.

A transformação demográfica em Porto Alegre pode, também, ter forçado uma maior intervenção senhorial na escolha dos padrinhos das crianças cativas, especialmente nas escravarias de pequena dimensão. Os proprietários de um ou dois escravos adultos, que tiveram aumentada sua participação no conjunto da população entre 1782 e 1792, não possuíam outros cativos para apadrinharem as crianças nascidas. Devido ao aumento da população livre não detentora de escravos<sup>430</sup> e à chegada massiva de africanos, os pequenos proprietários viram-se com reduzido leque de aliados (vizinhos, parentes ou compadres) possuidores de escravos já ladinos, capazes e dispostos a proteger jovens crianças. Neste contexto, é plausível supor que tais senhores encontrassem maior margem de liberdade para intervirem na escolha dos padrinhos de seus cativos recém-nascidos, especialmente para que os laços espirituais formados não estivessem fora das suas próprias redes de relacionamento. Por isso, a escolha do padrinho passou recair mais frequentemente entre pessoas livres.

Tal interpretação é reforçada pela avaliação das tendências de escolha dos padrinhos e madrinhas dos cativos sem qualquer margem de escolha, os adultos batizados recém-desembarcados. No quinquênio iniciado em 1786, predominaram os padrinhos e madrinhas escravos, com, respectivamente, 43 e 34%. No entanto, nos quinquênios seguintes, os livres passaram à frente. Nos quinquênios iniciados em 1791 e 1796, os padrinhos livres representaram, respectivamente, 62 e 73%. Não consta nenhum escravo sem padrinho. Entre as madrinhas, os resultados correlatos destes dois quinquênios foram de, respectivamente, 26 e 46%. Chama a atenção que a ausência de madrinhas é crescente, se comparado o quinquênio iniciado em 1786 àqueles iniciados em 1791 e 1796: respectivamente, os adultos sem madrinhas passaram de 11 para 42 e 33%. O aumento da ausência de madrinhas foi quase semelhante no batismo dos filhos naturais das escravas, de 12, 24 e 21%, respectivamente.

Com o recrudescimento do tráfico e o aumento da participação de escravos novos e das pequenas escravarias, os senhores preferiam padrinhos livres para seus cativos adultos e não se preocupavam em convidar madrinhas. Quando as escolhiam, preferiam as livres.

---

<sup>430</sup> Conforme vimos no capítulo 3, de 1782 para 1792, o número de domicílios escravistas aumentou, mas não acompanhou o crescimento da população livre. Como resultado, tais domicílios passaram de 62 para 52% do total. Neste processo, o tamanho das escravarias foi reduzido, pois o número mediano de cativos passou de 3 para 2. Os proprietários com até 4 cativos, que eram 68% dos senhores e possuíam 36% dos escravos, passaram a 74% dos senhores e a possuir 39% dos cativos (Fonte: *RCPA*, AHCMPA).

Defendemos, pois, que o mesmo padrão senhorial de escolha foi aplicado no batismo dos filhos das escravas novas e solteiras das pequenas posses.

A escolha de padrinhos livres pode, também, encontrar sua explicação na hipótese levantada por alguns pesquisadores de que entre as mães escravas deveria haver significativo número daquelas que tiveram seus filhos junto a homens livres ou libertos, os quais não reconheceram oficialmente a paternidade<sup>431</sup>.

Se uma estrutura de posse com escravarias de maior dimensão, a estabilidade do tráfico e a presença mais constante de famílias nucleares favoreceram o reforço das relações dos escravos entre si, a intensificação do comércio de escravos e o aumento das pequenas posses estimularam um maior comprometimento das escravas e seus filhos para com elementos livres da sociedade. A liberdade de escolha dos escravos exercia-se dentro de estreitos limites, em grande medida ditados pelas condições de vida e pelos interesses dos proprietários. As escravas das pequenas posses, especialmente aquelas da área urbana, tinham maior contato com pessoas livres aptas a tornarem-se compadres. No entanto, a crescente entrada de africanos e o aumento de importância das menores posses sugerem a diminuição da possibilidade de escolha dos escravos e maior intervenção senhorial.

### **Laços familiares num ambiente de pequenas escravarias**

Para encerrar este estudo, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre as redes de sociabilidade dos escravos da área rural de Porto Alegre. Escolhemos estes escravos porque conhecemos, em alguma medida, as redes familiares de seus senhores, apresentadas no Capítulo 5. Para realizar esta tarefa, utilizamos as informações relativas aos senhores dos padrinhos e madrinhas escravos, disponíveis nos *livros de batismos*.

Para o caso do Rio Grande do Sul no período colonial, há trabalhos com significativas contribuições. Martha Hameister, em sua tese sobre as redes sociais das famílias da elite da vila de Rio Grande no período anterior a conquista espanhola, em 1763, demonstra como as redes de compadrio e apadrinhamento atravessavam e ligavam diferentes grupos sociais, de modo a conferir um maior grau de coesão à nascente sociedade da vila. O apadrinhamento de escravos novos ou recém-nascidos por familiares ou aliados do senhor ludibriava a tensão entre batismo e escravidão apontada por Gudeman e Schwartz. Por outro lado, quando realizado por escravos ou aliados do senhor, o apadrinhamento poderia permitir

---

<sup>431</sup> FARIA, *idem*, 319s; MAIA, *idem*; SLENES, Senhores e subalternos..., *idem*, p. 234ss.

a re-elaboração das formas nativas de organização familiar entre os africanos, bem como fortalecia o pertencimento das redes sociais cativas ao grupo doméstico senhorial. A incorporação do cristianismo às tradições portadas pelos africanos permitiu a recriação da vida para os escravos, bem como sua integração à sociedade luso-colonial. Para senhores da elite e escravos, surgiram importantes vantagens na intersecção de suas famílias e do jogo do dom e do contradom: para os primeiros, a estabilização social e a conquista de aliados; para os últimos, além da obtenção de protetores e parentes, o parentesco espiritual ofereceu elementos para “negociar” com os senhores. Para Hameister, a capacidade de integração propiciada pelo parentesco ritual mostrou-se tão forte que foi capaz de impedir revoltas, fugas e conflitos na localidade, durante o período analisado<sup>432</sup>.

Bruna Sirtori, em sua dissertação, analisa as relações sociais estabelecidas através do apadrinhamento, com o intuito de entender a formação das hierarquias sociais na Aldeia dos Anjos, freguesia próxima de Porto Alegre, entre as décadas de 1760 e 1780. Nesta localidade, a maioria dos batizados eram filhos de índios e poucos tinham cativos por padrinhos. A autora indicou a capacidade de as redes espirituais ligarem indivíduos de diferentes estratos sociais, a dependência dos potentados das relações com subalternos, a formação de hierarquias nas senzalas e uma expressiva relação endógena indígena. Sirtori, em diálogo com Hameister, tende a enfatizar o papel do apadrinhamento e compadrio na constituição e reconhecimento das hierarquias sociais pelos agentes<sup>433</sup>.

Sirtori e Tiago Gil publicaram, recentemente, dois artigos nos quais é destacada a importância dos aspectos geográficos e da convivência nos batismos de escravos. Em Vacaria, entre 1778 e 1810, verificou-se forte concentração de escravos (1/4 dos escravos nascidos era possuído por menos de 5% dos senhores), acompanhado de ampla distribuição dos escravos nascidos em pequenas posses. Os autores constataram, também, o predomínio de escravos batizados por padrinhos livres, resultado provavelmente decorrente da ampla presença de pequenas escravarias.

De todos os padrinhos de origem conhecida, a quase totalidade pertencia à comunidade local, demonstrando a importância da convivência na constituição das redes sociais. Dos 48 escravos escolhidos como padrinhos, 20 eram da mesma posse e 28 pertenciam a outros senhores. Foram identificadas duas redes de compadres escravos, em

---

<sup>432</sup> HAMEISTER, Martha. *Para dar Calor à Nova Povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)*. Rio de Janeiro: PPGHS - UFRJ, 2006. Tese de doutorado. p. 241ss, 312-25.

<sup>433</sup> SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Dissertação de mestrado. p. 154-191.

duas áreas diferentes. Em uma delas, constou-se que uma posse concentrava a maioria dos padrinhos e madrinhas cativos, os quais, por sua vez, escolhiam livres como padrinhos de seus próprios filhos. Para os autores, este é um claro sinal da existência de uma hierarquia entre as senzalas. A outra rede detectada era formada por escravos de proprietário absenteístas, de modo a indicar maior autonomia escrava em detrimento das estratégias senhoriais.

No estudo sobre apadrinhamentos de escravos em Viamão, Porto Alegre e Aldeia dos Anjos, os autores constataram nova força das relações quotidianas, pois foram pouquíssimos os casos de senhores cujos escravos apadrinharam filhos de cativos de outras localidades. De modo geral, os escravos escolhiam escravos da mesma senzala, de parentes ou vizinhos do senhor. Em oposição a Hameister, os autores defendem que tal situação não derivava apenas da estratégia senhorial, mas encontra sua explicação, também, na convivência dos próprios escravos<sup>434</sup>.

Como ponto de partida para elaborar as redes de compadrio e apadrinhamento, escolhemos duas das maiores escravarias, possuídas por Alexandre da Costa Luis e Manuel de Ávila de Souza. No primeiro momento, tomamos um casal de cada senhor e delineamos os laços estabelecidos pelos mesmos com outros escravos ou indivíduos forros. Depois, remontamos as ligações estabelecidas entre escravarias, novamente tomando por ponto de partida as posses dos ditos senhores.

Alexandre da Costa e Manuel de Ávila eram lavradores açorianos que viviam na zona rural de Porto Alegre, mas que possuíam trajetórias distintas, como vimos no quinto capítulo. O primeiro era um dos mais abastados lavradores dentre aqueles que receberam as datas de terras originadas da sesmaria que fora de Jerônimo de Ornelas, as quais ficavam mais próximas do núcleo urbanizado. No quadro seguinte, apresentamos a relação das crianças batizadas filhas de escravos de Alexandre da Costa, com as informações de pais e padrinhos.

---

<sup>434</sup> SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago. Bom dia, padrinho: espaço e parentesco na formação de redes entre cativos nos Campos de Vacaria, 1778-1810. *Revista Brasileira de História do Brasil*, v. 10, n. 1 e 2, jan-dez., 2008, p. 142-160; SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. In: *Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPr, 2011. p. 1-20. Sobre o apadrinhamento de escravos no período anterior ao por nós estudado nos Campos de Viamão, ver BLANCO, Márcio Munhoz. A senzala em movimento: notas sobre os primórdios da família escrava nos campos de Viamão (1747-1758), In: *Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPr, 2011.

**Quadro 1**  
**Batismos de crianças da escravaria de Alexandre da Costa Luis**

Ano	Batizado	Pais	Padrinho	Senhor do padrinho	Madrinha	Senhor da madrinha
1772	Francisco	Isabel e José	Domingos Alvares Passarinho		Rosa Maria de Jesus, esposa	
1776	Isabel	Isabel e José	Pedro, esc		Maria, esc	
1778	Perpetua	Isabel e José	Antonio, esc		Felicia, esc	
1779	Manuel	Isabel e Manuel	Alexandre Pinto, pardo forro,		Maria, esc preta, esposa	[Ana Garreta de Moura]
1800	Bernarda	Joana	Joaquim, esc	Manuel da Silva [Ferreira]	Maria, esc	Manuel da Silva
1775	Antonia	Josefa	Antonio Manuel		Engracia, forra	
1780	Antonio	Josefa	Jose, esc preto	Diogo Inacio de Barcelos	Catarina, esc preta	Diogo Inacio
1782	Vitoria	Josefa	Miguel, esc	Manuel da Silva Ferreira	Vitoria, esc preta	Manuel da Silva Ferreira
1783	Agueda	Josefa e João				
1786	Inacio	Josefa e João	Pedro, esc	Antão [Pereira?]	Maria, esc	Antão [Pereira?]
1788	Ana	Josefa e João	Afonso, esc		Maria, esc	
1790	Isabel	Josefa e João	Atanasio, esc		Caetana, esc	
1784	Jose	Maria e José	Lourenço, esc, e mulher	Alexandre da Costa	Josefa, esc	Alexandre da Costa
1789	Manuel	Pulqueria	Paulo Soares e mulher		Paula Farias	
1798	Eufrasia	Pulqueria	Antonio Marques de Sampaio		Ana Marques	
1792	Helena	Teresa	Joao, esc	Alexandre da Costa e Maria Silveira	Pulqueria, esc	Alexandre da Costa e Maria Silveira
1793	Simeana	Teresa	Caetano, forro preto		Pulchecia, esc	Alexandre da Costa
1795	Simeana	Teresa	José da Silva			
1797	Jose	Teresa	Jose Pereira		Pulqueria da Costa	

Observação: (1) as mães e pais são todos africanos, qualificados como angola, benguela, reboło ou ganguela. (2) Esc: escravo.

Fonte: 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> LBPA, AHCMPA.

Ao atentar-se para os padrinhos e madrinhas escolhidos, percebe-se a variedade de condições sociais dos mesmos. São eles livres, forros e escravos. Dentre os últimos, os quais compunham a maioria dos padrinhos e madrinhas, alguns são da mesma propriedade dos pais cativos, outros, não. Fica demonstrada, portanto, a semelhança do comportamento destes escravos africanos em relação àqueles das paróquias fluminenses estudados por Fragoso e por Gomes, pois se percebe o esforço em diversificar as alianças sociais, de modo a garantir-se

tanto o apoio de pessoas melhor colocadas como o de cativos do convívio diário, incluindo aqueles possuídos por outros senhores.

O segundo aspecto a ser ressaltado é possibilidade de forte intensidade das relações pessoais presente no ato da escolha do compadre. A escrava Teresa, em duas ocasiões, escolhe como comadre Pulquéria, também escrava de Alexandre da Costa<sup>435</sup>. Alguns anos depois, em 1797, a madrinha do filho de Teresa é uma forra nomeada Pulquéria da Costa. Apesar de não termos encontrado sua carta de liberdade, possivelmente Pulquéria conseguiu sua alforria e adotou o sobrenome de seu antigo senhor. Mesmo forra, decidiu reforçar os laços com sua antiga companheira de escravidão.

Observamos, em Porto Alegre, grande freqüência de madrinhas escravas, algo constatado em outras freguesias da América portuguesa. Como vimos, para muitos pesquisadores este fenômeno indica o papel de segunda mãe representado por tais madrinhas<sup>436</sup>. Se considerarmos a Pulquéria escrava e a forra como uma única pessoa, este caso apresenta-se, pois, como um indicativo complementar a tal hipótese. Ora, como Pulquéria foi escolhida como madrinha de três dos quatro filhos de Teresa, sua responsabilidade com a criação dos pequenos deveria ser enorme. Essas duas mulheres e as crianças, graças às relações espirituais, formavam uma família bastante unida. A sociedade luso-colonial era extremamente estratificada, mas os laços de família e companheirismo poderiam, sim, cruzar as barreiras sociais e manterem-se ao longo dos anos.

A escravaria de Alexandre da Costa oferece-nos um segundo caso em que escravos e forros criaram suas relações espirituais quando todos os envolvidos eram cativos. João, escravo de Alexandre da Costa Luis, de nação rebole, pagou, em 1792 (um ano antes de seu falecimento), pela liberdade de sua esposa, Josefa<sup>437</sup>. Este casal parece, portanto, ter sedimentado boas relações com seu senhor, ao ponto de a cativa obter sua alforria. Mas antes de torna-se liberta, Josefa criara fortes vinculações com outras famílias, pertencentes a diferentes escravarias. Famílias, estas, compostas por cônjuges originários do Centro Oeste africano e que provavelmente compartilhavam com a liberta determinados conceitos de parentesco, bem como certos aspectos de visão de mundo. A conquista da liberdade, por parte desta escrava, provavelmente não significou seu afastamento em relação aos seus antigos companheiros de cativeiro. Mais do que isso, seus afilhados e compadres ganharam um

---

<sup>435</sup> A situação é bastante curiosa, pois Teresa tem duas crianças com o intervalo de 14 meses, que é um período muito curto.

<sup>436</sup> Ver, por exemplo, GUDEMAN & SCHWARTZ, *idem*; KJERFVE & BRÜGGER, *idem*.

<sup>437</sup> MOREIRA, Paulo & TASSONI, Tatiani. *Que com seu trabalho nos sustenta: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748 – 1888)*. Porto Alegre: EST, 2007. p. 443. (Fonte: Registros Ordinários. Livro 17, p. 180r. 1º Tabelionato Público, Judicial e de Notas de Porto Alegre. APERGS. Registro de 30 de setembro de 1792)

parente no mundo livre.

As relações dos escravos de Alexandre da Costa com forros chama a atenção. Aos dois padrinhos e à única madrinha forros devem ser acrescentados mais alguns: Pulquéria da Costa, provável ex-escrava de Alexandre da Costa, e Domingos Álvares Passarinho e sua esposa, ele, pardo forro, proprietário de dois cativos<sup>438</sup>. Estes casos levam-nos a suspeitar sobre a condição jurídica dos outros padrinhos sem qualquer classificação social. De qualquer maneira, a importância dos libertos nas redes sociais dos escravos é bem maior do que o livro de batismos pode indicar em termos quantitativos.

Soma-se a isso um fato não enunciado no *livro de batismos*. Nele, encontramos o registro de alforria de uma das filhas de Tereza, pela qual o senhor recebeu 20.000 réis. Nos registros de carta de alforria, encontramos o responsável pelo pagamento, o preto forro João Ubani<sup>439</sup>. Suspeitamos, pois, ser este o pai da criança. Ou, então, um aliado que emprestou uma quantia nada desprezível para libertar a filha da escrava. Novamente, um liberto demonstra relevante participação na constituição de uma família escrava.

No próximo quadro, apresentamos a relação das crianças batizadas filhas de escravos de Manuel de Ávila de Souza. Este lavrador não pertencia ao grupo dos recebedores de datas. No entanto, herdou a maior parte da sesmaria pertencente ao seu compadre, Sebastião Francisco Chaves, e por meio do casamento de seus filhos, passou a fazer parte das redes familiares da elite da região.

---

<sup>438</sup> SCHANTZ, Ana Paula. *Libertos no Rio Grande de São Pedro: Porto Alegre e Viamão no final do século XVIII e início do XIX*. Salvador: PPGH-UFBA, 2009. Dissertação de mestrado. p. 77

<sup>439</sup> MOREIRA & TASSONI, *Que com seu trabalho...*, *Idem*, p. 442. (Fonte: Registros Ordinários. Livro 17, p. 32r. 1º Tabelionato Público, Judicial e de Notas de Porto Alegre. APERGS. Registro de 02 de abril de 1792)



**Quadro 2**  
**Batismos de crianças da escravaria de Manuel de Ávila de Souza**

Ano	Batisado	Pais	Padrinho	Senhor do padrinho	Madrinha	Senhor da madrinha
1773	Pedro	Engracia e Mateus	Pedro, esc	Dionísio Rodrigues	Isidria, forra	
1775	Esperança	Engracia e Mateus	Francisco, esc preto		Maria, esc preta	
1777	Luciana	Engracia e Mateus	Tomas, esc	[José Rodrigues Martins]	Maria, esc, esposa	[José Rodrigues Martins]
1779	Mateus	Engracia e Mateus	Caetano, esc	Jose Alexandre	Isabel, esc	Manuel de Ávila
1781	Francisco	Engracia e Mateus	Francisco, esc preto	Alexandre da Costa	Isabel de Jesus, forra preta	
1773	Caetana	Isabel e Domingos	Domingos Alves		Caetana, esc	Gaspar dos Santos
1779	Angélica	Isabel e Domingos	Roque Garcia, preto forro		Maria Branca, forra preta	
1792	Josefa	Joana	Jose, esc	Tomas Jose da Costa	Joana, esc	Tomas José
1799	Antonio	Laureana, crioula	Antonio Gonçalves			
1797	Ana	Luzia	Joaquim Crisóstomo de Souza		Francisca Teresa	
1797	Eimeria	Rita e Matias	Miguel, esc preto	Manuel da Silva Ferreira	Cristina, esc	Manuel da Silva Ferreira
1799	Maria	Rita e Matias	Miguel, esc preto	Manuel da Silva Ferreira	Vitória, esc preta	Manuel da Silva Ferreira

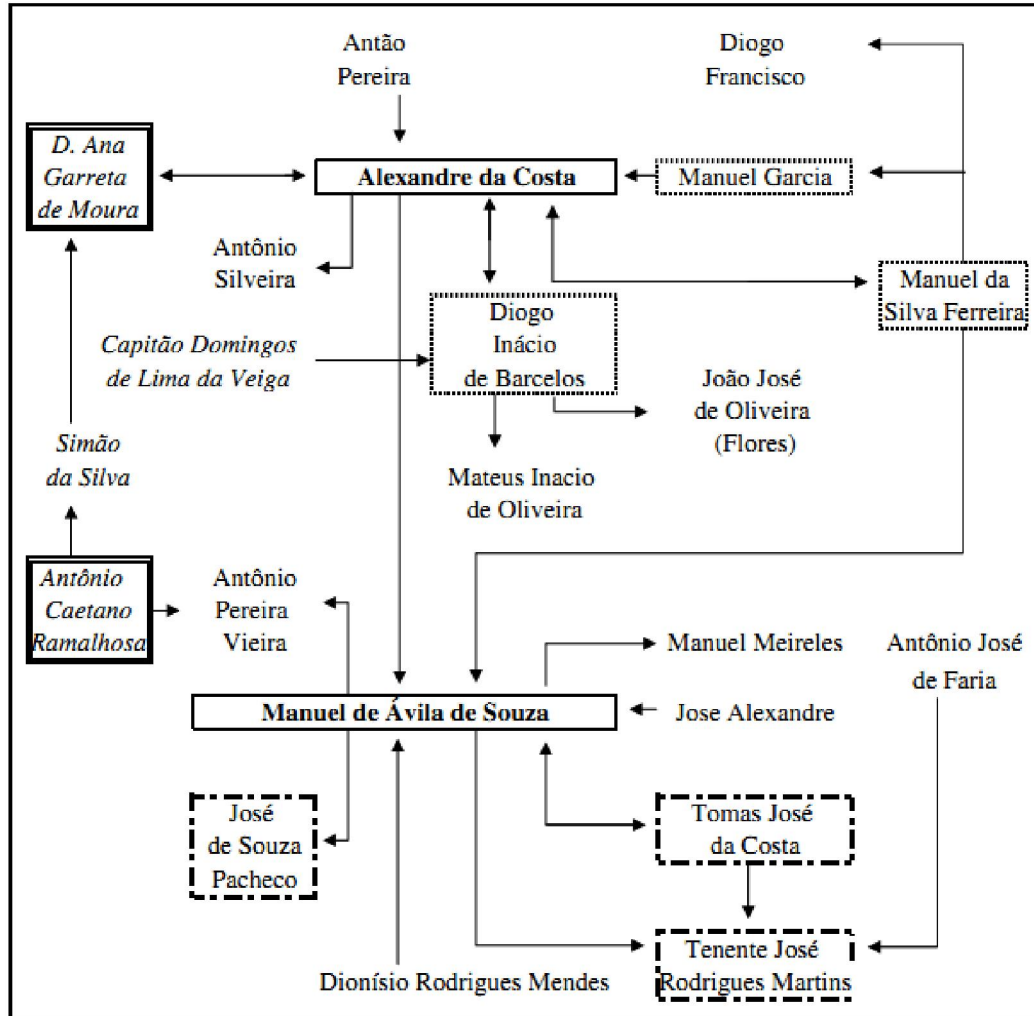
Observação: com apenas uma exceção, mães e pais são todos africanos, qualificados como angola, benguela, rebolo ou ganguela.

Fonte: *1o e 2o LBPA*, AHCMPA.

O quadro dos pequenos batizados da escravaria de Manuel de Ávila apresenta semelhanças com aquela de Alexandre da Costa. Os padrinhos escolhidos são oriundos de diferentes segmentos sociais, com predomínio de escravos. Dentre estes, incluem-se muitos possuídos por outros senhores. Aparecem quatro indivíduos descritos como forros, aos quais poderia ser acrescentado o padrinho Domingos Alves, talvez o mesmo Domingos Álvares Passarinho, compadre dos escravos de Alexandre da Costa. Há dois casos nos quais a criança foi batizada com o nome do padrinho ou madrinha, de modo a indicar a intensidade da relação entre os compadres.

No próximo diagrama, apresentamos o quadro mais amplo das ligações estabelecidas entre as escravarias de Alexandre da Costa Luis e Manuel de Ávila de Souza por intermédio das relações de compadrio. Nele, estão incluídas tanto as oportunidades nas quais os escravos destes senhores batizam seus filhos, quanto aquelas em que são convidados como padrinhos.

**Diagrama 1**  
**Vínculos estabelecidos entre diferentes escravarias a partir das relações de apadrinhamento dos escravos de Alexandre da Costa e Manuel de Ávila de Souza, em Porto Alegre, entre 1772 e 1800**



**Referências**

☐ Parentela (filhos e genros) de Alexandre da Costa Luis.

☐ Parentela (filhos e genros) de Manuel de Ávila de Souza.

☐ Comerciante.

*Nome*, em itálico: morador do núcleo urbanizado de Porto Alegre.

→ Relação de apadrinhamento (sentido: da escravaria do padrinho para a do afilhado).

Fonte: 1º e 2º LBPA, AHCOMPA.

Os dados apresentados relativos aos laços de apadrinhamento de escravos pertencentes a Alexandre da Costa e Manuel de Ávila permitem algumas considerações. A primeira delas é a de que as relações de compadrio dos escravos nasceram no ambiente de convívio diário, tal como apontam Sirtori e Gil. Particularmente, as redes dos escravos formavam-se de maneira paralela às redes familiares de seus próprios senhores. A vida

familiar dos escravos não terminava nos limites físicos da escravaria, mas se expandia através das ligações de parentesco dos proprietários. Em seu estudo sobre propriedades escravas de uma família da elite de Campinas, na segunda metade do XIX, Cristiany Miranda Rocha constata que os escravos, quando escolhiam compadres cativos de outras posses, o faziam com aqueles que pertencessem à parentela senhorial<sup>440</sup>. Em Rio Grande, Hameister encontrou padrão semelhante na escravaria de Francisco Pinto Bandeira<sup>441</sup>. As escravarias dos parentes do senhor, portanto, eram reservas de parentes para os escravos de Porto Alegre

A rede de apadrinhamento dos escravos estendia-se, também, para a vizinhança. Os escravos de Alexandre da Costa, bem como de seus filhos e genros, encontraram compadres nos domicílios de Antão Pereira e Antônio Silveira, proprietários de datas vizinhas à de Alexandre da Costa. As crianças escravas de Manuel de Ávila e de seus parentes tiveram por padrinhos os escravos de Dionísio Rodrigues (um dos três primeiros proprietários de terras da região e pai do tenente José Rodrigues, genro de Manuel de Ávila) e do açoriano Antônio Pereira Vieira, proprietário de uma data de terra.

Acrescenta-se, pois, o fato de escravos dos dois senhores em questão (Alexandre da Costa e Manuel de Ávila) tornaram-se compadres entre si. Francisco, filho de Mateus e Engracia, escravos pretos de Manuel de Ávila, teve por padrinho Francisco, escravo de Alexandre da Costa Luis. Francisco provavelmente era um escravo bem posicionado, pois conquistou sua alforria alguns anos depois<sup>442</sup>. A ligação entre esses escravos deve ter sido forte, pois o nome dado ao recém-nascido foi uma homenagem ao padrinho. Rita e Matias, também escravos de Manuel de Ávila, tiveram duas filhas apadrinhadas pelo preto Miguel e, alternativamente, por Cristina e Vitória, todos os três escravos de Manuel da Silva Ferreira, um dos genros de Alexandre da Costa Luis. Novamente, o ritual católico indica o relacionamento de escravos dos dois grupos de vivência.

As redes de compadrio dos cativos da área rural chegavam até mesmo às escravarias do núcleo urbanizado. No ano de 1779, o pardo forro Alexandre Pinto e sua esposa Maria, escrava da dona Ana Garreta de Moura, viúva de um comerciante, apadrinharam a Manuel, filho de Manuel e Isabel, escravos angola de Alexandre da Costa. Passados alguns anos, em 1783, chegou a vez de escravos de Alexandre da Costa apadrinharem uma criança cativa de Ana Garreta. O casal José e Isabel apadrinhou a José, filho da benguela Maria, pertencente a

---

<sup>440</sup> ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX*. Campinas: PPGH – UNICAMP, 1999. Dissertação de mestrado. p. 99ss.

<sup>441</sup> HAMEISTER, *idem*, p. 315ss.

<sup>442</sup> O mesmo aparece como forro agregado na descrição do domicílio de Alexandre da Costa no *rol de confessados de 1790*, AHCMPA.

Ana Garreta. Chama a atenção o fato de que a escolha do nome da criança parece ter sido uma homenagem ao padrinho, podendo ser um sinal de uma convivência mais intensa entre estes cativos.

André, escravo do capitão Domingos de Lima da Veiga, apadrinhou o filho de Catarina, cativa benguela de Diogo Inácio de Barcelos, genro de Alexandre da Costa. O casal Afonso e Maria, assim como os solteiros Manuel e Isabel, escravos do comerciante Antônio Caetano Ramalhosa, em diferentes combinações, apadrinharam as filhas de Isabel e de Juliana, escravas do lavrador Antônio Pereira Vieira.

Destes casos nos quais se ligavam escravarias localizadas dentro e fora dos muros, dois diziam respeito a senhores comerciantes. Como estes estavam envolvidos com o tráfico de escravos, seus cativos podem ter representado algum papel no processo de socialização dos escravos novos destinados ao comércio<sup>443</sup>. Portanto, os laços criados entre escravos antigos e recém-chegados podem ter se mantido mesmo depois da venda dos últimos. Isto é algo semelhante a um fato encontrado por Cristiany Miranda Rocha, em seu estudo sobre escravidão em Campinas. A autora verificou que alguns escravos pertencentes a uma viúva, depois divididos em herança entre seus dois filhos, reforçaram posteriormente suas relações recíprocas por meio do apadrinhamento<sup>444</sup>. Outra explicação possível para o contato entre escravos de senhores no meio urbano e rural é o envolvimento de seus escravos em atividades comuns.

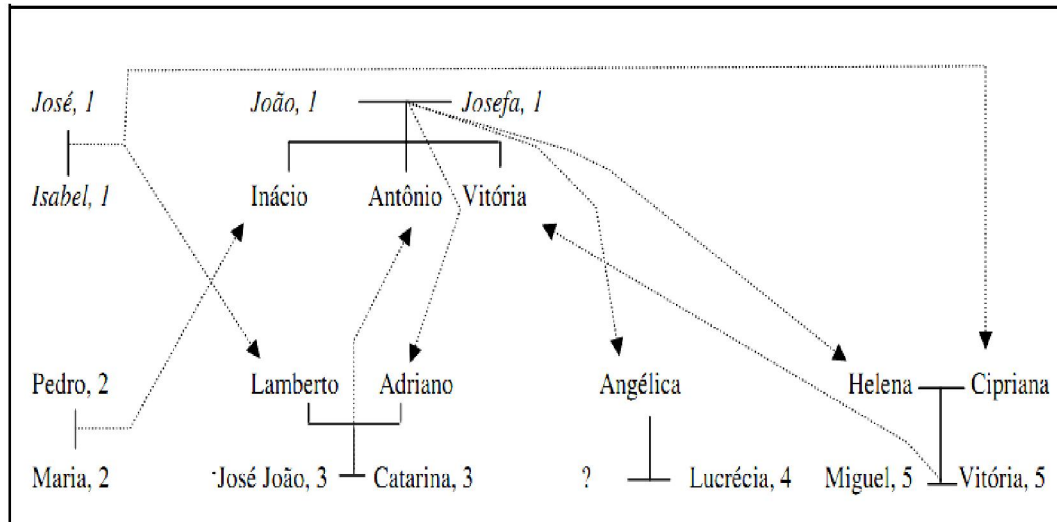
Por fim, tomaremos os casos de dois casais de escravos das escravarias ora estudadas e apresentaremos mais detalhadamente suas relações de apadrinhamento e compadrio com outros escravos.

---

<sup>443</sup> Há um quarto caso encontrado que vai ao encontro da tendência encontrada. André, um escravo de Manuel Bento da Rocha, sargento-mor e comerciante de grande cabedal, apadrinhou o filho da preta Teresa, pertencente a Antônio da Cunha, que era marinheiro e possuidor original de uma data de terras.

<sup>444</sup> ROCHA, *idem*, p. 114.

**Diagrama 2**  
**Relações de apadrinhamentos nucleadas pelo casal João e Josefa, escravos do lavrador Alexandre da Costa Luis, em Porto Alegre, entre 1772 e 1800**



Referências:

- 1, em itálico: Escravo de Alexandre da Costa Luis.
  - 2: Escravo de Antão Pereira, vizinho de Alexandre da Costa.
  - 3: Escravo de Diogo Inácio de Barcelos, genro de Alexandre da Costa.
  - 4: Escravo de Manuel Garcia, genro de Alexandre da Costa.
  - 5: Escravo de Manuel da Silva Ferreira, genro de Alexandre da Costa.
  - F: Forro.
  - ?: Pai incógnito.
  - [Nome]: Suposição de matrimônio consensual e paternidade.
  - > Relação de apadrinhamento.
  - Relação de parentesco.
- Fonte: 1º e 2º LBPoA, AHCMPA.

João e Josefa, escravo de Alexandre da Costa, escolheram ou foram escolhidos como compadres dos escravos de Manuel da Silva Ferreira, Manuel Garcia e Diogo Inácio de Barcelos, todos, genros de Alexandre da Costa. Há relações de compadrio também com escravos de lavradores proprietários de datas, como os de Antão Pereira. Foi incluída no diagrama a participação dos escravos José e Isabel, também tornados compadres dos escravos dos genros de Alexandre da Costa.

As redes de apadrinhamento nucleadas pelos escravos João e Josefa permitem algumas observações interessantes. A primeira delas é a ocorrência de escolhas reversas de padrinhos. João e Josefa foram escolhidos como padrinhos da filha de Manuel e Vitória e de uma filha de Catarina e João, casais, estes, escravos de genros de Alexandre da Costa. Ao mesmo tempo, João e Josefa tiveram filhos apadrinhados pelos mesmos casais. Se, como aponta Gudeman, a escolha reversa de padrinhos indica uma relação simétrica entre os

envolvidos<sup>445</sup>, então estes escravos consideravam-se como verdadeiros parceiros e os sentimentos de compromisso e responsabilidade deveriam ser recíprocos.

O segundo aspecto recobre-se de especial valor. Alguns dos casais do diagrama tiveram um casamento relativamente tardio, mas compareceram – antes de casarem – quase sempre juntos no batismo de seus afilhados. A escrava Josefa teve 7 filhos entre 1775 e 1790. Os três primeiros são naturais, incluindo Antônio e Vitória, enquanto os quatro últimos são legítimos, todos eles concebidos junto ao escravo João, com o qual se casou em 1782. No entanto, antes do casamento, em 1781, João e Josefa apadrinharam um de seus afilhados, Adriano.

Catarina, escrava de Diogo Inácio de Barcelos, genro de Alexandre Luis, possui uma história semelhante. Ela teve 7 filhos entre 1777 e 1790. Seus quatro primeiros filhos são naturais e os três últimos gerados com o escravo João, com o qual casou no ano de 1786. Catarina apadrinhou três crianças, ou com o escravo José, ou com o João, sendo que os dois primeiros rituais aconteceram antes do casamento. Ao observar a escravaria de Diogo Inácio no *rol de confessados* de 1790, constatamos que o único escravo homem chama-se José João, provavelmente o esposo de Catarina e seu acompanhante nos três rituais de batismo.

O padrão repete-se com Vitória, escrava de Manuel da Silva Ferreira, genro de Alexandre da Costa. Curiosamente, ela também tem 7 filhos, entre os anos de 1777 e 1791, sendo que os quatro primeiros são naturais e os três últimos, legítimos, a partir de 1785, ano do casamento com o escravo Miguel. Pois bem, Miguel apadrinhou quatro crianças escravas ao lado de Vitória, duas delas em 1782, anos antes do casório.

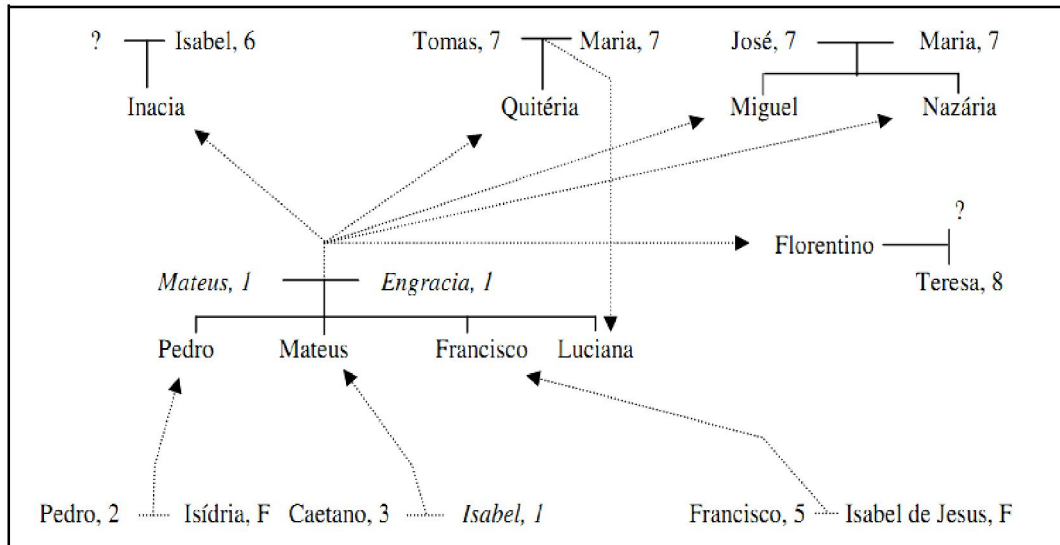
A prática de casais – mesmo em relações consensuais – apadrinharem filhos de outros escravos parece ter sido uma regra. Isabel, também escrava de Alexandre da Costa, apadrinhou duas crianças, uma em 1779 e outra em 1781, com José. Este casal teve três filhos entre 1772 e 1778, a maioria apadrinhada por outros escravos.

Avaliemos, agora, as relações de apadrinhamento dos escravos de Manuel de Ávila.

---

<sup>445</sup> GUDEMAN, *Spiritual Relationships...*, *idem*, p. 222.

**Diagrama 3**  
**Relações de apadrinhamentos nucleadas pelo casal Mateus e Engracia, escravos do lavrador Manuel de Ávila de Souza, em Porto Alegre, entre 1772 e 1800**



Referências:

- 1, em itálico: Escravo de Manuel de Ávila de Souza.
- 2: Escravo de Dionísio Rodrigues, pai do Tenente José Rodrigues, genro de Manuel de Ávila; foi um dos três primeiros proprietários das terras que formaram Porto Alegre.
- 3: Escravo de José Alexandre.
- 4: Escravo de José de Souza Pacheco, filho de Manuel de Ávila.
- 5: Escravo de Alexandre da Costa Luis, um dos mais prósperos proprietários de data de terra
- 6: Escravo de Antônio Pereira Vieira, lavrador possuidor de data de terra.
- 7: Escravo do Tenente José Rodrigues Martins, genro de Manuel de Ávila e filho de Dionísio Rodrigues.
- 8: Escravo de Manuel Meireles, compadre de um dos filhos de Dionísio Rodrigues.

F: Forro.

?: Pai incógnito.

[Nome]: Suposição de matrimônio consensual e paternidade

.....▶ Relação de apadrinhamento

———— Relação de parentesco

Fonte: 1º e 2º LBPoA, AHCMAPA.

A escravaria de Manuel de Ávila de Souza tornou-se o centro de uma igualmente intrincada rede de compadrio ao sul da freguesia, como pode ser demonstrado pelas relações dos escravos Mateus e Engracia. Estes cativos apadrinharam ou escolheram como padrinhos, preferencialmente, os escravos de parentes do senhor.

Observamos o mesmo padrão encontrado entre os escravos do lavrador Alexandre da Costa Luis, pois casais de cativos tornam-se padrinhos de filhos de outros escravos. Mateus e Engracia, casados durante todo o tempo da pesquisa, apadrinharam cinco filhos de outros escravos. Tomas e Maria, escravos do Tenente José Rodrigues, por sua vez, apadrinharam uma filha de Mateus e Engracia.

Como verificou Hameister entre os escravos da elite de Rio Grande, os cativos

utilizaram das relações de apadrinhamento e compadrio para reinventarem suas famílias<sup>446</sup>. Ora, os escravos dos lavradores de Porto Alegre demonstraram, por meio de suas práticas, comportamento semelhante. Os escravos reconheciam diante da comunidade e da Igreja Católica as relações afetivas de casais cativos por meio da escolha dos últimos como compadres. Tal reconhecimento deveria ser especialmente importante para os casais consensuais formados nas escravarias de limitada dimensão de Porto Alegre, como o demonstra o caso dos escravos de Alexandre da Costa. Se havia dificuldade na realização casamento, o ritual do batismo tornava-os pai e mãe espirituais da criança recém-nascida para a comunidade cristã. Portanto, para cônjuges não casados na Igreja, o fato de serem escolhidos conjuntamente como padrinho e madrinha poderia significar a legitimação, ainda que imperfeita, da sua situação afetiva. No mínimo, este padrão de escolha serve-nos como um indício dos mecanismos disponíveis de reconhecimento de famílias criadas sob o cativeiro.

O reconhecimento de casais consensuais é acompanhado, por vezes, pela escolha reversa de padrinhos. Tal mecanismo implica no reforço da estrutura do núcleo familiar ao criar um vínculo parental socialmente reconhecido entre dois grupos que passam a se tratar reciprocamente. Frente à falta de pais, irmãos, genros e cunhados, deixados nas terras de origem, os escravos passaram a escolher compadres e comadres para formar suas famílias. Supomos, portanto, que o compadrio e o apadrinhamento, nestes casos, devem ser entendidos como paliativos contra o desterro e o rompimento dos vínculos consanguíneos e de afinidade originais, pois tais práticas promoviam a ampliação e o reforço de cada família.

Estes pequenos achados podem ajudar-nos a pensar um pouco sobre a forte associação entre família e compadrio entre os escravos. Vimos o caso da mãe que escolheu duas vezes a mesma escrava como madrinha de seus filhos. Há uma provável terceira vez, se a forra escolhida por esta mãe como madrinha for a antiga escrava. Esta madrinha, provavelmente, era vista como uma segunda mãe, se estiver correto o argumento de Gudeman e Schwartz e de Kjerfve e Brügger. Vimos também que, antes do casamento perante a Igreja, alguns casais consensuais de escravos já tinham sua união reconhecida diante de outros escravos, pois eram escolhidos em conjunto para tornarem-se pais espirituais de crianças recém-nascidas. Ao reconhecerem outros casais, os pais biológicos faziam com que seus filhos tivessem pais adicionais, no caso, espirituais, para zelar por sua segurança. Tais práticas, ao visarem o reforço dos núcleos familiares, aproximavam os escravos, criavam

---

<sup>446</sup> HAMEISTER, *idem*, p. 317ss.



meios de identificação e aumentavam a segurança contra adversidades presentes ou futuras. Nosso argumento, seguindo rotas diferentes, vai ao encontro daquele enunciado por Maia, para quem o compadrio servia para proteger a família, no caso, formada a partir da relação de concubinato entre livres e escravas. De maneira paralela, as relações espirituais criadas no batismo – apropriadas da cultura dominante – tornaram-se parte elementar da estrutura familiar de alguns dos escravos de Porto Alegre<sup>447</sup>.

Ao fim deste tópico, faremos três rápidas reflexões. A primeira, diz respeito à possibilidade de surgimento de espaços de convivência e criação de laços entre escravos de posses muito menores que as grandes escravarias do Sudeste brasileiro. Diferentes autores, como Mattos, Slenes, Góes e Florentino, enfatizam a possibilidade de criação de comunidades escravas nestas grandes propriedades. O raciocínio é inegavelmente correto, visto que nessas propriedades as famílias formavam-se com maior facilidade. No entanto, os autores não deram atenção adequada às possibilidades de convivência escrava nas posses de menor dimensão.

A reflexão sobre os grupos de convivência de escravos criados em locais com pequenas posses encontra sua versão mais clara na obra de Carlos Engemann, um estudo sobre as escravarias de grandes lavouras cariocas no século XIX, no qual enfatizou a relação entre tamanho das escravarias e formação de comunidades escravas. Para o autor, seria nas grandes escravarias onde os cativos poderiam criar um sentimento de coletividade, de modo a ritualizar e compartilhar importantes momentos da vida, como o nascimento e a morte. Poderiam cultivar a memória de entes queridos. Nas grandes escravarias, também, poderiam ser geradas desigualdades, de modo a conferir um acréscimo de auto-estima aos que logravam subir na exígua escala social do cativo e, a outros, um segundo sentimento de fracasso. Nas pequenas posses, pelo contrário, nada disso seria possível, pois o círculo de companheiros seria muito limitado. Segundo o autor, “a vida e aquilo que ela abrigava de importante para um escravo de um pequeno plantel corria um grande risco de ser esquecido, perdido, portanto, passados alguns anos de seu sepultamento”<sup>448</sup>.

Temos motivos para relativizar as conclusões de Engemann. Em Porto Alegre, assim como em Rio Grande, Vacaria e Viamão, a menor dimensão das posses rurais não criou obstáculos à difusão do compadrio entre cativos. Quando não era possível escolher compadres no interior de uma mesma escravaria, escolhiam-se os escravos dos parentes do senhor ou da

---

<sup>447</sup> GUDEMAN, *Spiritual Relationships...*, *idem*, p. 48.

<sup>448</sup> ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 139ss.

vizinhança. Deste modo, os estreitos limites das pequenas e médias escravarias da freguesia não impediam o estreitamento dos laços entre os escravos. Por ora, é difícil abordar o problema da comunidade escrava com os dados disponíveis, mas há, aqui, um indício da possibilidade de sua formação e, talvez, de perpetuação no tempo.

Sobre o fenômeno do compadrio entre os escravos, formularam-se diferentes hipóteses para explicar sua origem, natureza e consequências. Para Góes, o apadrinhamento e o compadrio serviam para diminuir a tensão no interior das senzalas ou em áreas de pequenas posses. Para Fragoso e Hameister, o resultado da formação das redes de compadrio entre escravos das elites coloniais era a inclusão social do cativo sob a égide da casa senhorial. Maia aponta a possibilidade de a instituição servir como um meio de proteção para relações de concubinato entre escravas e homens livres, alguns dos quais senhores das primeiras. Há autores, por sua vez, como Schwartz e Gomes, que enfatizam o papel desta instituição na constituição de comunidades cativas relativamente autônomas. De modo geral, os autores evidenciam que o compadrio poderia servir como um mecanismo de vinculação dos escravos não apenas junto aos seus, como em relação a outros grupos e estratos sociais.

Apesar dos poucos dados disponíveis em nossa pesquisa, podemos levantar pequenas considerações sobre o tema, particularmente no que diz respeito à associação (ou não) entre família e compadrio. O compadrio envolvendo escravos parece ter sido, em grande medida, um fenômeno associado à formação das famílias sob o cativo. Mais precisamente, tem-se a impressão de que a primeira instituição funcionava como um suporte para a segunda. Quando os escravos decidiam ter suas famílias, muitos riscos poderiam ser vislumbrados no futuro: o cuidado dos filhos, a separação dos familiares por vendas ou morte, a falta de privacidade, dentre tantos outros problemas. Deste modo, formar uma família significava assumir um projeto de vida (por mais limitado que fosse) e enfrentar as exigências dele decorrente.

Nesse momento, o padrinho e a madrinha apareceriam como companheiros com quem se podia compartilhar o fardo. Casais de escravos, mesmo em situação consensual, eram escolhidos como pais espirituais de crianças. Algumas madrinhas poderiam, de fato, ser consideradas como uma segunda mãe da criança. Os casais de padrinhos, por sua vez, na pia batismal, tinham reconhecida sua união afetiva diante da comunidade. Com a replicação dos laços de compadrio entre vários núcleos familiares escravos, os escravos construíam novas formas de parentesco, em substituição daquelas perdidas em além-mar. Desta maneira, suportava-se o presente e tentava-se projetar o futuro não isoladamente, mas a partir de redes de sangue e espírito.

Por outro lado, em regiões onde não havia significativo incentivo para os escravos

levarem adiante projetos familiares (nas pequenas posses, especialmente aquelas dos núcleos urbanizados), a escolha de escravos como compadres parecia não fazer tanto sentido. Em Porto Alegre, as mulheres da área urbanizada geravam poucos filhos e, outras, não os tinham<sup>449</sup>. Simultaneamente, parte expressiva dos cativos de fins da década de 1780 e os da de 1790 eram recém-chegados que ainda estavam a tentar criar novos vínculos sociais. Nada menos surpreendente, portanto, que o recrudescimento da escolha de padrinhos livres no período final do recorte temporal ora analisado. Sem famílias escravas, o compadrio entre escravos perdia o seu motivo. Evidencia-se, assim, a rica polissemia do parentesco espiritual criado sob o cativo em uma pequena localidade da fronteira luso-americana.

Nossa terceira reflexão, por fim, refere-se ao significado político do estabelecimento da família escrava. Os dados disponíveis não nos permitem avançar por território tão inóspito e desconhecido. Em princípio, concordamos com Fragoso, acompanhado por Hameister, para o qual os vínculos criados entre escravos de senhores de uma mesma família poderiam dar-lhes, “o sentimento de compartilhar compromissos em comum [...] sob o signo da *casa* [senhorial]”<sup>450</sup>. Especialmente no caso dos escravos de Manuel de Ávila de Souza, o açoriano que passou a fazer parte do mundo social da elite agrária regional.

Por outro lado, os escravos formavam redes de solidariedade e obrigação entre si, paralelas às relações de obediência estabelecidas junto ao proprietário. Percebe-se pela análise que os escravos viam-se numa situação de lealdade cruzada: deveriam ser obedientes aos senhores, mas eram também comprometidos com seus compadres e companheiros. Essa configuração das relações levava a uma situação de ambiguidade, a qual poderia redundar em tensão. No momento de uma disputa, a quem o escravo deveria apoiar, ao senhor ou ao seu compadre? Sem dúvida o senhor usufruía de posição privilegiada nesta disputa<sup>451</sup>, mas nada garantia ao senhor a conquista da simpatia de seu escravo. Mesmo que a criação da família pudesse favorecer a dominação senhorial, as redes entre cativos serviam como um verdadeiro capital relacional no processo de (re)definição dos limites entre os interesses senhoriais e os dos próprios cativos. Como os alicerces da escravidão dificilmente poderiam ser postos em cheque, este era o jogo possível de ser jogado.

---

<sup>449</sup> Ver nosso sexto capítulo.

<sup>450</sup> FRAGOSO, Capitão Manuel Pimenta Sampaio..., *idem*, p. 266.

<sup>451</sup> Ver, por exemplo SLENES, Senhores e subalternos..., *idem*, p. 278.

## **Conclusão**

O padrão de escolha de padrinhos revelou alguns aspectos das transformações sociais decorrentes da ampliação do crescimento populacional. Num primeiro momento, período de provável estabilidade do tráfico, dominaram os padrinhos escravos, tanto para os filhos das mães solteiras quanto o de pais casados. Com o crescimento do tráfico e o abrupto aumento no número de cativos batizados (ocorridos durante um processo de ampliação das pequenas escravarias em detrimento das médias), os escravos perderam seu espaço enquanto padrinhos.

O processo conduziu, portanto, a um reforço das relações de dependência dos escravos para com o mundo livre de Porto Alegre. As mães solteiras, em sua maioria mulheres recém-desembarcadas, deveriam ter reduzidas possibilidades de interferir na escolha do padrinho. De qualquer maneira, especialmente quando se contasse com alguma margem de liberdade, a escolha de um padrinho livre poderia significar a obtenção de um aliado disposto a acompanhar e proteger a comadre e seu filho em diferentes momentos da vida destes.

Os escravos da área rural mantiveram-se, em alguma medida, afastados deste processo de maior aproximação ao mundo livre. O tamanho mais elevado das escravarias as quais pertenciam e o acesso aos cativos dos parentes do senhor favoreciam a criação de laços entre semelhantes. Como os casais escravos analisados escolhiam outros casais como padrinhos de seus filhos e que as escolhas recíprocas foram frequentes, levantamos a hipótese de que as relações de compadrio e apadrinhamento eram utilizadas como um instrumento de abertura dos núcleos familiares, bem como de expansão e fortalecimento de suas estruturas. O compadrio era uma extensão da formação das famílias sob o cativo. Se, por um lado, a constituição de famílias poderia favorecer o domínio senhorial, por outro, oferecia aos escravos um inestimável capital relacional que amenizava as não poucas dificuldades de suas vidas.

## Conclusão

Nos anos de 1770, o pequeno povoado então conhecido como o Porto dos Casais – habitado por imigrantes açorianos e algumas famílias de grandes proprietários – foi elevado à condição de freguesia e transformado na capital da capitania do Rio Grande de São Pedro. Datas de terras foram concedidas aos casais açorianos e as primeiras ruas de um incipiente núcleo urbanizado foram demarcadas. Estes foram os primeiros passos de uma ampla transformação da localidade, um longo e dinâmico processo que é, em termos de historiografia, mais bem conhecido em apenas alguns poucos aspectos.

Este trabalho procurou trazer contribuições para seu conhecimento, especialmente em relação à temporalidade do processo. Argumentamos que na década de 1780 – apenas alguns anos após a distribuição das datas de terras – a estrutura econômico-social da freguesia estava plenamente definida. A escravidão era, nesses anos, decisiva no funcionamento de diferentes atividades produtivas, tanto que os cativos representaram a variável de maior relevo no intenso crescimento populacional da freguesia. Havia uma nítida divisão entre uma área caracterizada pelo predomínio de ocupações urbanas e com uma população cujo perfil era o mais heterogêneo possível, e outra, formada por propriedades agrárias de diferentes dimensões, cujos moradores eram, em sua maioria, vinculados a terra e organizavam-se através de suas famílias. Em ambas as áreas, os escravos eram imprescindíveis. A estrutura fundiária encontrava-se estabilizada, caracterizada por uma significativa concentração de riquezas, dentro do contexto de uma sociedade ligada ao mercado interno colonial. Foi nestes diferentes ambientes, urbano e rural, que surgiram as famílias escravas, cujas características dependeram não só das condições materiais dadas, como de variáveis graus de escolha dos cativos.

Esperamos ter se tornado claro a lógica que, em grande medida, dirigiu a formação de Porto Alegre: o processo econômico-social desenvolveu-se de modo a produzir relações de subordinação entre os indivíduos. Era a dependência do produtor rural que precisava criar dívidas com comerciantes para obter escravos. A dependência das escravas mães solteiras das pequenas posses, que se tornavam (por vontade própria ou por intervenção senhorial) comadres de indivíduos livres. A dependência dos escravos para com seus senhores, imprescindível para formar suas famílias e estender redes de compadrio para além dos limites do cativo.

Tais relações de subordinação eram necessárias, pois eram elas que permitiam a conquista de recursos úteis para a expansão das margens de autonomia. Para os produtores, a posse escrava aumentava não apenas a produção domiciliar, como a família cativa possibilitava a obtenção de mão-de-obra sem a necessidade de se recorrer ao mercado. A família, para os escravos, era um sustento espiritual e o meio pelo qual tentavam reorganizar o passado, o presente e, talvez, o futuro de suas vidas. Autonomia e subordinação eram como que dois lados de uma mesma moeda nas relações, confrontos e negociações estabelecidos entre dominadores e dominados.

Em centros produtores de bens voltados tanto para o mercado internacional quanto para o interno, tanto em velhas quanto em jovens freguesias, a escravidão representou um papel de peso. Montes, na Bahia, São Salvador dos Campos dos Goitacases, Viamão, no Rio Grande, Vila Rica e São José, em Minas, apesar de separadas por distâncias continentais, caracterizaram-se por ampla participação de cativos em suas populações, bem como pela ampla distribuição de tal propriedade. E apenas dez anos após ser elevada à condição de freguesia, em 1782, Porto Alegre encontrava-se em um patamar demográfico que nada devia às supracitadas localidades.

Apesar da importância inicial dos casais açorianos no povoamento local e de seu legado camponês, a história da capital do Rio Grande só encontra sua explicação no quadro mais amplo do sistema escravista colonial. Sistema, esse, capaz de responder às mais diferentes exigências laborais, pois os cativos adequavam-se bem aos serviços domésticos, ao artesanato, à agricultura de pequena e grande escala e à pecuária. Por outro lado, o amplo predomínio de pequenas escravarias em Porto Alegre resulta do poder de expansão da instituição, que conseguia tornar a propriedade cativa um bem relativamente acessível mesmo em uma comunidade nova, provavelmente ainda não produtora de significativa riqueza. Tal processo evidencia, portanto, a vitalidade e o dinamismo da economia luso-americana no final do século XVIII, capaz de reproduzir-se rapidamente mesmo na mais instável de suas fronteiras.

Era nesse ambiente de consenso no seio da população livre que homens e mulheres tornados cativos deveriam criar suas táticas para não sucumbir ao peso da escravidão. Devido à margem de ação extremamente limitada, alguns destes indivíduos encontraram nos laços sociais um recurso para suas batalhas. Em determinadas situações ou contextos, era viável ou vantajosa a criação de laços com elementos da sociedade livre, provavelmente ligados ao senhor. Outras vezes, era o reforço das identidades entre os semelhantes que convinham aos cativos. Apenas apontado, este é um tema que ainda espera por ser melhor investigado.

## Apêndice metodológico

### Procedimento padrão de recuperação de informações dos róis de confessados e a elaboração do banco de dados

Para a elaboração do banco de dados e a alocação das informações, os moradores listados nos róis de confessados foram distribuídos segundo os domicílios em que se encontravam e classificados em três grupos, quais sejam, o núcleo principal, agregados e escravos. O *núcleo principal* é constituído pelos membros presentes na parte superior do registro e se compõe, predominantemente, pelos familiares do chefe de fogo (mulher, filho, neto, afilhado, enteado, etc.); foram considerados *escravos* e *agregados* todos aqueles que assim fossem classificados. Os indivíduos arrolados antes dos escravos, sem serem listados como agregados, foram considerados como pertencentes ao núcleo principal.

O procedimento de recuperação de dados corroidos dos róis de confessados foi o de obter informações a partir de comparação com róis de outros anos. Quando encontramos descrições de fogos corroidas, procuramos nos fogos de anos vizinhos o mesmo domicílio e deste exportamos as informações. Escolhemos alguns critérios que delimitassem de maneira razoável a importação desses dados, permitindo uma recuperação de dados abrangente, mas sensata.

As descrições de domicílios muito danificadas foram excluídas.

Um dos grupos excluídos do procedimento de recuperação foi o dos agregados, visto a pouca estabilidade de permanência no fogo da maioria destes indivíduos, salvo poucas exceções. O nome do chefe de domicílio e sua esposa foram sempre recuperados, salvo se encontrássemos indícios do falecimento de um dos dois. O nome de filhos foi sempre recuperado, salvo se a idade, informação presente nos róis de Porto Alegre, indicasse que os mesmos ainda não fossem nascidos no ano do rol em questão. Os nomes de parentes consangüíneos e afins não foram recuperados, a menos que houvesse indícios de uma estabilidade dos mesmos no domicílio, como o caso de pais ou sogros do chefe do fogo que estivessem em idade avançada.

Os escravos foram sempre recuperados, levando o fator de idade da mesma maneira como apontada para os filhos dos casais livres. Quando encontramos a descrição do mesmo fogo em mais de um rol vizinho, optamos por extrair os dados do que fosse mais próximo temporalmente, se ambas as descrições se encontrassem não danificadas; caso contrário, optamos pela que estivesse em melhor estado.

Houve expressiva recuperação de informações dos membros dos casais chefes de

fogo, pois muitas vezes o início do fogo estava corroído e foi possível resgatar os nomes do casal, a partir de uma lista de filhos ou de escravos. Foi possível recuperar um número bem significativo de descrições de cativos e certificar dúvidas do transceptor quanto ao sexo e grafia de vários indivíduos, para os quais com a informação de apenas um ano seria temerária a atribuição.

Este trabalho foi efetuado no projeto de pesquisa “Escravos e indígenas na constituição da mão-de-obra do Rio Grande do Sul colonial”, coordenado pela Prof<sup>ª</sup>. Helen Osório, do qual também participou Ian Danilevich, com financiamento da FAPERGS (bolsa de iniciação científica).



## Apêndice Estatístico

**Tabela AE 1**

**População e domicílios nos róis de confessados de Porto Alegre, sem exclusão ou acréscimos de dados, do período entre 1779 a 1792**

	1779	1780	1781	1782	1790	1792
População	1506	1385	1378	1577	1797	2015
Fogos	230	216	264	276	437	464

Fonte: RCPA, 1779-1782, 1791 e 1792, AHCMPA.

Obs.: foram consideradas apenas as descrições de indivíduos que contivessem, no mínimo, uma informação. Em 1782 foram excluídas as descrições de dois domicílios repetidos (os de número 207 e 266) e havia dois domicílios que, separados por espaço corroído, eram, em realidade, um só (os de número 234 e 235).

**Tabela AE 2**

**Composição (%) da população conforme relação com o chefe de fogo**

	1779	1782	1792
Escravo	558	610	795
Agregado	53	85	188
Núcleo principal	860	930	1006
Total	1471	1625	1989

Obs.: esta contagem é resultante do processo de recuperação de informações e exclusão de dados muito danificados.

Fonte: róis de confessados de Porto Alegre, 1779, 1782 e 1792.

**Tabela AE 3**

**População de Porto Alegre (#) conforme condição social e/ou origem, 1782**

Condição social	Chefes de fogo	Homens			Chefes de fogo	Mulheres		
		Familiares	Agregados	Cativos		Familiares	Agregados	Cativos
Lívre	171	262	27	-	42	410	15	-
Lívre de cor	0	0	2	-	0	0	1	-
Forros	13	0	11	-	9	5	8	-
Índios	0	0	7	-	0	0	9	-
Escravos	-	-	-	353	-	-	-	244
Não identificado	1	1	2	0	0	3	0	0

Notas: sobre as categorias de familiares, escravos e agregados, ver a nota do Apêndice 1; a classificação de lívre foi inferida pela ausência de qualificação de cor ou condição social; os dados foram tomados apenas dos indivíduos para os quais constasse a informação de sexo. Estes compreendem 99,6 do total dos registros.

Fonte: RCPA, 1782, AHCMPA.

**Tabela AE 4**  
**População de Porto Alegre segundo condição social (livres e escravos) sexo, distribuído em faixas etárias, 1782**

Faixas etárias	Livres		Escravos	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
0-04	75	88	36	44
4 e 9	73	87	35	32
10 e 14	49	52	14	24
15 e 19	30	42	44	33
20 e 24	24	61	63	44
25 e 29	24	37	47	18
30 e 34	40	29	33	22
35 e 39	20	16	8	7
40 e 44	25	28	29	14
45 e 49	13	8	6	2
50 e 54	33	17	18	3
55 e 59	13	6	2	0
60 e 64	19	12	5	2
65 e 69	4	3	0	0
70 e 74	6	2	2	0
75 e 79	0	0	0	0
80 e 84	1	2	2	1
85 e 89	0	1	0	0
90 e 94	2	0	0	0
95 e 100	1	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>452</b>	<b>491</b>	<b>344</b>	<b>246</b>

Obs.: foram considerados apenas os dados dos indivíduos que tivessem sexo e idade informadas, que somam 93% de 1015 indivíduos livres e 97% de 610 escravos. As descrições de domicílios muito danificadas ou repetidas foram excluídas. As descrições que estivessem incompletas foram corrigidas por comparação com os róis de 1779, 1780 e 1781, na medida em que isso fosse possível.

Fonte: RCPA, 1782, AHCMPA.

**Tabela AE 5**  
**Razão de Sexo por faixas etárias de livres e escravos em Porto Alegre, 1782**

Faixas etárias, em anos	Livres	Escravos
0 e 9	84,6	93,4
10 e 19	84,0	101,8
20 e 29	49,0	177,4
30 e 39	133,3	141,4
40 e 49	105,6	218,8
50 e 59	200,0	666,7
60 e 69	153,3	250,0
70 e 79	300,0	--
80 e 89	33,3	200,0

Fonte: Tabela AE.4.

**Tabela AE 6**  
**Localização das moradias de lavradores de Porto Alegre, em 1782**

	#	%
Extramuros	42	67,7
Intramuros	3	4,8
Casos duvidosos	10	16,1
Não encontrados	7	11,3
Total	62	100,0

Obs.: foram excluídas as informações de três indivíduos dos quais não constava a ocupação produtiva.

Fonte: *RCPA 1782*, *AHCMPA*; *RM 1784*, *ANRJ*.

**Tabela AE 7**  
**Fogos escravistas e distribuição dos escravos segundo faixas de tamanho de posse em**  
**Porto Alegre, em 1779, 1782 e 1792**

Tamanho da posse (escravos)	Fogos escravistas		Escravos	
	#	%	#	%
<b>1779</b>				
Entre 1 e 4	88	66	186	33
Entre 5 e 9	35	26	223	40
10 ou mais	11	8	149	27
Total	134	100	558	100
<b>1782</b>				
Entre 1 e 4	104	68	218	36
Entre 5 e 9	41	27	270	44
10 ou mais	8	5	122	20
Total	153	100	610	100
<b>1792</b>				
Entre 1 e 4	160	74	308	39
Entre 5 e 9	44	20	299	38
10 ou mais	13	6	188	23
Total	217	100	795	100

Fonte: *Róis de confessados de Porto Alegre, 1779, 1782 e 1792*, AHCMAPA.

**Tabela AE 8**  
**Origem dos escravos adultos batizados em Porto Alegre, entre 1772 e 1800**

Origem	#	%	#	%
Centro-Oeste africano	40	53,3	40	60,6
Costa Ocidental africana	26	34,7	26	39,4
Termos genéricos ou desconhecidos	4	5,3	-	-
S/I	5	6,7	-	-
Total	75	100,0	66	100,0

Nota: S/I: Sem informação.

Fonte: *1º e 2º LBPoA*, AHCMAPA.

**Tabela AE 9**  
**Padrinhos de escravos novos e crianças (legítimas e naturais) conforme condição jurídica e quinquênio, em Porto Alegre**

		Quinquênio						Total
		Entre 1772 e 1775	Entre 1776 e 1780	Entre 1781 e 1785	Entre 1786 e 1790	Entre 1791 e 1795	Entre 1796 e 1800	
Cativos novos	Padrinho: Escravo	1	-	0	15	7	3	26
	condição Forro	0	-	0	9	1	1	11
	jurídica Livre	0	-	1	11	13	11	36
	Total	1	-	1	35	21	15	73
Crianças legítimas	Padrinho: Ausente	0	0	1	0	0	0	1
	condição Escravo	7	15	18	27	16	18	101
	jurídica Forro	1	8	5	12	8	5	39
	Livre	5	15	4	10	17	46	97
Total	13	38	28	49	41	69	238	
Crianças naturais	Padrinho: Ausente	11	6	4	0	2	0	23
	condição Escravo	9	47	49	46	47	52	250
	jurídica Forro	12	13	13	17	14	6	75
	Livre	15	35	31	74	89	217	461
Total	47	101	97	137	152	275	809	

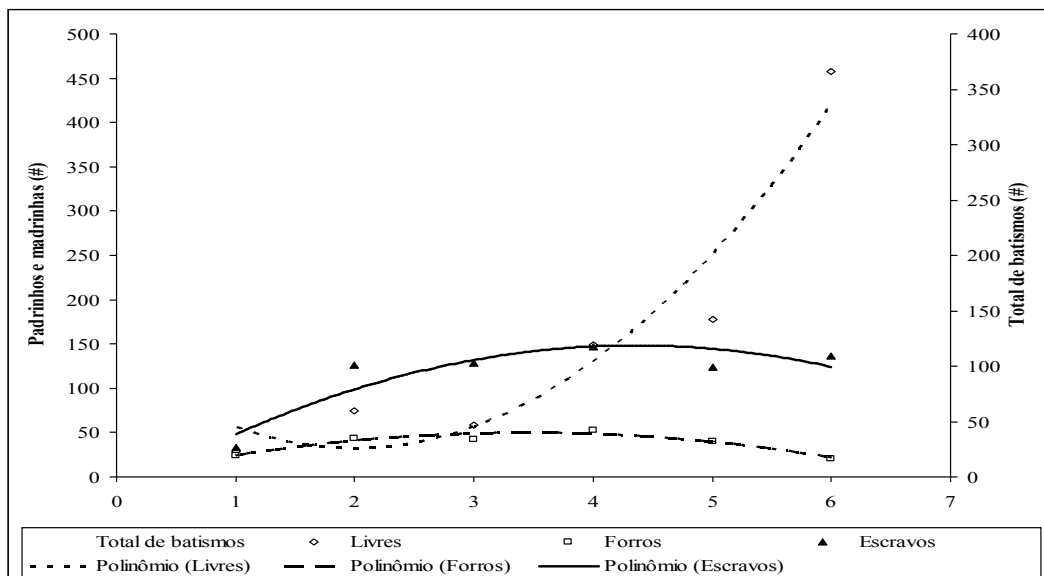
Fonte: 1ª e 2ª LBPoA, AHCMPIA.

**Tabela AE 10**  
**Madrinhas de escravos novos e crianças (legítimas e naturais) conforme condição jurídica e quinquênio, em Porto Alegre**

		Quinquênio						Total
		Entre 1772 e 1775	Entre 1776 e 1780	Entre 1781 e 1785	Entre 1786 e 1790	Entre 1791 e 1795	Entre 1796 e 1800	
Escravos novos	Madrinha: Ausente	1	-	1	4	9	5	20
	condição Escrava	0	-	0	12	6	3	21
	jurídica Forra	0	-	0	9	0	0	9
	Livre	0	-	0	10	6	7	23
Total	1	-	1	35	21	15	73	
Crianças legítimas	Madrinha: Ausente	3	3	2	2	3	10	23
	condição Escrava	6	17	16	27	16	18	100
	jurídica Forra	3	10	7	10	8	3	39
	Livre	1	8	3	10	14	38	76
Total	13	38	28	49	41	69	238	
Crianças naturais	Madrinha: Ausente	20	24	14	21	39	62	180
	condição Escrava	11	47	45	47	45	49	244
	jurídica Forra	8	13	18	14	10	7	70
	Livre	8	17	20	55	58	157	315
Total	47	101	97	137	152	275	809	

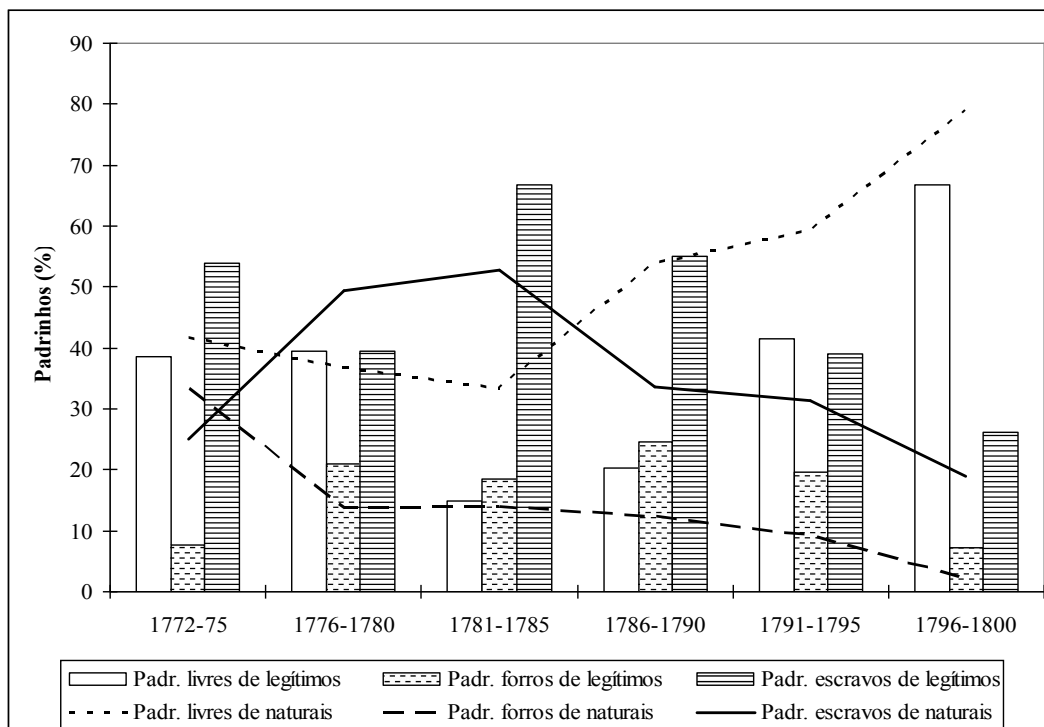
Fonte: 1ª e 2ª LBPoA, AHCMPIA.

**Gráfico AE 1**  
**Tendência polinomial de escolha de padrinhos e madrinhas, conforme condição jurídica dos mesmos, em Porto Alegre, entre 1772 e 1800**



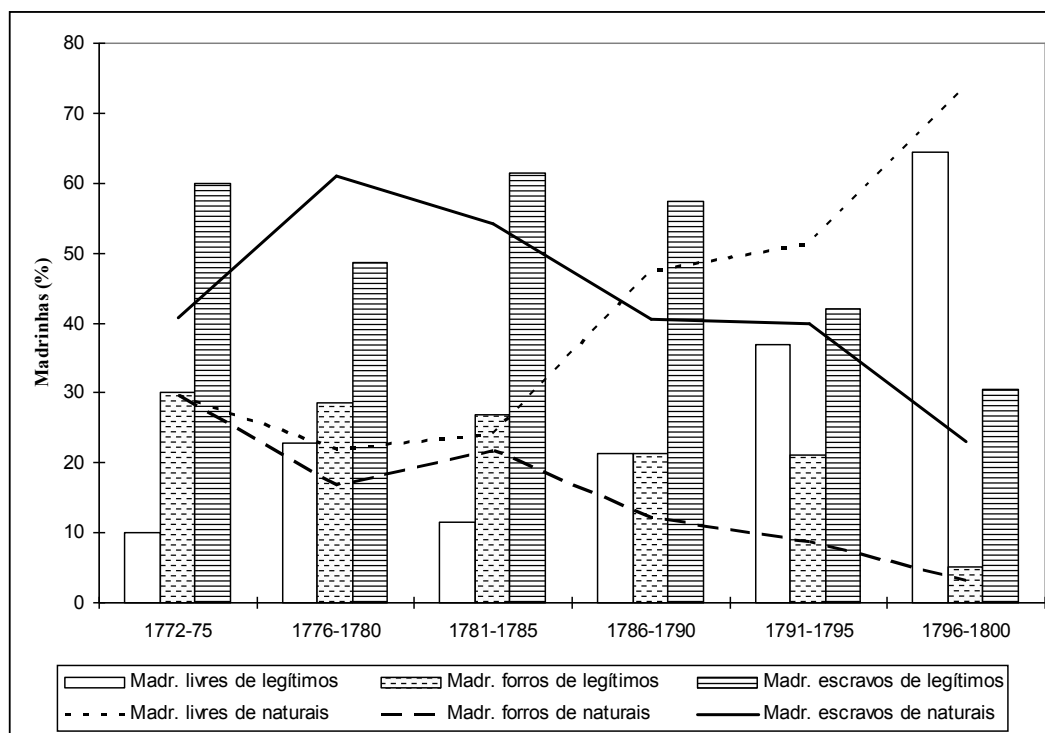
Fonte: 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> LBPoA, AHCMPA.

**Gráfico AE 2**  
**Condição jurídica dos padrinhos, conforme filiação das crianças escravas, por quinquênios, em Porto Alegre, entre 1772 e 1800**



Fonte: 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> LBPoA, AHCMPA.

**Gráfico AE 3**  
**Condição jurídica das madrinhas, conforme filiação das crianças escravas, por quinquênios, em Porto Alegre, entre 1772 e 1800**



Fonte: 1º e 2ºLBPoA, AHCMPPA.

## Fontes

### Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

Róis de confessados de Porto Alegre dos anos de 1779, 1780, 1781, 1782, 1790, 1791, 1802 e 1803.

Primeiro e segundo livros de batismos de Porto Alegre (entre 1772 e 1799).

Primeiro livro de batismos de escravos de Porto Alegre (entre 1772 e 1797).

Primeiro livro de óbitos de Porto Alegre (entre 1172 e 1795).

Primeiro livros de óbitos de escravos de Porto Alegre (entre 1773 e 1801).

Primeiro livro de casamentos de Porto Alegre (entre 1772 e 1794).

Primeiro livro de casamentos de escravos de Porto Alegre (entre 1772 e 1822).

### Arquivo Público do Rio Grande do Sul

Inventários *post-mortem*.

### Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

“Relações de moradores de Porto Alegre e Gravataí” de 1785, os borradores de 1785 e 1797, Códice F-1198A.

Censo de 1814. Anexo do Relatório do Presidente de Província - Códice E1 do Fundo Estatística do AHRS.

### Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

“Relação de moradores que têm campos e animais no Continente”, Códice 104, v. 6, 7 e 8.

“Extratos da receita do cofre da Real Fazenda do Rio Grande de São Pedro”, Códice 104, vol. 3, 4 e 5.

### Arquivo Histórico Ultramarino

Carta do [governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul], Paulo José da Silva Gama, ao príncipe regente [D. João], enviando mapas da população da capitania relativo ao ano de 1802 e relação da exportação e importação de 1802. 4 de dezembro de 1803. Anexo: Mappa de todos os habitantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, devididos pelas freguezias actuais da mesma Capitania no anno de 1802. Caixa 7, doc. 485. Projeto Resgate: documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande de São Pedro, cd 1.



### Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Magalhães, Manoel Antonio de. Carta onde o autor expõe à rainha d. Maria I a situação de miséria em que se encontra a província do Rio Grande, com o contrabando feito pelos espanhóis próximo à costa. Narra os esforços realizados pelo seu governador. Porto Alegre, 01/02/1805. Biblioteca Nacional, Coleção Linhares, MS 554(3) d87.

“Mapa geográfico do Rio Grande de São Pedro suas freguesias e moradores de ambos os sexos, com declaração das diferentes condições e cidades em que se acham em 7 de outubro de 1780”.

PREGO, Henrique. Descrição histórica geográfica das capitanias do Rio Grande do Sul e da Bahia. Biblioteca Nacional, Fundo Rio Grande do Sul, Coleção Augusto Lima Júnior. II – 35, 34, 13.

### Fontes impressas

CORUJA, Antônio Alvares Pereira. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: ERUS, 1983.

MAGALHÃES, Manuel Antônio de. Almanaque de Porto Alegre de 1808. In: FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre, EST, 1980.

MOREIRA, Paulo & TASSONI, Tatiani. *Que com seu trabalho nos sustenta: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748 – 1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)*. São Paulo: Antônio Louzada Antunes, 1853.

### Fontes digitalizadas

BERWANGER, Ana Regina; OSÓRIO, Helen; SOUZA, Suzana. *Projeto Resgate Rio Grande do Sul. Produção de catálogo e índices de documentação do Arquivo Histórico Ultramarino*, Lisboa. 1999.

NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (Org.). *Projeto Resgate de Fontes Paroquiais: Porto Alegre e Viamão (século XVIII) – Batismos e Óbitos*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. [CD-ROM].

### Instrumentos de pesquisa

BERWANGER, Ana Regina; OSÓRIO, Helen; SOUZA, Susana Bleil de (orgs.). *Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania do Rio Grande do Sul existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*, Lisboa. Porto Alegre: CORAG, 2001.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* – volume 11. Porto Alegre, 1995.

Endereços eletrônicos de referência

ELTIS, David (coord.). *Trans-Atlantic Slave Trade Database*, disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>.

Grupo de Pesquisa CNPQ A experiência dos africanos e seus descendentes no Brasil. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/>.

WESSA, P. *Free Statistics Software, Office for Research Development and Education, version 1.1.23-r7*. Disponível no endereço: [www.wessa.net](http://www.wessa.net).

## Referências bibliográficas

- ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-35*. Niterói: UFF, 2008. Dissertação de mestrado.
- ALENCASTRO, Luis Felipe. *O trado dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALGRANTI, Leila. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808 -1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ALMEIDA, Maria Celestino de. Os índios aldeados: histórias e identidades em construção. *Tempo*, v. 6, n. 12, dez. 2001, p. 51-72.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ANDRADE, Leandro. *Senhor ou camponês? Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850*. Belo Horizonte: PPGH – UFMG, 2007. Dissertação de mestrado.
- ARAÚJO, Thiago. Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro. In: *Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPr, 2011.
- BACELLAR, Carlos. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Os senhores da terra*. Campinas: CMU / Unicamp, 1997.
- BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825*. Porto Alegre: PPGH – UFRGS, 2006. Dissertação de mestrado.
- BICALHO, Maria. As Câmaras Ultramarinas e governo do Império. In: *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 189-221.
- BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas; FFLCH; USP; FAPESP, 2002.
- BLANCO, Márcio Munhoz. A senzala em movimento: notas sobre os primórdios da família escrava nos campos de Viamão (1747-1758), In: *Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPr, 2011.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. São Paulo: Papyrus, 1996.
- BRIGNOLI, Hector. Las variables demográficas en una economía de exportación: el ejemplo del Valle Central de Costa Rica, 1800 – 1950. In: *Revista de História (USP)*, São Paulo, n. 114, (jan./jun. 1983), p. 107 - 133.
- BRÜGGER, Silvia. Compadrio e escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730 – 1850. In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (anais)*. Caxambú: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004. p. 1-21. Disponível no endereço: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_119.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_119.pdf). Acesso em 01 jun. de 2011.
- \_\_\_\_\_. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 313-347.
- BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã. Um estudo das elites no século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

- CARDOSO, Ciro Flamarion. História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: \_\_\_\_\_. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 13-93.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CASTRO, Hebe Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.
- \_\_\_\_\_. *As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- \_\_\_\_\_. Campesinato e escravidão. In: TEIXEIRA DA SILVA, F.; CASTRO, H.; FRAGOSO, J. (Org.). *Escritos sobre história e educação: homenagem à Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001. p. 331-350.
- CAVALCANTI, Nireu. O comércio de escravos novos no Rio setecentista. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 15-77.
- CEZAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre, 1970.
- CHAYANOV, Alexander. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.
- \_\_\_\_\_. “Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas”, In: SILVA, José Graziano da. & STOLCKE, Vera (Orgs.). *A questão agrária*. Brasília: Brasiliense, 1981. p. 134-163.
- COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre/ Editora da UFRGS, 2008.
- \_\_\_\_\_. Do Arquipélago ao Continente: estratégias de sobrevivência e ascensão social na inserção açoriana nos Cmapos de Viamão (séc. XVIII). *Revista Aedos*, v. 2, p. 74-96, 2009.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. CASTRO, Iná; et al (Org.). In: *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 15-48.
- COSTA, Iraci del Nero da. Ocupação, povoamento, e dinâmica populacional. In: COSTA, Iraci & LUNA, Francisco. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p. 1-30.
- COSTA, Iraci; LUNA, Francisco. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX. In: COSTA, I & LUNA, F. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p. 57 – 77.
- COSTA, Iraci; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. Família escrava em Lorena (1801). In: *Estudos econômicos*, São Paulo, 17 (2), maio/ago, 1987, p. 245-295.
- COSTA, Iraci; NOZOE, Nelson. Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. In: *Estudos econômicos*, São Paulo, 19, n. 2, maio/ago, 1989, p. 319-345.
- DANILEVICZ, Ian. *Aspectos demográficos e padrão de posse de escravos em Viamão (1776 – 1784)*. Porto Alegre: Dept. História, UFRGS, 2009. Trabalho de conclusão de curso.
- DURÁN ROCA, Luisa. *Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano no século XVIII*. Porto Alegre: Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS, 2009. Tese de doutorado.
- DIAGNE, P. As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado. In: OGOT, Bethwell (Ed.). *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 27-53.
- DI MÉO, Guy. *Géographie sociale et territoires*. Paris: Nathan, 1998.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

- ELIAS, Roger. Algumas Reflexões sobre as Relações Sociais sob Escravidão (Porto Alegre, 1810-1835) *Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPr, 2011. p. 1-20.
- ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- \_\_\_\_\_. História da família e demografia histórica. In.: CARDOSO, C; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- \_\_\_\_\_. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. *Revista Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, jan. 2007, p. 122-146.
- FERREIRA, Roberto Guedes. *Na pia batismal: família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX)*. Rio de Janeiro: PPGH-UFF, 2000. Dissertação de mestrado.
- \_\_\_\_\_. Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. In. FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 229-283.
- \_\_\_\_\_. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla & SAMPAIO, Antônio Carlos (Org.). *Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 339-376.
- FINLEY, M. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, Roberto. *A Paz das Senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- \_\_\_\_\_. Morfologias da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 207-227.
- FLORES, M. *Historia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.
- FORTINI, Arquimedes. *Porto Alegre através dos tempos*. Porto Alegre: Divisão Cultura, 1962.
- FRADKIN, Raúl. *La historia de una montonera: bandolerismo y caudillismo en Buenos Aires, 1826*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.
- \_\_\_\_\_. “Poder y conflicto social en el mundo rural: notas sobre las posibilidades de la historia regional. In: FERNANDEZ, Sandra e DALLA CORTE, Gabriela (comp.). *Lugares para la historia. Espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos*. Rosario: UNR Editora, pp. 119-135.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- \_\_\_\_\_. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. *Topoi*, Rio de Janeiro, set. 2002, pp. 41-70.
- \_\_\_\_\_. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: GOUVÊA, Maria de Fátima & FRAGOSO, João (Org.). *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243 – 294.
- \_\_\_\_\_. O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias

- rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Monica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria C. de (org.). *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 157 - 208.
- FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M.; BICALHO, M. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade do Império. In: *Penélope*, nº 23, 2000, p. 67-88.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e espaços de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- FREIRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, 2006.
- FREITAS, Denize. *O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e as suas relações matrimoniais de 1772 – 1835*. São Leopoldo: PPGH Unisinos, 2011. Dissertação de mestrado.
- GARAVAGLIA, Juan. *Pastores y labradores de Buenos Aires. Una historia de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.
- GARCIA, Elisa. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Niterói: PPGH-UFF, 2007, p. 129. Tese de doutoramento.
- GARCIA, Graciela. *Domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de mestrado.
- GELMAN, Jorge. Sobre esclavos, pones gauchos y campesinos: el trabajo y los trabajadores em uma estancia colonial rioplatense. In: SANTAMARIA, Daniel et al. *Estructuras sociales y mentalidades em America Latina. Siglos XVII y XVIII*. Buenos Aires: Fundación Simon Rodríguez, Editorial Biblos, 1990. p. 241-279.
- GINZBURG, Carlo. O Nome e o Como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 168-178.
- \_\_\_\_\_. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.
- GOMES, Flávio dos Santos. Reinventado as “nações”: africanos e grupos de procedência no Rio de Janeiro, 1810 – 1888. In: GOMES, Flávio; FARIAS, Juliana; SOARES, Carlos. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 19-64.
- \_\_\_\_\_. Africans and slave marriages in eighteenth-century Rio de Janeiro. *The Americans*, n. 67:2, Baltimore, Out. de 2010. p. 153-184.
- GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria C. de. (orgs). *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 19 – 38.
- \_\_\_\_\_. Paradoxos da história contemporânea. In: OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria C. de. (orgs). *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 39 - 50.
- GUDEMAN, Stephen. “The Compadrazgo as Reflection of the natural and spiritual person”. In: *Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*. 1971. pp. 45-71.
- \_\_\_\_\_. Spiritual Relationships and Selecting a Godparent. *Man*, New Series, Vol. 10, No. 2, Jun., 1975, pp. 221-237.
- GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João (Org.). *Escravidão & Invenção da Liberdade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 33-59.
- GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, v. 17, n. 2, p. 297-314, maio/ago, 1987.

- HAMEISTER, Martha. *Para dar Calor à Nova Povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)*. Rio de Janeiro: PPGHS - UFRJ, 2006. Tese de doutorado.
- \_\_\_\_\_. O uso dos registros batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão. In: *Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Merional*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPr, 2011.
- HENRY, Louis. *Manual de demografia histórica*. Barcelona: Crítica, 1983.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa 1789 – 1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras- História*, III Série, volume 5, Porto, 2004.
- \_\_\_\_\_. Comunidad, red social y élites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Régimen. In: Imízcoz (dir.). *Elites, poder y red social. Las élites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 1996, p.13-50.
- IMÍZCOZ, José; KORTA, Oihane. Economía doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica. In: IMÍZCOZ, José; KORTA, Oihane (ed.) *Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen*. Madri: Silex, 2010. p. 15 – 51.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808 – 1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KJERFVE, Tânia; BRÜGGER, Silvia. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, jun. 1991, p. 223 - 238.
- KLEIN, Herbert. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. In: *Estudos Econômicos*, vol. 17, n. 2, maio-ago., 1987, p. 129-149.
- KLEIN, Herbert; ENGERMAN, Stanley. A demografia dos escravos americanos. In: MARCÍLIO, M (Org.). *População e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 208-227.
- KLIEMANN, Luiza. *RS: terra & poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: PPGH – UFF, 2006. Tese de doutorado.
- \_\_\_\_\_. Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII. In: GRIJÓ et al (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 47-90.
- \_\_\_\_\_. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.
- LARA, Silvia. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750 - 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LÊNIN, Vladimir. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 77 – 102.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. Reciprocidade mediterrânea. In: OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria C. de. (orgs). *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010a. p. 51 – 86.
- \_\_\_\_\_. Economia camponesa e mercado de terra no Piemonte do Antigo Regime. In: OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria C. de. (orgs). *Exercícios de*

- Micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010b. p. 87 - 110.
- LEWKOWICZ, Ida. Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 17, set. 1988, fev. 1989, p. 101-114.
- LIBBY, Douglas; PAIVA, Clotilde. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. In: *Estudos Econômicos*, vol. 25, n. 2, maio – ago., 1995, p. 203-233.
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- \_\_\_\_\_. Pensando as transformações e a recepção da micro-história no debate histórico hoje. In: OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria C. de. (orgs.). *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 131 - 154.
- LINHARES; M. & TEIXEIRA DA SILVA, F. *História da agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 165-184.
- LOVE, Joseph e BARICKMAN, Bert. “Elites regionais”. In: HEINZ, Flavio M. (org) *Para uma outra história das elites. Ensaio de prosopografia e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo: IPE-USP, 1981.
- \_\_\_\_\_. Estrutura de posse de escravos. In: COSTA, Iraci & LUNA, Francisco. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p. 31-55.
- \_\_\_\_\_. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). In: *Estudos Econômicos*, vol. 22, n. 3, set.-dez, 1992. p. 443-484.
- LUNA, Francisco & COSTA, Iraci. A posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos econômicos*, São Paulo, 13(1), jan/abril, 1983. p. 259-87.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Porto Alegre: história e vida da cidade*. Porto Alegre: Sulina. 1973.
- \_\_\_\_\_. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- MAIA, Moacir. Tecer redes, proteger relações: portugueses e africanos na vivência do compadrio (Minas Gerais, 1720 – 1750). In: *Topoi*, v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010, p. 36 – 54.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Sul*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MALAQUIAS, Carlos. *Trabalho, família e escravidão: pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do XIX*. Belo Horizonte: PPGH – UFMG, 2010. Dissertação de mestrado.
- MALOWIST, M. A luta pelo comércio internacional e as suas implicações para a África. In: OGOT, Bethwell (Ed.). *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1 – 26.
- MARCÍLIO, Maria Luisa. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. Editora São Paulo: HUCITEC, 2000.
- MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MATTOSO, Kátia. Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549 – 1763). In: *Revista de História (USP)*, São Paulo, n. 114, (jan./jun. 1983), p. 5-20.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*, vol. 1. São Paulo: Edusp, 1974.
- MAYO, Carlos. *Estancia y sociedad en la Pampa, 1740-1820*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1995.



- MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- MENZ, Maximiliano Mac. *Entre dois Impérios: Formação do Rio Grande na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1822)*. São Paulo: PPGHE- USP, 2006.
- METCALF, Alida. Recursos e estruturas familiares no século XVIII, em Ubatuba, Brasil. In: *Estudos econômicos*, São Paulo, 13, número especial, 1983, p. 771-785.
- \_\_\_\_\_. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana do Parnaíba. In: *Estudos econômicos*, São Paulo, 17 (2), maio/ago, 1987, p. 229-243.
- MESQUITA, Eni. Os agregados: uma tipologia ao fim do período colonial (1780-1830). In: *Estudos econômicos*, São Paulo, 13, n. 3, dez, 1981, p. 159-168.
- MIGUEZ, Eduardo. “Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas e fuentes parcas”. In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA –IEHS, 1995. pp. 23-34.
- MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Cândido Mendes, 2003.
- MOREIRA, Paulo Roberto. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre, 1858-1888*. São Leopoldo: EST, 2003.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. Tese de livre docência. Campinas: IFCH-Unicamp, 2001
- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*. São Paulo: Annablume, 1999.
- MOUTOUKIAS, Zacarias. “Narración y analisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica. “In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA –IEHS, 1995. pp. 221-241
- NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão*. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- NEUMANN, Eduardo. Uma fronteira tripartida: a formação do Continente do Rio Grande do Sul – século XVIII. GRIJÓ, Luiz *et al* (Org). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editoria da UFRGS, 2004, p. 25-46.
- OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. *A fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Norma, 1987.
- OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. Indivíduos, famílias e comunidades: trajetórias percorridas no tempo e no espaço em Minas Gerais – século XVIII e XIX. In: OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria C. de. (orgs). *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 51 – 86.
- OSÓRIO, Helen. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- \_\_\_\_\_. Esclavos de la frontera: padrones de la esclavitud africana en Rio Grande do Sul, 1765-1825. In: Betancur, Arturo; Borucki, Alex; Frega, Ana. (Org.). *Estudios sobre la cultura afro-rioplatense. Historia y presente*. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2004b, p. 7-15.
- \_\_\_\_\_. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS, 1990. Dissertação de mestrado.
- PESSI, Bruno. Estrutura da posse e demografia escrava em Pelotas entre 1850 e 1884. In: *Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPr, 2011.
- PETIZ, Silmei. *Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. São Leopoldo: PPGH Unisinos, 2009. Tese de doutorado.

- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- PONS, Anaclét; SERNA, Justo. Más cerca, más denso: La historia local y sus metáforas. In: FERNÁNDEZ, Sandra (comp.) *Más allá del territorio: la historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007. p. 17 – 30.
- PORTO ALEGRE, Achylles. *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: UE/SMC de Porto Alegre, 1994.
- QUEIRÓZ, Maria Luiza Bertolini. Os registros paroquiais do Rio Grande: levantamento, exploração e análise: 1737-1850. *Biblos*, Rio Grande, n. 6, p. 133-156, 1994.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.
- RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA –IEHS, 1995. pp.9-21.
- REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX*. Campinas: PPGH – UNICAMP, 1999. Dissertação de mestrado.
- ROSENTHAL, Paul-André. “Construir o macro pelo micro: Frederik Barth e a microstoria”. REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 151 – 172.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- \_\_\_\_\_. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial. *Revista Tempo*, Niterói, v. 6, n. 12, dez. 2001, p. 11 – 50.
- SALY, Pierre. *Méthodes statistiques descriptives pour les historiens*. Paris : Armand Colin, 1991.
- SANTOS, Corcino. Os Índios e A Civilização Cristã Ocidental: Aldeia de N.S. dos Anjos de Gravataí. *Anais do II Simpósio Estadual Sobre Cultura*, v. 2, p. 44-109, 1988.
- SANTOS, Sherol. *Apesar do cativo: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824)*. São Leopoldo: PPGH Unisinos, 2009. Dissertação de mestrado.
- SCHANTZ, Ana Paula. *Libertos no Rio Grande de São Pedro: Porto Alegre e Viamão no final do século XVIII e início do XIX*. Salvador: PPGH-UFBA, 2009. Dissertação de mestrado.
- SCHERER, Jovani. Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX. São Leopoldo: PPGH-UNISINOS, 2008. Dissertação de mestrado
- SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.
- SCOTT, Ana Silvia. *Famílias, formas de união e reprodução no noroeste português, séculos XVIII e XIX*. Guimarães: Universidade do Minho, 1999.
- \_\_\_\_\_. Do Porto de Casais à Freguesia de Nossa Senhora da Mãe de Deus de Porto Alegre: ensaios sobre os espaços de sociabilidades a partir do cruzamento nominativo de fontes eclesiásticas. In: *VII Jornadas Setecentistas*. Curitiba, 2007, p. 413-427.
- \_\_\_\_\_. Família e relações intergeracionais: limites e possibilidades de abordagem a partir do estudo de Porto Alegre no final dos anos setecentos. In: *III Congresso da ALAP*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2008. Disponível em:

- [http://www.alapop.org/2009/images/DOCSFINAIS\\_PDF/ALAP\\_2008\\_FINAL\\_298.pdf](http://www.alapop.org/2009/images/DOCSFINAIS_PDF/ALAP_2008_FINAL_298.pdf). Acesso em 13 jun. 2009.
- SCOTT, James. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, n. 1, jan./jun. 2002, p. 10-31.
- SHANIN, T. A definição de camponês: conceituação e desconceituações. In: Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 26, p. 41-80, 1980.
- \_\_\_\_\_. El mensaje de Chayanov: aclaraciones, falta de comprensión y la teoría del desarrollo contemporánea. *Agricultura y Sociedad*, Madrid, n.48, jul./set. 1988
- SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- SILVA JR., Adhemar. Números na história: apontamentos sobre o uso de fontes quantitativas e seriais. *História Unisinos*, São Leopoldo, vol. 7, n. 8, 2003, p.189-223.
- SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Dissertação de mestrado.
- SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. In: *Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPr, 2011. p. 1-20.
- \_\_\_\_\_. Bom dia, padrinho: espaço e parentesco na formação de redes entre cativos nos Campos de Vacaria, 1778-1810. *Revista Brasileira de História do Brasil*, v. 10, n. 1 e 2, jan-dez., 2008, p. 142-160.
- SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- \_\_\_\_\_. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: NOVAIS, Fernando; ALENCASTRO, Luis Felipe (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 233-290.
- \_\_\_\_\_. Malungu, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta No Brasil. *Revista USP*, São Paulo, v. 12, p. 48-67, 1992.
- SLENES, R.; FARIA, S. Família escrava e trabalho. *Revista Tempo*, Niterói, v. 3, n. 6., dez. 1998, p. 37 – 48.
- SOARES, Mariza. Histórias cruzadas: os mahi setecentistas no Brasil e no Daomé. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 127-167.
- SPALDING, Valter. *Pequena História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967.
- SPOSITO, M. A questão cidade-campo: perspectiva a partir da cidade. In: SPOSITO, M.; WHITACKER, A. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111 – 130.
- TERRADAS I SABORIT, Ignasi. “La historia de las estructuras y la historia de la vida. Reflexiones sobre las formas de relacionar la historia local y la historia general.” In: FERNANDEZ, Sandra e DALLA CORTE, Gabriela (comp.). *Lugares para la historia. Espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos*. Rosario: UNR Editora, pp. 179-208.
- THOMPSON, Edward. *Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VANSINA, Jan. A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados. In: NIANE, Djibril Tamsir (Ed.). *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 623-653.
- \_\_\_\_\_. Os movimentos populacionais e a emergência de novas formas sociopolíticas na África. In: OGOT, Bethwell (Ed.). *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 55-90.

- \_\_\_\_\_. O Reino do Congo e seus vizinhos. In: OGOT, Bethwell (Ed.). *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 647-694.
- VAN YOUNG, Eric. Haciendo historia regional: consideraciones metodológicas y teóricas. In: *Anuario del IEHS*, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Tandil, No. 2, 1987, pp. 255-281.
- VENÂNCIO, Renato. Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso. In: OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria C. de. (orgs). *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 51 – 86.
- WRIGLEY, E. A. *Historia y población: introducción a la demografía histórica*. Barcelona: Crítica, 1994.
- XAVIER, Regina. *A conquista da liberdade: libertos em campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Centro de Memória / UNICAMP, 1996.
- \_\_\_\_\_. (org.) *História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional: guia bibliográfico*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2007.
- ZARTH, Paulo. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.
- ZETTEL, Roberta. De *mútuo consentimento*: os significados da relação familiar cativa para senhores e escravos na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo (1845 a 1865). In: *Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPr, 2011.